

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS (ICHS/DDAS)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE - CPDA**

DISSERTAÇÃO

**AGRONEGÓCIO E REDES TERRITORIAIS URBANO-RURAIS: PLANTIO
COMERCIAL DE EUCALIPTO POR PRODUTORES NEORRURAIS EM
VALENÇA-RJ**

THIAGO LUCAS ALVES DA SILVA

Seropédica, RJ
2011



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ)
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS (ICHS/DDAS)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE - CPDA**

DISSERTAÇÃO

**AGRONEGÓCIO E REDES TERRITORIAIS URBANO-RURAIS: PLANTIO
COMERCIAL DE EUCALIPTO POR PRODUTORES NEORRURAIS EM
VALENÇA-RJ**

THIAGO LUCAS ALVES DA SILVA

**Sob a Orientação do Professor
Canrobert Penn Costa Neto**

Dissertação submetida como requisito parcial para
obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no
Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

**Seropédica, RJ
Maio, 2011**

Ficha Catalográfica

SILVA, Thiago Lucas Alves da.

Agronegócio e redes territoriais urbano-rurais: plantio comercial de eucalipto por produtores neorrurais em Valença-RJ. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro / Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade (CPDA), 2011.

V1, 258 páginas.

Orientador(a): Canrobert Penn Costa Neto

Dissertação de Mestrado - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro / Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade (CPDA), 2011.

1- Agronegócio do Eucalipto. 2 – Território-rede. 3 – neorrurais. 4 – Valença/RJ. I- Canrobert Penn Costa Neto. II-Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade (CPDA). III- Dissertação de Mestrado para obtenção do título de Mestre em Ciências.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ)
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS (ICHS/DDAS)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, SOCIEDADE E AGRICULTURA - CPDA**

THIAGO LUCAS ALVES DA SILVA

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Ciências** no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM ____/____/____

Prof. Dr. Canrobert Penn Costa Neto (Orientador – CPDA/UFRRJ)

Prof. Dra. Claudia Schmitt (CPDA/UFRRJ)

Prof. Dr. Paulo Roberto Raposo Alentejano – (DGEO - FFP/UERJ e EPSJV/FIOCRUZ)

À MINHA FAMÍLIA E AO MEU PRIMEIRO
FILHO QUE ESTÁ POR CHEGAR.

AGRADECIMENTOS

Mesmo sabendo da dificuldade de citar em poucas linhas todas as pessoas que contribuíram significativamente para minha formação humana e acadêmica, não me privarei de lançar mão de alguns nomes e comentários que, sem dúvida, irão representar uma série de pessoas às quais gostaria de agradecer.

Primeiramente, agradeço aos meus pais: Argemiro Alves da Silva e Eva Ferreira Lucas, que sempre lutaram incansavelmente para me proporcionar a possibilidade de me dedicar aos estudos; mas agradeço, sobretudo, a vida digna e valores humanos dados aos seus filhos. Estas duas pessoas são, sem dúvida, exemplos de amor, carinho e dedicação, por isso sou grato por tudo que fizeram por mim.

A minha companheira Elisvânia, que sempre esteve ao meu lado, dando todo o apoio e compreensão que necessitei desde a graduação. Sem sua parceria e, principalmente, seu amor, esta caminhada teria sido bem mais difícil.

Agradeço também a todos os meus familiares, em especial ao meu irmão Valcimar, que também sempre me incentivou a estudar (graduação e pós-graduação) e a cursar a faculdade de Geografia. Tais empreitadas fizeram com que em muitos momentos eu me afastasse do círculo familiar em virtude da atribulada vida acadêmica.

Gostaria de agradecer a quatro pessoas especiais que fiz no decorrer da faculdade e que compartilharam comigo todos os bons momentos e até mesmo os mais difíceis. São eles, Debora Mendonça, Rejane, Michel Mariz, um exemplo de luta e perseverança, e o amigo e hoje irmão Diógenes, com que pude (con)viver por mais tempo, admirá-lo e respeitá-lo por seu caráter e sua dignidade.

Agradeço a todos os amigos que participaram e participam do GeoAgrariaFFP e do LEMTO\UFF pelas várias discussões de que participamos e que sem dúvida foram importantíssimas para elaboração deste trabalho. Além disso, pelas experiências trocadas nas reuniões, nos trabalhos de campo e na prática de pesquisa. Sem dúvida, este trabalho tem muito da contribuição de vocês.

Não poderia deixar de mencionar os amigos de infância da Favela do Sapo, em Senador Camará - RJ. Juntos, passamos por inúmeras experiências que, sem dúvida, dariam um bom livro, mas não termos sucumbido às tentações da “vida bandida” é sem dúvida o maior legado que nossa amizade nos deixará.

No que tange à minha formação acadêmica, gostaria de ressaltar a inestimável contribuição dos Professores Paulo Alentejano (UERJ-FFP) e Carlos Walter (UFF). Ambos são para mim exemplos de dedicação e comprometimento com a ciência geográfica e a transformação social a

favor dos grupos subalternos de nossa sociedade.

Ainda no campo intelectual, agradeço a todos os colegas do curso de Mestrado do CPDA\UFRRJ. Neste espaço, pude realizar fecundos debates, ouvir críticas e sugestões que muito me estimularam a conseguir terminar esse trabalho. Agradeço também aos vários colegas professores que conheci nesta fase inicial da minha carreira no magistério, pois suas experiências, angústias, alegrias e decepções têm sido fundamentais para ratificar a ideia de que é essencial estudar, sempre!

Por fim, gostaria de agradecer ao professor e também orientador, Canrobert Penn Costa Neto, por toda a paciência e pelas sugestões feitas no decorrer da elaboração desta dissertação, sempre me deixando muito à vontade para desenvolver um trabalho com o meu perfil acadêmico.

RESUMO

SILVA, Thiago Lucas Alves da. **Agronegócio e redes territoriais urbano-rurais: Plantio comercial de eucalipto por produtores neorrurais em Valença-RJ**. 2011. 257p. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, 2011.

Nos últimos anos, o estado do Rio de Janeiro tem sido palco da tentativa de expansão do plantio comercial de eucalipto, incentivado em grande parte pelas empresas do setor de papel e celulose, siderúrgicas e outras demandantes de madeira. Neste sentido, o objetivo do presente trabalho foi discutir a expansão do cultivo de eucalipto para fins comerciais no município de Valença, situado na Região do Médio Paraíba. Esta região é considerada uma das mais dinâmicas do estado, pois possui um importante polo metal-mecânico, uma ótima logística de transportes e está entre as metrópoles (São Paulo e Rio de Janeiro) mais importantes do país (FUSCO, 2003; MARAFON, 2005). Esta região, apesar de ter um forte caráter urbano-industrial, possui ainda uma pecuária bastante significativa numa escala estadual, especialmente no que se refere à pecuária leiteira, que tem no município de Valença, nosso recorte espacial empírico, o seu maior produtor (MADANÊLO, 2008). Porém, na contramão das tendências de expansão da monocultura do eucalipto em outros estados, notadamente os que fazem divisa com o Rio de Janeiro (Espírito Santo, São Paulo e Minas Gerais) temos observado em Valença/RJ um crescimento do plantio de eucalipto não associado aos grandes empreendimentos urbano-industriais; ou seja: as grandes empresas do setor celulósico-papeleiro ou siderúrgicas. Com isso, produtores neorrurais capitalizados têm sido importantes atores sociais no desenvolvimento dessa forma/conteúdo de expansão do plantio de eucalipto, se valendo da demanda de madeira por parte das industriais da região, de atividades ligadas ao espaço urbano, mas também do próprio agronegócio local. Tal fenômeno social em curso e por nós pesquisado nos parece bastante singular até o presente momento, principalmente no que se refere à realização de pesquisas anteriores, no âmbito das Ciências Sociais. Por isso, lançamos mão de uma gama de referenciais teóricos, articulando e utilizando território, rede, relação urbano-rural e agronegócio como conceitos norteadores da nossa interpretação.

Palavras-chave: Território, Redes, Neorrurais, Agronegócio do Eucalipto, Valença/RJ

ABSTRACT

SILVA, Thiago Lucas da. **Agribusiness and urban-rural area networks: commercial planting of eucalyptus producers neorrurais in Valença/RJ**. Masters Dissertation of Social Sciences in Development, Agriculture and Society – CPDA. Seropédica: UFRuralRJ, 2011.

During the last few years, Rio de Janeiro state has been a special place for the trying of expansion of eucalyptus commercial plantation, stimulated mostly by paper and cellulose and steel companies and by other wood requesting ones. This way, the aim of this research was to discuss the expansion of eucalyptus plantation for commercial ends in the city of Valença, which is located in Medio Paraíba region. That region is considered one of the most dynamic regions of the state because it has an important metal-mechanic pole, a great transport logistic and because it is between the most important metropolis (São Paulo and Rio de Janeiro) in Brazil (FUSCO, 2003; MARAFON, 2005). That region, despite of its strong urban-industrial character, has a state very significant cattle rising, specially related to milk, which is mostly developed in the city of Valença, our empiric research space limit, considering the ranges of Rio de Janeiro state (MADANÊLO, 2008). However, in the opposite direction of the tendencies of eucalyptus plantation expansion in other states, especially the ones which has limits with Rio de Janeiro (ES, SP and MG), we have observed in Valença an increasing of eucalyptus plantation which is not associated to the great urban-industrial enterprises, which are, the great paper and cellulose or steel companies. From this on, capitalized new-rural producers have been important social actors for the development of that form/content of expansion for the eucalyptus plantation, using the demand for wood from the companies in the region, the activities related to the urban space and also the local agro-business itself. Such social phenomenon in course, analyzed in our previous researches, seems singular to us up to this moment, specially related to previous researches in the range of Social Sciences. That is why we used numerous of theoretical references, articulating and using concepts – territory, net, urban-rural relation, agro-business – as guidelines for our interpretation.

Key words: territory, nets, new-rural, eucalyptus agro-business, Valença/RJ

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Principais áreas com Florestas de Coníferas no Hemisferio Norte	75
Figura 2: Mapa da territorialização das principais plantações no mundo em 2005	85
Figura 3: Mapa da territorialização da produção de madeira em tora para celulose e papel – 1996 e 2006	106
Figura 4: Territorialização da Silvicultura Comercial no Brasil – 2006	108
Figura 5: Mapa da territorialidade e temporalidade dos conflitos socioambientais em relação às florestas plantadas	112
Figura 6: A Rede (cadeia) Produtiva do Agronegócio	123
Figura 7: Mapa áreas disponíveis para reflorestamento por município da Região do Médio Paraíba – 2006	138
Figura 8: Ciclos econômicos ao longo da História no Médio Vale do Rio Paraíba do Sul.	141
Figura 9: Mapa das Regiões Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro	144
Figura 10: O município de Valença/RJ - Região do Médio Paraíba	150
Figura 11: Mapa Estado do Rio de Janeiro - Regiões de Governo	154
Figura 12 – Mapa da Região e dos municípios do Médio Paraíba	155
Figura 13: Mapa da territorialização dos plantios de eucalipto em Valença – 2011	172
Figura 14 – Vista parcial do plantio de eucaliptos do J.L., Valença/RJ	174
Figura 15 – Vista parcial do plantio de eucaliptos do I.B., Valença/RJ	178
Figura 16 – Vista parcial do plantio de eucalipto do M.R.C., Valença/RJ	183
Figura 17: Vista parcial do plantio de eucaliptos de W.R., Valença/RJ	187
Figura 18: Imagem orbital do plantio de eucalipto do produtor neorrural W.R., Valença/RJ	188
Figura 19 – Plantio de eucalipto próximo a residências do Bairro de Chacrinha. Valença/RJ	189
Figura 20 – Mapa de uso e cobertura do solo do entorno do plantio de eucaliptos do produtor neorrural W.R., Valença/RJ	190
Figura 21: Vista parcial do plantio de eucaliptos do M.R., Valença/RJ	193
Figura 22: Sede da fazenda S.F., Distrito de Parapeúna – Valença/RJ	195
Figura 23: Plantio de eucalipto da fazenda S.F., Distrito de Parapeúna – Valença/RJ	197
Figura 24: Atividades desenvolvidas na fazenda S.F., Distrito de Parapeúna – Valença/RJ	198
Figura 25: Plantio de eucaliptos e vista parcial da voçoroca. Fazenda S.F., Distrito de Parapeúna – Valença/RJ	199
Figura 26 – Serraria histórica da fazenda S.F., Distrito de Parapeúna – Valença/RJ	201
Figura 27- Plantio de Eucaliptos na fazenda V.L., Distrito de Conservatória – Valença/RJ	205
Figura 28: Imagem orbital dos fragmentos do plantio de eucalipto do J.B., Distrito de Conservatória – Valença/RJ	206
Figura 29 – Mapa de uso e cobertura do solo – Fazenda V.L., plantio de eucaliptos do neorrural J.B., Distrito de Conservatória – Valença/RJ	207
Figura 30 – Imagem orbital do laticínio C.L., Valença/RJ	211
Figura 31 – Imagem orbital da empresa Q.V., Barra do Pirai/RJ	214
Figura 32: Produção do Carbonato de Cálcio Precipitado na Q.V., Barra do Pirai/RJ	215
Figura 33: Caldeira a lenha da Q.V., Barra do Pirai/RJ	216
Figura 34: Eucalipto serrado na Q.V., Barra do Pirai/RJ	217
Figura 35: Serraria industrial da Q.V., Barra do Pirai/RJ	218
Figura 36 – Mapa das redes territoriais de fornecimento de madeira para a empresa Q.V. Florestal	234

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1: Produção de papel/cartão e polpa para papel em toneladas no mundo e por regiões – 1960	76
Gráfico 2: Origem da madeira para a produção de polpa celulósica em toneladas no mundo e por região – 1960	77
Gráfico 3: Comparação da produtividade florestal de coníferas e de folhosas no Brasil (ligadas às florestas plantadas da empresas associadas à ABRAF) ¹ com países selecionados	83
Gráfico 4: Consumo de papel e cartão em 2005 por região no mundo	88
Gráfico 5: Estimativa de consumo per capita de papel em 2006	88
Gráfico 6: Evolução da produção brasileira de celulose e papel – 1970/2007	96
Gráfico 7: Evolução da balança comercial de produtos de florestas plantadas no Brasil - 2000/2009	97
Gráfico 8: Evolução da produção de madeira em tora pelas empresas associadas da ABRAF – 2005/2009	99
Gráfico 9: Perspectiva de investimentos das empresas associadas da ABRAF em atividades florestais entre 2010-2014	100
Gráfico 10 - Distribuição das florestas plantadas com eucalipto e pinus no Brasil, principais estados em 2009	103
Gráfico 11: Evolução da área de florestas plantadas com eucalipto e pinus das associadas individuais da ABRAF – 2004/2009	104
Gráfico 12: Distribuição da área de florestas plantadas com eucalipto e pinus das associadas individuais da ABRAF por estado em 2009	105
Gráfico 13: Evolução da distribuição das áreas de florestas plantadas com eucalipto e pinus das associadas individuais da ABRAF por tipo de propriedade - 2005/2009	109
Gráfico 14: Produção de carvão vegetal de reflorestamentos, em toneladas, de 2002 a 2006 no Estado do Rio de Janeiro	126
Gráfico 15: Produção de lenha de reflorestamentos, em m ³ , de 2002 a 2006 no Estado do Rio de Janeiro	126
Gráfico 16: Produção de madeira em toras de reflorestamentos, para papel e celulose, em m ³ , de 2002 a 2006 no Estado do Rio de Janeiro	127
Gráfico 17: Madeira em toras, de reflorestamentos, para outras finalidades, em m ³ , de 2002 a 2006 no Estado do Rio de Janeiro	128
Gráfico 18: Estimativa da produção de madeira 2010-2014	135

LISTA DE ORGANOGRAMAS

Organograma 1 – Redes Territoriais entre o Urbano e o Rural, Neorrural J.L.	177
Organograma 2 – Redes Territoriais entre o Urbano e o Rural, Neorrural I.B.	181
Organograma 3 – Redes Territoriais entre o Urbano e o Rural Neorrural M.R.C.	184
Organograma 4 – Redes Territoriais entre o Urbano e o Rural Neorrural W.R.	191
Organograma 5 – Redes Territoriais entre o Urbano e o Rural Neorrural M.R.	194
Organograma 6 – Redes Territoriais entre o Rural e o Urbano Neorrural G.C.	202
Organograma 7 – Redes Territoriais entre o Urbano e o Rural Neorrural J.B.	210
Organograma 8 – Redes Territoriais entre o Urbano e o Rural Laticínio C.L.	213
Organograma 9 – Redes Territoriais entre o Urbano e o Rural Empresa Q.V.	220
Organograma 10 – Local de moradia ou de trabalho principal dos produtores neorrurais de eucalipto de Valença	222
Organograma 11 – Rede territorial entre os produtores neorrurais I.B., J.L. e M.R.C.	226
Organograma 12 – Rede territorial urbano-rural entre a Q.V.F. e a Nobrecel SA Celulose e Papel	228
Organograma 13 – Produtores de eucalipto de Valença e região que utilizaram mudas da NOBRECEL	229
Organograma 14 – Origem da mudas (viveiro) e produtores de eucalipto em Valença e região	230
Organograma 15 – Origem da assistência técnica (viveiro) e produtores de eucalipto de Valença e região	231
Organograma 16 – Origem da assistência técnica (Engenheiro Florestal) e produtores de eucalipto de Valença e região	232
Organograma 17 – Produtores de eucalipto que realizaram o plantio de forma autônoma	233

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Espacialização dos futuros projetos industriais celulósico-papeleiro de grande porte	85
Tabela 2: Evolução das exportações brasileiras de produtos de florestas plantadas (milhões US\$)	97
Tabela 3: Área de plantio anual no Brasil – 2006/2007	101
Tabela 4: Florestas plantadas com eucalipto e pinus no Brasil (2005-2009)	102
Tabela 5: Áreas com reflorestamento por região administrativa do estado do RJ	132
Tabela 6: Área com plantio de outras espécies florestais em hectares	134
Tabela 7 - Número de estabelecimentos relacionado ao setor florestal por município da Região do Médio Paraíba	153

LISTA DE SIGLAS

ALERJ - Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

ACIVA – Associação Comercial e Industrial de Valença

APP – Área de Preservação Permanente

PSC – Partido Social Cristão

STF – Supremo Tribunal Federal

VCP – Votorantim Celulose e Papel

IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano

ITR – Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

RS – Rio Grande do Sul

RJ – Rio de Janeiro

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

EMATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

CEPERJ – Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro

CPDA - Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

RJ – Rio de Janeiro

DGEO/UERJ-FFP – Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

EPSJV - Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz

MG – Minas Gerais

INVEST RIO - Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro

PPS - Partido Popular Socialista

SP – São Paulo

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Cultural

ONU – Organização das Nações Unidas

IFRJ - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro

ICMS - Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços

ZEE - Zoneamento Ecológico Econômico

ES - Espírito Santo

RADV – Rede Alerta contra o Deserto Verde

PT – Partido dos Trabalhadores

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

INEA - Instituto Estadual do Ambiente

SEA – Secretaria de Estado do Ambiente

SNA - Sociedade Nacional de Agricultura

FAERJ - Federação da Agricultura, Pecuária e Pesca do Estado do Rio de Janeiro

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

ACRJ - Associação Comercial do Rio de Janeiro

GEA – Grupo Executivo de Agroindústria

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental

SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática

CSN – Companhia Siderúrgica Nacional

ABRAF – Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas

CIDE - Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro

FECAM – Fundo Estadual de Conservação Ambiental

CZEE – Comissão Zoneamento Ecológico Econômico

COPPTEC – Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos

COPPE – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia

GEOHECO – Laboratório de Geo-Hidroecologia

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

TCE /RJ – Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro

UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFF – Universidade Federal Fluminense

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

FAETEC - Fundação de Apoio à Escola Técnica

CEDERJ - Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

CEIP – Confederação Europeia das Indústrias de Papel

FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação

IMA – Incremento Médio Anual

IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

PNPC – Programa Nacional de Papel e Celulose

CENIBRA – Celulose Nipo-Brasileira

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BRACELPA – Associação Brasileira de Celulose e Papel

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MMA – Ministério do Meio Ambiente

GEOAGRÁRIAFFP – Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Geografia Agrária da Faculdade de Formação de Professores da UERJ

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária

UNESP – Universidade Estadual Paulista – Júlio de Mesquita Filho

OCDE – Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico

SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

CAI – Complexo Agroindústrias

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
Cap. I - A RELAÇÃO ENTRE TERRITÓRIO, REDES (URBANO-RURAIS) E OS NEORRURAIS DO AGRONEGÓCIO DO EUCALIPTO EM VALENÇA E REGIÃO	27
1.1- A origem do conceito de Território	27
1.2- As diferentes perspectivas do conceito de Território	30
1.3- Identificando os diferentes territórios	31
1.4- Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização na Geografia e nas Ciências Sociais	35
1.5 - O conceito de rede nas Ciências Sociais	37
1.6 - Redes e Territórios ou Territórios em rede	44
1.7 - Porque utilizar o conceito de território/territorialidade para compreender a expansão da monocultura do eucalipto?	48
1.8 - Noção de espaço rural e relação rural/urbano no Brasil: algumas interpretações	49
1.9 - A origem do conceito (e do debate) sobre o agronegócio	55
1.9.1 - Dos Complexos Agroindústrias ao Agronegócio	66
1.9.2- Agronegócio, neorrurais, território (em rede) e expansão da monocultura do eucalipto em Valença (RJ)	69
Cap. II - DAS FLORESTAS NATIVAS DE CONÍFERAS AO AGRONEGÓCIO DO EUCALIPTO NO BRASIL	74
2.1. - Das florestas nativas as florestas plantadas: a constituição da silvicultura comercial no mundo e sua repercussão	74
2.2 - A introdução da silvicultura no Brasil	79
2.3 – As características socioterritoriais e ambientais do Brasil: as condições ótimas para as indústrias e para o agronegócio da madeira	81
2.4 - As florestas plantadas no Brasil	89
Cap. III – A INTRODUÇÃO DA SILVICULTURA COMERCIAL NO ESTADO DO RJ E A CONSTITUIÇÃO DO AGRONEGÓCIO DO EUCALIPTO EM VALENÇA E NA REGIÃO	115
3.1 - a alteração da legislação e as possibilidades para a territorialização da monocultura do eucalipto no estado do Rio de Janeiro	115
3.2 - o zoneamento agrícola (ordenamento territorial) para o cultivo de eucalipto no Rio de Janeiro	124
3.3 - uma breve descrição da produção de madeira no estado do Rio de Janeiro	125
3.4 - a perspectiva de novos territórios para a expansão do cultivo de eucalipto no estado do Rio de Janeiro	128
3.5 - plantios florestais no estado do Rio de Janeiro e as potencialidades do território	130
3.6 - as bases para a construção do zoneamento ecológico econômico (ZEE) do estado do rio de janeiro e suas contribuições para o ordenamento do território e para o plantio de eucalipto em escala comercial	144

3.7 - as potencialidades para o plantio de eucalipto e as características socioterritoriais de Valença/RJ e região	149
3.8 - Região do Médio Paraíba	154
3.9 – As breves características do espaço agrário do Médio Paraíba	158
Cap. IV – NEORRURAIS, TERRITÓRIO E O SURGIMENTO DO AGRONEGÓCIO DO EUCALIPTO EM VALENÇA	161
4.1 - Da base teórico conceitual a pesquisa de campo: buscando uma tipologia para os produtores e a compreensão da formação do agronegócio do eucalipto em Valença	161
4.2 - A metodologia da pesquisa de campo	168
4.3 – Apresentando os atores sociais da pesquisa: os neorrurais do agronegócio do eucalipto em Valença	171
4.4 Os neorrurais do agronegócio do eucalipto em Valença e região	171
a-) Produtor de eucalipto J.L.	173
b-) Produtor de Eucalipto I.B.	178
c-) Produtor Rural M.R.C.	182
d) Produtor Rural W.R.	185
e) Produtor Rural M.R.	192
f) Produtor Rural G.C.	195
g) Produtor Rural J.B.	203
h) Laticínio C.L.	211
i) Empresa Q.V.F.	214
4.5 - Redes territoriais urbano-rurais entre os produtores neorrurais do agronegócio de eucalipto em Valença e região	221
CONCLUSÃO	235
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	244
ANEXO	256

Introdução

O espaço agrário do estado do Rio de Janeiro é historicamente marcado pela notória força do latifúndio no ordenamento do território e na utilização dos espaços agrícolas. Nas últimas décadas, o espaço agrário fluminense está diante de outro forte desafio para o seu desenvolvimento, o intenso processo de metropolização e urbanização, tendo hoje uma agricultura contrastante (Ribeiro, 2002), na qual encontramos o latifúndio de características tradicionais, uma agricultura com certo grau de mecanização e/ou voltada para a produção gêneros agrícolas que possuem nichos de mercado, acampamentos e assentamentos rurais onde se desenvolve uma agricultura familiar com produção voltada para a subsistência e venda de excedentes, entre outras formas.

A região do Médio Paraíba e o município de Valença/RJ têm em seus espaços agrários estreitas relações com a atividade cafeeira, a pecuária leiteira e atualmente com o turismo rural, ao longo do tempo. Especificamente em Valença, o agronegócio do leite tem bastante força, seja no ordenamento territorial rural, seja no campo das disputas políticas.

Já no espaço urbano, a região ora estudada passa desde a década de 1930 por um processo de industrialização que já teve diferentes momentos de organização do território e dos trabalhadores. Neste sentido, essa região é considerada hoje a segunda mais industrializada do estado do Rio de Janeiro, sendo um importante polo metal-mecânico (Godinho, 2003) e tendo instalado no seu território empresas de renome nacional e internacional como as siderúrgicas CSN, Barra Mansa e Resende (do grupo Votorantim), empresas do setor automobilístico como a Peugeot-Citroen e Volkswagen (Batista, 2006; Silva, 2009).

O município de Valença não acompanhou o crescimento urbano-industrial da região. No entanto, viu as antigas indústrias têxteis perderem espaço para os laticínios, que são hoje um segmento bastante expressivo na economia local. Muitos dos laticínios locais estão atrelados ao agronegócio da pecuária leiteira na região, que visa sobretudo abastecer a demanda urbano-industrial, podendo representar a partir da produção até o consumo final do leite uma rede territorial entre o rural e o urbano em Valença. Apoiado

na situação econômica do município, os laticínios tem crescido e consequentemente demandado maior utilização de madeira como fonte de energia. Neste sentido, pessoas de origem urbana, que tinham o objetivo de investir seus capitais excedentes em novas atividades econômicas, vislumbraram no cultivo do eucalipto uma alternativa viável e rentável. Acreditamos que o plantio de eucalipto para fins comerciais no município não só fortalece essa rede territorial, já que os produtores locais de laticínios poderão ser futuros compradores da produção de madeira local, mas também, sobretudo, porque o plantio de eucalipto tem sido desenvolvido em Valença por pessoas de origem urbana e majoritariamente sem experiências anteriores com atividades ligadas estritamente ao rural – denominados por nós, por isso, como neorrurais, a partir da reflexão de Giuliani (1990) –, possibilitando assim, a construção de novas redes entre o urbano e o rural em Valença e na região.

Esta dissertação de mestrado e o recorte espacial da pesquisa são frutos de inquietudes surgidas ao longo dos últimos anos, especialmente devido ao debate e à mobilização em torno da mudança da legislação estadual que alterava as restrições à silvicultura comercial de larga escala no estado do Rio de Janeiro, e às experiências pessoais obtidas com o trabalho como docente da rede municipal de educação de Valença, pois devido ao deslocamento semanal entre o Rio de Janeiro e o referido município pude, através da observação da paisagem, notar a existência de plantio de eucaliptos em diferentes municípios, assim como plantios recentes, aguçado pela mudança na legislação.

Ainda como docente, ao exibir e promover um debate sobre o filme “Cruzando o Deserto Verde” obtive relatos de alunos que conheciam áreas próximas de suas casas (grande parcela dos alunos era de origem rural) em que estavam sendo plantados eucaliptos, assim como de colegas docentes, os quais apontaram existirem “pessoas” que estavam investindo nesta nova atividade, e que um deputado estadual estaria incentivando pessoas da região a plantar. Desses relatos, um foi primordial para o desenvolvimento da pesquisa, pois se tratava da filha de um produtor de eucaliptos do município, que acabou por ser nosso primeiro entrevistado, e nos possibilitou ter acesso a novos produtores de eucaliptos em Valença.

A experiência teórica e de campo que obtive sobre a questão agrária no estado do Rio de Janeiro, a partir do trabalho no grupo de ensino, pesquisa e extensão – GeoAgrariaFFP, notadamente como bolsista do Programa Nacional de Educação na

Reforma Agrária – PRONERA, no qual atuei em assentamentos e acampamentos do Médio Paraíba, assim como os diálogos ainda no fim da graduação com o coordenador do grupo de pesquisa, o professor Paulo Alentejano (DGEO/UERJ-FFP), sinalizavam que estas observações empíricas, os relatos e o debate sobre a silvicultura comercial no Rio de Janeiro poderiam se desdobrar numa pesquisa de dissertação de mestrado, sobretudo pela carência de estudos sobre este tema, ainda que este estivesse em fase inicial.

Após ingressar no curso de pós-graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura (CPDA/UFRRJ), as constantes discussões realizadas durante as disciplinas cursadas, a realização dos primeiros trabalhos de campo exploratórios e os constantes diálogos com o meu orientador, o professor Canrobert Penn Costa Neto, possibilitaram não só a construção desta dissertação e o norte ao qual deveríamos seguir, mas, sobretudo, a originalidade do tema o qual procuramos pesquisar.

O somatório de todos esses fatores possibilitou desenharmos como hipótese de trabalho que alguns produtores de eucalipto de Valença e região constituem um setor do agronegócio neorrural (urbano-rural) da produção de eucalipto, territorializado em redes de pequena e média escala, para atender à demanda de outros setores do agronegócio ou do empresariado urbano por consumo de madeira e/ou para utilização dessa madeira em suas próprias atividades empresariais. Uma segunda hipótese seria que alguns dos produtores neorrurais se relacionam entre si, formando um conjunto de redes territoriais urbano-rurais integradas.

A partir do referencial teórico, das hipóteses citadas e dos relatos dos produtores de eucalipto em Valença e região, buscamos melhor organizar e sistematizar o nosso trabalho de pesquisa. Com isso, esta dissertação acabou por ser dividida em quatro capítulos que representam uma evolução e um encaminhamento dos procedimentos realizados durante a pesquisa; no entanto, tais etapas foram construídas de modo a serem complementares, e não fragmentárias.

No capítulo 1, intitulado “A relação entre território, redes (urbano-rurais) e os neorrurais do agronegócio do eucalipto em Valença e região”, apresentamos nossa base teórico-conceitual, cujo intuito foi o de situar o debate e, de forma relacional, apresentar os conceitos eleitos como norteadores da análise do fenômeno estudado. Assim, o capítulo apresenta considerações sobre os conceitos de território, rede, rural-urbano, agronegócio e neorrural.

A partir de tais trabalhos teóricos, podemos entender o conceito de território como dinâmico, relacional e dialético, no qual melhor se expressam as relações sociais e de poder, assim como os conflitos sociais e ambientais. Dentro desta linha teórica, acreditamos melhor compreender a dinâmica de territorialização do agronegócio do eucalipto em Valença (RJ) e o papel que os produtores locais têm tido nesta expansão do cultivo para fins comerciais do eucalipto. A partir da concepção de território-rede (ou redes territoriais) identificamos uma rede social e econômica que está vinculada ao rural e ao urbano devido ao plantio comercial de eucaliptos. Neste sentido, os produtores de eucalipto de origem urbana, os neorrurais (Giuliani, 1990; Teixeira, 1998, e Carneiro, 1999) têm sido atores sociais predominantes e significativos desta atividade em Valença.

Neste sentido, compreendemos o território/territorialidade como processos dialéticos que fazem parte de relações sociais cada vez mais complexas, a partir de autores que trabalham dentro deste viés de análise em que buscamos nos apoiar para realizar nossa pesquisa, tendo nos trabalhos de Rogério Haesbaert (1995, 2001, 2002, 2004, 2007 e 2008) a principal referência teórica, notadamente sobre a discussão a respeito de território/rede. Porém, apontaremos alguns autores e perspectivas teóricas, assinalando as características com as quais o conceito de território vem sendo trabalhado, tentando qualificar e enriquecer nosso referencial teórico. Para tanto, este capítulo possui subitens que versam de forma mais pormenorizada sobre os conceitos supracitados e sua abordagem tanto na Geografia quanto nas Ciências Sociais.

No capítulo 2, “Das florestas nativas de coníferas ao agronegócio do eucalipto no Brasil” – buscaremos abordar a constituição da silvicultura comercial no Brasil, tendo como foco as plantações de eucalipto para fins comerciais. Neste sentido, é fundamental contextualizar o papel de controle das grandes corporações do setor de papel e celulose no processo de expansão territorial das plantações de eucaliptos. Tal fenômeno é para nós parte de uma grande rede de interesses nacional/global ligada à cadeia produtiva do agronegócio do eucalipto e de grandes empresas urbano-industriais consumidoras dessa madeira, visando a atender demandas do mercado, sobretudo urbano.

Com isso, relacionamos tal contexto nacional/global com as características do espaço geográfico em que o nosso objeto de pesquisa está inserido, ou seja, além de apontarmos a constituição e as tendências da silvicultura comercial em escala nacional, serão observadas e analisadas as tendências e diferenciações que se têm encontrado em

Valença/RJ, onde não se apresenta a atuação de grandes corporações do setor celulósico-papeleiro, o que sem dúvida contribuiu para o aparecimento e o protagonismo dos neorrurais.

Neste capítulo, utilizar-se-ão uma série de gráficos, tabelas e mapas, que tiveram como fonte de dados reconhecidas entidades que coletam e coligem informações estatísticas sobre a produção e o plantio de eucaliptos, tanto em escala mundial quanto nacional. Assim, destaca-se o levantamento de dados primários coletado a partir da publicização realizada através dos *sites* e relatórios feitos, entre outras, pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), através do seu banco estatístico (FAOSTAT), pela Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas (ABRAF), através de seus relatórios anuais, mapas disponibilizados pelo Atlas da Questão Agrária Brasileira (NERA/UNESP) em seu *site*, e também dados disponibilizados pela Associação Brasileira de Celulose e Papel. Tais dados foram alicerces fundamentais para construção e uma melhor caracterização (visualização) do crescimento, das projeções, das tendências e da espacialização das florestas plantadas, além de nos permitir compreender as formas de atuação das grandes corporações neste mercado no Brasil.

Incorporara-se diferentes escalas na análise geográfica, sobretudo a global e a nacional, no segundo capítulo, visando a compreendermos como o fenômeno da expansão das florestas plantadas tem-se dado nestas duas escalas e suas possíveis repercussões ou similaridades com nossa área de estudo (Valença-RJ).

É importante assinalar que se fizeram alguns recortes espaciais que estão atrelados ao interesse deste estudo, e também para facilitar nossa investigação social e de campo. Neste sentido, tratam-se no terceiro capítulo desta dissertação dos aspectos regionais, no que se refere à tentativa (jurídico-política) de (re)construção de um projeto de silvicultura comercial de larga escala no estado do Rio de Janeiro (Pedlowski & Foeger, 2004), representado notadamente pela aprovação da lei 5.067/2007 e pela portaria nº 204 de 8 de Julho de 2007, que sugere que o cultivo de eucalipto possa ser realizado em 88 dos 92 municípios de todo o estado (95,6 %), sendo todos os municípios da região do Médio Paraíba indicados como aptos para o plantio de eucalipto.

Neste sentido, realizamos uma caracterização da Região do Médio Paraíba, sobretudo da nossa área de estudo local, o município de Valença, apresentando

principalmente as características urbano-rurais e as possíveis potencialidades desse território para o desenvolvimento do plantio comercial de eucalipto.

Para contextualização e compreensão de como a região do Médio Paraíba e o município de Valença podem ser fundamentais para o desenvolvimento do plantio de eucaliptos para fins comerciais, o estudo setorial da FIRJAN (Estimativa da Área Ocupada por Reflorestamentos no Estado do Rio de Janeiro) sobre as possibilidades e potencialidades do território fluminense para a expansão do cultivo do eucalipto em larga escala nos forneceu dados estatísticos sobre a área ocupada com plantio de florestas, o que nos possibilitou transformá-los em mapas nos quais pudemos visualizar a atual Geografia da territorialização das florestas plantadas no estado do Rio de Janeiro, que possui, segundo a pesquisa da FIRJAN (2009), 18.427 hectares de florestas plantadas, sendo a região do Médio Paraíba aquela com maior área plantada, 8.587 hectares.

Com base em informações do Censo Agropecuário de 2006 do IBGE, segundo o qual o estado tem 694 mil hectares de áreas com pastagens plantadas degradadas, o estudo da FIRJAN sugere que parte dessas terras de baixa produtividade poderia ser usada para o plantio de eucalipto sem impacto expressivo sobre a produção da pecuária. Neste sentido, destacamos que Valença possui uma das maiores extensões territoriais do estado, sendo a pecuária extensiva uma atividade importante do espaço agrário do município, aliada a solos bastante degradados e, consequentemente subutilizados (Mendonça Filho, 2008). Com isso, este território apresenta a maior porcentagem de terras que poderiam ser utilizadas para reflorestamento – 23.753,60 ha, ou seja, 38% do município.

Ainda sobre o âmbito regional, cabe destacar que a partir da Lei Estadual nº. 5.067, aprovada em 09 de julho de 2007, ficou regulamentada a construção do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do Estado do Rio de Janeiro. Tal lei ainda conferiu competência à Secretaria de Estado do Ambiente para coordenação da elaboração e implementação do projeto, em conjunto com as Secretarias de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento, de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços, de Planejamento e Gestão e de Obras. Neste sentido, a Comissão Estadual do Zoneamento Ecológico-Econômico (CZEE-RJ) contratou os serviços de consultoria junto ao Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, por intermédio da COPPETEC – Fundação Coordenação de Projetos,

Pesquisas e Estudos Tecnológicos – para a realização do estudo (diagnóstico) *Análise e Qualificação Sócio-Ambiental do Estado do Rio de Janeiro (escala 1:100.000) - subsídios ao Zoneamento Ecológico-Econômico*.

O referido estudo, além de servir como embasamento técnico às indicações do Zoneamento Ecológico-Econômico do território do estado do Rio de Janeiro, procura apontar potencialidades regionais para a silvicultura comercial, especialmente aquela desenvolvida a partir do plantio de eucalipto. Com isso, corrobora com a nossa pesquisa ao apontar a Região do Médio Paraíba e o município de Valença como importantes territórios onde poderá se desenvolver o plantio comercial de eucaliptos.

A partir dos referidos estudos e outras literaturas buscou-se construir um leitura geográfica dessa sugerida “potencialidade” regional e local em relação ao plantio comercial de eucalipto. Com isso, utilizou-se uma série de dados estatísticos (Censo, 1996 e 2006; Mendonça Filho, 2008; FIRJAN 2009 e outros) e mapas que ratificam a relevância do recorte espacial, assim como da pesquisa.

No quarto e último capítulo são organizados e explicitados os instrumentos e referenciais metodológicos da pesquisa, notadamente o uso de entrevistas que, segundo Minayo (1993), é uma importante estratégia que auxilia o pesquisador a obter informações detalhadas sobre determinado tema, por intermédio da visão dos próprios entrevistados, tendo como vantagem, de acordo com Boni e Quaresma (2005), a elasticidade quanto à duração. Cabe destacar que privilegiamos as entrevistas semi-estruturadas. O trabalho de campo foi outra importante ferramenta metodológica utilizada nesta pesquisa, apoiados na consideração de Alentejano & Rocha-Leão (2006) que apontam o trabalho de campo como fundamental na Geografia, mas que, se realizado desarticulado do método e da teoria, torna-se banal.

Fazer trabalho de campo representa, portanto, um momento do processo de produção do conhecimento que não pode prescindir da teoria, sob pena de tornar-se vazio de conteúdo, incapaz de contribuir para revelar a essência dos fenômenos geográficos. Neste sentido, trabalho de campo não pode ser mero exercício de observação da paisagem, mas partir desta para compreender a dinâmica do espaço geográfico, num processo mediado pelos conceitos geográficos (ALENTEJANO & ROCHA-LEÃO, 2006, p54-55).

Com isso, o fio condutor deste capítulo é a retomada das discussões das questões (teóricas) até então levantadas, acrescidas dos relatos dos trabalhos de campo realizados

com sete produtores (neorrurais) e duas empresas que plantam eucaliptos para fins comerciais, ou seja, a articulação entre a teoria e método com o trabalho de campo.

Entende-se que, para além da discussão a respeito da fundamentação teórica, têm papel central na realização da pesquisa os atores sociais estudados. Assim, este capítulo consiste em um esforço de apresentar tais relatos sob o pano de fundo dos debates teóricos explicitados nos capítulos anteriores. Nesta relação entre as informações colhidas nos trabalhos de campo e as questões teóricas, resgatam-se e correlacionam-se os conceitos de território-rede, urbano-rural, neorrurais e agronegócio, com os relatos dos entrevistados.

Segundo Mendonça Filho (2008), as atividades ligadas ao setor de base florestal, especialmente o plantio de eucalipto para as indústrias, podem incorporar os pequenos, médios e grandes produtores rurais. Entendemos que o projeto de reflorestamento em curso em Valença e região visa a expandir o cultivo de eucalipto para fins comerciais, mas também possibilita a criação de uma rede territorial entre o urbano e o rural com a participação dos produtores neorrurais, que vai se configurar nas relações entre os consumidores e os produtores de madeira, em diferentes pontos do território e com diferentes formas de conexões entre eles.

Capítulo I - A relação entre território, redes (urbano-rurais) e os neorrurais do agronegócio do eucalipto em Valença e região

Neste primeiro capítulo apresentaremos nossa base teórico-conceitual, cujo intuito é o de situar o debate e, de forma relacional, apresentar os conceitos eleitos como norteadores da análise do fenômeno estudado. Assim, o capítulo apresenta considerações sobre os conceitos de território, rede, rural-urbano, agronegócio e neorrural.

1.1- A origem do conceito de Território

De início, apontar-se-ão os principais caminhos teórico-conceituais com que o território vem sendo trabalhado, demonstrando suas diferenciações e transformações ao longo do tempo e do espaço, a fim de diferenciá-los e problematizá-los, tendo em vista a polissemia com a qual o conceito é tratado.

Haesbaert (2004) assevera que, desde a origem, o conceito de território nasce com um duplo sentido — material e simbólico —, pois quando é buscada a sua formação etimológica, o mesmo aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto de *terreo-terror* (terror, aterrorizar); ou seja, tem relação com a dominação da terra inspirada no terror, no medo, especialmente para aqueles que, de alguma forma, sofrem essa subordinação e ficam de fora, ou incluídos de forma precária no território. Ao mesmo tempo, por extensão, pode-se dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira uma identificação “afetiva” de “apropriação”.

Território, em qualquer sentido, tem relação com poder, mas não apenas o tradicional poder político. Com isso, ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto (de dominação) quanto no sentido mais simbólico (de apropriação). Pode-se afirmar então que o território está imerso em relações de dominação e/ou de apropriação do espaço; então, “desdobra-se ao longo de um continuum que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’” (HAESBAERT, 2004, p.95-96).

Portanto, todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois os homens exercem o seu domínio sobre o

espaço tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados” materiais e/ou simbólicos.

A categoria território tem sua raiz na Geografia Clássica¹ e permaneceu muito tempo ligada à ideia de território nacional. O território tinha uma vinculação apenas com a conquista e anexação de terras, o que vem corroborar com relação de poder presente no espaço. Neste sentido, a visão ratzeliana² de território é a que melhor sintetiza tal proposição, pois entende o território como um espaço apropriado por um grupo social ou por um Estado-Nação que se rege por meio de leis e onde todos serão unidos por laços comuns, tais como a linguagem, os hábitos culturais e a sua formação social.

Outro grande problema relacionado à utilização do conceito de território é o fato de o mesmo ser muitas vezes trabalhado como sendo sinônimo de outros conceitos, como espaço e lugar, especialmente no âmbito da Geografia. Raffestin (1993) afirma que os geógrafos criaram grande confusão ao usar espaço e território como termos equivalentes.

Para esse autor, cuja contribuição para a recuperação da importância da noção de território no debate geográfico foi fundamental, há duas diferenças centrais entre espaço e território: de um lado, espaço é uma noção e território um conceito, o que significa um maior grau de formalização do segundo; de outro, espaço é anterior a território, formando-se o segundo a partir do primeiro.

¹ Também chamada de Tradicional. Teve como característica marcante realizar estudos que eram descritivos e empíricos, que serviram de base para a consolidação da Geografia enquanto ciência. Nesta perspectiva teórica, a Geografia seria uma ciência eminentemente sintética, preocupada com a conexão, a causalidade, existente na natureza. Neste sentido, a Geografia Clássica/Tradicional se desenvolveu apoiada principalmente no Positivismo, no Determinismo Geográfico e no Possibilismo. Os principais teóricos dessa perspectiva geográfica foram Alexander Von Humboldt, Karl Ritter, Ratzel e Paul Vidal de La Blache. Para compreender melhor a evolução do pensamento geográfico, sugerimos, entre outros, MORAES (1983); GOMES (1996); SANTOS (1996); SPOSITO (2004) e MOREIRA (1985; 2007 e 2008).

² Refere-se aos postulados teóricos do alemão Friedrich Ratzel. Segundo Moraes (1983) e Moreira (1985), este pensador foi fortemente influenciado na sua formação pela Teoria de Darwin (Origem das Espécies), sendo denominado por muitos autores como o pai do determinismo geográfico (o homem seria produto do meio). Para Ratzel, a geografia seria o estudo das influências que as condições naturais exerceriam sobre a humanidade, ou seja, a natureza influenciaria a própria constituição social e atuaria na possibilidade de expansão de um povo. Para a realização de seus estudos, utilizava como método o empirismo, pautado na observação e na descrição, privilegiando uma visão naturalista. Outra importante contribuição de Ratzel foi a constituição da Teoria do Espaço Vital, que representava uma proporção de equilíbrio entre a população de uma sociedade e os recursos naturais disponíveis para suprir suas necessidades, definindo, assim, pretensões de progredir e suas necessidades territoriais. Essa teoria posteriormente foi duramente rechaçada, pois seus críticos apontavam que ela ratificava o imperialismo.

O território [...] é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si. (RAFFESTIN, 1993, p.143-144).

Haesbaert (2008, p.21) segue no mesmo caminho ao alertar que para estudar o conceito de território:

[...] é necessário distinguir território e espaço (geográfico); eles não são sinônimos, apesar de muitos autores utilizarem indiscriminadamente os dois termos – o segundo é muito mais amplo que o primeiro.

Raffestin (1993) chama atenção para o fato de que a noção de território foi herdada dos naturalistas, criando assim muita dificuldade no seu transporte para a análise da realidade social. Tal dificuldade marcou, em sua opinião, o uso dessa noção na história da Geografia, levando à sua naturalização. Nesse sentido, sua definição representa certa retomada do conceito de território formulado por Ratzel, que considerava que o território representava as condições de trabalho e existência da sociedade, e, portanto, a perda de território indicava a decadência da sociedade e o progresso requeria o aumento deste.

Na análise de Raffestin, a construção do território revela relações marcadas pelo poder. Assim, faz-se necessário enfatizar uma categoria essencial para a compreensão deste poder exercido por pessoas ou grupos sem o qual não se define o território. Poder e território, apesar da autonomia de cada um, serão enfocados conjuntamente para a consolidação do conceito. Assim, o poder é relacional, pois está intrínseco em todas as relações sociais.

Enfatizando o caráter político da noção de território, Raffestin sustenta que a imagem territorial projetada por um ator social não é equivalente ao território real, pois este é a conjugação de distintos projetos territoriais em disputa. Segundo o autor, são três os elementos do sistema territorial: a tessitura (repartição), os nós e as redes.

As imagens territoriais são a forma assumida pela estrutura (tessitura, nós e redes) manipulada por um sistema de objetivos intencionais e ações, sendo que todos — desde o Estado, passando pelas empresas e chegando aos indivíduos —, são atores

sintagmáticos, isto é, produtores de territórios. A tessitura exprime a área de exercício dos poderes ou a área de capacidade dos poderes; os pontos que integram as malhas são os nós, as nodosidades territoriais; enquanto as redes são a expressão da hierarquia dos pontos. Assim, redes, tessituras e nós revelam um domínio do quadro espaço-temporal.

O território é então uma expressão de um conjunto de tessituras, redes e nós que se entrelaçam e permitem que as áreas de exercícios de poder (nós) se conectem por meio das redes e formem a tessitura territorial.

1.2- As diferentes perspectivas do conceito de Território

Existem várias perspectivas (materialista, idealista e integradora), visões, concepções que discutem o conceito de território e procuram demonstrar que cada aspecto dado a esta categoria ocorre em função das discussões que se pretendem realizar. Diante dessas análises, conceituar o território é muito complexo, uma vez que o mesmo pode ser discutido por diversas perspectivas.

Com isso, ao discutirmos o território, torna-se imprescindível informar/ponderar o contexto a que se refere, ressaltando as concepções/perspectivas em que é problematizado, já que a oscilação de uma para outra significa também mudanças teórico-metodológicas.

Nas análises oriundas da *perspectiva materialista*, o território é visto como materialidade, ou seja, faz-se alusão à posse de um espaço que não ocorre sem que haja disputa. Cabe ressaltar que dentro da perspectiva materialista há ramificações, tais como as concepções naturalistas, econômicas, políticas e culturais.

Nesta concepção, o território é um emaranhado de forças de poder que agem e proporcionam a (re)construção das territorialidades. Essas forças são ligadas à natureza, de ordem econômica, política e/ou cultural. Todas estão imbricadas na composição do território, contribuindo para seu arranjo heterogêneo.

A *perspectiva idealista* tem ganhado uma amplitude nas discussões que enfatizam mais abertamente a dimensão ideal-simbólica do território. Neste contexto, o território é primeiro um valor; sendo assim, o poder do laço territorial revela que o espaço está investido de valores não apenas materiais, mas também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos. Neste sentido, Haesbaert (2004, p.87) exemplifica uma forma de territorialização simbólica ao ratificar “[...] que a ligação dos povos tradicionais ao

espaço de vida é mais intensa porque, além de um território-fonte de recursos, o espaço é ocupado de forma ainda mais intensa através da apropriação simbólica-religiosa.”

Já a *perspectiva integradora* procura fazer uma leitura do território em sua totalidade, ou seja, não se distingue e restringe a uma única visão, seja ela natural, econômica, política ou cultural, mas concebe o território como uma categoria geográfica em uma visão integradora.

Haesbaert (2002, p.19) alerta que não é tarefa fácil fundir todas essas dimensões em um único território.

[...] dificilmente encontramos hoje um espaço capaz de “integrar” de forma coesa as múltiplas dimensões ou lógicas econômicas, política, cultural, natural [...]. Sobrariam então duas possibilidades: ou admitir vários tipos de territórios que coexistiriam no mundo contemporâneo, [...] ou trabalhar com a ideia de uma nova forma articulada/conectada, ou seja, integrada, que se daria através das redes.

É notável que a visão integradora do território parte do pressuposto de uma imbricação de múltiplas relações de poder entre sociedade, natureza, política, economia, cultura, materialidade e idealidade, todas numa interação espaço-tempo. Na contemporaneidade, deve-se entender que esta perspectiva só será possível a partir da articulação com as redes, através das múltiplas escalas, que se estendem do local ao global.

1.3- Identificando os diferentes territórios

Segundo Haesbaert (2007) podem-se identificar os territórios através das seguintes modalidades:

a) Territorializações mais fechadas, quase “uniterritoriais” no sentido de imporem a correspondência entre poder político e identidade cultural, ligadas ao fenômeno do territorialismo, como nos territórios defendidos por grupos étnicos que se pretendem culturalmente homogêneos, não admitindo a pluralidade territorial de poderes e identidades;

b) Territorializações político-funcionais mais tradicionais, como a do Estado-Nação que, mesmo admitindo certa pluralidade, não admite a pluralidade de poderes;

c) Territorializações mais flexíveis, que admitem a sobreposição territorial, seja sucessiva (como nos territórios periódicos ou espaços multifuncionais na área central das grandes cidades) ou concomitantemente (como na sobreposição “encaixada” de territorialidades político-administrativas);

d) Territorializações efetivamente múltiplas – uma “multiterritorialidade” em sentido estrito, construídas por grupos ou indivíduos que constroem seus territórios na conexão flexível de territórios multifuncionais e multi-identitários.

Desta forma, o referido autor aponta que é fundamental enfatizar que a noção de território deve partir do pressuposto de que:

- é necessário distinguir território e espaço (geográfico); eles não são sinônimos, apesar de muitos autores utilizarem indiscriminadamente os dois termos – o segundo é muito mais amplo que o primeiro;
- o território é uma construção histórica e, portanto, social, a partir das relações de poder (concreto e simbólico) que envolvem, concomitantemente, sociedade e espaço geográfico (que também é sempre, de alguma forma, natureza);
- O território possui tanto uma dimensão mais subjetiva, que se propõe denominar aqui de consciência, apropriação ou mesmo, em alguns casos, identidade territorial, e uma dimensão mais objetiva, que se pode chamar de dominação do espaço, num sentido mais concreto, realizada por instrumentos de ação político-econômica.

Acreditamos que Rogério Haesbaert é um dos autores que mais tem avançado nas formulações teórico-metodológicas acerca do conceito de território/territorialidade. O referido autor analisa o território com diferentes enfoques, elaborando uma classificação em que se verificam três vertentes básicas:

1) **jurídico-política**, segundo a qual “o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal”;

2) **cultural**, que “prioriza dimensões simbólicas e mais subjetivas, o território visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço”;

3) **econômica**, “que destaca a desterritorialização em sua perspectiva material, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho”.

Já na abordagem de Marcelo Lopes de Souza (1995), o território possui uma esfera política (que é privilegiada em seus trabalhos) e também cultural, visto que este autor identifica nas grandes metrópoles grupos sociais que estabelecem relações de poder formando territórios no conflito pelas diferenças culturais.

Souza (1995) salienta que “o território é um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”, numa crítica a Raffestin. O autor aponta que o poder não se restringe ao Estado e não se confunde com violência e dominação. Desta forma, o conceito de território deve abarcar mais que o território do Estado-Nação, podendo ser um mero quarteirão dominado por uma gangue, uma favela carioca controlada por uma facção criminosa ou mesmo um bloco econômico constituído por países da Europa.

Após retrabalhar o conceito de território, o referido autor propõe o conceito de território autônomo como uma alternativa de desenvolvimento. A autonomia constitui, no entender do autor, a base do desenvolvimento que é encarado como processo de autoinstituição da sociedade rumo a uma maior liberdade e menor desigualdade. Para o autor:

Uma sociedade autônoma é aquela que logra defender e gerir livremente seu território [...]. Uma sociedade autônoma não é uma sociedade sem poder [...]. No entanto, indubitavelmente, a plena autonomia é incompatível com a existência de um “Estado” enquanto instância de poder centralizadora e separada do restante da sociedade (SOUZA, 1995, p.106).

Deste modo, na visão de Marcelo Lopes de Souza, o território deve ser apreendido em suas múltiplas vertentes (econômica, cultural/identidade, poder etc.) e com diversas funções. Mesmo privilegiando as transformações provenientes do poder no território, o autor aponta a existência de múltiplos territórios, principalmente nas grandes cidades, como o da prostituição, do narcotráfico, dos homossexuais, das gangues e outros que podem ser temporários ou permanentes.

Apesar de não se considerar a proposta de um “território autônomo” como válida para o desenvolvimento deste trabalho, o conceito de território que é desenvolvido por Souza (1995) a partir da crítica a Raffestin parece bastante válido, já que este demonstra como a construção de territórios a partir de relações de poder pode ser bem diversificada, indo muito além da questão da violência direta.

Desta maneira, em um território podem existir vários poderes atuando ao mesmo tempo ou de formas sobrepostas. A principal contribuição de Marcelo Lopes de Souza reside em seus apontamentos sobre a existência dos múltiplos territórios dentro do território do Estado-Nação, que podem apresentar uma existência temporária ou permanente no tempo e no espaço.

Da mesma forma que em Claude Raffestin e Marcelo Lopes de Souza, a ideia de poder também é uma constante na discussão sobre território feita por Marcos Aurélio Saquet:

O território é produzido espaço-temporalmente pelas relações de poder engendradas por um determinado grupo social. Dessa forma, pode ser temporário ou permanente e se efetiva em diferentes escalas, portanto, não apenas naquela convencionalmente conhecida como o território nacional sob gestão do Estado-Nação (SAQUET, 2004, p. 81).

Saquet (2007) também propõe um conceito de território levando em consideração as três vertentes mencionadas por Haesbaert (jurídico-política, econômica e cultural). Este autor também pode ser útil, pois acrescenta nesta perspectiva de análise a vertente da natureza, bastante negligenciada no debate sobre o conceito de território. Segundo o referido autor, “a natureza está no território, e dele é indissociável”. Assim, especialmente nos territórios rurais, questões como fertilidade do solo, a geomorfologia local e outros elementos naturais são fundamentais para compreendermos os conflitos territoriais.

De fato não se pode ignorar, principalmente no âmbito da Geografia, que a definição de território precisa levar em conta a dimensão material e/ou natural do espaço, mas sem sobrevalorizá-la ou inferiorizá-la. É importante não esquecer que há sempre uma base natural para a conformação de territórios e que, dependendo do grupo social que o produz (por exemplo, as comunidades indígenas), a relação dos grupos sociais com a primeira natureza pode mesmo ser primordial na sua definição (Haesbaert, 2007).

1.4- Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização na Geografia e nas Ciências Sociais

Segundo Haesbaert (2002), o debate sobre os processos de desterritorialização, ou seja, sobre a criação e o desaparecimento de territórios, constitui um dos mais relevantes na última década e promoveu uma espécie de diálogo oculto entre a Geografia e as demais Ciências Sociais preocupadas, cada vez mais, com a dimensão espacial da sociedade.

O conceito de território a partir de diferentes abordagens é muito utilizado não apenas na Geografia, mas também em ciências como a Antropologia, Ciência Política, Sociologia, Biologia, Economia e outras.

É notório que as Ciências Sociais vêm realizando uma revalorização (ou redescoberta) do território. Porém, na maioria dos estudos, os autores defendem uma posição que aponta para um mundo em um processo cada vez maior de desterritorialização. Para muitos estudiosos do tema, o trabalho que melhor representa esse ponto de vista é o do cientista político francês Bertrand Badie (1996), em “O fim dos territórios.” Nos trabalhos que seguem essa perspectiva, a dimensão espacial é discutida a partir do seu enfraquecimento e/ou do seu desaparecimento, e não pela sua relevância nos dias atuais. Haesbaert (2002) aponta que Badie (1996) é um dos autores (incluindo aí alguns geógrafos) que acreditam na mudança de um mundo “territorial” para um mundo “reticular” ou das redes, como se fosse nítida a distinção entre estas duas formas de organizar e de pensar o espaço geográfico.

No entanto, deve-se reconhecer que vivenciamos hoje um período no qual é cada vez maior a transdisciplinaridade, por isso, é fundamental que as diversas ciências se debrucem teórica e metodologicamente sobre o tema. Assim, Rogério Haesbaert (1995) indica que, num mundo cada vez mais globalizado e complexo, os fenômenos que são apontados por muitos pesquisadores como de desterritorialização, são na verdade uma multiterritorialidade, que reúne três elementos básicos: os territórios-zona, os territórios-rede e os aglomerados de exclusão.

Para o mesmo autor, nos territórios-zona prevalece a lógica política, nos territórios-rede prevalece a lógica econômica e nos aglomerados de exclusão ocorre uma lógica social de exclusão socioeconômica das pessoas.

É importante destacar que:

[...] esses três elementos não são mutuamente excludentes, mas integrados num mesmo conjunto de relações socioespaciais, ou seja, compõem efetivamente uma territorialidade ou uma espacialidade complexa, somente apreendida através da justaposição dessas três noções ou da construção de conceitos “híbridos” como o território-rede (HAESBAERT, 2004, p.79).

Sendo assim, a territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar”. Com isso, percebe-se que Haesbaert (2004) aproxima-se de Souza (1995) por entender que o território é um conceito que deve ser entendido a partir de um caráter relacional.

No mesmo caminho, Sack (1986, p.219) afirma:

A territorialidade, como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado.

Segundo Haesbaert (2004), a territorialidade é “algo abstrato”, como diz Souza (1995), mas não no sentido radical que a reduz ao caráter de abstração analítica. Ela é uma “abstração” também no sentido ontológico de que, enquanto “imagem” ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural, mesmo que o território ao qual se refira não esteja concretizado. Ou seja, o poder, no seu sentido simbólico, também precisa ser devidamente considerado nas concepções de território. É justamente por fazer uma separação demasiado rígida entre território como dominação (material) e território como apropriação (simbólica) que muitos ignoram a complexidade e a riqueza da “multiterritorialidade” em que estamos inseridos na contemporaneidade.

Neste sentido, Sack (1986, p.222) aponta:

A territorialidade pode ser entendida como a estratégia geográfica para controlar/atingir a dinâmica de pessoas, fenômenos e relações através da manutenção do domínio de uma determinada área.

Sendo assim, pode-se compreender que estamos imersos em multiterritorialidades que ora podem se sobrepor, ora podem se distinguir no tempo e no

espaço devido à complexidade em que as relações sociais estão inseridas no período vigente. Com isso, quanto maior a possibilidade de acessar essas multiterritorialidades, maior é a capacidade do sujeito ou de grupos sociais terem acesso a relações sociais de poder mais intensas.

1.5 - O conceito de rede nas Ciências Sociais

Assim como ocorre com o estudo sobre o conceito de território, pode-se perceber atualmente uma intensa utilização do termo redes na linguagem acadêmica ou no senso comum, sendo utilizado para designar uma gama de objetos e fenômenos (Portugal, 2007). No meio acadêmico é crescente número de trabalhos sobre o tema das redes, que tem sido debatido em vários campos do conhecimento, tais como: na Comunicação, Saúde, Educação, Economia, Geografia, Administração, Antropologia, Sociologia e outros.

Dias (1995, p. 143) diz que:

o termo redes não é recente, tampouco a preocupação de compreender seus efeitos sobre o território. Assim, as redes desde muito tempo se constituíram como importante locus de estudos.

Segundo Portugal (2007), o sucesso das redes se deve basicamente a dois elementos: a ampliação do desenvolvimento das formas de comunicação, possibilitando a existência de conexões com lugares antes (quase) isolados; a valorização das relações (virtuais) entre as pessoas e entre pessoas e objetos. Isso explicaria a importância que as redes sociais assumiram no campo das comunicações, do conhecimento e da prática.

Por muito tempo a ideia de estrutura foi um elemento chave nos estudos sociológicos, a partir da qual eram estudados os elementos que compõem uma determinada estrutura social; porém muitas vezes o ponto de partida das pesquisas era um conjunto de unidades independentes que formariam a estrutura. Sílvia Portugal (2007) aponta que:

[...] não se pode querer compreender a estrutura e ignorar as relações que se estabelecem entre os seus elementos. É esta armadilha que a análise das redes pretende evitar, procurando encontrar regularidades, grupos, categorizações, de modo indutivo, através da análise do conjunto de relações. (PORTUGAL, 2007, p.7)

O conceito de rede, segundo Musso (2004), por ser mais dinâmico e ter um caráter ontológico, teria atualmente superado as noções outrora dominantes — estrutura e sistema — nos estudos sociológicos. A análise de redes sociais parte do pressuposto de que relações sociais constituem a unidade básica da sociedade, em lugar dos atributos dos indivíduos. Neste sentido, o mundo social seria formado ontologicamente por padrões de relação de vários tipos e intensidades em constante transformação (Marques, 2007).

Nas análises relacionais como os estudos analíticos a partir das redes, pessoas, organizações, entidades e grupos são representados como nós, e as relações como vínculos, que podem ser materiais e imateriais, apresentar conteúdos múltiplos e usualmente serem pensados como em constante transformação. Marques (2007) aponta que os ganhos analíticos do uso das redes advêm do fato de que os padrões de relações de diversas situações sociais apresentam complexidade tão elevada que não podem ser analisados satisfatoriamente por métodos engessados no tempo e no espaço.

Devido ao fato de os estudos das redes terem ultrapassado diferentes campos da ciência, tem sido cada vez maior o número de estudos que apontam a sociedade contemporânea como uma “rede social complexa” que necessita de um arcabouço teórico e metodológico novo.

Desde o final da década de 1990, diversas obras vêm defendendo a emergência de uma “nova ciência das redes” (Watts, 2003), que usa o conceito como forma de apreender as interconexões do mundo contemporâneo. Autores como Duncan J. Watts (sociólogo, doutorado em matemática aplicada), Mark Buchanan ou Albert-László Barabási (ambos físicos) têm cruzado conhecimentos das ciências sociais, da matemática, da física, da engenharia, da medicina, da biologia na defesa de uma visão do mundo em que tudo está ligado (...), desde a *world wide web*, aos mercados financeiros, às epidemias, passando pela investigação científica e o terrorismo (...) (PORTUGAL, 2007, p.2).

Segundo os defensores dessa perspectiva, o conceito de redes possibilita aos pesquisadores uma potencialidade e uma capacidade analítica de dar respostas para diferentes problemas em diferentes campos. Por isso, os estudos baseados na ideia de redes possuiriam um caráter transdisciplinar.

Ainda nesta perspectiva metodológica sobre os estudos das redes, esse tipo de análise envolve escolhas que determinam os resultados das pesquisas. A primeira escolha analítica fundamental diz respeito ao tipo de rede a ser estudada. A segunda

escolha refere-se aos elementos que compõem as redes: indivíduos, famílias, grupos, organizações e outros. Esses agrupamentos institucionais e/ou grupais, por sua vez, conectam-se muitas vezes por meio dos indivíduos que os constituem.

Por outro lado, os vínculos considerados na análise podem envolver elementos materiais, como dinheiro e mercadorias, e imateriais, como afeto, informações e ideias. A essa dimensão se soma outra ligada à intensidade dos vínculos, que podem ser fracos ou fortes, formais ou informais, podendo ser considerados de forma conjunta e sistemática (Marques, 2007).

A enorme divulgação e a utilização do conceito de rede têm feito com que os teóricos da *network analysis* sugerissem um novo paradigma nas Ciências Sociais, quando falamos sobre a teoria das redes. Portugal (2007) acredita que não se possa falar da existência de um novo paradigma no sentido kuhniano, no qual esta teoria se sobressairia frente às demais e se tornaria hegemônica. Outra justificativa para negar o surgimento de um novo paradigma seria o fato de que internamente a teoria sociológica seja hoje partilhada por diferentes perspectivas teóricas, sem que se possa identificar uma dominante, assim como a própria teoria das redes. A grande contribuição dessa teoria para as análises sociológicas estaria na concepção relacional dos estudos das estruturas sociais.

Apesar da gama de estudos, é possível reconhecer pelo menos três tipos de análise sobre as redes. A primeira perspectiva investiga os efeitos das posições dos atores e entidades sobre os fenômenos políticos. Essas posições podem potencialmente: a) alterar os resultados; b) influenciar as ações, estratégias, alianças e oposições; c) influir sobre as propensões cognitivas dos atores (inclusive as suas preferências). O segundo tipo de uso analítico das redes foca nos efeitos da estrutura da rede sobre os fenômenos existentes em uma dada situação. Neste caso, analisam-se a conformação geral de densidades e grupos e os padrões de contiguidade, conectividades e distância presentes na rede social. Por fim, o terceiro grupo discute os efeitos de modelos diferentes de estrutura sobre tipos de fenômenos. A ênfase, nesse caso, está na comparação entre estruturas de várias redes de um mesmo tipo (Marques, 2007).

Porém, nota-se que é cada vez maior a naturalização do termo redes, que geralmente se apresenta articulada a tecnologias da informação e/ou a questões técnicas. Neste sentido, muitos estudiosos assinalam que a rede é toda infraestrutura que, permitindo o transporte de matéria, de energia ou de informação, se inscreve sobre um

território que se caracteriza pela topologia dos seus pontos de acesso ou pontos terminais, seus arcos de transmissão, seus nós de bifurcação ou de comunicação (Curien e Gensollen 1985 *apud* Lima da Silveira, 2003).

Como nos lembra Dias (1995), a história das redes técnicas é também a história das inovações tecnológicas em resposta às demandas sociais que surgem em determinados locais e em determinados momentos. Esse é o sentido do surgimento, por exemplo, das redes de transporte como a ferrovia e a rodovia, das redes de comunicação, como a telegrafia, a telefonia e a teleinformática; ou ainda das redes de energia, como energia elétrica, os gasodutos e os oleodutos.

Lima da Silveira (2003) nos alerta que os dispositivos técnicos, como as redes, devem ser entendidos como produtos da sociedade em determinado momento histórico. Para ele, ao se reificar um dado objeto técnico, valorizando o seu determinismo tecnológico, esquece-se de que o equipamento não é uma coisa, mas um suporte de ações.

Citando o trabalho de Offner e Pumain (1996, p.15), Lima da Silveira (2003) aponta que, ao analisar as redes técnicas em sua relação com o território, evidencia-se que essa relação é ambígua, pois a rede ora é fator de coesão – porque ela solidariza, ela homogeneiza – ora ela transgride os territórios opondo às malhas institucionais as suas lógicas funcionais.

Nesse aspecto, a análise da evolução das redes, distinguindo sua infraestrutura, seus serviços e seu comando, permite superar esta contradição evidenciando que sua participação é essencial para a construção de novas escalas territoriais, ainda que seu papel não seja determinante, como sugere Castells (1997), mas de acompanhamento, na estruturação dos territórios.

Assim, concordando com Offner (2000), Lima da Silveira (2003) diz que na realidade a interação entre redes e territórios contradiz os mitos da desterritorialização e de um espaço dual, bem como aquele dos possíveis efeitos estruturantes que as redes de comunicação têm sobre os territórios. Todavia, as redes não são neutras quanto à dinâmica territorial, elas tornam possível a criação ou o reforço da interdependência entre os lugares, formando um sistema, podendo contribuir para a produção de desigualdades territoriais.

Em relação ao conceito de rede, pode-se, de acordo com Santos (1996), defini-lo a partir de duas dimensões complementares. Uma primeira refere-se à sua forma, à sua

materialidade. Por sua vez, a segunda dimensão trata de seu conteúdo, de sua essência. Assim, a rede é também social e política, pelas pessoas, mensagens, valores que a frequentam. Sem isso, e a despeito da materialidade com que se impõe aos nossos sentidos, a rede é, na verdade, uma mera abstração (Santos, 1996).

Nessa perspectiva, Dias (1995) complementa que a rede apresenta a propriedade de conexidade, isto é, através da conexão de seus nós, ela, simultaneamente, tem a potencialidade de solidarizar ou de excluir, de promover a ordem e a desordem. Além disso, ela destaca que a rede é uma forma particular de organização, e no âmbito dos processos de integração, de desintegração e de exclusão espacial ela se torna um instrumento valioso para viabilizar duas estratégias: a circulação e comunicação.

Acioli (2007) aponta que a noção de redes tem seu campo de origem nas Ciências Sociais e esta parece apontar para a necessidade de uma melhor contextualização do termo e de sua utilização. Portugal (2007) aponta que o conceito de rede social apareceu na Sociologia e a na Antropologia por volta da década de 1930, mas sua utilização se dava, sobretudo, em sentido metafórico.

Durante a segunda metade do século XX, o conceito de rede social tornou-se central na teoria sociológica internacional e gerou várias discussões sobre a existência de um novo paradigma nas Ciências Sociais. No transcurso das últimas décadas, a sociologia das redes sociais acabou por constituir-se como um domínio específico do conhecimento e institucionalizou-se progressivamente, através dos artigos publicados, da realização de eventos sobre o tema das redes, a criação de fóruns, debates e uma revista especializada (Portugal, 2007).

Nas Ciências Sociais, rede seria o conjunto de relações sociais entre um conjunto de atores e também entre os próprios atores. Designa ainda os movimentos pouco institucionalizados, reunindo indivíduos ou grupos numa associação cujos limites são variáveis e sujeitos a reinterpretações. Ela é construída socialmente, porque ela se torna objeto pensado em sua relação com o espaço e se exterioriza enquanto artefato técnico sobre o território (Musso, 2004).

Um dos campos do conhecimento que mais tem conseguido extrapolar a naturalização das redes como aspecto informacional ou técnico tem sido a Antropologia Social. Neste campo de estudo, a noção de redes (sociais) busca analisar e descrever processos sociais que envolvem conexões que transpassam os limites de grupos e

categorias. Seguindo o mesmo caminho, as Ciências Sociais e a Geografia também têm buscado problematizar mais esse tema.

Como foi apontado anteriormente, as redes surgem e se transformam em resposta às demandas sociais. Assim, o conceito de rede também se transforma para poder dar conta de explicar a realidade concreta. Moreira (1997) explica que durante longo tempo prevaleceu na Geografia uma leitura regional do espaço; esta tradição ainda hoje é muito forte nos estudos de Geografia mesmo com o fortalecimento do conceito de território, porém em muitos trabalhos este conceito ainda se confunde com o de região. No entanto, ao mesmo tempo em que não é incorreto pensar no termo região, é necessário mudar o modo de entender a região, pois a forma como a Geografia arruma a organização da vida social dos homens hoje é a rede (Moreira, 1997, p.2).

As redes há muito estão presentes na discussão do espaço geográfico, mas hoje são elas que, em grande medida, determinam e delimitam as regiões. O espaço geográfico se organiza e ganha determinadas características em função das redes, elas não apenas estão presentes no espaço, mas são determinantes dele, de seu formato.

É a ordem da rede que surge como forma nova e positiva de organização geográfica das sociedades com o desenvolvimento da técnica e do mercado, uma vez que é ela a arquitetura das conexões que dão suporte às relações avançadas da produção e do mercado. Em particular a rede dos transportes e das comunicações, característica essencial da organização espacial da sociedade moderna, uma sociedade umbilicalmente ligada à evolução da técnica, à aceleração das interligações e movimentos das pessoas, objetos e capitais sobre territórios, ao aumento da densidade e da escala da circulação (MOREIRA, 1997, p.2).

Se as redes são agora responsáveis pela caracterização do espaço, cada ponto local da superfície terrestre globalizada em rede vai ser o resultado desse encontro entrecruzando de horizontalidade e verticalidade (Moreira, 1997, p.3-4).

Seguindo um caminho parecido com o de Santos (1996) em sua concepção de rede, baseada em um teor técnico, mas intrinsecamente político-econômico, Moreira (1997) nos apresenta a ideia de que a entrada de um lugar em rede depende da horizontalidade e o veículo da horizontalidade é a produção; já a verticalidade é a combinação dos diferentes espaços da horizontalidade e seu veículo é a circulação, que pode ter como forma material a rede de transporte e comunicações.

Scherer-Warren (1996), assim como outros pesquisadores, tem desenvolvido trabalhos relacionados à temática das redes, associadas a movimentos sociais. Esses

trabalhos partem da análise de redes como caminho metodológico que facilite a apreensão das interações sociais, espaciais, informais e/ou institucionalizadas e temporais, que se estabelecem cada vez mais no mundo em que vivemos.

Explicitando essa busca metodológica, Scherer-Warren (1996, p.10) ressalta:

A análise em termos de redes de movimentos implica buscar as formas de articulação entre o local e o global, entre o particular e o universal, entre o uno e o diverso, nas interconexões das identidades dos atores com o pluralismo. Enfim, trata-se de buscar os significados dos movimentos sociais num mundo que se apresenta cada vez mais como interdependente, intercomunicativo, no qual surge um número cada vez maior de movimentos de caráter transnacional, como os de direitos humanos, pela paz, ecologistas, feministas, étnicos e outros.

Scherer-Warren (1996) ressalta que os estudos que indicam como caminho investigativo as análises de redes nos estudos de ações coletivas têm apontado para a ideia de que as ações coletivas surgem de redes, que interagem e influenciam-se mutuamente.

Nesse sentido, o reconhecimento dessas redes seria um agente facilitador da compreensão dos processos de mobilização, de formação das redes, como também dos caminhos percorridos pela informação nesses movimentos. Dessa forma, seriam articuladas várias dimensões de análise de forma complementar, de modo a perpassar os seguintes indicadores: territorialidade e desterritorialização, interação entre os vários espaços comunitários, articulações locais, regionais e nacionais, temporalidades históricas; sociabilidade político-ético-cultural e articulação das redes submersas com as redes ético-políticas.

Com isso, Randolph (1996) aponta que as redes encontram-se num “ponto de interseção” entre uma heterogeneidade de conteúdos (econômicos, sociais, políticos e culturais) e uma heterogeneidade de formas (locais, regionais, nacionais e mundiais). Uma “sistematização” da concepção das redes poderia usar essas duas dimensões como maneiras de identificar suas características.

A partir dessas contribuições teóricas e das possibilidades analíticas que os estudos sobre redes possibilitam, parece relevante para esta pesquisa o fato de que cada tipo de rede pode condicionar o acesso de indivíduos/grupos semelhantes ou díspares na estrutura social a diferentes recursos (materiais e simbólicos), ações políticas e/ou coletivas (Fontes, 2004). Neste sentido, o conhecimento das redes pode nos dar pistas

para entendermos o processo de gestão do agronegócio do eucalipto e suas conexões entre o mundo rural e urbano.

Neste sentido, acreditamos que a participação dos chamados neorrurais no crescimento do plantio de eucalipto em Valença/RJ não só fortalece esse grupo economicamente no seu espaço de origem (o urbano), possibilitando uma renda maior e consequentemente maior acesso a mercadorias, mas também possibilita que os mesmos ingressem numa nova rede de relações sociais (e de poder) associados ao agronegócio do eucalipto que tem sido gerado no município, este marcado pela prática da pecuária leiteira, abrindo assim a possibilidade de atuar e criar novas relações entre o rural e o urbano.

1.6 - Redes e Territórios ou Territórios em rede

As tecnologias cada vez mais dinâmicas na aceleração das transformações do espaço social conduzem a uma (re)definição dos territórios. Souza (1995) alerta que o território neste final de século incorpora um elemento novo, talvez inovador, em termos de percepção do espaço-tempo: a instantaneidade. Isso se deve ao processo de desterritorialização em que redes mundiais ativadas dominam uma espécie de organização extraterritorial do espaço. Na atualidade, este discurso está pautado na emergência de uma “sociedade em rede”, em contraponto à sociedade territorial.

Um dos pioneiros na análise da relação entre redes e território foi Raffestin (1993:204), em seu livro “Por uma Geografia do Poder”:

a rede aparece [...] como fios seguros de uma rede flexível que pode se moldar conforme as situações concretas e, por isso mesmo, se deformar para melhor reter. A rede é proteiforme, móvel e inacabada, e é desta falta de acabamento que ela tira sua força no espaço e no tempo: se adapta às variações no espaço e às mudanças que advêm do tempo. A rede faz e desfaz as prisões do espaço, tornando território: tanto libera como aprisiona.

Segundo Haesbaert (2007), o espaço é tornado território pela apropriação e dominação social. É constituído, ao mesmo tempo, por pontos e linhas, redes e superfícies ou áreas-zonas. É possível acrescentar então que são elementos ou unidades elementares do território, aquilo que Raffestin denomina de malhas – que Haesbaert

prefere denominar de áreas ou zonas; e as linhas e os nós ou pontos –, que reunidos são denominados de redes.

Nas sociedades tradicionais prevalece, então, uma construção de territórios baseada majoritariamente em áreas ou zonas, e nas sociedades modernas predomina a construção de territórios, onde o elemento dominante são as redes ou a geometria dos pontos e linhas (Haesbaert, 2004).

O território é, destarte, uma noção mais ampla que lugar e rede, mas pode também, em muitos casos, se desdobrar e confundir-se com eles. A rede pode ser então uma forma de expressão/organização do território, especialmente no atual período em que vivemos, denominado por muitos de globalização.

O estudo da relação entre território(s) e rede(s) envolve diferentes interpretações. Haesbaert (2004) aponta que é possível delimitar três grandes perspectivas em relação ao tema:

- A primeira engloba desde os que radicalizam na dicotomização e consideram território e rede duas categorias distintas, até aqueles que transformam a rede num simples componente do território, a ele totalmente subordinada. Na postura mais radical, o território se opõe à rede. Para alguns defensores desta proposta, a sociedade territorial está sendo substituída pela sociedade em rede (Castells, 1997; Badie, 1996); para outros, o território é uma forma de organização do espaço mais radical que a rede. Outra é a que defende Lévy (1993), para quem existem duas “métricas”, uma contínua, topográfica, euclidiana, dita territorial, e outra descontínua, topológica, não euclidiana, a métrica das redes;
- A segunda perspectiva é aquela que procura uma leitura intermediária, aquela que afirma que o território e a rede formam um binômio em que a rede pode tanto ser um elemento fortalecedor, interno aos territórios (como nas redes viárias e de comunicações como base na integração do território nacional), quanto um elemento que se projeta para fora do território promovendo a sua desestruturação, ou seja, um processo de desterritorialização (Haesbaert, 1995);
- A terceira perspectiva é aquela dos chamados “territorialistas”, cada vez mais raros; a ideia de rede está completamente subordinada à de território e este se confunde com o espaço geográfico, já que toda relação social é também uma relação territorial. Seja como elemento separado do território e que o domina, seja como seu constituinte que adquire novo

peso, a rede se coloca como referencial teórico fundamental neste debate. Ela é o veículo por excelência da maior fluidez que atinge espaço, sendo assim, o componente mais importante da territorialidade contemporânea.

As redes, em geral, ao estimularem os fluxos e o extravasamento, encontram-se a serviço da desterritorialização, principalmente no que se refere à sua articulação com os circuitos de fluidez da globalização. Mas elas acabam quase sempre integradas também, em outras escalas, a uma dinâmica reterritorializante. Haesbaert (2001) deixa clara a importância de se frisar que a produção do espaço envolve sempre, simultaneamente, a desterritorialização e a reterritorialização e que este processo acaba sempre direcionando fluxos ou definindo escalas de ação entre redes, muitas vezes extrapolando suas fronteiras.

Com isso, entendemos que, apesar da instabilidade dominante das redes, estas acabam por construir novas territorialidades com diferentes graus de permanência e enraizamento. Nesse sentido, é interessante a crítica de Haesbaert (2002) aos que apontam a existência de uma dicotomia entre território (estável, enraizado) e rede (fluidez e instabilidade) e também aos que subordinam as redes ao território. O autor propõe uma interpretação na qual ambos formam um par dialético, que ora podem se fortalecer mutuamente, ora se confrontam.

Na visão de Haesbaert (2001), território e rede podem formar um binômio no qual esta pode ser um elemento fortalecedor daquele, principalmente ao promover a interligação de fluxos de transportes, das movimentações financeiras e a comunicação das pessoas. O poder exercido por meio das tecnologias faz com que se possa exercer controle sobre territórios muito distantes e a descontinuidade dos territórios se torna muito corriqueira.

Contudo, isso não significa que tenha diminuído o peso da materialidade nos processos sociais mais relevantes e que, por isso, tenha ocorrido uma desterritorialização, mas que os espaços passaram a se condensar em áreas ou redes fisicamente muito mais restritas a essas materialidades e a todos os movimentos de ação da sociedade.

Já Souza (1995) refere-se à relação entre território e rede, pois destaca a possibilidade de se trabalhar com a ideia de “territórios descontínuos que seriam na realidade redes que articulam dois ou mais territórios contínuos”. Segundo o autor, a

diferença entre território e rede está no fato que o território possui uma “contiguidade espacial”, e as “redes” possuem uma “estrutura de nós e arcos”.

Para Souza (1995, p.93-94) é preciso:

[...] construir uma ponte conceitual entre o *território* em sentido usual (que pressupõe contiguidade espacial) e a *rede* (onde não há contiguidade espacial: o que há é, em termos abstratos e para efeito de representação gráfica, um conjunto de pontos – *nós* – conectados entre si por segmentos – *arcos* – que correspondem aos fluxos que interligam, “costuram” os nós – fluxos de bens, pessoas ou informações - sendo que os arcos podem ainda indicar elementos infraestruturais presentes no substrato espacial – p. ex., estradas – que viabilizam fisicamente o deslocamento dos fluxos). A esse território em rede ou território-rede propõe o autor do presente artigo chamar de *território descontínuo*. Trata-se, essa ponte conceitual, ao mesmo tempo de uma ponte entre escalas ou níveis de análise: o território descontínuo associa-se a um nível de tratamento onde, aparecendo os nós como pontos adimensionais, não se coloca evidentemente a questão de investigar a estrutura interna desses nós, ao passo que, à escala do *território contínuo*, que é uma superfície e não um ponto, a estrutura espacial interna precisa ser considerada. Ocorre que, como cada nó de um território descontínuo é, concretamente e à luz de outra escala de análise, uma figura bidimensional, um espaço, ele mesmo um território (uma favela territorializada por uma organização criminosa), temos que cada *território descontínuo é, na realidade, uma rede a articular dois ou mais territórios contínuos*.

Milton Santos foi um grande estimulador dos estudos sobre território e rede, articulando tanto uma abordagem própria da Geografia, quanto da teoria social. Santos (1996) correlaciona a não homogeneidade dos espaços à não homogeneidade das redes, lembrando que:

Num mesmo subespaço, há uma superposição de redes, que inclui redes principais e redes afluentes ou tributárias, constelações de pontos e traçados de linhas (SANTOS, 1996, p.214).

Para esse autor, através das redes pode-se reconhecer três níveis que articulam o global, o regional e o local. São eles: o nível mundial; o território, país ou Estado; e o lugar – onde fragmentos de rede ganham uma dimensão única e socialmente concreta (Santos, 1996).

As redes têm um movimento dialético de oposições, confrontos e alianças – incluindo os sistemas de poder – que interferem em todos os níveis. De forma bastante

elucidativa o referido autor chama atenção para os fatos da complexidade e do dinamismo das redes, pois estas são virtuais, mas também reais, são técnicas, mas também sociais, portanto são por vezes estáveis/instáveis, mas também dinâmicas. Elas incluem em si mesmas um movimento social de dinâmicas ao mesmo tempo locais e globais.

Ele ressalta que:

Mediante as redes, há uma criação paralela e eficaz da ordem e da desordem no território, já que as redes integram e desintegram, destroem velhos recortes espaciais e criam outros. Quando ele é visto pelo lado exclusivo da produção da ordem, da integração e da constituição de solidariedades espaciais que interessam a certos agentes, esse fenômeno é como um processo de homogeneização. Sua outra face, a heterogeneização, é ocultada. Mas ela é igualmente presente (SANTOS, 1996, p.222).

A partir das diferentes interpretações entre a relação território-rede, fica evidenciada a importância que o aprofundamento dos estudos sobre este tema, que pode e muito contribuir para entendermos os fenômenos socioespaciais complexos com que nos deparamos em nosso cotidiano.

1.7 – Por que utilizar o conceito de território/territorialidade para compreender a expansão da monocultura do eucalipto?

Buscar-se-á analisar a expansão da silvicultura comercial a partir de uma perspectiva relacional do conceito território, entendendo-se que este pode se apresentar através de diferentes formas, tais como a territorialização mais tradicional, que pode ser representada pela expansão física das áreas com o plantio de eucalipto, ou de uma forma mais dinâmica, na qual se pode entender que a expansão da silvicultura possa se dar na forma de territórios-redes, através, sobretudo, de relações econômicas (Haesbaert, 2004). Tal conceito será fundamental também para caracterizar-se e compreender-se o público alvo deste trabalho.

Neste sentido, compreende-se o território/territorialidade como processos dialéticos que fazem parte de relações sociais cada vez mais complexas, a partir de autores que trabalham dentro deste viés de análise, tendo nos trabalhos de Rogério Haesbaert a principal referência teórica. Porém, apontar-se-ão alguns autores e perspectivas teóricas, assinalando as características com as quais o conceito de território vem sendo trabalhado, tentando qualificar e enriquecer o referencial teórico.

A partir de tais trabalhos teóricos, pode-se entender o conceito de território como dinâmico, relacional e dialético, no qual melhor se expressam as relações sociais e de poder, assim como os conflitos sociais e ambientais. Dentro desta linha teórica, torna-se melhor a compreensão da dinâmica de territorialização da monocultura do eucalipto. Assim, as possíveis transformações sociais (econômicas, culturais e identitárias) e ambientais que poderão ocorrer nesta área de estudo ficarão mais nítidas.

Neste sentido, os trabalhos de Rogério Haesbaert e Marcelo Lopes de Souza sobre a relação entre o(s) território(s) e a(s) rede(s) podem apontar caminhos para se compreenderem as relações entre as empresas e os produtores de eucalipto, a fim de os caracterizar, e, principalmente, entenderem-se os mecanismos utilizados para a expansão da monocultura do eucalipto em Valença/RJ.

Com isso, este trabalho alinha-se com Porto-Gonçalves (2006), quando aponta que o conceito de território é fundamental para compreendermos as relações sociais e de poder que estão inseridas nas sociedades capitalistas, especialmente no que se refere à forma como têm sido apropriados de forma cultural e política os recursos naturais existentes. Assim, o conceito de território está no centro das análises sobre o desafio ambiental (e social) contemporâneo.

1.8 - Noção de espaço rural e relação rural/urbano no Brasil: algumas interpretações

Para desenvolver a pesquisa ora empreendida, será importante compreender as diferentes concepções sobre o espaço rural brasileiro e a sua relação com o espaço urbano. O primeiro ponto que se deve levar em consideração é que, para pensarmos o espaço agrário hoje, não se pode desconsiderar o desenvolvimento do capitalismo na sociedade atual e suas repercussões para o meio rural.

Segundo Oliveira (1996), este “desenvolvimento capitalista tem se mostrado como contraditório e combinado”, pois na medida em que relações capitalistas avançam, em contrapartida, as relações camponesas de produção como o trabalho familiar e coletivo resistem a este avanço capitalista.

Não se pode entender o espaço agrário como o oposto do espaço urbano, ou seja, analisá-los de forma dicotômica, pois as várias relações sociais e econômicas entre esses dois espaços os tornam muitas vezes unidos; por isso, é preciso compreendê-los como complementares e dialéticos.

Portanto, buscar-se-ão apresentar diferentes interpretações sobre o espaço rural e as suas relações com o espaço urbano, para que se possam melhor entender as novas dinâmicas empreendidas dentro de uma lógica cada vez maior de subordinação da agricultura frente aos interesses do capital urbano-industrial.

Cabe destacar que a Geografia pouco desenvolveu estudos sistemáticos sobre o rural brasileiro em detrimento de estudos sobre o espaço urbano. O crescimento e a valorização de estudos sobre a dimensão rural pode ser considerada recente no âmbito da ciência geográfica – muito se deve à visibilidade dos movimentos sociais do campo, à modernização da agricultura e à sua maior integração com o urbano.

O espaço agrário tem passado recentemente por um conjunto de mudanças, que têm impactado na sua forma e no seu conteúdo³. No Brasil, estas mudanças têm provocado uma série de estudos que visam a criar novas estratégias de desenvolvimento rural buscando diminuir a extrema situação de pobreza que grande parte da população do meio rural vive. Vejam-se as informações socioeconômicas expostas abaixo.

A pobreza é proporcionalmente muito maior no campo do que na cidade, atingindo 39% da população rural em 1990 (IPEA, 1996). É também neste espaço onde são identificados os menores índices de escolaridade e as maiores taxas de analfabetismo do país. A agricultura concentra hoje os mais baixos índices de renda média (MARQUES, 2002, p. 97).

Esta situação socioeconômica verificada nos espaços rurais mostra a importância de se pensar em políticas públicas para o desenvolvimento destas áreas. Porém, estudos do próprio IPEA apontam que nos espaços agrários onde houve uma maior redistribuição da terra, estes apresentam um elevado índice de desenvolvimento humano, como é o caso de alguns municípios e áreas rurais da região Sul do Brasil.

Segundo o IBGE⁴, o espaço urbano⁵ refere-se a toda sede de município ou distrito, sendo assim, o espaço rural seria residual e definido a partir de carências e não

³ Dentre os vários pesquisadores que desenvolveram estudos sobre as transformações ocorridas no meio rural (“o novo rural”) na última década, podem-se citar: Ricardo Abravomay, Jose Graziano da Silva, Maria José Carneiro, Sérgio Schneider, Roberto José Moreira, Maria de Nazaré Baudel Wanderley, Arioaldo Umbelino de Oliveira, Leonilde Sérvo de Medeiros, José de Souza Martins, entre outros nomes importantes.

⁴ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

⁵ O IBGE adota o critério político-administrativo e considera urbano toda a sede de município e de distrito. As áreas urbanizadas são caracterizadas por construções, arruamentos e intensa ocupação humana, além das áreas afetadas por transformações decorrentes do desenvolvimento urbano e aquelas reservadas à expansão urbana. Ver: www.ibge.gov.br

de suas próprias características. Além disso, o rural é definido pelos poderes municipais, o que, muitas vezes é influenciado por seus interesses fiscais. Esta definição possibilita uma série de incoerências na classificação do que é urbano ou rural.

Veiga (2002) chama atenção para o fato de que este critério leva a classificar como área urbana sedes de municípios muito pequenas, algumas com população inferior a 2.000 habitantes, o que seria ainda pior no caso de algumas sedes distritais. Tal distorção nos levaria a denominar de cidade o que na realidade seriam aldeias, povoados e vilas, resultando numa superestimação de nosso grau de urbanização (MARQUES, 2002, p. 97-98).

Veiga (2002) propõe três critérios para evitar a ilusão imposta pela atual norma legal, a saber: o tamanho populacional do município, sua densidade demográfica e sua localização. Para ele, a densidade demográfica constitui um critério importante para permitir a diferenciação entre urbano e rural, pois é este o indicador que melhor sinaliza a “pressão antrópica”, ou seja, o grau de urbanização dos territórios. Segundo este autor, o espaço rural é aquele onde os ecossistemas permanecem menos artificializados. A definição proposta por Veiga é fortemente influenciada pela proposta da OCDE – Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

A proposta de Veiga tem como elemento central defender a viabilidade econômica do espaço rural e por isso busca superar a concepção de espaço rural como sinônimo de atraso, enfatizando o dinamismo encontrado hoje nestas áreas em países desenvolvidos. Para ele, o principal trunfo econômico deste espaço é seu patrimônio cultural e natural (Marques, 2002).

Apesar das contribuições de Veiga, devem ser consideradas as críticas expostas por Marques (2002), que apontam o caráter excessivamente econômico da proposta do referido autor e a negligência em problematizar os aspectos sociais envolvidos nas relações sociais existentes no espaço rural.

Graziano da Silva (1996) tem sido um dos principais autores a defender a existência de uma nova dinâmica no espaço rural brasileiro, marcado pela urbanização. Em sua concepção, o rural não pode mais ser associado à atividade agrícola como tradicionalmente o fora.

Outra vertente de sua formulação diz respeito ao profundo processo de modernização da agricultura patronal e de parcelas da agricultura familiar, particularmente os integrados que, por seu grau de tecnificação e integração em

circuitos financeiros e informacionais, também não mais poderiam ser classificados como rurais. Assim, estaria em curso um duplo processo de urbanização do campo brasileiro: uma expansão da lógica de produção urbana para os setores modernizados da agricultura e a expansão de atividades tipicamente urbanas para as áreas onde a agricultura modernizada não se implantou. De acordo com esta análise, o rural está assistindo ao crescimento acelerado de atividades não-agrícolas, por isso, a tendência é que este se transforme em uma espécie de *continuum* do urbano, do ponto de vista espacial.

A cidade, no contexto destas análises, consiste no *locus* do desenvolvimento econômico e da modernização, enquanto o campo é entendido como um espaço arcaico, por isso em declínio. Segundo Sauer (2003) esta visão dicotômica ora contrapõe os dois polos, ora subordina, incondicionalmente, o rural ao urbano “através do estabelecimento de uma estreita identificação entre urbano e moderno, de um lado, em oposição ao rural e tradicional de outro” (Sauer, 2003, p.2). Obedecendo a esta lógica, o que se teria é a preponderância do urbano sobre o rural, ocasionando a diluição das contradições e diferenças entre estes dois espaços.

Rua (2002), seguindo a tendência de autores que trabalham as transformações do rural a partir do dinamismo urbano, propõe o uso da noção de “urbanidades”. Tal expressão, de acordo com Alentejano (1997), representa no fundo um avanço da urbanização ideológica, cultural e extensiva que o campo estaria enfrentando.

Neste sentido, Rua propõe ultrapassar o recorte tradicional rural/urbano tomando por base as “novas territorialidades” constituídas na interação do global (prioritariamente urbano) com o local (rural), rompendo com o que denomina “formalismo reducionista do rural definido a priori, por exclusão do urbano.” (Rua, 2002). Este autor considera a ideia de “novas ruralidades” por entender que tal expressão não afirma o comando urbano do processo de reestruturação espacial do rural no mundo contemporâneo. Assim, ele aponta que:

O rural será compreendido como um espaço incorporado/incorporador ao/do processo geral de urbanização; integrado ao urbano, mas guardando algumas especificidades [...] que são “oferecidas”, “descobertas”, “exploradas” como atrações locais [...] (RUA, 2002, p. 35).

Segundo Wanderley (2001) *apud* Sauer (2003), o principal problema desta análise repousa no fato de privilegiar uma visão direcionada ao urbano, considerado então como a fonte do progresso e dos valores dominantes, que se impõem ao conjunto da sociedade. Ora, focando-se no contraste entre estes dois espaços, o rural mais uma vez assume o polo atrasado em uma escala de gradação. Todavia, o outro olhar acerca do par rural-urbano prioriza uma análise que aproxima os dois polos. De acordo com esta vertente, o rural está integrado ao urbano, porém, mantém suas especificidades, assim:

Mesmo ressaltando-se as semelhanças entre os dois extremos e a continuidade entre o rural e o urbano, as relações entre o campo e a cidade não destroem as particularidades dos dois polos e, por conseguinte, não representam o fim do rural; o *continuum* se desenha entre um polo urbano e um polo rural, distintos entre si e em intenso processo de mudança em suas relações (WANDERLEY, 2001, p.33).

Em contraposição à perspectiva instrumentalista, Marques (2002) aponta como uma importante contribuição para este debate a proposta de Alentejano (1997, p.43), que propõe que “enquanto a dinâmica urbana praticamente independe de relações com a terra, tanto do ponto de vista econômico, como social e espacial, o rural está diretamente associado à terra, embora as formas como estas relações se dão sejam diversas e complexas.”

Marques aponta que, segundo o referido autor, cada realidade rural ou urbana deve ser compreendida em sua particularidade, mas também no que tem de geral, uma territorialidade mais ou menos intensa. É esta intensidade quem distingue, em sua opinião, o rural do urbano. Para Alentejano (2003, p.43) o urbano representa relações mais globais, mais deslocadas do território, enquanto o rural reflete uma vinculação local mais intensa.

Alentejano (2003) aponta que o espaço rural é caracterizado por uma vinculação maior com a terra. Entretanto, deve-se observar com reservas o autor quando este aponta o urbano como aquele que representa relações mais globais, e o rural, relações mais locais, pois tendo em vista os avanços técnicos do período atual (chamado por Milton Santos de “meio técnico científico-informacional”) muitas áreas do meio rural hoje já são dotadas de uma densidade técnica e, com isso, podem ter boa parte de suas relações sociais e econômicas realizadas até mesmo numa escala global – vide o exemplo das áreas do agronegócio, que comumente mantêm uma série de relações com

a escala global, ou mesmo, um assentamento de sem terras que já seja dotado de uma densidade técnica, seja através da internet ou mesmo de aparelhos de televisão. Estes, assim, podem manter também vinculações com a escala global tão intensas quanto com a escala local.

Outra referência no estudo do rural (e de suas relações com o urbano) é Abramovay (1992). Segundo este autor, a literatura internacional caminha para definir o significado da “ruralidade” nas sociedades contemporâneas a partir de três aspectos básicos: importância das áreas não densamente povoadas, a relação com a natureza e a dependência do sistema urbano.

Abramovay tem uma preocupação em atribuir às áreas rurais uma definição espacial. Segundo este autor o rural é pensado no Brasil, especialmente pelos formuladores de políticas públicas, associado à precariedade, a carência e ao atraso. Um dos fatores que está relacionado a este estigma é os dados populacionais, que apontam sempre para um processo de esvaziamento populacional das áreas rurais. Por isso, ele indica que devemos pensar o “desenvolvimento rural como um conceito espacial e multissetorial” e a agricultura é parte desse conceito.

Pode-se constatar, como salienta Abramovay (1992), que os estudos populacionais sobre o espaço rural poucas vezes são contestados, facilitando, assim, a propagação da ideia do campo como o espaço do atraso e da precariedade e a ideia de que para superar este atraso a única via é seu processo de urbanização. Este pensamento que hoje domina as políticas públicas para o espaço rural, de um lado, obscurece as áreas rurais que possuem um dinamismo e de outro lado não possibilita o avanço teórico da compreensão do espaço rural, assim como das políticas públicas para este espaço.

Para finalizar, Abramovay (1999) e Alentejano (2003) apontam que o espaço rural deve ser entendido pelas suas especificidades e não como um espaço precário e atrasado que está fadado ao fim, ou melhor, ao processo de urbanização; o que melhor diferencia, hoje, os espaços rurais dos espaços urbanos é a relação e a forma de uso que os homens fazem da terra, além de uma maior relação de pertencimento com este espaço e uma identificação com a natureza.

1.9 - A origem do conceito (e do debate) sobre o agronegócio

Agronegócio é um conceito que possui diferentes concepções para os estudiosos do meio rural brasileiro, apesar de ser tratado de maneira geral, com um sentido mais restrito, voltado para sua infraestrutura e principalmente abordando seus níveis de produção. Cabe ressaltar que o termo se apresenta em constante disputa conceitual entre o campo político e o campo acadêmico, ora incorporando elementos de um, ora de outro, de acordo com quem o anuncia, procurando a promoção e o desenvolvimento do termo. A origem do termo vem da língua inglesa (*agribusiness*) e é transformado na língua portuguesa para “agronegócio”.

Para o aprofundamento desse referencial teórico, utilizar-se-ão alguns autores que analisaram as transformações sofridas pela agricultura brasileira e suas implicações políticas e econômicas. Este caminho teórico a ser percorrido remontará o contexto em que estas mudanças ocorreram, resgatando um debate que tem origem nos anos 1950 e que até os anos 1980 é bastante significativo. Desta forma, serão apreciadas as intensas transformações causadas pelo desenvolvimento dos complexos agroindustriais e, posteriormente, com o advento de uma nova denominação (agronegócio), delinear-se-ão as mudanças que se desenvolveram nas esferas econômicas, mas também políticas e sociais presentes nestes processos.

Alberto Passos Guimarães (1979) colocou no centro da discussão as transformações oriundas do crescimento agrícola que, segundo ele, resultaram “dos antagonismos entre a economia rural e a economia urbana, os quais são a expressão histórica das relações desiguais e contraditórias entre a agricultura e a indústria” (Guimarães, 1979, p.14).

Ao propor o estudo da questão que provocou estas bruscas mudanças na agricultura, o autor dedica um dos capítulos de sua obra para analisar a formação do complexo agroindustrial, principalmente destacando a subordinação do setor agrícola dos países subdesenvolvidos às indústrias (no tocante à questão dos insumos e equipamentos destinados à produção e também à distribuição desta produção, o que revela o caráter monopolizador presente nesta desigual relação).

Geraldo Muller (1982) analisa as mudanças na agricultura que se industrializa e se subordina aos ditames que marcam o ritmo da indústria, procurando identificar as

características da nova agricultura brasileira que surgia nos anos 1970, destacando neste caso o papel do Estado (como patrocinador desta radical mudança do setor agropecuário brasileiro ao financiar grande parcela destas profundas alterações na base tecnológica do setor) e também mudanças com relação às estruturas sociais, algo pouco falado quando se destaca esse processo.

O autor caracteriza o processo de formação do chamado complexo agroindustrial como o conjunto de mudanças técnicas e econômicas (mas também políticas e sociais) junto à produção agrícola, destacando também que até o final dos anos 1960 agricultura e indústria eram setores interdependentes:

[...] no início dos anos setenta o Brasil dispunha de um conjunto de setores industriais e agrícolas interdependentes entre si que poderia, em face das inúmeras definições disponíveis, ser designado como complexo agroindustrial (CAI). Por conseguinte, definido como o conjunto dos processos tecnoeconômicos sociopolíticos que envolvem a produção agrícola, o beneficiamento e sua transformação, a produção de bens industriais para a agricultura e os serviços financeiros e comerciais correspondentes, o complexo agroindustrial brasileiro inexistia até por volta de 1970 no país, fundamentalmente porque os setores industriais que produziam para a agricultura não estavam constituídos enquanto indústrias localizadas no país. (MULLER, 1982, p.48)

Muller (1982) destaca não só a interdependência dos setores como também começa a descrever as mudanças que esse movimento provocava junto àqueles que, de alguma forma, estão ligados ao trabalho agrícola, tendo cada vez mais seu antigo instrumento de trabalho (terra) transformado em mercadoria e em objeto de controle e poder econômico:

Estes graus de interdependência setorial caracterizam a agricultura de que se fala e têm implicações cruciais na determinação de sua estrutura e dinâmica, porquanto interesses sociais nucleados no capital comercial e assentados na propriedade territorial e generosidade da natureza foram deslocados pelos interesses nucleados no capital industrial e financeiro em geral e, em particular, aquele que opera na agricultura. [...] Neste sentido, o trabalho agrícola submete ao capital num contexto marcado pela industrialização crescente da agricultura, processo no qual a terra-matéria perde suas forças determinadoras das condições de produção em favor da terra-capital (MULLER, 1982, p.49).

O autor destaca que estas transformações conformaram um novo desenho no quadro das categorias sociais presentes no campo, com um aumento significativo de trabalhadores assalariados. Outra contribuição do texto de Muller é inferir que os

setores industriais ligados à agricultura possuem elevado caráter de dependência para com as políticas de crédito voltadas para a agricultura, transformando-os em importantes grupos de pressão junto aos órgãos estatais que conduzem este processo, com uma atuação que tende a beneficiar estes grupos através da implementação de políticas que vão ao encontro de seus interesses enquanto representantes de um setor:

No que concerne aos setores industriais dirigidos para a agricultura, cabe dizer que sua recém identidade enquanto indústria é notória; os segmentos mais tradicionais de mecânica, química e rações passaram por transformações tão profundas que igualmente podem ser tomados como recentes. Estes setores apresentam-se fortemente organizados em sindicatos patronais que atuam em mercados acentuadamente oligopolizados. São setores que dependem diretamente de políticas creditícias dirigidas à agricultura, o que os leva a operar como grupos de pressão favoráveis à modernização do agro nacional, impelindo-os a influenciar a formulação de políticas monetárias, fiscais, cambiais e as relativas ao comércio interno e externo. [...] Para reprodução destes setores a expansão da industrialização do campo é de importância vital, fato que pode contrapor seus interesses aos dos produtores agrícolas ou pode somar-se a estes para pressionar os órgãos estatais. (MULLER, 1982, p.50)

Kageyama *et al* (1987) realizam uma descrição do novo padrão agrícola brasileiro em curso no final dos anos 1980, a partir de periodização estabelecida pela passagem dos chamados complexos rurais (baseados numa dinâmica que era determinada pelas flutuações do produto agrícola no mercado externo) para os complexos agroindustriais (que rearticulam os setores então separados da agricultura e indústria, além de integrar no interior destes complexos diferentes tipos de capitais).

Ao longo deste processo, os autores procuram dar ênfase a uma série de atores, sendo o principal deles o Estado brasileiro e o conjunto de medidas que viabilizaram estas mudanças – como a política de crédito rural, a internalização da indústria de fertilizantes, defensivos e máquinas agrícolas de um lado, e, de outro, o financiamento da agroindústria processadora, além da criação de instituições públicas para fomentar a pesquisa agropecuária. Outros atores relevantes são os grandes produtores rurais e os *lobbies* provenientes destes grupos junto ao Estado para demandar subsídios e implementação das políticas de modernização e ações que fomentaram o surgimento e a crescente expansão do novo padrão agrícola brasileiro, baseado na industrialização da agricultura.

Neste trabalho, os autores realizam uma importante distinção entre três processos que geralmente são tidos como sinônimos (modernização da agricultura, industrialização da agricultura e complexos agroindustriais).

Segundo os autores, por modernização da agricultura devemos entender um processo histórico que tem como principal característica mudanças na base técnica, a partir da introdução de novas ferramentas junto à produção:

Por modernização da agricultura se entende basicamente a mudança na base técnica da produção agrícola (...), que ganha dimensão nacional no pós-guerra com a introdução de máquinas na agricultura (tratores importados), de elementos químicos (fertilizantes, defensivos etc), mudanças de ferramentas e mudanças de culturas ou novas variedades. É uma mudança na base técnica da produção que transforma a produção artesanal do camponês, à base da enxada, numa agricultura moderna, intensiva, mecanizada, enfim, numa nova maneira de produzir. A modernização da agricultura no Brasil é, pois, um processo “antigo”. Nesta transformação da forma de produzir houve substituição de determinadas culturas por outras e, dentro da mesma cultura, por outras variedades modernas (KAGEYAMA *et al.*, 1987, p.01)

Já o processo de industrialização da agricultura é mais recente, datado de meados dos anos 1960, sendo caracterizado pela interdependência entre indústria e agricultura, sendo esta última subordinada às determinações do ramo industrial, dependendo deste para receber os diversos insumos que agora integram parte de sua produção. Importante destacar a característica irreversível da modernização associada diretamente a este segundo processo e assim apresentado pelos autores:

A “industrialização da agricultura” envolve a ideia de que a agricultura acaba se transformando num ramo de produção semelhante a uma indústria, como uma “fábrica” que compra determinados insumos e produz matérias-primas para outros ramos da produção. O camponês produzia em “interação com a natureza” como se esta fosse o “laboratório natural”. Trabalhava a terra com os insumos e ferramentas que tinha a seu alcance, quase sempre produzidos em sua própria propriedade. [...] A industrialização da agricultura brasileira é um processo recente, pós 65. O processo de industrialização da agricultura é qualitativamente diferente porque torna o processo de modernização irreversível. A partir do momento em que a agricultura se industrializa, a base técnica não pode regredir mais: se regredir a base técnica, também regride a produção agrícola. O longo processo de transformação da base técnica – chamado de modernização – culmina na própria industrialização da agricultura. Esse processo representa a

subordinação da natureza ao capital que, gradativamente, liberta o processo de produção agropecuária das condições naturais dadas, passando a fabricá-las sempre que se fizerem necessárias. (KAGEYAMA *et al.*, 1987, p.01).

De acordo com Kageyama *et al* (1987, p.2), existem três características de transformações básicas que terminam por diferenciar os processos de modernização da agricultura do processo de industrialização, a saber:

Primeiro não se trata apenas de usar crescentemente insumos modernos, mas também – principalmente – de mudar as relações de trabalho. Mesmo com a modernização havia espaço para pequena produção independente onde o proprietário (ou parceiro ou arrendatário), utilizando insumos modernos, seguia produzindo de maneira artesanal. [...] Na agricultura industrializada, a relação de trabalho é basicamente uma relação de trabalho coletivo (cooperativo); não há mais o trabalhador individual, há um conjunto de trabalhadores assalariados que trabalham coletivamente ou cooperativamente numa determinada atividade. O trabalhador não mais cuida do plantar ao colher: ele se especializa. [...] A segunda mudança qualitativa é a mecanização. A modernização da agricultura brasileira no pós-guerra é basicamente pelo trator, que passa de substituto da força animal para substituto da mão do homem, da força de trabalho. [...] Este salto qualitativo no processo de modernização da agricultura brasileira ocorre nos anos 60, quando se introduz a mecanização de todo o processo produtivo, do plantio à colheita. [...] A terceira transformação que muda qualitativamente o processo de modernização brasileira nos anos 60 é a internacionalização [...] dos setores produtores de insumos, máquinas e equipamentos para a agricultura [...]. É a partir dessas três transformações que ocorrem nos anos 60 que o processo de modernização da agricultura brasileira se torna irreversível, iniciando-se assim a industrialização da agricultura. (KAGEYAMA *et al*, 1987, p.2)

E, finalmente, a partir dos anos 1970, teve início o desenvolvimento de diferentes complexos, tendo como elemento unificador as políticas estatais e o seu papel enquanto financiador da transição de uma situação a outra.

No período pós-75 temos a constituição do que se vem chamando de complexos agroindustriais. São vários complexos que se constituem ao mesmo tempo em que a atividade agrícola se especializa continuamente. Na verdade, pode-se dizer que hoje não existe mais apenas uma agricultura: existem vários complexos agroindustriais. E a dinâmica desses segmentos da agricultura é a dos complexos. Em todos eles existe um elemento aglutinador “administrando-os”, que são as políticas do Estado. O Estado

assume o papel do capital em geral, do capital financeiro, o que coloca uma questão importante num regime democrático, que é o controle desse Estado. Esta é a questão política de fundo [...] (KAGEYAMA *et al.*, 1987, p. 3)

Delgado (1985) aborda em seu trabalho as conexões entre a mudança na base técnica de meios de produção da agricultura brasileira e o movimento de consolidação dos complexos agroindustriais nos anos 1970. Aponta com propriedade como o Estado brasileiro teve uma participação fundamental na criação de novas bases industriais e no fomento de pesquisas via instituições públicas, visando ao desenvolvimento de assistência técnica e especializada para o novo modelo de produção que despontava pelos seus elevados recursos financeiros investidos nesta transformação do setor agrícola brasileiro.

Segundo esse autor, as inovações introduzidas pelo processo de modernização agropecuária tiveram início na década de 1950, através da importação de meios de produção como insumos e novos equipamentos, alterando o padrão tecnológico vigente até aquele momento. Posteriormente, já no fim dos anos 1950, este processo ganhou ainda mais força com a presença cada vez maior e intensa das políticas do Estado, e também pelo aumento do número de indústrias de tratores.

O momento chave para a constituição do complexo agroindustrial para Delgado (1985: 34) “é o final dos anos 1960, quando já se encontra em andamento um conjunto de medidas do sistema financeiro que centralizavam sua formação (como a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR – e o II Plano Nacional de Desenvolvimento), sendo ainda mais articulado pela integração dos capitais intersetoriais agricultura-indústria”. Trata-se de um processo de fusão que, segundo o autor, vai além da simples relação técnica entre os dois setores citados, promovendo assim diferentes formas de integração sob o comando do capital industrial, como demonstra o autor na passagem citada abaixo:

O final dos anos 60 é considerado como marco de constituição do chamado Complexo Agroindustrial brasileiro (CAI), denominado ainda por alguns autores de arrancada do processo de *industrialização do campo*. Esse processo caracteriza-se, fundamentalmente, pela implantação, no Brasil, de um setor industrial produtor de bens de produção para a agricultura. Paralelamente, desenvolve-se ou moderniza-se, em escala nacional, um mercado para produtos industrializados de origem agropecuária, dando origem à formação simultânea de um sistema de agroindústrias, em parte dirigido para o mercado interno e em

parte a exportação. A constituição de um ramo industrial a montante (meios de produção para a agricultura) e a modernização do ramo industrial a jusante (processamento de produtos agrícolas) passa, necessariamente, pela modernização de uma parcela significativa da agricultura brasileira. Essa agricultura que se moderniza, sob o influxo dos incentivos do Estado e induzida tecnologicamente pela indústria, transforma profundamente sua *base técnica* de meios de produção. (DELGADO, 1985, p.34-35)

Na leitura de Delgado, a cristalização do complexo agroindustrial revela muito mais do que a integração de setores ligados às atividades produtivas, compreendendo também um “novo bloco de interesses rurais” com vinculações estreitas entre o estado e algumas parcelas do setor rural ligadas aos grandes capitais, na qual o autor conclui que a expressão máxima da valorização do capital no setor agrícola se estabelece a partir do controle da propriedade fundiária.

O surgimento e consolidação do Complexo Agroindustrial articula novos interesses sociais comprometidos com o processo de modernização. Conforma-se um novo bloco de interesses rurais em que se sobressaem a participação do grande capital industrial, do Estado e dos grandes e médios proprietários rurais. A soldagem deste pacto modernizador é feita pela política econômica, com primazia dos aparatos financeiros do Estado. [...] Esse novo bloco de interesses rurais, submetido à crise financeira aguda a partir do final dos anos 70, evolui para novas e ainda mal definidas alianças, em que novamente o grande capital industrial, o Estado e a propriedade territorial estarão presentes, numa articulação de interesses que marcaria uma nova forma mais avançada de capitais a nível intersetorial (DELGADO, 1985, p.41-42).

Este processo de modernização se mostrava, desde o seu início, concentrador e ao mesmo tempo promotor de grandes desigualdades entre as regiões econômicas brasileiras. De acordo com Delgado, este processo abrangeu de maneira diferente todo o Brasil, gerando o alavancamento econômico de algumas regiões e o empobrecimento de tantas outras, cuja agricultura e grupos sociais que dela retiravam seu sustento estavam cada vez mais fadados a engrossar a fileira da população urbana marginalizada:

Todo esse processo de modernização se realiza com intensa diferenciação e mesmo exclusão de grupos sociais e regiões econômicas. Não é, portanto, um processo que homogeneíze o espaço econômico e tampouco o espectro social e tecnológico da agricultura brasileira. Ao contrário, deve-se ressaltar a concentração espacial do processo modernizante, abrangendo basicamente os Estados do Centro-Sul brasileiro (MG, GO, RJ, SP, PR, SC E RS). [...] As demais regiões do país e os milhões de estabelecimentos não incorporados ao processo de modernização

cumprem, nessa estratégia de organização da produção, papéis periféricos na agricultura brasileira. [...] Neste sentido, as mudanças no mercado de trabalho induzidas pela industrialização do campo fazem crescer uma massa de marginais sociais, cuja absorção, restrita aos assalariados temporários na esfera produtiva, ocorrerá de forma ainda mais precária ao nível de circulação da renda social, no âmbito do que se convencionou chamar de mercado de trabalho informal (DELGADO, 1985, p.42).

A participação decisiva do Estado é notável, segundo o autor, pela mediação em que se estabelecem nas relações econômicas e sociais presentes na constituição deste processo, principalmente por intermédio da conjunção de quatro esferas de atuação do Estado – normativa, financeira-fiscal, produtiva e previdenciária –, que coordenavam de maneira geral todo este aparato regulatório.

Essa dominação crescente da regulação capitalista pelo Estado, processando-se de maneira não necessariamente funcional, manifesta-se por diversos meios ou níveis de decisão burocrática, que de forma geral poderiam ser sintetizadas nas instâncias *normativa, financeira-fiscal, produtiva e previdenciária*. De todas essas instâncias ou meios de regulação econômica, o estilo de regulação financeira sobressai como eixo de articulação fundamental da intervenção estatal na economia (...) (DELGADO, 1985, p. 43).

Na esfera normativa, predominava a função legislativa, na qual eram estabelecidas as regras dos contratos quanto às diversas relações sociais existentes no campo. Deste item, de acordo com Delgado, originaram-se dois importantes instrumentos normativos: o Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 4214, de 02/03/1963 – que visava a estender os direitos trabalhistas urbanos às relações de trabalho no campo) e o Estatuto da Terra (Lei nº 4502, de 1964 – no qual se encontrava uma legislação agrária propriamente dita).

Sobre a esfera financeira e fiscal (considerada a mais importante pelo autor), Delgado volta seus esforços para compreender os efeitos dos “mecanismos monetário-financeiros” que fazem circular os capitais privados na atividade agrícola, destacando-se a concessão de crédito como política de Estado para maior desenvolvimento deste processo de modernização e industrialização do campo:

Nessa esfera financeira e estatal, desempenha papel de destaque a estrutura bancária do Estado e, em particular, a política de crédito rural por ela executada (majoritariamente). Essa política [...] contém uma proposta explícita de modernização agropecuária em interação com a constituição integrada do Complexo Agroindustrial. Nessa esfera *financeira* e estatal desempenham papel relevante as diversas instituições encarregadas da concessão de subsídios financeiros e facilidades creditícias que se sucedem desde a constituição do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). [...] O novo sistema é montado para agropecuária em seu conjunto. Seu sentido modernizador é claramente estipulado. Seus mecanismos indutores de organização da produção são refletidos nas condições favorecidas de financiamento, em termos de taxas de juros, prazos e carência de pagamento. Sua clientela preferencial é o produtor modernizado ou modernizável, inserido na malha das transações interindustriais do CAI [...] (DELGADO, 1985, p.45-46).

Delgado ressalta ainda que este aparato financeiro foi bancado pelas agências do Banco do Brasil e outros bancos oficiais e com uma pequena participação dos bancos privados. Mas, a partir de 1978, todo este mecanismo financeiro foi sendo paulatinamente transferido da esfera pública para a esfera privada, destacando-se neste caso outros tipos de incentivos que o Estado praticava naquele momento:

Além da política financeira, o Estado também administra, a nível federal e algumas vezes com a participação dos governos estaduais, a concessão de uma gama de incentivos fiscais que estabelecem de forma diferenciada as margens de lucro dos capitais envolvidos na agricultura. [...] Essa bateria de incentivos, conjugada à ação direta do Estado no gasto público em infraestrutura geral (estradas, eletrificação e comunicações) potencia a obtenção de vantagens especiais aos capitais que logram integrar-se no tipo de empreendimento que está sendo patrocinado pela política fiscal e financeira (DELGADO, 1985, p.45-46).

Quanto à esfera produtiva, o autor destaca o papel das empresas estatais e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), que “patrocinam todo o esforço de geração, adaptação e difusão da tecnologia moderna, cuja produção em escala comercial passa, em última instância, pelo Complexo Agroindustrial” (Delgado, 1985, p.47). Por fim, Delgado aponta a esfera previdenciária como a mais fraca dentre as quatro já citadas, pressionada pela grande massa de trabalhadores excluídos deste processo de modernização, e as diversas consequências disso, seja na saúde ou na questão do desemprego.

Ao tecer comentários profundos sobre o processo de transformação da agricultura associada às principais esferas de atuação do poder público brasileiro, o autor realiza importante reflexão evidenciando as contradições e os conflitos de interesses que estão presentes nesta participação do Estado como regulador das atividades econômicas.

Goodman, Sorj e Wilkinson (1990) auxiliam a compreender, por outro caminho, o processo de adaptação da agricultura aos ditames do modo de produção capitalista, por se transformar num ramo cada vez mais articulado a tais práticas, algo que somente encontra barreiras ao se defrontar com as aptidões naturais que limitam (ou dificultam) a velocidade desta adaptação.

Com o intuito de explicar como este processo se desenvolveu, os autores indicam como os elementos naturais foram sendo, pouco a pouco, eliminados da produção agrícola e implementados pela atividade industrial. Para analisar as dimensões destas mudanças, os autores lançam mão de dois conceitos que se complementam no sentido de identificar o caminho seguido pela industrialização da agricultura: *apropriacionismo* e *substitucionismo*:

Assim, diferentes aspectos da produção agrícola foram transformados em setores específicos da atividade industrial. Este processo descontínuo, porém persistente de eliminação de elementos discretos da produção agrícola, sua transformação em atividades agrícolas e suas reincorporação na agricultura sob a forma de insumos designamos *apropriacionismo*. Os produtos da agricultura igualmente apresentaram problemas singulares para a produção industrial. O destino deles como alimento impedia sua simples substituição por produtos industriais. Entretanto, o surgimento da indústria alimentícia, argumentamos, representa um processo igualmente descontínuo, mas permanente, de alcançar a produção industrial de alimentos, que denominamos de *substitucionismo*. Neste processo, a atividade industrial não apenas representa uma proporção crescente de valor agregado, mas o produto agrícola, depois de ser primeiramente reduzido a um insumo industrial, sofre cada vez mais a substituição por componentes não-agrícolas (GOODMAN, SORJ e WILKINSON, 1990, p.1-2).

Em outro momento, os autores se estendem na tentativa de melhor delimitar os processos envolvidos em cada um destes conceitos (*apropriacionismo* e *substitucionismo*), destacando a forma na qual eles se desenvolveram, passando a integrar o setor agrícola à lógica industrial, seja procurando diminuir a dependência deste setor aos fatores naturais, seja transformando os produtos agrícolas em meros

insumos industriais e, assim, comprometendo a existência do setor agrícola e de sua principal característica que se encontra no ritmo de produção da natureza e não do homem ou da indústria:

Em seu sentido mais pleno, o apropriaçãoismo constitui-se pela ação empreendida pelos capitais industriais a fim de reduzir a importância da natureza na produção rural, especificamente como uma força fora de sua direção e controle. Isto foi alcançado inicialmente pela redução dos limites impostos pela terra enquanto espaço por meio da mecanização e, subsequentemente, pelo esforço contínuo de transformar os segredos da produção biológica em conhecimento científico e propriedade industrial. [...] Deste modo, o apropriaçãoismo descreve a reestruturação constante do processo de produção rural à medida que estes capitais exploram novas oportunidades de acumulação. Esta reestruturação não chega a constituir-se numa transformação unificada, mas está conduzindo a um processo de produção industrial. [...] A lógica do substitucionismo igualmente conduziu à criação de setores de acumulação nas fases descendentes da fabricação de alimentos e fibras (GOODMAN, SORJ e WILKINSON, 1990, p.2-3).

Graziano da Silva (1991) aprofunda a discussão em torno dos diferentes usos e sentidos dados ao conceito de complexo agroindustrial, sendo este apontado pelo autor como uma “orquestração consciente de interesses”. O autor realiza uma crítica leitura acerca da dimensão política presente no bojo de transformações pelas quais passava a agricultura brasileira desde meados dos anos 1970, resgatando para isso a origem deste termo (e de outros associados a ele) e o contexto em que tais termos se difundiram.

Este viés político de análise, segundo Graziano da Silva (1991, p.5), pretende explorar os chamados complexos como sendo “o resultado histórico de um duplo movimento: externo, pela ação do Estado e suas políticas públicas; e interno, pela atuação das instituições e organizações de interesses dos seus membros”.

Ressalvando algumas diferenças quanto à periodização dos processos ou mesmo dos atores centrais destes, a leitura dos autores acima apresentados aponta aspectos em comum no que se refere à formação do CAI brasileiro, seja destacando a presença do Estado, com maior força por promover a financeirização no setor agropecuário e ampliando a política de créditos (Delgado, 1985), seja distinguindo os processos que levaram a um profundo movimento de industrialização da agricultura (Kageyama *et al.*, 1987) ou mesmo atribuindo ao setor industrial a tentativa de substituir os procedimentos naturais que são inerentes ao desenvolvimento da agricultura (como a extrema relação com o tempo da natureza) destacada por Goodman, Sorj e Wilkinson (1990). Destaca-se

também a dependência que o setor industrial impôs à agricultura no bojo destas transformações, fazendo desta mais uma engrenagem a caminhar de acordo com suas regras e seus ritmos.

Diante da leitura apresentada sobre as transformações que ocorriam no meio rural, pode-se identificar melhor o conjunto de mudanças promovidas na agricultura brasileira principalmente a partir dos anos 1970, desde o seu processo de subordinação à indústria, passando também pela constante modernização (uso de máquinas e pela introdução de insumos químicos). Todos estes elementos estão atrelados à forte presença e atuação do Estado enquanto agente promotor destes processos (através de políticas públicas implementadas para financiar esta transição do modelo produtivo e também fomentar pesquisas para dar suporte e legitimidade às mesmas). Isto culminou na formação dos chamados complexos agroindustriais (e suas implicações para agropecuária ao estabelecer uma nova relação entre os setores da agricultura e indústria), sendo estes um verdadeiro reflexo das transformações citadas e desenhando os traços que marcaram a chamada “modernização conservadora” da agricultura brasileira.

1.9.1 - Dos Complexos Agroindustriais ao Agronegócio

Os estudos que versam sobre a temática do agronegócio encontram as bases de sua conceituação no clássico trabalho desenvolvido nos Estados Unidos pelos economistas John H. Davis e Ray A. Goldberg (1957), no qual foram lançadas as primeiras ideias quanto à natureza do chamado *agribusiness*, devido às preocupações destes precursores em analisar as mudanças técnicas e estruturais presentes na agricultura norte-americana naquele momento.

Este trabalho foi o grande inspirador de outras obras sobre o tema, entre elas, o livro “Complexo Agroindustrial: o 'agribusiness' brasileiro”, de Ney Bittencourt de Araújo, Ivan Wedekin e Luiz Antônio Pinazza (1990), que tinha como objetivo oferecer ao leitor uma visão abrangente e sistêmica do Complexo Agroindustrial no Brasil (Araujo *et al.*, 1990, p.9). Estes autores retomam a noção de *agribusiness* de Davis & Goldberg definida como sendo “a soma total de todas as operações envolvendo a produção e a distribuição de suprimentos agrícolas; as operações de produção na

fazenda; e o armazenamento, processamento e distribuição de produtos agrícolas e dos itens produzidos por eles (Araujo *et al.*, 1990, p.3).

Através da noção descrita acima, torna-se perceptível a proximidade desta definição com o que já foi visto até aqui sobre as transformações no setor agrícola, que possibilitaram a formação dos chamados complexos agroindustriais. Em Araujo *et al* (1990) temos o CAI já inserido numa concepção que extrapola os limites das cadeias produtivas e o processo de sua formação, incorporando à noção de CAI as características presentes no chamado *agribusiness* (como por exemplo, a articulação entre as atividades executadas e integradas antes, durante e depois da fazenda, envolvendo assim os agentes ou atores que participam deste processo), procurando fazer deste último o novo conceito a ser empreendido para analisar a estrutura de organização e de produção da agricultura brasileira.

Dessa forma, o '*agribusiness*' engloba os fornecedores de bens e serviços à agricultura, os produtores agrícolas, os processadores, transformadores e distribuidores envolvidos na geração e no fluxo dos produtos agrícolas até o consumidor final. Participam também nesse complexo os agentes que afetam e coordenam o fluxo dos produtos, tais como o governo, os mercados, as entidades comerciais, financeiras e de serviços (ARAUJO *et al.*, 1990, p.3).

Neste sentido, o termo agronegócio se apresenta, atualmente, como a definição para o conjunto de atividades que se desenvolvem antes, durante e após a produção agropecuária, sendo estas atividades também associadas ao beneficiamento destes produtos e sua crescente mecanização, o que revela seu caráter mais complexo quanto à articulação de atores e instituições que o envolve e, de certa forma, lhe confere maior visibilidade e representatividade.

E foi a partir desta caracterização geral do conceito de *agribusiness* que surgiram as mais variadas definições para o chamado agronegócio, ora com apontamentos voltados para a questão econômica e produtiva do setor e sua importância junto à balança comercial brasileira, ora vinculando-o a uma complexa estrutura que articula práticas modernas para a manutenção de arcaicas ou atrasadas formas de vida e produção no campo brasileiro (Bruno, 1997).

Pode-se apontar, num sentido amplo, que o agronegócio ou *agribusiness* se refere a um tipo de produção agrícola em grande escala e em grandes propriedades. Porém, diante das intrínsecas relações com o comércio e a indústria, hoje compreende

também toda cadeia de produção agropecuária, a comercialização desta produção e de todos os elementos necessários à sua viabilização, bem como a produção de insumos, maquinários, tecnologias (biotecnologia, transgênicos) e a industrialização da produção e sua distribuição.

Segundo a revista Anuário Exame 2007/2008, o agronegócio pode ser organizado em 17 setores diferentes: açúcar e álcool; adubos e defensivos; algodão e grãos; atacado e comércio exterior; aves e suínos; bebidas; café; carne bovina; comércio varejista; genética, tecnologia e pesquisa; leite e derivados; madeira, celulose e papel; máquinas, equipamentos e ferramentas; óleos, farinhas e conservas; saúde e nutrição animal; têxtil e vestuário; transporte e armazenamento.

No atual período de globalização neoliberal, o agronegócio cada vez mais vem sendo controlado por empresas e não pelos produtores. No caso do Brasil, há grandes corporações transnacionais como a Cargil, Bunge, Monsanto, Bayer, Carrefour e outras, que determinam o preço das sementes, dos fertilizantes, dos defensivos agrícolas, dos maquinários, e também interferem na cotação final do produto quando de sua comercialização, que em grande parte é destinada para o mercado externo. Em 2005, 58,5% de toda produção de frango, 52% do etanol, 41% do açúcar e 36,3% da soja do Brasil foi exportada (Anuário Exame, 2008).

A força do poder do agronegócio não se encontra apenas na economia, através da análise das práticas institucionais de parlamentares brasileiros. Pode-se constatar uma rede que tem como grande objetivo defender os mais diversos interesses do agronegócio, em especial a propriedade privada da terra. Essa rede do agronegócio formada por parlamentares é conhecida como a bancada ruralista (Bruno, 1991; Costa, 2008 e Vigna, 2007).

É possível afirmar que o poder e a força patronal no campo brasileiro são construídos pelo intenso e incessante movimento articulado de distintas escalas (em rede) de pressão e influência, encontrando na bancada ruralista sua expressão máxima de defesa e proteção das elites do *agro* no Brasil, reconhecendo sua forma de organização superior a qualquer critério político e democrático (Barcelos & Berriel, 2009). Segundo Porto-Gonçalves (2008) o bloco de poder do chamado agronegócio é agora técnico-científico-agroindustrial-financeiro-midiático e parlamentar, garantia institucional que mantém e reproduz as atuais e assimétricas relações sociais e de poder

inseridas no mundo rural brasileiro e que conserva a perversa estrutura fundiária brasileira.

1.9.2- Agronegócio, neorrurais, território (em rede) e expansão da monocultura do eucalipto em Valença (RJ)

Ao se buscar entender o processo de ocupação do território em Valença e também na Região do Médio Vale do Paraíba, sem dúvida o período em que se desenvolveu a atividade cafeeira é um marco central. Foi a cultura do café o primeiro dinamizador da ocupação e estruturação de Valença (além da indústria têxtil e de alimentos) e também da região.

Entretanto, a partir de 1870, devido a uma conjugação de fatores, entre eles o desgaste do solo em função da produção extensiva do café nos latifúndios da região, a abolição da escravatura e as novas relações de trabalho no Vale do Paraíba Paulista, houve um processo de declínio da produção cafeeira (Marafon *et al.*, 2005).

Para enfrentar essa situação, os grandes fazendeiros da época optaram pela criação de gado, pois ao mesmo tempo em que esta atividade não necessitava de grandes investimentos financeiros, possibilitava a manutenção da posse das grandes propriedades da região e até certo ponto possuía um mercado consumidor, de caráter regional.

Neste sentido, até hoje a agropecuária (agronegócio do leite) tem bastante força num contexto regional e municipal, tendo parte da produção da região captada por uma cooperativa ligada à multinacional Nestlé ou laticínios de menor porte (Marafon *et al.*, 2005). No entanto, o meio rural da região vem passando por um processo de transformação/refuncionalização, caracterizado pelo crescimento e maior interligação de atividades consideradas urbanas como o turismo, o serviço e a indústria (Marafon *et al.*, 2005). Essa refuncionalização tem proporcionado, segundo alguns autores, uma ampliação do mercado de trabalho local, mas para outros tem sido utilizado como um mecanismo para ratificar a concentração da terra na região (Alentejano, 2005).

Essa refuncionalização do meio rural sem dúvida está atrelada ao intenso processo de urbanização/industrialização que os municípios da região vêm enfrentando nas últimas décadas. Hoje o Médio Vale do Paraíba Fluminense é a região mais industrializada do interior do Estado do Rio de Janeiro, sendo um importante polo

metal-mecânico e tendo instalado no seu território empresas de renome nacional e internacional como as empresas: CSN, Siderúrgica Barra do Piraí (do grupo Thyssenkrupp Fundições), siderúrgica Barra Mansa e a de Resende (do grupo Votorantim) e Usival, todas do setor metalúrgico, além de empresas do setor automobilístico, como a Peugeot-Citroen e Volkswagen e empresas de outros setores como a Michellin, Xerox, Biochimico, 3B-Rio e a Galvasud (Godinho, 2003; Batista, 2006; Silva, 2009).

Outra atividade econômica que vem crescendo na região é o plantio de eucalipto para fins comerciais. Tal atividade vem sendo desenvolvida por diferentes atores sociais como se observa no trabalho de campo exploratório, durante o qual se teve contato, a partir da realização de uma entrevista, com um produtor de eucalipto, que tem um histórico de trabalho e vivência com o meio rural, sendo de família de pecuaristas, atividade esta que também desenvolve.

Ainda na realização do campo exploratório, também entrevistou-se um produtor de eucalipto que possui a sua trajetória de vida totalmente ligada à vida urbana, nunca tendo vivido no campo ou desenvolvido trabalhos diretos com a terra, o que vem sendo caracterizado por alguns pesquisadores como o de um típico neorrural, que por ter desenvolvido o trabalho como administrador de um laticínio no município de Valença e atualmente ser um proprietário de uma distribuidora de produtos frios, o mesmo pôde participar de uma rede social que envolvia os principais pecuaristas do município, através da qual pôde ter conhecimento da silvicultura comercial.

Os estudos sobre os neorrurais no Brasil têm poucas referências na literatura sociológica (Schneider, 2003), sendo os trabalhos de Giuliani (1990) e Teixeira (1998) os primeiros a abordarem a presença dessa dupla atividade no espaço agrário. Esses trabalhos apresentaram situações em que indivíduos de classe média urbana do Rio de Janeiro passaram a investir em diferentes atividades agrícolas (normalmente de alto valor agregado) e não agrícolas, como pousadas/hotéis-fazenda.

Para Schneider (2003), estes trabalhos, apesar de não terem sido apontados pelos autores, poderiam ser tratados como uma forma de transitoriedade. Com isso, essa dupla atividade seria na verdade uma forma de pluriatividade. Neste sentido, os trabalhos de Alentejano (1997) e Carneiro (1999), apesar de trabalharem com a noção de pluriatividade, seriam importantes para entender os neorrurais como atores sociais

pluriativos no meio rural, e o trabalho de Seyferth (1983), apesar de não usar nenhuma das duas noções (neorrural ou pluriativo), seria na verdade o percurso neste debate.

Carneiro (1999:341), com base em Giuliani (1990), aponta que os neorrurais seriam:

Agricultores familiares que desenvolvem atividades produtivas agrícolas ou não, caracterizam-se pela ausência de uma tradição assentada na atividade agrícola, pelo caráter essencialmente mercantil da exploração econômica da propriedade (produtiva ou de serviço) e pelo recurso à mão-de-obra assalariada, assumindo o proprietário a posição de mero administrador da produção.

Apesar dessa possível variação do conceito de neorrurais exposta na argumentação de Schneider (2003), trabalharemos aqui com a elaboração teórica exposta por Giuliani (1990) por entendermos ser esta a que melhor caracteriza os produtores de eucalipto de Valença.

Assim, até 1990, o tema dos neorrurais no Brasil não foi abordado, enquanto em alguns países da Europa, principalmente na França, já tinha sido discutido por vários autores. Giuliani (1990) buscou refletir sobre este fenômeno no Brasil a partir das ideias que sustentavam as análises do neorruralismo na França. Tal opção, ainda que acarretasse debilidades metodológicas, foi importante pois consistia à época de uma primeira abordagem que visava a delinear pelo menos os contornos de uma problemática que, através da comparação, pode revelar aspectos interessantes deste tema.

Esse desinteresse dos estudos sociológicos pode estar ligado ao fato de esse fenômeno nunca ter se apresentado socialmente como problema, ou nunca ter produzido relações conflitivas, ou simplesmente por aparecer como um fenômeno restrito à esfera individual. Porém, apesar de surgir de interesses individuais e de responder a desejos e aspirações mais do que propriamente de uma necessidade social, isto não priva este fenômeno de ser encarado como um problema sociológico, o que ratifica a importância desta pesquisa.

Há importantes diferenças entre os neorrurais franceses e brasileiros, certamente em função dos diferentes processos históricos nos quais a agricultura tem-se desenvolvido nos dois países. A organização produtiva dos neorrurais brasileiros, longe de ser familiar como a dos franceses, é majoritariamente capitalista, sendo também possível notar em todas as diferentes regiões do país certo número de neorrurais, mas não é a soma dessas individualidades que pode conferir densidade sociológica a suas

práticas. Cada um destes neorrurais se tornaria interessante na medida em que fosse capaz de expressar um movimento de forças sociais que induz os indivíduos a determinadas práticas ou que os coloca diante de determinadas escolhas (Giuliani 1990, p.63).

Os trabalhos de campo desta dissertação têm apontado para a presença de neorrurais no espaço agrário valenciano e a presença destes poderá a aumentar, tendo em vista a propalada rentabilidade econômica da silvicultura, o mercado consumidor regional, a possibilidade de ocupação de áreas degradadas não utilizadas por outras culturas e a pouca necessidade de investimentos em pessoal (mão-de-obra). Tudo isso tem sido usado pelos atuais produtores (neorrurais ou não) e imobiliárias para atrair novos investidores para o meio rural da região.

Cabe ressaltar que esses produtores, neorrurais ou não, por desenvolverem uma atividade monocultora ligada ao agronegócio da madeira, que é voltado para o mercado urbano-industrial e também rural, terão suas redes sociais e econômicas ampliadas. Se hoje, por exemplo, a venda da madeira é feita de forma individual, parece-nos que em um futuro breve esses produtores possam se unir, a fim de obter, dentre outras vantagens, um melhor preço da madeira de eucalipto.

Segundo Giuliano (1990), é fundamental para o neorrural um capital necessário para iniciar sua atividade, porém é ainda mais importante ter outra atividade ou um capital extra para garantir o sustento da produção (e o sustento da família) durante o período inicial, que pode ser mais ou menos longo, dependendo da atividade realizada, durante o qual ainda não se gera retorno. Essa característica econômica tem feito com que, em geral, os neorrurais pertençam a famílias de posse que os ajudam no novo empreendimento.

Por serem de famílias ricas, eles têm um nível de instrução alto e várias experiências de viagens ao exterior. Esses dois elementos se revelam fundamentais para suas atividades. Através das viagens ao exterior conhecem produtos novos, apreciam seu consumo e avaliam a possibilidade de sua difusão no Brasil. O alto grau de instrução os coloca em condições de se prepararem tecnicamente para uma atividade nunca exercida antes. Correr livrarias e bibliotecas, fazer cursos ou conversar com técnicos especialistas, manter correspondência com outros produtores nacionais ou estrangeiros, são caminhos que todos eles trilharam no processo de se tornarem os produtores especializados que atualmente são (GIULIANI, 1990, p.64).

Tal proposição vai ao encontro do que se tem observado em nosso campo, pois os produtores neorrurais de eucalipto têm, através de capitalização própria, fruto de outras rendas obtidas especialmente no espaço urbano, investido no plantio de eucalipto para fins comerciais, assim como os produtores ligados ao agronegócio da pecuária leiteira de Valença têm buscado no plantio de eucalipto uma nova forma de investimento e de renda extra.

Neste sentido, a territorialização do plantio de eucalipto em Valença e região apresenta-se como um setor do agronegócio do eucalipto, possuindo como atores sociais predominantes em sua constituição os produtores urbanos sem experiência e/ou com pouca experiência com atividades ligadas ao mundo rural, caracterizados por nós a partir do referencial teórico como neorrurais. Estes produtores possuem atividades produtivas e cotidianas desenvolvidas na cidade, espaço também dos principais demandantes dessa madeira, como verificado em nossa pesquisa de campo.

Com isso, pode-se entender que a territorialização do agronegócio do eucalipto desenvolvido em Valença e região esteja permeado por relações entre o urbano e o rural desde a compra das mudas até a venda da produção ou mesmo do consumo final da madeira. No que tange aos produtores locais, atualmente alguns possuem entre si relações profissionais e de amizade, o que tem contribuindo para constituir uma rede territorial entre eles em relação à produção comercial de eucaliptos. Apesar dos plantios dos produtores possuírem diferentes idades, o corte da produção poderá ser um importante nó para ampliar as redes entre os produtores.

Capítulo II - Das florestas nativas de coníferas ao agronegócio do eucalipto no Brasil

Buscar-se-á neste capítulo abordar a constituição da silvicultura comercial no Brasil, tendo como foco as plantações de eucalipto para fins comerciais. Neste sentido, é fundamental contextualizar o papel das grandes empresas do setor envolvidas numa grande rede relacionada à cadeia produtiva do eucalipto. Com isso, tal contexto será relacionado com as características regionais/municipais do espaço geográfico em que o objeto desta pesquisa está inserido, ou seja, além de apontar-se a constituição e as tendências da silvicultura comercial em escala nacional, serão observadas e analisadas as tendências e diferenciações que se têm encontrado em Valença/RJ.

2.1 - Das florestas nativas as florestas plantadas: a constituição da silvicultura comercial no mundo e sua repercussão

Segundo Barcelos (2010) a origem do papel se deu há 3.500 anos na China, quando fibras de arroz e bambu foram cozidas e esmagadas para produzir as primeiras folhas celulósicas. Nesta fase inicial, conseguia-se formar uma folha celulósica sobre um molde de madeira que, exposto ao ar ou por compressão, permitia a secagem do material e, posteriormente, a retirada da folha da estrutura.

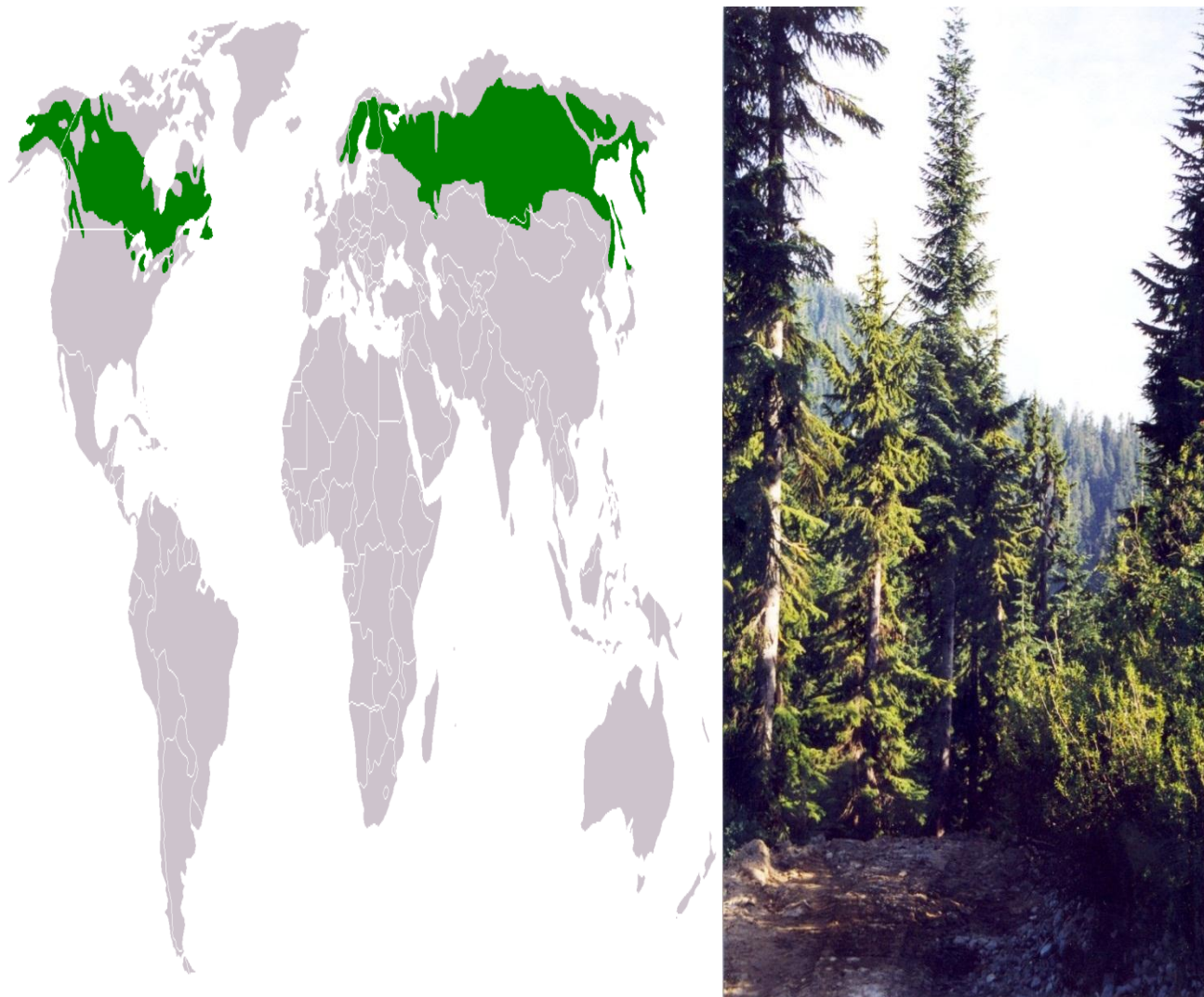
Contudo, as primeiras folhas de papel foram efetivamente produzidas em escala industrial com a invenção da imprensa e da indústria gráfica. Com o surgimento da imprensa e do mercado de periódicos, a produção de papel se intensificou; porém, ficou ainda limitada pela tecnologia disponível no período, sobretudo pela ausência de uma indústria de empacotamento, mas também pela reduzida demanda (WRM, 1997). No século XIX, franceses e ingleses começaram a desenvolver novas máquinas apoiados na nova indústria de maquinaria. Centradas no conhecimento especializado e nas técnicas industriais, as primeiras máquinas papeleiras foram aos poucos substituindo a produção dos artesãos de até então.

A invenção de novas máquinas e a maior adaptabilidade da madeira a esses instrumentos técnicos (e de poder), aliada à grande presença de florestas de coníferas⁶,

⁶O termo conífera refere-se às estruturas reprodutivas de determinadas plantas, que são geralmente de forma cônica. As coníferas são adaptadas ao frio, habitam vastas regiões do Hemisfério Norte e são

particularmente na Europa e na América do Norte (ver figura 1), em especial, na Finlândia, Suécia, Noruega, Canadá e Estados Unidos, além também de grande parte do antigo território do Bloco Soviético, impulsionou a consolidação da madeira como matéria-prima por excelência na fabricação de polpa celulósica (Carrere, 2003).

Figura 1 – Principais áreas com Florestas de Coníferas no Hemisfério Norte



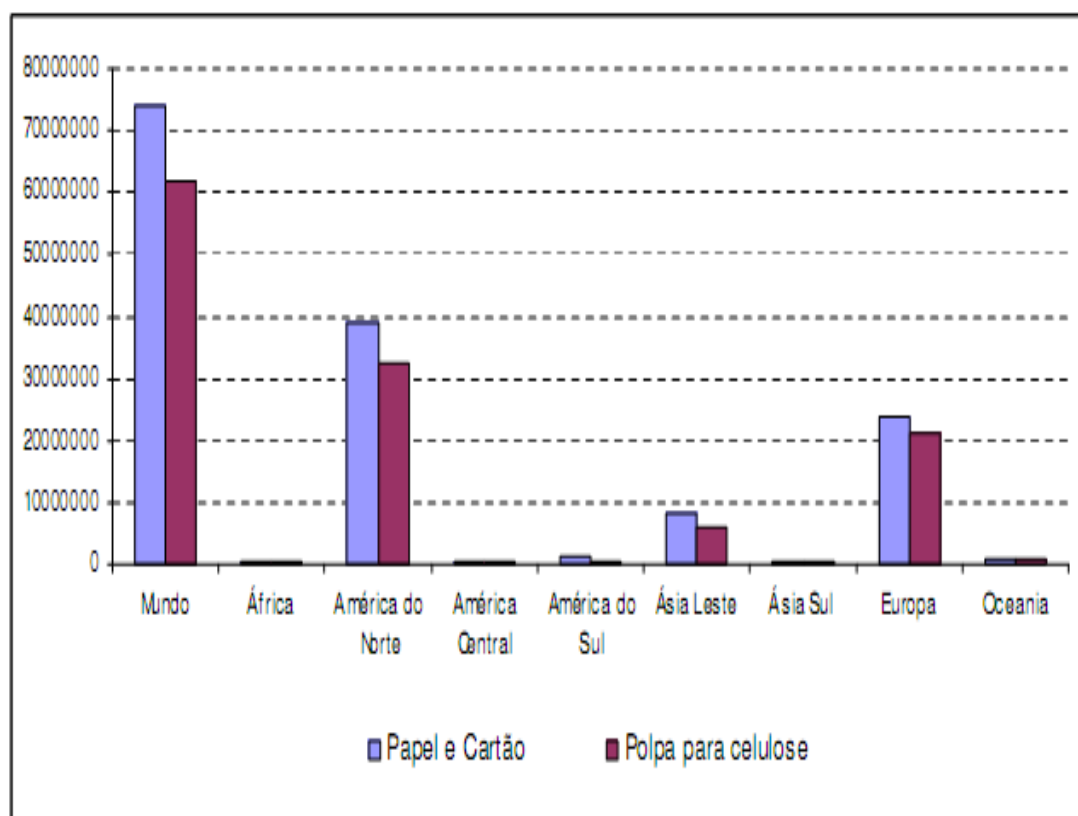
Fonte: www.cienciaemdia.folha.blog.uol.com.br/arch2009-08-30.html

comuns também em grandes altitudes. A conífera nativa brasileira mais conhecida é a Araucária angustifolia (pinheiro-do-paraná), principal constituinte das matas de araucárias do sul do país, hoje quase totalmente extintas pela exploração irracional da madeira.

A partir desse período, ou seja, final do século XIX, a indústria papelreira se consagrou como a responsável na fabricação do papel. Isso refletiu diretamente nas escolhas tecnológicas do setor, pois quanto mais se orientava a tecnologia papelreira para a madeira, menores seriam as chances das indústrias em adaptar-se (futuramente) a outras matérias-primas, ou recorrer em caso de crise de abastecimento a outras fontes que não sejam a madeira (Barcelos, 2010, p. 45).

A crescente demanda da indústria papelreira ocasionou um processo intenso e irracional da exploração das florestas do Hemisfério Norte até a década de 1960. As florestas de coníferas dos Estados Unidos, Japão e Europa foram drasticamente reduzidas, sendo boa parte transformada em áreas de agricultura, pastagens e, sobretudo, plantações arbóreas para produção de papel e celulose que, segundo Barcelos (2010), em grande parte ainda estava à época sob o domínio dos países do Norte (Gráfico 1).

Gráfico 1: Produção de papel/cartão e polpa para papel em toneladas no mundo e por regiões – 1960

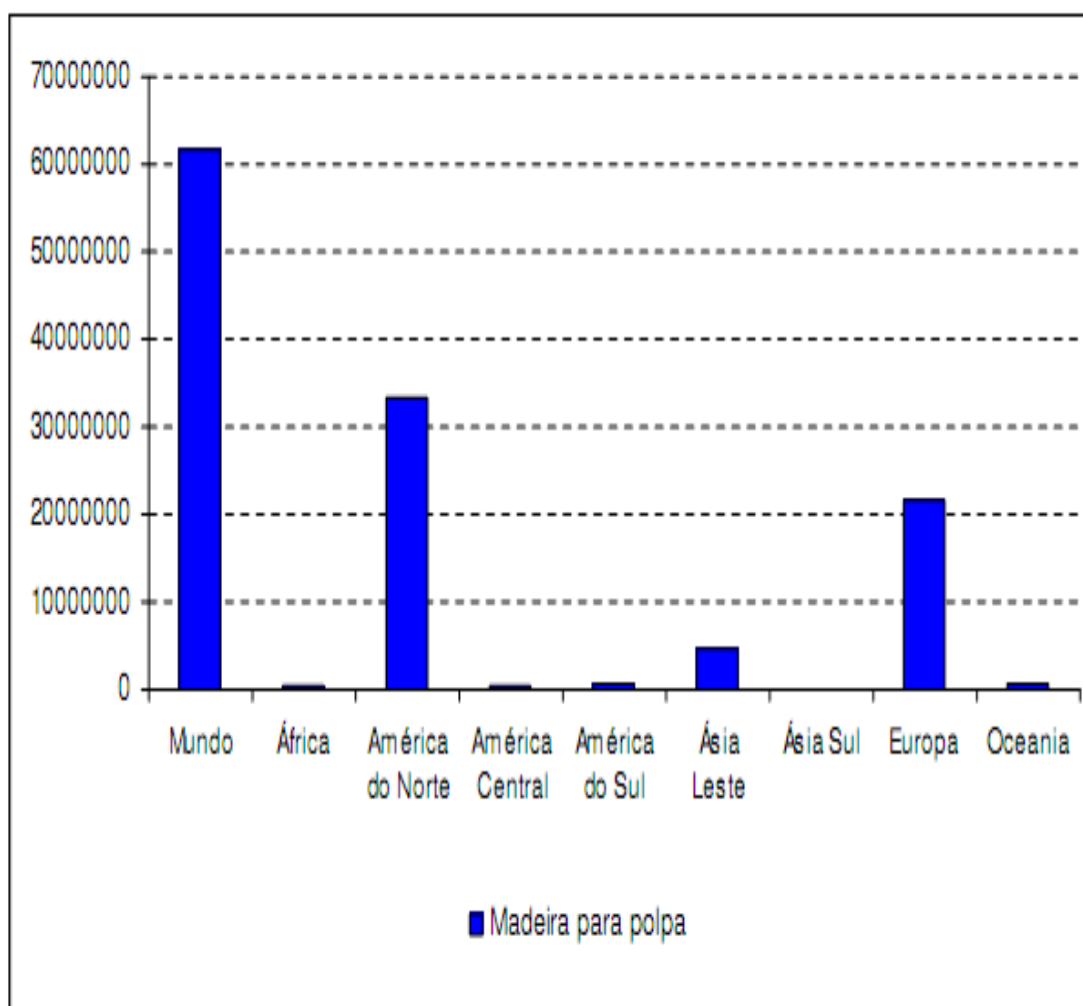


Fonte: ForeSTAT (FAO, 2009) *apud* Barcelos (2010, p.48)

A análise do gráfico 1 demonstra claramente que a produção papelreira estava concentrada na América do Norte, Europa e Ásia Leste, corroborando com a interpretação de Barcelos (2010, p.48) ao apontar que a maior parte da produção de papel e polpa de celulose estava, literalmente, monopolizada pelos países do Norte que tinham, em 1960, uma participação de quase 85% na produção mundial.

No entanto, até aquele momento, não só a produção papelreira, mas grande parte da madeira utilizada para a fabricação do papel/cartão e da celulose tinha geograficamente a mesma origem (gráfico 2), ou seja, florestas até então nativas dos EUA, Europa e Ásia Leste.

Gráfico 2: Origem da madeira para a produção de polpa celulósica em toneladas no mundo e por região – 1960



Fonte: ForeSTAT (FAO, 2009) *apud* Barcelos (2010, p.49)

Assim, pode-se constatar que o setor celulósico-papeleiro ainda não tinha lançado mão das grandes plantações arbóreas comerciais, tão recorrentes nas décadas posteriores para fornecer matéria-prima (madeira) para as diferentes indústrias que consomem este produto. Neste sentido Barcelos aponta que:

grande parte da madeira usada para produção de celulose e papel era extraída dos bosques do Norte, especialmente nas florestas de coníferas que se entendiam pelo extremo norte da Europa e América do Norte. Naquele momento, apesar da alta demanda por madeira, a indústria não era dependente de plantações industriais e, assim, não se via, explicitamente, a imagem das grandes monoculturas arbóreas que, mais tarde, será a base de sustentação do setor, especialmente no Sul (BARCELOS, 2010, p.49).

Porém, na década 1960 emergiram no cenário político internacional novos movimentos de contestação social e de contracultura — entre eles o movimento ecológico —, e houve um fortalecimento e conquistas significativas de movimentos mais tradicionais, como o operário. Estes movimentos questionavam a ordem histórica, política e social vigente, reivindicando novos costumes, novos hábitos, ou seja, um novo modo de vida (Porto-Gonçalves, 2006).

Neste contexto de enfretamento da ordem vigente que o movimento ecológico foi fundamental na crítica sobre o modelo de produção (destruição) florestal empreendido até aquele momento, notadamente na Europa e nos EUA, não só pela forma de exploração, mas também pela geração de poluentes danosos tanto à fauna quanto à flora dessas regiões, além das implicações de saúde pública ocorridas nas populações que viviam próximas das áreas industriais, bem como sinaliza Pinheiro:

O maior problema das indústrias de papel e celulose é que não podiam situar-se perto de povoados, pois geralmente ou seus odores eram insuportáveis ou os efluentes hídricos eram de alto custo de controle, que obrigavam a um tamanho pequeno, que não dava uma margem de lucratividade. Ademais a poluição hídrica era das piores pela estabilidade. Isto pesará muito na instalação destas em território europeu/norte-americano pelos impactos negativos em todos os sentidos. A estratégia de "inteligência" industrial é manter o domínio e controle e instalá-la nos países em desenvolvimento, sob a tutela dos governos autoritários, impondo através de políticas públicas os investimentos dos países ricos. E ainda deem garantia e manutenção das margens de lucros para a matriz através das isenções de taxas, impostos, quando das crises periódicas nos preços internacionais (PINHEIRO, 2006, p.09).

Pressionadas pela luta dos movimentos sociais organizados — notadamente o ambientalista, com suas críticas ao modo de exploração da natureza —, as indústrias intensificaram a realização de medidas que visavam a transformações tanto na esfera política quanto na produtiva (Barcelos, 2010), tais como a procura por florestas primárias ainda não exploradas e o replanejamento da crescente demanda de madeira pela busca de matéria-prima em área de florestas (plantações) com este fim, apoiada na reestruturação produtiva das indústrias. Isto possibilitou entre outras mudanças o seu deslocamento para novos territórios, notadamente os países da América Latina como o Brasil, ricos em sua diversidade socioterritorial e ambiental (Porto-Gonçalves, 2006), que possibilitava não só novas áreas com florestas nativas, mas, sobretudo, novos territórios (em rede) para a implantação das grandes florestas plantadas a fim de atender a (crescente) demanda dos consumidores americanos e europeus, mas também das grandes empresas ligadas à utilização da madeira como fonte de matéria-prima, em especial o setor celulósico-papeleiro, como analisaremos no item a seguir.

2.2 - A introdução da silvicultura no Brasil

O plantio de árvores sempre fez parte da prática cotidiana das famílias camponesas e indígenas, porque os frutos e folhas eram utilizados de forma bastante ampla e com diferentes fins; ou seja, historicamente os camponeses sempre utilizaram as árvores, especialmente aquelas espécies cujos frutos contêm valor nutritivo (oliveiras, figueiras, macieiras etc.), ou mesmo naquelas árvores cultivadas pelo valor de suas folhas e frutos como forragem para os animais domésticos, pelas propriedades medicinais de alguns de seus órgãos ou por seu valor estético ou religioso (WRM 1997, p.09).

Como ressalta Barcelos (2010), é fundamental não confundir as plantações homogêneas para fins industriais com o plantio de árvores (a silvicultura propriamente dita) como prática histórica e cultural. Porém, as plantações arbóreas tornaram-se ao longo da tempo particularmente atraentes para as indústrias, pois proporcionam um abastecimento de matéria-prima mais rápido⁷ do que as florestas nativas. Assim, as

⁷ Os fortes investimentos em pesquisa realizados, sobretudo pelas empresas de papel e celulose no Brasil tem possibilitado que haja uma diminuição no tempo de corte do eucalipto para fins industriais em relação a outros países ou mesmo em relação à mata nativa. Essa rapidez tem se dado através do melhoramento

indústrias, especialmente ligadas à produção de papel e celulose, têm investido e desenvolvido técnicas de produção de madeira em larga escala apoiada em grandes plantações de florestas plantadas; notadamente por questões comerciais, estas florestas são majoritariamente de eucaliptos.

De modo geral, são formadas em grandes áreas, geralmente planas, com mecanização intensa, espaçamento regular, grande uniformidade e rendimento, plantadas em blocos da mesma idade e com pouca diversidade de espécies. Isso, efetivamente, traduz num manejo aplicado e repetitivo, com práticas normalmente idênticas que não se diferenciam na medida em que a produção é padronizada (BARCELOS, 2010, p.51)

O Eucalipto é a designação popular para as mais de 670 espécies vegetais catalogadas do gênero *Eucalyptus*. São, em termos gerais, árvores nativas da Austrália, Nova Guiné, Indonésia e Filipinas, tendo assim a geografia do seu polo irradiador a Oceania (Via Campesina, 2007).

No caso do Brasil, as espécies mais conhecidas e utilizadas são os eucaliptos *Grandis* para fabricação de móveis e casas, o *Citriodora* para a construção civil, *Saligna* para telhados, *Tereticornis* para estruturas pesadas e *Cloesiana* como madeira de alta qualidade. Hoje, com o aumento dos investimentos industriais em pesquisa, tem-se a constituição de eucaliptos clonados buscando uma racionalização ainda maior da produtividade do eucalipto para fins comerciais; são possíveis eucaliptos que cheguem a mais de 80 metros de altura e com uma circunferência de cerca de 10 metros ou mais (Scolforo, 2008).

No Brasil, a territorialização das plantações de eucalipto se dá inicialmente no Rio Grande do Sul via Uruguai, ainda em meados do século XIX. Já o seu cultivo para fins comerciais, pode-se considerar que começou ainda no final do século XIX, devido à escassez de madeira para suprir a demanda de dormentes e de carvão para as empresas ferroviárias da época (Martini, 2004). Porém, se a primeira função do eucalipto para a indústria foi ser matéria-prima para as empresas ferroviárias, logo foi incorporado por outros setores da economia e começou a ter sua utilização diversificada. Com isso, na década de 1960 começou a ser realizado o seu cultivo de forma extensiva, exclusivamente para a comercialização.

genético, do uso intenso de insumos agrícolas e a mecanização da produção, associada às condições favoráveis de clima e solo de algumas regiões.

Tratar-se-á no próximo item desse cultivo comercial em larga escala no Brasil, especialmente da centralidade que as empresas transnacionais do setor celulósico-papeleiro tiveram para consolidar (e expandir) a monocultura do eucalipto, assim como do agronegócio madeira (do eucalipto em especial), através de “condições ótimas” que o nosso território pode proporcionar.

2.3 – As características socioterritoriais e ambientais do Brasil: as condições ótimas para as indústrias e para o agronegócio da madeira

Como se viu anteriormente, a pressão dos movimentos de contracultura e exploração desenfreada dos bosques da Europa e dos EUA fez com que as indústrias necessitassem de novas estratégias comerciais e de produção. Foi neste sentido que as plantações homogêneas, centradas na produção de madeira industrial, acabaram por se constituir em um fenômeno do século XX.

Um dos principais entraves para as empresas do setor celulósico-papeleiro que atuam na Europa foi o alto custo energético, lembrando que esta atividade industrial é alta consumidora de energia e de recursos hídricos. Ao afirmar em nota que "a energia é o maior fator que tem afetado a concorrência da indústria europeia hoje, inclusive a indústria de papel", a Confederação Europeia das Indústrias de Papel (CEIP) retratou a disparidade em relação a países como Uruguai, Brasil e China, onde mesmo tendo uma alta cotação do óleo bruto e do custo do transporte para exportação de polpa, o baixo custo da energia⁸ para a produção de polpa em relação à Europa fez com que fosse mais lucrativo para empresas transferirem sua produção para estes (e outros) países fora da Europa.

Outro fator que contribuiu para a transferência das empresas foi a maior regulação e restrição por partes dos governos europeus devido à intensa mobilização social e às várias denúncias em relação à poluição causada por essas empresas. Com isso, países da América Latina (como o Brasil) eram territórios onde a natureza oferecia condições (intrínsecas) ótimas para este setor, aliadas à falta de regulação e incentivos governamentais para a instalação das indústrias celulósico-papeleiras. A expansão

⁸ A disponibilidade (de recursos hídricos, terras e) de diferentes fontes de energia, associado ao baixo preço pago pelas industriais no Brasil em relação a Europa, faz do custo energético, um elemento fundamental para baratear o custo da produção no território brasileiro, atraindo assim, empresas de origem europeia.

inicial no Brasil, especialmente a partir de 1960, apesar de ter sido lenta, contou com o apoio dos governos estaduais e federal, através da isenção de impostos e financiamento público, para que plantio crescesse com maior rapidez.

Neste sentido Barcelos (2010, p.55) sinaliza que:

Além das restrições legais, generosos (ou gerais?) incentivos governamentais deram o tom às grandes plantas industriais no Sul, construídas sob o controle das ditaduras militares (Chile, Brasil) e por regimes políticos repressivos que, além de conceder incentivos fiscais e subsídios financeiros aos empresários, usavam a força militar e a violência para expulsar as populações locais de suas terras e cedê-las ao setor. Ou seja, o setor já nasce num contexto militarizado e estruturado pela violência.

Cabe ressaltar, como foi apontado por Barcelos (2010), que a entrada das transnacionais do setor de papel e celulose em território brasileiro se deu especialmente dentro do contexto da ditadura militar, período da história brasileira marcado pela violência e a repressão, não só contra aqueles que tinham visões políticas contrárias ao regime, mas também de grupos que se colocavam contrários aos ditames do governo.

As condições climáticas e de solo⁹ de nosso território foram sem dúvida outro fator de atração das transnacionais. Após processos adaptativos, o Incremento Médio Anual (IMA), que é o parâmetro utilizado pelas empresas para monitorar a produtividade das florestas plantadas, tem mostrado uma superioridade dos países do hemisfério sul (como Brasil e Chile) em relação aos do Norte (como os EUA). Muito dessa alta produtividade se deve aos fortes investimentos em P&D (pesquisa e desenvolvimento) florestal, através de técnicas de melhoramento genético, tais como: biotecnologia, hibridização, clonagem e transgenia (Abraf, 2010).

Segundo as empresas aglutinadas na Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas (ABRAF) a perspectiva é de destinar um montante na ordem de R\$ 94 milhões de reais para investimentos em P&D entre 2010-2014 (ABRAF, 2010, p.73). Esses investimentos têm possibilitado que o Brasil tenha um lugar de destaque em relação à produtividade florestal das espécies plantadas, tanto coníferas (pinus) quanto folhosas (eucalipto). Vejamos o gráfico abaixo.

⁹ A disponibilidade de terra e o baixo custo para a sua aquisição por parte das empresas, que em muitos casos são beneficiadas com incentivos fiscais ou generosos empréstimos públicos; a disponibilidade de recursos hídricos e a média de temperatura (e radiação solar) propicia durante todo o ano, faz do Brasil um território com condições naturais bastante “favoráveis” a produção de eucalipto, segundo as empresas de papel e celulose e produtores comerciais de madeira.

Gráfico 3: Comparação da produtividade florestal de coníferas e de folhosas no Brasil (ligadas às florestas plantadas da empresas associadas à ABRAF)¹ com países selecionados



Fonte: Associadas da ABRAF (2010), Associação Brasileira Técnica de Celulose e Papel – ABTCP (2009), adaptado por STCP.

¹ Adotou-se o IMA ponderado (em função da área plantada) das áreas com florestas plantadas de eucalipto e pinus das empresas da ABRAF.

² Eucalipto – IMA das empresas associadas da ABRAF.

³ Pinus – IMA das empresas associadas da ABRAF.

Nota-se a partir do gráfico 3 uma superioridade considerável da produtividade das florestas plantadas do Brasil ligadas às empresas associadas à ABRAF em relação a países com forte tradição e de economias de base florestal, como é o caso da Suécia, além de outros países como Portugal, África do Sul, Estados Unidos, Canadá e Chile.

Seguindo a mesma tendência do Brasil, os países do Cone Sul¹⁰ têm dado vultosas vantagens para a instalação das grandes transnacionais do setor celulósico-papeleiro em seus territórios. Dentre as vantagens, podem-se apontar as políticas estatais de

¹⁰ O chamado Cone Sul é formado pelos seguintes países, a saber: Argentina, Paraguai, Uruguai e Chile.

financiamento, incentivos fiscais e concessão de terras, como indica Barcelos (2010, p. 56):

As papelerias têm se aproveitado das políticas estatais de financiamentos, empréstimos e incentivos fiscais para consolidar seus empreendimentos. Não só cresce a concessão estatal de terras e investimentos sob um regime diferenciado de amortização, eliminação de impostos municipais e provinciais, benefícios de financiamento por hectare plantado e políticas concretas de direito real de superfície, como também a mediação do estado nas operações de venda de ativos entre consórcios empresariais integrados, como o caso da sueco-finlandesa StoraEnso e da chilena Arauco que adquiriu, através da isenção de impostos, os ativos fundiários da espanhola ENCE, formando o maior latifúndio da história do Uruguai.

Juntamente com o Brasil os países do Cone Sul possuem em seus territórios outro elemento da natureza que é de fundamental importância para as indústrias celulósico-papeleiras, ou seja, a grande disponibilidade de recursos hídricos, que pode ser muito bem representado pela presença do aquífero Guarani¹¹.

Todas essas vantagens políticas e territoriais encontradas pelas empresas têm feito com que os investimentos e as instalações de novos projetos industriais tenham como foco geográfico os países em desenvolvimento (da América Latina, África e Ásia – tabela 1), fazendo dessas regiões não só as maiores em tamanho de área plantada com reflorestamento comercial (ver figura 2), mas também em empreendimentos industriais ligados ao setor celulósico-papeleiro. (Abraf, 2010; Barcelos, 2010)

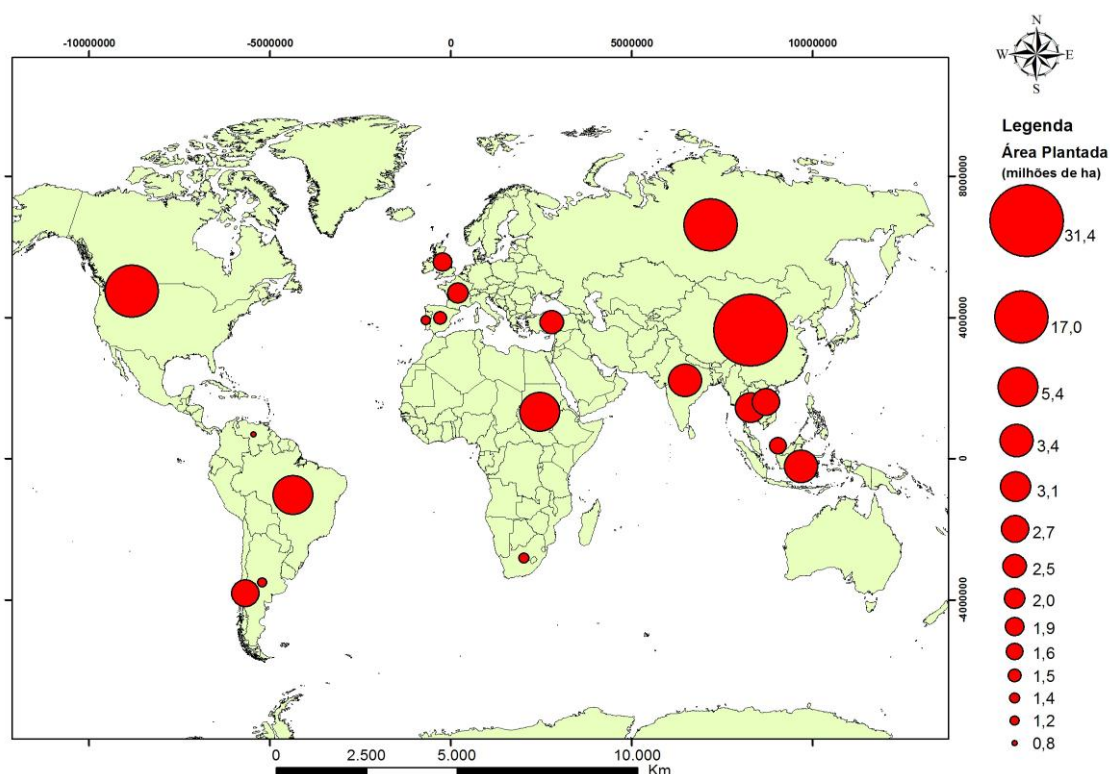
¹¹Trata-se de um enorme reservatório de águas subterrâneas de 1,2 milhões de km² que se estende pelos territórios do Brasil (840 mil km²), do Uruguai (58.500 km²), da Argentina (355 mil km²) e do Paraguai (58.500 km²), área equivalente a dos territórios de Inglaterra, França e Espanha juntos. Esse manancial dispõe de um volume aproveitável de água da ordem de 40 km³/ano, 30 vezes superior à demanda por água de toda a população existente em sua área de ocorrência, cerca de 15 milhões de habitantes. Os recursos hídricos são em geral de excelente qualidade e prestam-se a todos os fins em quase toda a área. Atualmente, a maior parte da água extraída é utilizada no abastecimento público de centenas de cidades de médio e grande porte, por meio de poços de profundidade variada (ROCHA, 1997, p.191).

Tabela 1: Espacialização dos futuros projetos industriais celulósico-papeleiro de grande porte

País	Nº de Projetos	Capacidade total prevista (ton/ano)	Previsão (?)
Angola	1	-	-
Austrália	2	1,8 milhões	-
Brasil	8	10,3 milhões (?)	2009 - 2015
China	6	3,9 milhões	2008 - 2014
Índia	3	0,6 milhões	2009
Indonésia	8	6,1 milhões	2008 - 2010
Laos	2	0,5 milhões	-
Malásia	1	0,1 milhões	-
Moçambique	1	1 milhão	-
Rússia	8	3,1 milhões (?)	2009 - 2012
África do Sul	3	0,6 milhões	a partir de 2008
Uruguai	5	4,3 milhões	2009 - 2015
Vietnã	7	1,1 milhões	2009 - 2011

Fonte: Lang (2008) *apud* Barcelos (2010).

Figura 2: Mapa da territorialização das principais florestas plantadas com eucaliptos no mundo em 2005.



Fonte: FAO (2006) *apud* Barcelos (2010)

Pode-se notar, segundo a Tabela 1, que o Brasil, a Indonésia, o Uruguai, a China e a Rússia poderão liderar o *ranking* mundial de produção de polpa de celulose e acolher o maior parque industrial de processamento e beneficiamento de celulose do mundo com a efetivação dos projetos sinalizados.

Esta reorganização dos investimentos é reflexo da reestruturação produtiva das empresas¹², aliado às dificuldades de manter o mesmo padrão produtivo, especialmente na Europa. Atreladas a esses fatores, as “condições ótimas” apontadas anteriormente sintonizaram os interesses e estratégias das empresas no mercado globalizado e altamente competitivo dos dias atuais.

Cabe ressaltar que esses investimentos industriais sofreram um retardo devido à crise econômica mundial que teve início no terceiro trimestre de 2008, sendo considerada por muitos analistas econômicos como a mais significativa desde 1929. Esta crise afetou de forma bastante significativa a cadeia produtiva dos produtos florestais, o que resultou diretamente não só na redução de investimentos em novas áreas com florestas plantadas, mas especialmente na abertura de novas fábricas, como ocorreu no Brasil¹³, e demissão em massa nas fábricas da Europa.

Após a análise da tabela 1 e da figura 2, percebe-se que a espacialização das florestas plantadas e dos grandes projetos industriais tem se dado majoritariamente na América Latina, África e Ásia. Porém, ao analisar-se a origem e o consumo dos produtos derivados de madeira plantada, vê-se que existem (parafraseando Van der Ploeg, 2008) verdadeiros “Impérios Florestais”, representados pelas transnacionais e suas lógicas empresariais. Das 100 maiores empresas ligadas à silvicultura, empacotamento, celulose e papel, 75% delas são da América do Norte, Europa e Japão (PricewaterhouseCoopers *apud* Lang, 2008, p.17).

¹² Uma das consequências dessa reestruturação é representada pela diminuição do número de corporações europeias do setor celulósico-papeleiro entre 1991 e 2006, que caiu de 1028 para 801, enquanto que neste mesmo período, acompanhando esse processo, o número de trabalhadores empregados no setor diminuiu de 390.600 para 259.100. Na América do Norte, por exemplo, o número de empregos formais no setor “florestal” (pasta e papel, madeira em tora, chapas e laminados) caiu em 140.000 entre 1990 e 2006 e na Europa esse número foi de aproximadamente 1,5 milhões de empregos (LANG, 2008, p.17).

¹³ No caso brasileiro, o efeito da crise econômica mundial para o setor florestal brasileiro ocorreu em empresas de diferentes segmentos florestais, através da interrupção e redução dos investimentos pretendidos, em florestas plantadas e em novos processos industriais. Tal fato acarretou a redução do plantio anual em 2009, a aquisição e fusão de empresas do setor de celulose e papel (o caso mais emblemático foi a fusão da gigante Aracruz Celulose e a Votorantim Celulose e Papel, dando origem à FIBRIA) e de painéis de madeira, a redução das exportações em todos os segmentos, além da queda no nível de produção e do fechamento de empresas do setor de madeira processada mecanicamente. Em nível setorial, os segmentos mais afetados pelos efeitos da crise foram o madeireiro e o de siderurgia a carvão vegetal, especialmente os guseiros ou siderúrgicas independentes (Abraf, 2010).

Segundo dados da FAO (2006) – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – publicados na *Avaliação Global dos Recursos Florestais*, a África, a Ásia e a América do Sul respondiam no ano de 2005 a 59% de toda área com florestas plantadas no mundo, contra 29% na Europa, 1,5% na Oceania e 10,5% na América do Norte.

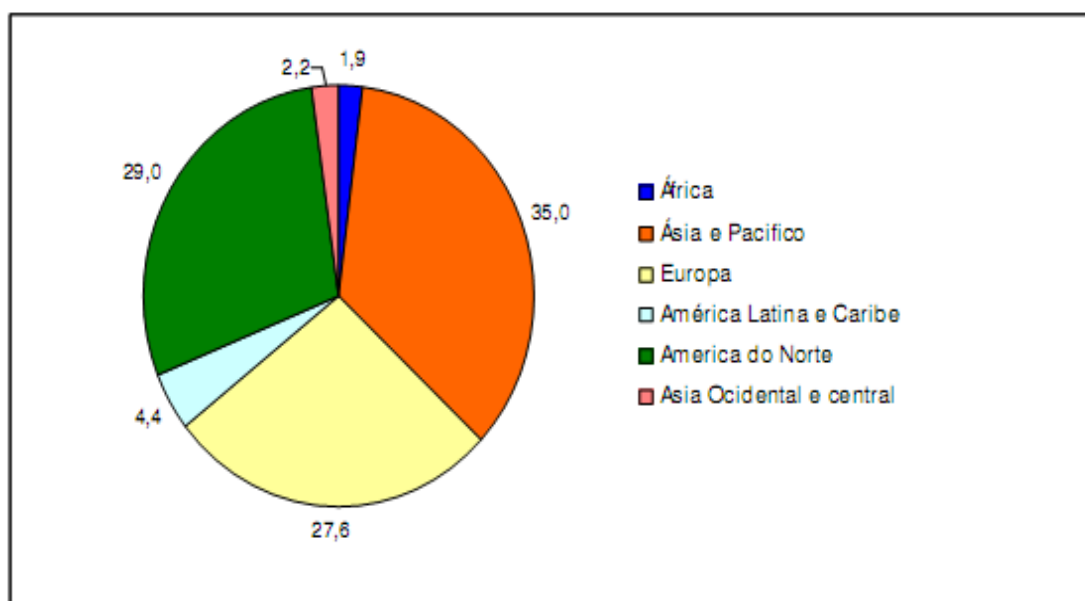
A figura 2 juntamente com as projeções da FAO (2006) apontadas na publicação citada acima sinalizam a contínua transferência das grandes plantações para as “regiões em desenvolvimento”, exceto na África, onde os dados de áreas com plantações (florestas plantadas) apontam certa estabilidade.

A Ásia hoje, e particularmente a sub-região Ásia Leste, domina o espaço das plantações, principalmente devido à China, que detém 75% da área plantada naquela região, mas também a maior área plantada do mundo, que está na ordem de 31,4 milhões de hectares. Nas sub-regiões Sul e Sudeste da Ásia, os plantios alcançam a 3,4 milhões de hectares na Indonésia, 3,2 na Índia, seguido de 3,1 na Tailândia e 2,7 milhões de hectares no Vietnã (FAO, 2006, p.09). Já na América do Sul, podemos destacar os mais 6,3 milhões de hectares no Brasil, os 2,7 no Chile e os 1,2 milhões na Argentina (Abraf, 2010).

No entanto, foi notadamente a Europa e a América do Norte que consumiram os 85% dos 1,7 bilhões de metros cúbicos ofertados ao setor industrial madeireiro (madeira serrada, painéis de madeira, celulose e papel) em 2005 no mundo, enquanto a área plantada cresceu numa taxa anual de 2,8% na Ásia, 1,3% na América do Sul e 0,6% na África, contra os 0,7% na Europa e os 2,2% na América do Norte e Central. (FAO, 2006).

Este deslocamento espacial entre as áreas de florestas plantadas e produção de papel/pasta de celulose e o consumo de papel e produtos de origem florestal (madeira) pode ser representado pelo gráfico abaixo:

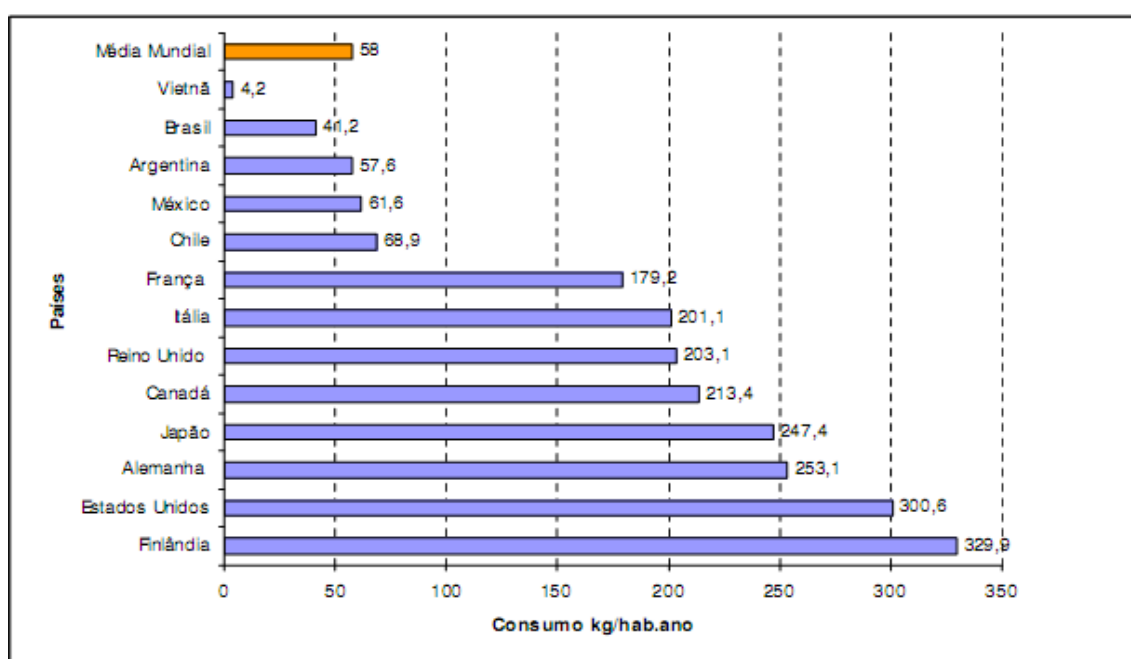
Gráfico 4: Consumo de papel e cartão em 2005 por região no mundo



Fonte: FAO (2009) *apud* Barcelos (2010)

Para explicitar o gráfico, convém lembrar que boa parte da produção brasileira de papel e polpa de celulose é exportada, como é o caso da produção da FIBRIA, que exporta mais de 90% da sua produção, sendo 40% só para a Europa (Fibria, 2010).

Gráfico 5: Estimativa de consumo *per capita* de papel em 2006



Fonte: FAO (2009) *apud* Barcelos (2010)

Como apontado anteriormente, devido à crise econômica mundial, no ano de 2009 houve um freio na expansão territorial das florestas plantadas de forma extensiva. Mas, segundo a FAO (2006), tem ocorrido ao longo das últimas décadas uma mudança no cenário político relacionado à posse, ou seja, ao domínio territorial das plantações homogêneas (florestas plantadas), pois tem sido crescente a participação do setor privado. Em 1990, 70% da área plantada no mundo estavam sob o controle público, enquanto que em 2005 esse valor caiu para 50%. Já as áreas privadas, não só aquelas controladas pelas grandes corporações, mas também aquelas de posse familiar têm crescido num ritmo espetacular, de 12% em 1990, para 32% em 2005 (FAO, 2006, p.24).

O Brasil tem seguido a mesma tendência, pois as grandes empresas privadas são responsáveis por boa parte das plantações homogêneas, especialmente, as de eucalipto e pinus. Além da aquisição própria de terras, o arrendamento e o fomento florestal têm sido importantes estratégias que têm proporcionado o crescimento da área plantada pelo setor privado (Abraf, 2010), seja ele ligado às grandes corporações ou a produtores florestais independentes, como é o caso de Valença, aqui estudado.

Neste sentido, buscar-se-á analisar no item a seguir a silvicultura comercial no Brasil, os seus principais elementos e dinâmicas, a fim de compreender melhor o cenário econômico e socioespacial desta atividade, assim como sua repercussão e seu desenvolvimento em Valença/RJ.

2.4 - As florestas plantadas no Brasil

O surgimento das grandes plantações arbóreas no Brasil e na América Latina está, em grande parte, associado ao fenômeno de internacionalização do capital (chamada também de globalização neoliberal) por meio das grandes transnacionais.

Segundo Oliveira (2007), a partir da década de 1980, devido a mudanças na conjuntura político-ambiental na Europa e nos EUA iniciadas na década de 1960, estes territórios têm sofrido pela falta de madeira para atender à demanda das indústrias celulósico-papeleiras. Assim, as empresas, com o apoio dos governos europeus, resolveram terceirizar a produção como parte da reestruturação produtiva citada anteriormente, enviando o plantio e a produção para os países subdesenvolvidos.

Do final da década de 1960 até o final da década de 1980, o Brasil vivenciou um momento de transformações na economia (que muito se deve à conjuntura internacional mencionada acima), marcado por profundas modificações na estrutura produtiva, especialmente na agricultura. Foi no início deste período que surgiu a Revolução Verde, que alterou significativamente as relações sociais e econômicas no campo brasileiro. A chamada revolução verde é um modelo científico e tecnológico de produção agrícola baseado no uso intenso dos insumos químicos, na mecanização da agricultura, no melhoramento genético para aumentar a produtividade agrícola, na intensificação da subordinação da agricultura em relação à indústria e da produção agropecuária em larga escala (Graziano Neto, 1982 e Goodman *et al.*, 1990).

Não por acaso, esse período de transferência das multinacionais do papel e da celulose caminhou junto com um período de intensa modernização da agricultura brasileira, chamado por muitos pesquisadores de modernização conservadora¹⁴, no qual o modelo agro-exportador foi ratificado como projeto de desenvolvimento para o campo brasileiro (Delgado, 2004).

Porém, como foi apontado anteriormente, não se podem confundir as plantações homogêneas com silvicultura. Neste sentido, entende-se que as plantações homogêneas para fins comerciais são um fenômeno que começou a ter relevância no Brasil na década de 1960, enquanto que a silvicultura propriamente dita é bem mais antiga.

Cabe recordar que no violento processo de dominação do território brasileiro por parte dos portugueses, a primeira das riquezas naturais de nosso território a ser espoliada (Harvey, 2006) foi o pau-brasil, ou seja, a madeira que naquele período já era de grande valia e escassa para os fins comerciais da (na) Europa. Esse processo de intensa espoliação realizada pelo colonialismo português provocou um intenso desmatamento nas florestas da área litorânea, notadamente a mata atlântica, como bem registrou Warren Dean¹⁵ (1996).

Essa rápida espoliação da natureza (do território) foi realizada apoiada na atividade agrário-agrícola, com cultivo de monocultura voltada para exportação com relações de trabalho escravista. O atual Nordeste foi o primeiro espaço a ser (des)organizado por essa forma de ocupação do território, realizada por uma aristocracia

¹⁴ Sobre este tema ver entre outros, Graziano da Silva (1996), Abramovay (1991) Oliveira (2002) Delgado (2004).

¹⁵ O autor relata em seu livro “A ferro e fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira”, que mais de 18 milhões de toneladas de madeira foram retiradas durante os primeiros 150 anos de exploração colonial no Brasil.

latifundiária e escravagista, que desenvolveu em latifúndios o cultivo de cana-de-açúcar voltado a atender o mercado europeu, especialmente o da metrópole portuguesa (Martini, 2004).

Segundo Dias (2008) foi a partir do século XIX com a transferência da capital do Império para o Rio de Janeiro que nasceu de fato a silvicultura no Brasil, ou seja, as primeiras experiências de plantio, manejo e técnicas de reflorestamento. A autora aponta que a recomposição da cobertura vegetal (reflorestamento) no maciço da Tijuca na metade do séc. XIX, que tinha sido destruído pela atividade cafeeira, foi considerada uma experiência bem sucedida, sendo assim um modelo para futuras práticas silviculturais e de manejo de espécimes florestais.

Apesar dessa experiência de reflorestamento, o processo de desmatamento continuou intenso. O aumento contínuo do desflorestamento provocou por parte do governo o estabelecimento do Decreto 4.421 de 28 de setembro de 1921, que instituía a criação do Serviço Florestal Brasileiro. De acordo com Dias (2008, p.107) esse órgão:

nasce com a finalidade de implementar a silvicultura nacional, incentivando o aumento da produção florestal, fiscalizando os desmatamentos em florestas nativas, e tentando equacionar as pressões dos setores conservacionistas críticos à falta de políticas florestais efetivas.

A exploração irracional da madeira oriunda da mata atlântica e da mata de araucária quase dizimou estes biomas em São Paulo, provocando assim a criação de institutos estaduais que regulamentavam e incentivavam a pesquisa florestal, visando ao desenvolvimento de alternativas para a crise energética que se estabelecia naquele momento, tendo em vista que a madeira era a fonte energética tanto do setor industrial quanto do doméstico.

Assim, foi criada no estado de São Paulo a Comissão Geológica e Geográfica no ano de 1896; anos mais tarde, veio a dar origem ao Instituto Florestal do Estado de São Paulo. Neste instituto houve, por parte de pesquisadores, a criação de uma seção de botânica, que foi uma das primeiras a defender o Código e a Legislação Florestal no Brasil.

Depois da tentativa fracassada de Alberto Loefgren, então diretor do Instituto, em construir uma legislação florestal no estado de São Paulo, esse veio a sair da direção do órgão, assumindo em seu lugar o jovem agrônomo silvicultor Edmundo Navarro de

Andrade. Essa medida político-administrativa é apontada como um divisor de águas para silvicultura brasileira, pois segundo Martini (2004, p.34), Navarro:

converteu o órgão numa sementeira de eucalipto. No prazo de um ano, a distribuição de mudas que era de 25 mil mudas por ano subiu para 250 mil. Ele [Warren Dean] diz que infelizmente o cientista enfatizou exclusivamente a difusão do eucalipto em todo o estado.

Barcelos (2010) aponta que a chave para se compreender tal medida, ou seja, a transformação das pesquisas botânicas realizadas pelo instituto para um centro de pesquisa voltado para o desenvolvimento de espécies vegetais de interesse comercial tem relação direta com a formação de Navarro, que estudou na Escola Nacional de Agricultura de Coimbra, em Portugal. Em virtude disso, o mesmo possuía uma visão produtivista de base europeia (colonialista) de floresta, que se refletiu nas mudanças realizadas pelo mesmo na direção do órgão.

Apontar-se-ia também como fundamental nesta mudança política de atuação do instituto o interesse do capital privado, representado especialmente pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro, que na época era grande consumidora de madeira, seja na utilização da mesma como dormente ou como lenha. Cabe lembrar ainda que a madeira era o principal recurso energético do período, amplamente utilizado também nas residências.

...o Serviço Florestal e Botânico do Estado de São Paulo, sob nova direção se transforma num poderoso auxiliar à expansão dos monocultivos florestais, abandona seu papel de serviço público se tornando um braço dos interesses privados da Cia. Paulista no Estado. (DIAS, 2008, p.115)

Navarro continuou a fomentar as pesquisas com espécies nativas e exóticas voltadas para o monocultivo florestal de interesse econômico e comercial. Assim, em 1904, ao integrar o Serviço Florestal da Companhia Paulista, pôde aprofundar os diversos estudos já realizados, inclusive fazendo novas pesquisas no exterior.

Com isso, depois de muitos testes em busca de uma árvore (madeira) que oferecesse a durabilidade e a resistência necessária para ser utilizada como dormente nas linhas férreas da empresa, encontrou numa espécie exótica as qualidades que procurava, associadas à possibilidade de plantar essa espécie em larga escala. Por essas características, Navarro é apontado como o “pai da silvicultura comercial no Brasil”.

Edmundo Navarro de Andrade, como dissemos, será considerado o pai da “silvicultura nacional” e uma das maiores autoridades do pensamento florestal do país, principalmente pelos resultados alcançados na Paulista. Seus experimentos no Serviço Florestal da Companhia abriram um terreno fértil para a propagação das plantações homogêneas em larga escala e deram à elite modernizante do país, da qual fazia parte, os elementos fundamentais para consolidar a ideia de “florestas produtivas” ou, também, “florestas plantadas” (BARCELOS, 2010, p.74).

As pesquisas e publicações de Navarro constituíram uma epistemologia no chamado pensamento florestal brasileiro, influenciando fortemente a silvicultura brasileira, que passou a incluir as grandes plantações homogêneas, uniformes e industriais no campo conceitual das florestas, considerado por seus críticos um grande reducionismo que veio a enfraquecer o conceito de floresta (Martini, 2004; Barcelos 2010).

Esse conceito de floresta apoiado nas obras de Navarro foi de grande valia para as atividades do setor celulósico-papeleiro no Brasil a partir da década de 1950 (Martini, 2004; Dias, 2008 e Barcelos, 2010), pois ofereceu as bases teóricas para a criação do chamado setor florestal que anteriormente estava inserido e denominado apenas como setor industrial, como também contribuiu para a escolha do eucalipto como matéria-prima pelo setor.

Em 1955, o banco concede o seu primeiro financiamento ao setor através da Celulose e Papel Fluminense S.A. para a produção 20t/dia de celulose não branqueada e cerca de 25t/dia de papel de embrulho por meio do processamento do bagaço de cana. Entre 1956 a 1973, o BNDE passa a apostar na celulose produzida a partir de *eucalipto* e na importância da *escala* nos processos produtivos (BARCELOS, 2010, p.77).

Segundo Pinheiro (2006), foi partir desse momento (final da década de 1950 e início da década de 1960) que o setor florestal, aliado ao setor industrial, começou a ser impulsionado no Brasil. A criação simultânea tanto para o setor florestal quanto para o setor industrial de três importantes mecanismos de incentivos, a saber: o Código Florestal /1965, a Lei 5.106/1966 (que regulamentou os incentivos fiscais determinados no Código Florestal de 1965) e o IBDF /1967, que substituiu o tradicional Instituto Nacional do Pinho, permitiu o aumento da área plantada com dinheiro público e o financiamento subsidiado às unidades industriais com escalas mínimas crescentes de produção e incentivo à pesquisa pública no setor de silvicultura. Essas medidas

proporcionaram uma articulação das áreas florestais e industriais e esta junção entre os setores fortaleceu um consórcio de gigantescos fornecedores verticalizados, voltados especialmente para o mercado internacional de papel e celulose como também o setor siderúrgico brasileiro.

Essas medidas possibilitaram que as empresas que se territorializaram no Brasil entre 1889 e 1934 se expandissem. De acordo com Hilgemberg e Bacha, (2001) a Fábrica de Papel Paulista Salto, a Companhia Melhoramentos e a Companhia Fabricadora de Papel (que deu origem ao grupo Klabin), a fábrica de papelão Simão e Companhia (que originou o grupo Simão, adquirido, posteriormente, pela VCP), a Indústria de Papelão Limeira S.A. (que originou o grupo Ripasa) estavam entre as empresas que já atuavam no setor de celulósico-papeleiro e de madeira comercial.

Com a instalação do regime ditatorial de cunho militar, as plantações homogêneas de eucalipto continuaram a crescer e receber incentivos por parte do Estado (Juvenal e Mattos, 2002), graças aos subsídios fiscais e empréstimos públicos¹⁶ a companhias de grande porte que investissem nas plantações de larga escala, principalmente de eucalipto e/ou pinus, para a produção nacional de polpa de celulose e carvão vegetal.

As chamadas políticas florestais ganharam força com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND, 1974) e no I Programa Nacional de Papel e Celulose (I PNPC), focados em áreas dos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia e Pará. O governo Federal destinou US\$ 466.846.200,00 ao setor celulósico-papeleiro entre 1974 e 1980 (Dalcomuni, 1990, p.85-86), não só mediante financiamento do (e por meio do) BNDE¹⁷, mas também pela participação acionária deste banco e de estatais como a CVRD¹⁸ – Companhia Vale do Rio Doce – em empresas de papel e celulose. Os estados também encontraram formas de incentivar a indústria de papel e celulose, especialmente por incentivos fiscais. Pela lógica do II PND, os critérios utilizados para definir a localização espacial dos novos

¹⁶ Podem-se apontar duas grandes medidas que foram tomadas e que favoreceram os empresários do setor florestal, especialmente, os de papel e celulose. A primeira foi o Decreto-Lei 1.134 de 1970, que endossou ainda mais as concessões fiscais e aumentou os incentivos às plantações em larga escala, além de atender antigas reivindicações das elites industriais. E a segunda, foi o Fiset, *Fundo de Incentivos Fiscais* (Decreto Lei nº. 1.376 de 1974) que reajustou a política de concessão aos incentivos fiscais às necessidades de execução das metas do Programa Nacional de Papel e Celulose, o PNPC (Kengen, 2001).

¹⁷ Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. Hoje BNDES, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

¹⁸ Hoje uma empresa privatizada que passou a se chamar apenas VALE.

empreendimentos eram a proximidade das fontes energéticas, dos nós da rede de transportes e a disponibilidade de recursos naturais do território (Rodriguez e Silvestre, 2007).

Foi nesse contexto de forte atuação do Estado como impulsionador na silvicultura comercial que surgiram grandes corporações do ramo de papel e celulose. Na década de 1970, deram início às suas atividades no mercado, por exemplo, a Celulose Nipo-Brasileira (CENIBRA) fundada em 1973 que iniciou as operações em 1977; e a Aracruz Celulose, em 1978 (Hilgemberg & Bacha, 2001).

Segundo Barcelos (2010), a partir das décadas de 1980 e 1990, as grandes corporações do setor celulósico-papeleiro se consolidaram como grandes proprietárias de plantações homogêneas de eucalipto e pinus no Brasil. Com isso, acabaram se consolidando no mercado nacional e mundial, através de uma estrutura verticalizada e oligopolizada. O setor passou a reduzir os custos de produção, investir nas exportações e nas pesquisas, mas também a apostar na profissionalização da gestão empresarial e na abertura ao capital estrangeiro (Barcelos, 2010).

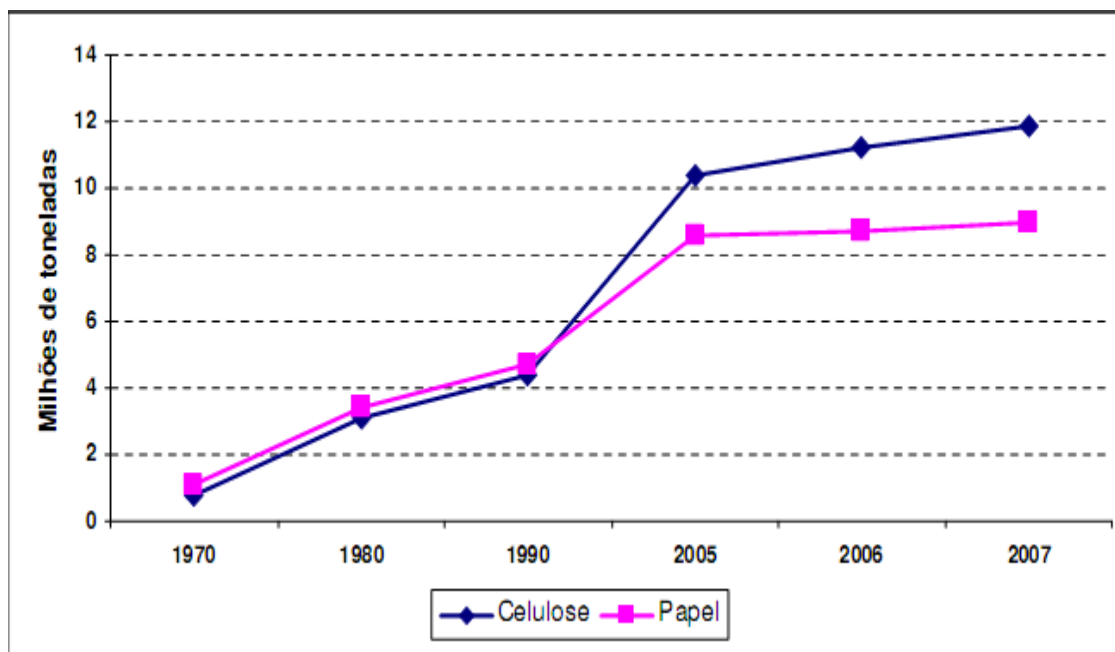
Em 1987, o governo lançou o II Plano Nacional de Papel e Celulose (II PNPC) buscando contemplar um novo ciclo produtivo de investimentos no setor celulósico-papeleiro. Foi nesse período que surgiu mais uma empresa que se tornou uma das grandes corporações do setor, a Votorantim Celulose e Papel, do grupo Votorantim, criado pelo empresário brasileiro Antônio Ermírio de Moraes. Porém, a partir daquele momento, o governo diminuiu sua participação ativa no setor, especialmente através dos fomentos que eram realizados pelo BNDES, em detrimento da participação e capitalização privada através do mercado, especialmente o de ações.

O resultado de tais medidas foi a atual indústria de papel e celulose que temos no Brasil: uma indústria basicamente produtora de *commodities* voltada ao mercado internacional. Por ser movida por altos investimentos de longo período de maturação, a indústria celulósico-papeleira é considerada, hoje, a maior em intensidade de capital do mundo (Abraf, 2010), superando até mesmo as indústrias petroquímica, farmacêutica e automobilística. Seus projetos com grande integração vertical incluem imobilização de terras, plantio em larga escala, equipamentos de alta tecnologia para celulose, máquinas de papel, geração de energia, recuperação de utilidades, logística inteligente, além da geração de grandes volumes de rejeitos, efluentes e gases (Rodriguez e Silvestre, 2007).

A alta capacidade de produção e o grande porte dos projetos demandam ganhos em escala com um nível de padronização elevado, exigindo um rigoroso controle de qualidade tanto da matéria-prima (madeira) quanto do produto final. A competitividade e as exigências do mercado têm forçado as grandes corporações a investir em toda a cadeia de produção (Dores *et al.*, 2005), desde biotecnologia florestal, genética, manejo e planejamento florestal até em capacitação e logística operacional, tecnologia industrial, controle ambiental, operações financeiras e outras (Juvenal e Mattos, 2002).

De acordo com o anuário estatístico da Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas (ABRAF) publicado em 2010, tendo como base dados do ano de 2009, os investimentos em pesquisa e desenvolvimento florestal (novas tecnologias produtivas, melhoramento genético e clonagem) fizeram do Brasil o líder mundial em produtividade. No comércio internacional, o Brasil, além de liderar as exportações mundiais de celulose de fibra curta de eucalipto, é importante fornecedor de papéis para impressão e escrita não revestidos. Pelo lado das importações, destacam-se o papel de imprensa e os papéis para impressão e escrita revestidos.

Gráfico 6: Evolução da produção brasileira de celulose e papel – 1970/2007



Fonte: BRACELPA, 2009.

Gráfico 7: Evolução da balança comercial de produtos de florestas plantadas no Brasil - 2000/2009



Fonte: SECEX (2010), adaptado por STCP.
¹ vide Notas Metodológicas – Capítulo 5 deste Anuário.

Tabela 2: Evolução das exportações brasileiras de produtos de florestas plantadas (milhões US\$)

Produto	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Celulose	1.602	1.248	1.161	1.744	1.722	2.034	2.484	3.024	3.917	3.315
Papel	941	943	895	1.087	1.188	1.372	1.524	1.702	1.920	1.686
Madeira Serrada ¹	213	229	245	255	295	304	275	257	203	142
Painéis Reconstituídos ²	69	70	93	114	154	167	162	146	120	83
Compensados ¹	156	156	211	344	521	510	438	422	477	279
Carvão Vegetal	2	2	2	3	6	4	3	3	2	2
Outros ³	114	124	165	194	335	201	262	236	186	93
TOTAL	3.097	2.771	2.771	3.742	4.220	4.593	5.148	5.790	6.824	5.600

Fonte: SECEX (2010), adaptado por STCP.

¹ Inclui apenas coníferas.

² Painéis Reconstituídos, segundo SECEX, incluem: MDP, MDF, Chapa Dura, OSB e outros (*waferboard*).

³ "Outros" incluem: molduras, *blocks & blanks* e EGP.

A Tabela 2 apresenta a evolução das exportações brasileiras por produto de florestas plantadas. Os principais produtos exportados foram celulose e papel, representando 59,2% e 30,1%, respectivamente, do total exportado dos produtos de florestas plantadas.

Em 2008, as exportações de celulose e papel chegaram respectivamente a 3.917 e 1.920 milhões de dólares, ou 89,3% dos produtos exportados de florestas plantadas. (tabela 2). Segundo a Associação Brasileira de Celulose e Papel (BRACELPA), a Europa, a América do Norte e a China são as principais compradoras da celulose brasileira. As exportações de papel, por sua vez, foram direcionadas para os países da América Latina, Europa e América do Norte (Bracelpa, 2010).

As exportações brasileiras de produtos de florestas plantadas atingiram US\$ 5,6 bilhões, contra US\$ 6,8 bilhões em 2008, diminuindo, portanto 18%. Por outro lado, o setor de florestas plantadas foi responsável por 4% do total das exportações totais do país em 2009, representando um ponto percentual acima da participação em 2008 (3%). Isso se deve ao fato de o setor de florestas plantadas ter reduzido seu volume exportado em proporções inferiores à redução das exportações totais brasileiras (Abraf, 2010). Porém, apesar do grande volume de produção e exportação, o setor celulósico-papeleiro, que é o mais significativo nas exportações, contribui com um percentual ainda muito baixo dentro do saldo total da balança comercial brasileira, assim como no saldo total das exportações do agronegócio, que é de apenas 8%.

A produção de madeira em tora de eucalipto, em 2009, foi de 45,1 milhões de metros cúbicos, frente aos 46,4 milhões de metros cúbicos em 2008, evidenciando uma queda de 2,8% em relação ao ano anterior (gráfico 7). Por sua vez, a produção de madeira em tora de pinus, por parte das empresas associadas da ABRAF, apresentou crescimento em 2009 se comparado ao ano anterior (16%), passando de cerca de 9,8 milhões de metros cúbicos para 11,4 milhões. Este aumento observado para o pinus é resultado direto do maior número de novos associados da ABRAF com florestas plantadas com pinus entre 2008 e 2009.

Gráfico 8: Evolução da produção de madeira em tora pelas empresas associadas da ABRAF – 2005/2009

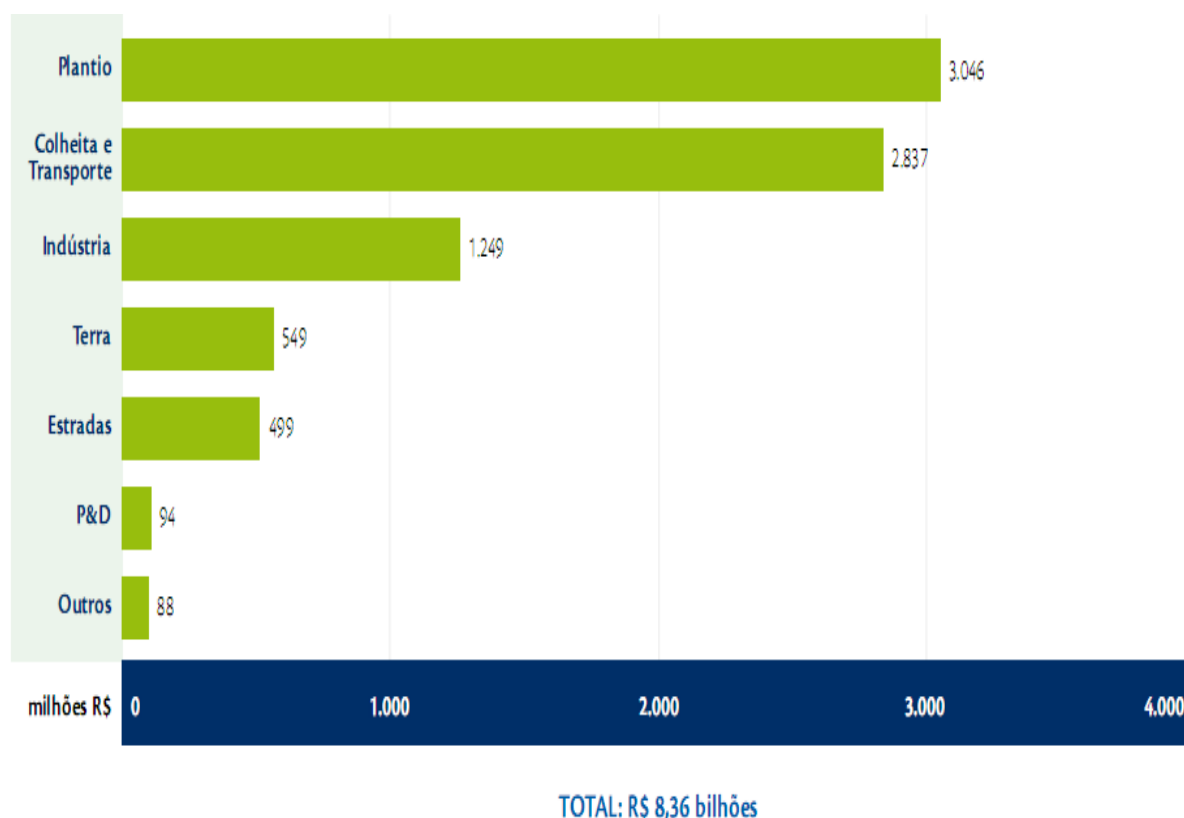


Fonte: ABRAF, 2010.

A análise do gráfico demonstra o que se apontara anteriormente: as contribuições de Edmundo Navarro com suas pesquisas foram fundamentais para se chegar até a escolha do eucalipto como espécie mais rentável para uso industrial. Tal fato tem sido corroborado ano a ano pelos dados da ABRAF que, junto com outras entidades de classe ligadas ao setor florestal, tem disponibilizado dados estatísticos e relatórios anuais. Destaca-se aqui a falta de um levantamento estatístico do setor por parte do IBGE, que só tem dados registrados até 2008, o que faz com que aqueles que se interessem por estudar as plantações homogêneas em larga escala no Brasil recorram a entidades patronais como a ABRAF.

Passada a pior fase da crise econômica para o setor florestal e somando-se as medidas do governo brasileiro, tais como a redução de impostos e investimentos em infraestrutura e habitação, as empresas associadas da ABRAF apontam um crescimento nos investimentos futuros ligados às atividades florestais. Veja-se o gráfico 9.

Gráfico 9: Perspectiva de investimentos das empresas associadas da ABRAF em atividades florestais entre 2010-2014



Fonte: ABRAF, 2010.

A maior proporção dos investimentos correntes será designada para as operações de plantio (R\$ 3,04 bilhões), seguidas pela colheita e transporte florestal (R\$ 2,84 bilhões), respondendo respectivamente por 36% e 34% do total dos investimentos estimados para o período. Na sequência, os investimentos previstos para a indústria deverão alcançar R\$1,25 bilhão (15% do total), para estradas, R\$ 499 milhões (6% do total), entre outros (9% do total).

Tabela 3: Área de plantio anual no Brasil – 2006/2007

Regiões	Estado	Área de plantio 2006 (ha)	Área de plantio 2007 (ha)	TOTAL 2006 (ha)	TOTAL 2007 (ha)	% (2006-2007)
Sul	SC	45.000	45.000	175.000	132.000	-24,57
	PR	40.000	42.000			
	RS	90.000	45.000			
Sudeste	MG	145.000	164.000	275.000	295.000	7,27
	SP	98.000	99.000			
	ES	30.000	31.000			
	RJ	2.000	1.000			
Centro Oeste	MS	33.000	36.000	48.000	53.000	10,42
	MT	10.000	12.000			
	GO	5.000	5.000			
Norte	AC	500	500	34.500	52.500	52,21
	AM	1.000	-			
	AP	10.000	13.000			
	PA	13.000	29.500			
	RO	1.500	500			
	RR	4.000	4.000			
	TO	4.500	5.000			
Nordeste	BA	81.000	85.000	94.500	107.500	13,76
	MA	11.000	20.000			
	PE	500	500			
	PI	2.000	2.000			
TOTAL		627.000	640.000	627.000	640.000	2,07

Fonte: ABRAF, 2009.

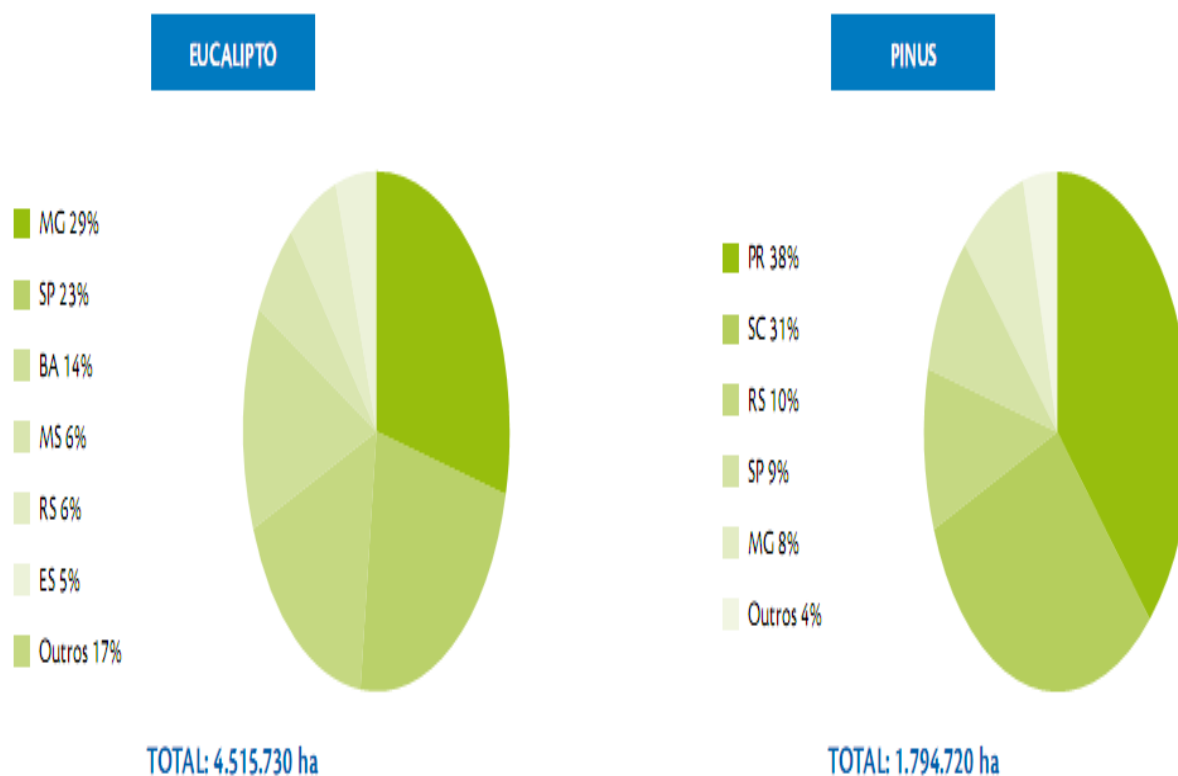
Dentro dessa mesma lógica de crescimento, o setor florestal tem anunciado a expansão das florestas plantadas e de novas plantas industriais para novas regiões, chamadas de “novas fronteiras florestais”, dentre as quais se podem destacar as regiões Centro-Oeste, notadamente o estado de Mato Grosso do Sul, e Nordeste, especialmente Piauí e Maranhão.

Tabela 4: Florestas plantadas com eucalipto e pinus no Brasil (2005-2009)

UF	Eucalipto (ha)					Pinus (ha)					TOTAL (ha)				
	2005	2006	2007	2008 ¹	2009	2005	2006	2007	2008 ¹	2009	2005	2006	2007	2008 ¹	2009
MG	1.119.259	1.181.429	1.218.212	1.278.210	1.300.000	149.915	146.000	143.395	145.000	140.000	1.269.174	1.327.429	1.361.607	1.423.210	1.440.000
SP ¹	798.522	915.841	911.908	1.001.080	1.029.670	148.020	214.491	209.621	172.480	167.660	946.542	1.130.332	1.121.529	1.173.560	1.197.330
PR	114.996	121.908	123.070	142.430	157.920	677.772	686.453	701.578	714.890	695.790	792.768	808.361	824.648	857.320	853.710
BA	527.386	540.172	550.127	587.610	628.440	54.746	54.820	41.221	35.090	31.040	582.132	594.992	591.348	622.700	659.480
SC	61.166	70.341	74.008	77.440	100.140	527.079	530.992	548.037	551.220	550.850	588.245	601.333	622.045	628.660	650.990
RS	179.690	184.245	222.245	277.320	271.980	185.080	181.378	182.378	173.160	171.210	364.770	365.623	404.623	450.480	443.190
MS	113.432	119.319	207.687	265.250	290.890	38.909	28.500	20.697	18.800	16.870	152.341	147.819	228.384	284.050	307.760
ES	204.035	207.800	208.819	210.410	204.570	4.898	4.408	4.093	3.990	3.940	208.933	212.208	212.912	214.400	208.510
PA	106.033	115.806	126.286	136.290	139.720	149	149	101	10	0	106.182	115.955	126.387	136.300	139.720
MA	60.745	93.285	106.802	111.120	137.360	0	0	0	0	0	60.745	93.285	106.802	111.120	137.360
GO	47.542	49.637	51.279	56.880	57.940	13.330	14.409	13.828	15.200	15.200	60.872	64.046	65.107	72.080	73.140
AP	60.087	58.473	58.874	63.310	62.880	27.841	20.490	9.000	1.620	810	87.928	78.963	67.874	64.930	63.690
MT	42.417	46.146	57.151	58.580	61.530	43	7	7	10	10	42.460	46.153	57.158	58.590	61.540
TO	2.124	13.901	21.655	31.920	44.310	0	0	700	850	850	2.124	13.901	22.355	32.770	45.160
Outras	25.285	27.491	31.588	27.580	28.380	3.703	4.189	0	0	490	28.988	31.680	31.588	27.580	28.870
TOTAL	3.462.719	3.745.794	3.969.711	4.325.430	4.515.730	1.831.485	1.886.286	1.874.656	1.832.320	1.794.720	5.294.204	5.632.080	5.844.367	6.157.750	6.310.450

Fonte: ABRAF, 2010.

Gráfico 10 - Distribuição das florestas plantadas com eucalipto e pinus no Brasil, principais estados em 2009.

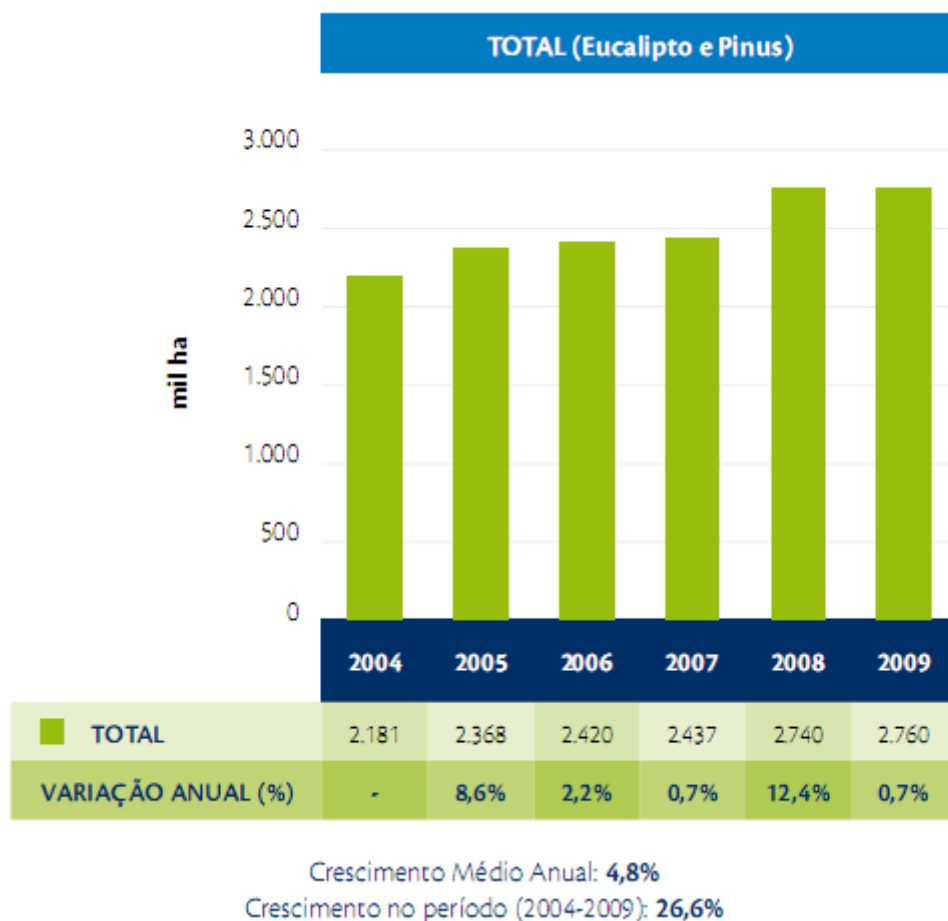


Fonte: ABRAF, 2010.

Tendo por base a Tabela 4 e o Gráfico 10, constata-se que 52% (2.534.240 ha) das áreas com florestas plantadas de eucalipto no Brasil (até 2009) se localizam na região Sudeste, com destaque para o estado de Minas Gerais, que possui 1.300.000 ha, seguido por São Paulo, com 1.029.670 ha. A Bahia é o terceiro estado com maior produção (628.440 ha). Com isso, os três estados possuem respectivamente a participação de 29%, 23% e 14% do total do país.

Em conjunto, estes três estados detêm 2/3 do total plantado com este grupo de espécies no Brasil. Com relação ao pinus, a região Sul é a maior detentora das áreas de florestas plantadas deste grupo de espécies, totalizando, até 2009, 1.417.850 ha, ou seja, 79% da área total plantada de pinus no Brasil. O estado do Paraná lidera a área plantada com este gênero, seguido por Santa Catarina, respectivamente com 695.790 ha (38% do total) e 550.850 ha, ou seja, 31% (Abraf, 2010).

Gráfico 11: Evolução da área de florestas plantadas com eucalipto e pinus das associadas individuais da ABRAF – 2004/2009



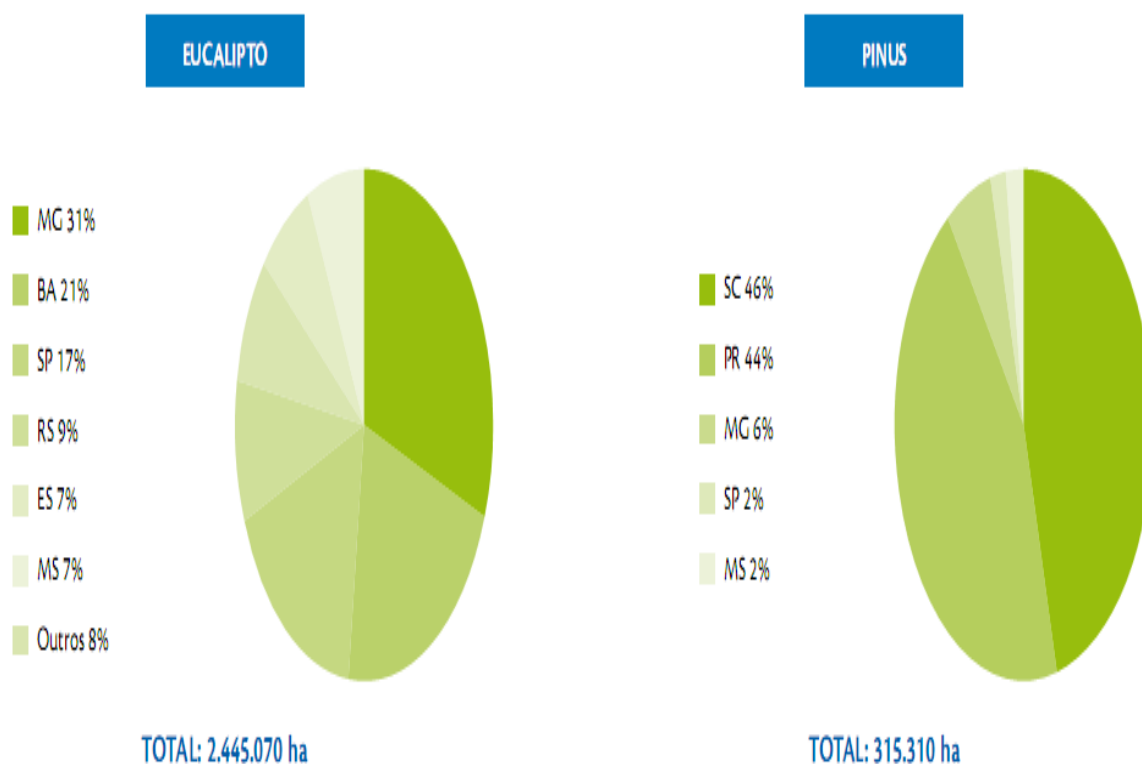
Fonte: ABRAF, 2010.

A partir do gráfico 11, pode-se constatar que vem ocorrendo uma evolução nos últimos anos no aumento das áreas plantadas com eucalipto das associadas individuais da ABRAF. Em 2005, estas empresas detinham 2.017 milhões ha plantados com eucalipto, passando para 2.445 milhões ha em 2009, o que representa taxa média de crescimento anual de 4,9%. Segundo a própria ABRAF, em 2009 as empresas associadas individuais da ABRAF¹⁹ chegaram a uma patamar de cerca de 44% na participação das áreas de florestas plantadas no Brasil, considerando apenas eucalipto e pinus.

¹⁹ Entre as empresas associadas individuais da ABRAF, podemos citar a: Fibria, Arcelo Mittal, Duratex, Gerdau, Suzano, Stora Enso, Vale, Veracel, Eucatex, Cenibra e outras.

Somando-se as áreas florestais de todas as associadas da ABRAF (associadas individuais à ABRAF e empresas filiadas às associações coletivas, mas não filiadas à ABRAF) este total atinge mais da metade (57%) do total com eucalipto e pinus do Brasil, o que confirma a representatividade da entidade no setor florestal brasileiro. Isso significa que estamos diante não só de um processo de expansão física da monocultura do eucalipto no Brasil, mas também um processo de monopolização das plantações homogêneas pelas grandes corporações do setor de celulósico-papeleiro, significativamente aglutinadas na ABRAF.

Gráfico 12: Distribuição da área de florestas plantadas com eucalipto e pinus das associadas individuais da ABRAF por estado em 2009

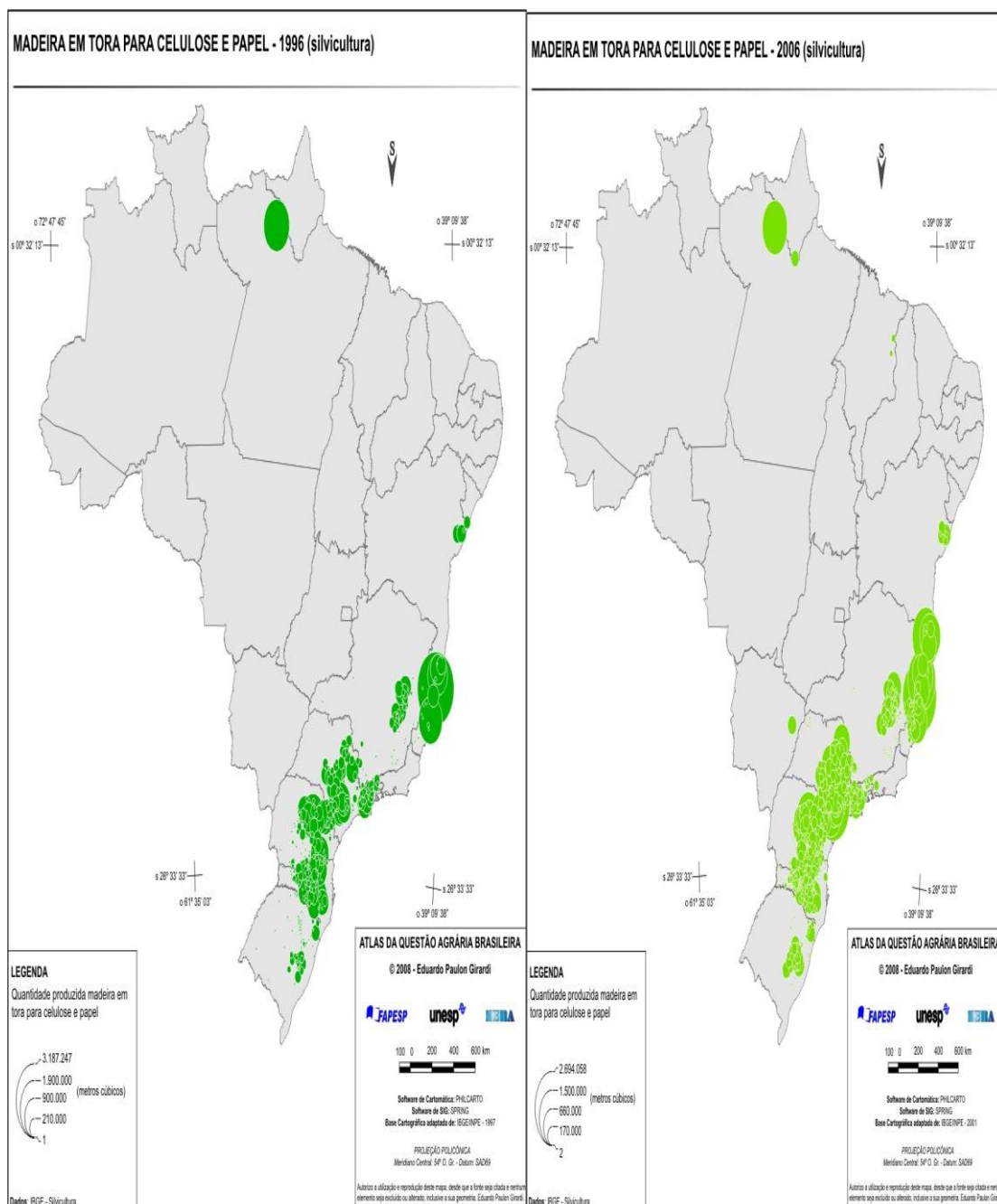


Fonte: ABRAF, 2010.

Tendo por base o gráfico 12 atualizado para o ano de 2009, pode-se notar que, seguindo a mesma tendência observada para o Brasil, a região Sudeste detém mais da metade das áreas de florestas plantadas com eucalipto das associadas individuais da ABRAF (55%, notadamente MG, SP e ES). Fora do Sudeste, destacam-se o estado da Bahia (21%) e Rio Grande do Sul (9%). Por sua vez, as áreas de florestas plantadas com

pinus das associadas individuais da ABRAF localizam-se quase que inteiramente na região sul (90%), estando também presentes em Minas Gerais (6%), São Paulo (2%) e Mato Grosso do Sul (2%).

Figura 3: Mapa da territorialização da produção de madeira em tora para celulose e papel – 1996 e 2006



Fonte: Atlas da Questão Agrária, 2009.

No Brasil, a territorialização da silvicultura comercial e das grandes plantações homogêneas de eucalipto/pinus para fins industriais estão concentradas basicamente na região Centro-Sul²⁰, sobretudo pelas especificidades territoriais e pelas condições naturais disponíveis.

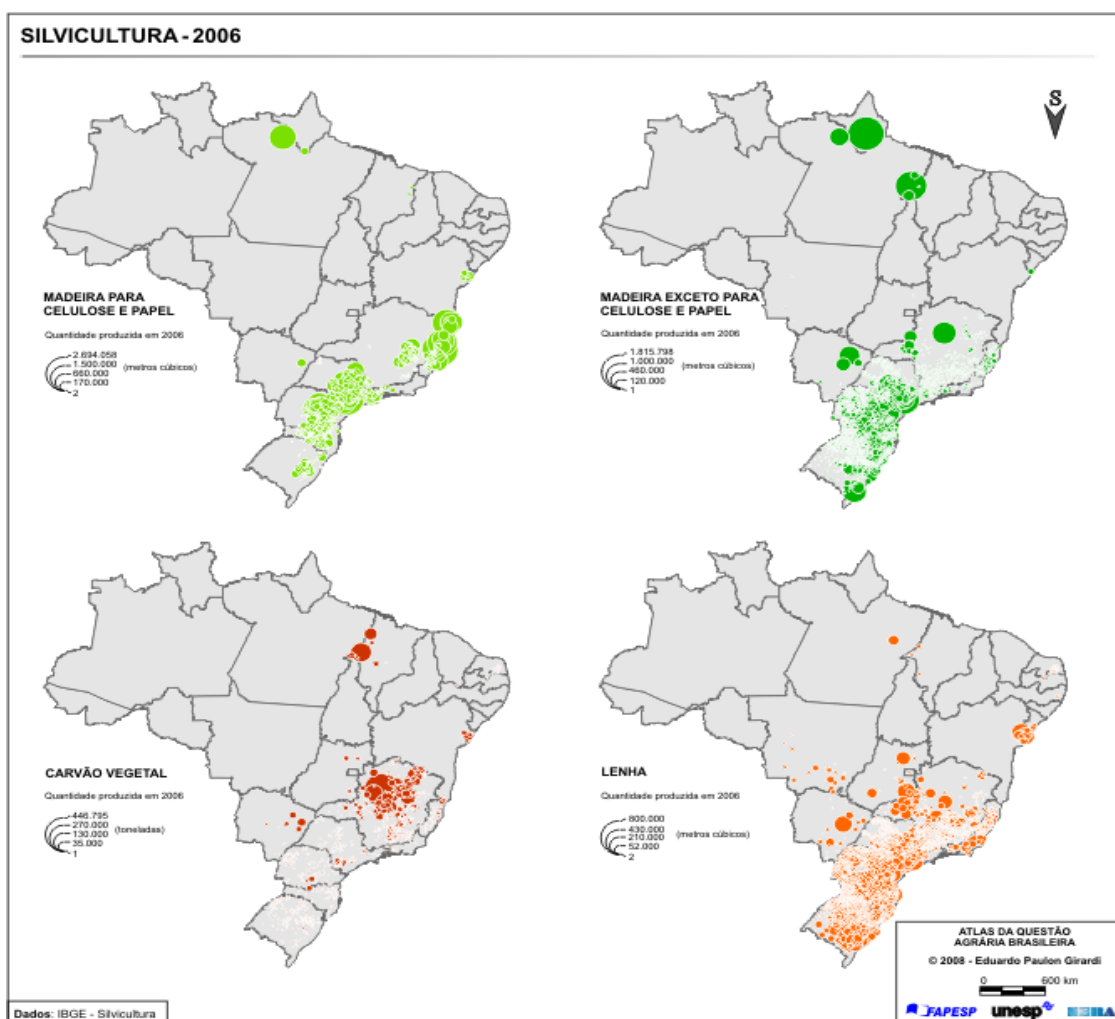
*A territorialização das plantações comerciais no Brasil e, mais especificamente, no Sul-Sudeste e no litoral, obedece, também, a um conjunto de atributos espaciais de natureza ambiental, social e técnica que proporcionaram condições e possibilidades para o desenvolvimento das plantações. O papel da natureza e, portanto, dos territórios assume uma centralidade histórica na conformação do atual padrão de poder mundial (sistema-mundo moderno-colonial) na medida em que a “periferia colonial” e, aqui, o Brasil, foi e continua sendo a maior fonte de riquezas materiais, de materialidade. Pensar o território como fonte de riquezas é *relocalizar* sua materialidade como elemento histórico e constitutivo da territorialidade das plantações e, assim, das monoculturas. Esse passo é chave para entendermos os motivos pelos quais levaram as grandes corporações papeleiras a se instalarem nas regiões em questão (BARCELOS, 2010, p.98).*

Historicamente, a região Centro-Sul se destaca devido à concentração industrial e populacional. Esses dois elementos proporcionaram uma complexa rede (Dias, 1995), com uma boa infraestrutura logística (por exemplo, uma densa rede rodo-ferroviária) e energética, construída não só para receber as unidades industriais e suas atividades integradas, mas também para facilitar o escoamento e a circulação de mercadorias e produtos até os pontos/nós (por exemplo, os portos) de distribuição para os mercados internacionais.

É também no Centro-Sul que se localizam os principais centros metropolitanos — onde estão concentradas as sedes das grandes corporações —, nos quais há maior acesso às diferentes redes globais (Santos, 2003), além de representarem os principais locais de consumo dos produtos originados da silvicultura comercial e das florestas plantadas (ver figura 4).

²⁰ Cabe destacar aqui que a região Centro-Sul faz parte de uma regionalização não oficial do território brasileiro proposta pelo geógrafo Pedro Pinchas Geiger, que utiliza o critério socioeconômico para definir as regiões, tendo como objetivo central tentar compreender melhor as transformações socioespaciais que vêm se desenvolvendo e modificando ao longo do tempo o território brasileiro. Além do Centro-Sul, nesta forma de ordenamento, temos ainda as regiões Nordeste e Amazônia.

Figura 4: Territorialização da Silvicultura Comercial no Brasil – 2006



Fonte: Atlas da Questão Agrária, 2009.

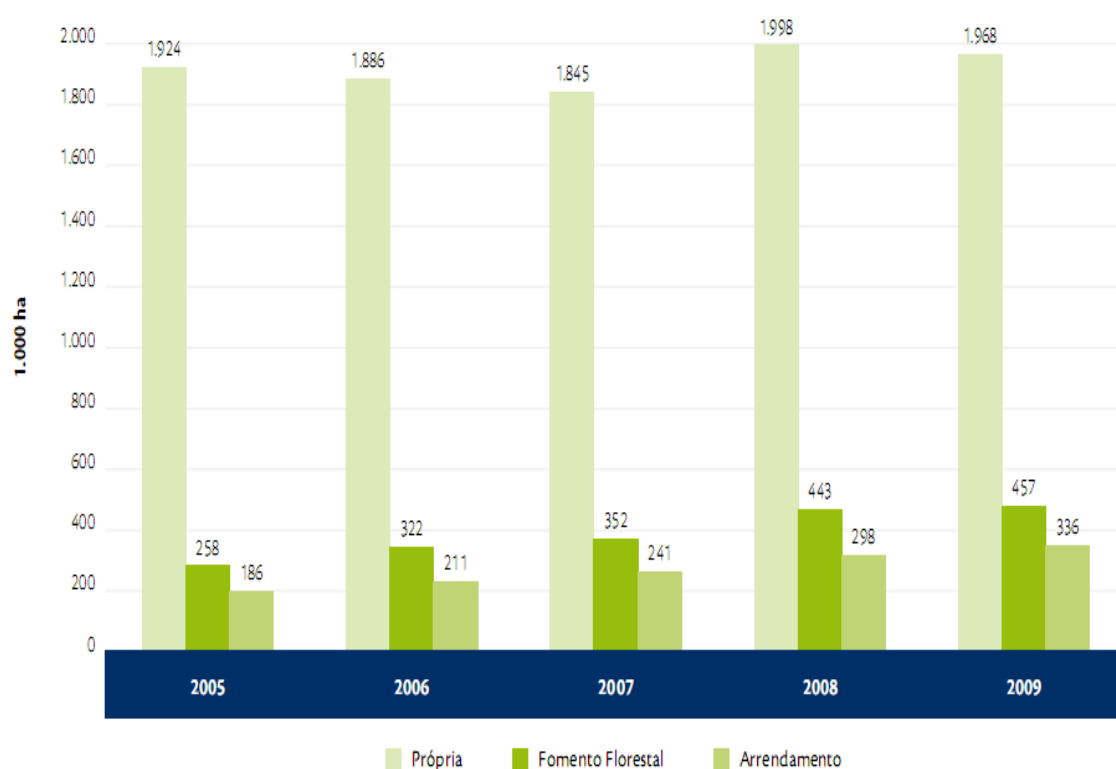
Com base no gráfico11, nota-se que as florestas plantadas em áreas próprias das associadas individuais da ABRAF apresentaram pequena queda de 1,5% em 2009, com redução de 1,97 milhões ha frente a 2008. Por outro lado, as áreas de fomento aumentaram em 3% neste período, totalizando 456,7 mil ha, ao passo que as áreas de arrendamento foram as que mais aumentaram, com cerca de 12% em 2009 em relação a 2008, fechando o ano com 335,5 mil ha plantados.

Em 2009, o estado de Minas Gerais, dentre os que têm áreas das associadas individuais da ABRAF, foi o que apresentou a maior quantidade de áreas próprias, somando cerca de 611,2 mil ha. Em seguida vêm os estados da Bahia, com 373,7 mil ha, e São Paulo, 242,3 mil ha. Já as florestas sob regime de fomento concentram-se no estado da Bahia (121,3 mil há), seguido de São Paulo (87,2 mil há). Por último, as

florestas de arrendamento, que estão localizadas em sua maioria no estado de São Paulo, com 104,7 mil ha, seguido por Minas Gerais (82,8 mil ha), e Mato Grosso do Sul (72,6 mil ha).

O estado com o maior aumento percentual de florestas plantadas em áreas próprias em 2009, entre as associadas individuais da ABRAF, foi o Rio Grande do Sul, com crescimento de 42% em relação a 2008. Para as áreas de fomento florestal, o destaque foi para o estado de São Paulo, que teve o maior aumento de cobertura florestal em 2009 (48%). Com relação aos arrendamentos, o maior acréscimo percentual em área foi em Minas Gerais — 64% em relação a 2008.

Gráfico 13: Evolução da distribuição das áreas de florestas plantadas com eucalipto e pinus das associadas individuais da ABRAF por tipo de propriedade - 2005/2009



Varição Anual (%)	2005	2006	2007	2008	2009
Própria	-	-2,0%	-2,2%	8,3%	-1,5%
Fomento Florestal	-	24,8%	9,3%	26,0%	3,0%
Arrendamento	-	13,4%	14,0%	24,1%	12,4%

Fonte: ABRAF, 2010.

Através do gráfico 13, pode-se visualizar a evolução das florestas plantadas por parte das associadas individuais da ABRAF nos últimos cinco anos, segundo o tipo de propriedade. Em linhas gerais, observa-se certa estabilidade nas florestas plantadas em áreas próprias, com pequenas oscilações indicando leve crescimento entre 2005 (1.924.000 ha) e 2009 (1.968.000 ha). As florestas de fomento vêm aumentando desde 2005 a uma taxa média anual de 15%. A mesma tendência ocorreu com as áreas de arrendamento, que cresceram a uma taxa média anual próxima a 16%.

Citou-se anteriormente que no início da década de 1990 o Estado diminuiu o financiamento para o setor celulósico-papeleiro em detrimento da maior participação e financiamento do setor privado. Porém, como bem aponta o gráfico 12, o crescimento da área com floresta plantada a partir do fomento ao longo dos últimos anos é fruto especialmente dos financiamentos privados oriundos das grandes corporações, que buscam neste instrumento uma forma de garantir novas áreas e/ou reservas de matéria-prima, mas também uma forma de mitigar os conflitos e críticas socioeconômicas e ambientais que vêm enfrentando devido à expansão física das plantações homogêneas.

Buscando ampliar essa forma de expansão territorial das plantações homogêneas, Mendes (2005) aponta que, atualmente, o agronegócio florestal tem pressionado os bancos federais para que aumentem o montante de investimentos e também desenvolvam linhas de crédito específicas, sobretudo aquelas voltadas aos pequenos e médios agricultores e às empresas de pequeno porte que ainda não estão incluídas no mercado madeireiro competitivo (Abraf, 2010).

Esses instrumentos têm procurado estimular pequenos projetos de investimento em silvicultura, aprovação de plantios para fins industriais, comerciais e energéticos, aquisição de máquinas e equipamentos, recuperação de áreas degradadas, sistemas agroflorestais, manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal, como também projetos de integração rural-industrial e promoção do mercado (Bracelpa, 2010).

Neste sentido pode-se afirmar que o governo federal vem aumentando não só o montante de crédito, mas também as modalidades de acesso, a diminuição dos juros, o aumento do prazo para quitar o financiamento e os atores que podem ser contemplados com o crédito. As principais instituições federais promotoras de financiamento são o Banco do Brasil e o BNDES.

Dentre as linhas de créditos e financiamento disponibilizadas pelo governo federal destacam-se o BNDES – FINEM (Financiamento a Empreendimentos), o BNDES Florestal, o Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas (PROPFLORA), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar Florestal (PRONAF Floresta), o PRONAF Energia Renovável e Sustentabilidade Ambiental (PRONAF ECO), o Programa de Investimento, Custeio e Comercialização Florestal do Banco do Brasil (BB Florestal), e os Fundos Constitucionais Federais (FNO, FNE e FCO).

O último avanço do setor visando a seu fortalecimento em busca de mais investimentos e regulamentação pode ser representado pela institucionalização da Câmara Setorial de Florestas Plantadas²¹, órgão ligado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA – que tem como objetivo central defender os interesses do setor madeiro-celulósico como, por exemplo, a alteração no código florestal.

As diferentes formas e instrumentos que possibilitam a expansão territorial das plantações homogêneas têm gerado também um aumento do processo de concentração de terras e de conflitos socioambientais (Fanzeres, 2005).

O relatório de consultoria *Temas Conflituosos Relacionados à Expansão da Base Florestal Plantada e Definição de Estratégias para Minimização dos Conflitos Identificados*, encomendado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e coordenado por Anna Fanzeres (2005), busca identificar as potencialidades, vulnerabilidades e limites do setor florestal brasileiro e toda sua cadeia de influências e impactos (atuais e possíveis) no território nacional.

O estudo demonstra que existe uma significativa falta de diretrizes e informações que regulamentem as práticas e as atividades do setor, sobretudo o planejamento das técnicas de manejo, que pouco ou nada incorporam a relevância não apenas ecológica, mas também cultural e humana em seus processos. Outro problema apontado no estudo indicado anteriormente (Fanzeres, 2005) é a falta de uma sistematização dos dados e informações florestais no país, ou seja, a inexistência de uma

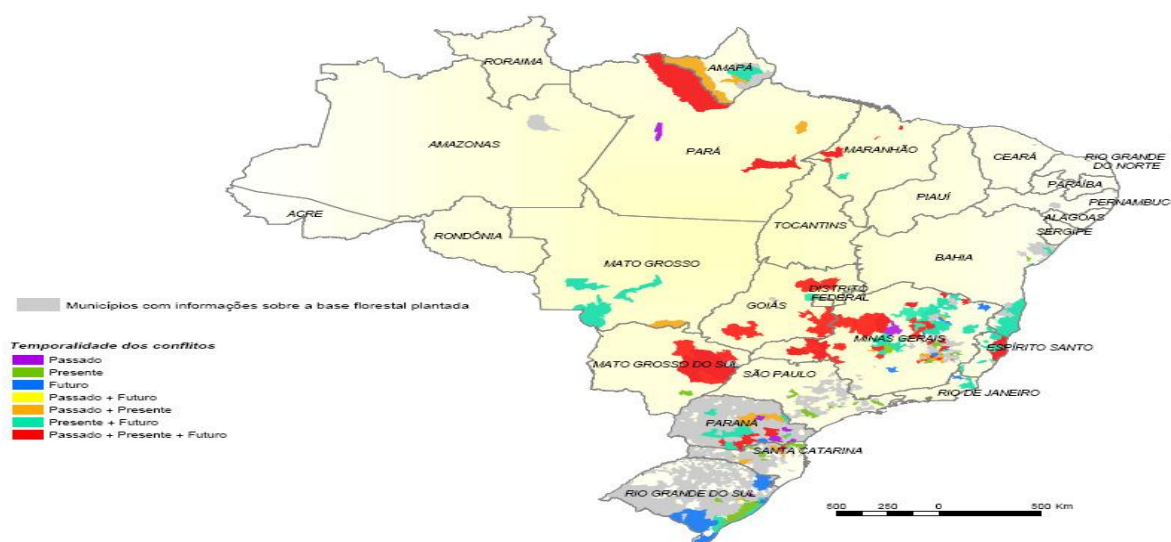
²¹ Segundo informações contidas do site do MAPA (www.agricultura.gov.br), a ideia da Câmara Setorial é reunir representantes dos organismos, órgãos e entidades, públicas e privadas, que compõem os elos de uma cadeia (rede) produtiva do agronegócio, que tem por substrato um ou mais produtos. Neste espaço a discussão de grandes temas que perpassam todos os setores produtivos – Infraestrutura, Abastecimento e Logística; Cooperativismo e Associativismo; Financiamento, Seguro e Crédito Rural; Ciências Agrárias e Relações Internacionais – tem por finalidade propor, apoiar e acompanhar ações para o desenvolvimento das atividades das cadeias produtivas do agronegócio brasileiro.

série histórica e de um inventário oficial impossibilita a criação de um inventário sobre os impactos da base plantada no país,

(...) um inventário nacional de plantações de árvores e prover o acesso às informações de maneira ampla e transparente. Este inventário deverá identificar, por exemplo, onde estão as plantações; que espécies são utilizadas; qual a área ocupada; qual a finalidade destes plantios; quem detém a propriedade ou controle administrativo destes plantios; as áreas de APP, RL pertinentes a estas propriedades; áreas adjacentes de Unidades de Conservação, Terras Indígenas, Território Quilombolas, etc. e outras unidades de uso por populações tradicionais. Os dados deste inventário são fundamentais para nivelar as forças entre as diferentes partes envolvidas em conflitos em relação às plantações. Além do mais, dará uma demonstração para a sociedade civil de que o governo está empenhado em construir canais justos de diálogo e resolução dos problemas (FANZERES, 2005, p.236).

A falta de dados oficiais sistematizados colabora para que as contradições políticas, sociais e territoriais relacionadas ao setor das florestas plantadas sejam ocultadas ou sobrepostas aos interesses político-econômico e territorial das grandes corporações do setor. Porém os dados disponíveis possibilitam, por um lado, demonstrar a grande quantidade e diversidade dos conflitos socioambientais (ver mapa 3) relacionadas à territorialização da base plantada no Brasil, sobretudo eucalipto e pinus, que são os de maior expressão.

Figura 5: Mapa da territorialidade e temporalidade dos conflitos socioambientais em relação às florestas plantadas



Fonte: Fanzeres, 2005, p. 236

Ao analisar-se a figura 5, observa-se que a base florestal plantada em suas diferentes temporalidades está imersa em relações conflitivas. Como apontado anteriormente, após analisar especialmente os dados estatísticos da área plantada coletados pela ABRAF, fica evidente que teremos nos próximos anos uma expansão da base florestal e, conseqüentemente, um aumento dos conflitos socioambientais.

De norte a sul, as plantações carregam suas contradições, distribuindo diferentes tipos de conflitos e tencionando distintas territorialidades e temporalidades. São muitos os casos de conflitos envolvendo populações locais, seja camponeses, indígenas, quilombolas, pescadores, posseiros e comunidades tradicionais e os grandes projetos industriais. Disputas fundiárias, questões trabalhistas e ocupacionais, alteração no regime hídrico local, desmatamentos e extinção de espécies e paisagens, poluição de todas as ordens, impactos no patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, desestabilização de comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos), violência moral e física, agressões e expulsões e, até mesmo, assassinatos são alguns dos principais e recorrentes conflitos que constituem este setor. São muitas, também, as escalas e os níveis de abrangência destas contradições, como também a intensidades das respostas e dos processos sociogeográficos tecidos nestes conflitos (BARCELOS, 2010, p.103).

Enfim, o que se quis aqui demonstrar foi o processo de constituição e territorialização da silvicultura comercial de larga escala no Brasil. Para isso, foi fundamental se contextualizar os principais aspectos e transformações políticas ao longo do tempo e, primordialmente, o papel de comando que as grandes corporações, com suas diferentes territorialidades, tiveram na expansão da base florestal plantada no país. Assim, deve-se compreender que as fronteiras das plantações, mais do que nunca, estão abertas, e com elas suas contradições socioambientais, conflitos e novas territorialidades.

Todo esse cenário aqui (re)desenhado, referente às plantações homogêneas, especialmente as de eucalipto, que mais interessam neste estudo, possibilitará problematizar em diferentes dimensões o cultivo de eucalipto em Valença/RJ, com suas singularidades e, sobretudo, as suas particularidades em relação aos processos mais globais de expansão da cadeia do agronegócio do eucalipto, ou seja, veremos no próximo capítulo que produtores de origem urbana, capitalizados e conhecedores do desenvolvimento do mercado regional, tem aproveitado o aumento da demanda de madeira por diferentes segmentos econômicos da região, associado a ausência de

grandes corporações consumidoras/produtoras de madeira para investir no plantio comercial de eucalipto

Assim, utilizando como base os trabalhos de campo de caráter exploratório e o quadro teórico-conceitual desenvolvido até aqui, propõe-se como hipótese para o desenvolvimento da pesquisa que a expansão da atividade de reflorestamento com base no eucalipto em Valença/RJ e região culmina com a formação de novos territórios do agronegócio empresarial capitalista. Estes novos territórios, provenientes da referida expansão, constituem uma rede de relações entre o mundo rural e o urbano, que é constituída entre os produtores e empresários ligados ao agronegócio do eucalipto, seja no que se refere ao plantio ou a futura comercialização da produção.

Neste sentido, tratar-se-á no próximo capítulo das características sociogeográficas da região do Médio Paraíba e, especialmente, do município de Valença, buscando identificar e compreender quais os elementos que podem favorecer a implantação do reflorestamento com eucalipto e o desenvolvimento desta atividade.

Capítulo III – A introdução da silvicultura comercial no estado do Rio de Janeiro e a constituição do agronegócio do eucalipto em Valença e região

Neste capítulo trataremos dos aspectos regionais, no que se refere à tentativa (jurídico-política) de (re)construção de um projeto de silvicultura comercial de larga escala no estado do Rio de Janeiro (Pedlowski & Foeger, 2004), representado notadamente pela aprovação da lei 5.067/2007 e pela portaria nº 204 de 8 de Julho de 2007, que sugere que o cultivo de eucalipto possa ser realizado em 88 dos 92 municípios de todo o estado), sendo todos os municípios da região do Médio Paraíba indicados como aptos para o plantio de eucalipto. Neste sentido, realizamos uma caracterização da Região do Médio Paraíba, sobretudo da nossa área de estudo local, o município de Valença, apresentando principalmente as características urbano-rurais e as possíveis potencialidades desse território para o desenvolvimento do plantio comercial de eucalipto.

3.1 - A alteração da legislação e as possibilidades para a territorialização da monocultura do eucalipto no estado do Rio de Janeiro

Conheço bem as empresas de papel e celulose e sei que elas querem muito investir. Para o proprietário de terras seria excelente também, porque ele não teria risco nenhum, apenas alugaria o terreno para essas empresas. Mas o que acontece é que, por uma *legislação arcaica e muito mal feita*, o plantio de eucalipto é praticamente proibido (AMORIM, 2007. Grifos nossos).

Conforme a citação acima, o plantio de monoculturas em larga escala, especialmente o eucalipto, esbarrava na Lei n.º 4063, de 02 de Janeiro de 2003. Todavia, pode-se indicar como o início da tentativa de expansão da silvicultura em larga escala o ano de 2001, através da assinatura do protocolo de intenções entre a transnacional Aracruz Celulose e governo estadual (do então governador Anthony Garotinho).

Como descrito por Pedlowski & Föeger (2004), o início das conversas entre o governo estadual do RJ e a Aracruz Celulose tiveram início em outubro de 2001 numa visita do então governador à empresa. Essa visita ocorreu em meio à grande

mobilização da sociedade civil organizada no Espírito Santo para a aprovação da Lei 6.780/2001, do Deputado Nasser Youssef, que, entre outras mudanças, atrelava o plantio de eucalipto ao Zoneamento Ecológico-Econômico e proibia novos plantios da Aracruz no território capixaba.

Logo em seguida à aprovação da lei no ES, o governador do Rio de Janeiro assinou o Protocolo de Intenções com a Aracruz, sem que houvesse um debate com a sociedade fluminense e transparência dos termos contidos no protocolo, tais como o plantio de 42 mil hectares de eucalipto em Campos – local escolhido devido à relativa proximidade geográfica com fábrica em Barra do Riacho/ES –, a geomorfologia/clima local que favoreceriam o plantio com as espécies utilizadas pela empresa e a mecanização e uma rede de transporte básica com rodovia e ferrovia.

Após a assinatura, houve visitas periódicas de representante do governo do estado e das prefeituras do Norte Fluminense às instalações da Aracruz no Espírito Santo. Dentre aqueles que realizaram visitas à empresa, estavam o então Secretário Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, André Correa, o prefeito de Campos na época, Arnaldo França Vianna, e mais quatro prefeitos de outros municípios da região.

Além do poder público, a FIRJAN esteve presente apoiando a decisão do Estado em firmar uma parceria com a Aracruz buscando atingir a silvicultura comercial de larga escala no Rio de Janeiro. Porém, o protocolo acabou provocando uma forte reação de diferentes segmentos da sociedade civil, especialmente em Campos.

Esta reação concentrada no município de Campos deu-se pelo fato de que o município seria o ponto focal para o plantio e distribuição da produção fluminense de eucalipto com destino às plantas industriais da Aracruz no Espírito Santo. A reação política à assinatura do Protocolo de Intenções acabou resultando na formação de alianças entre setores que normalmente estão em campos políticos opostos, o que revela a profunda oposição que a presença da Aracruz desperta. A luta política desenvolvida por estes setores não envolve apenas a mobilização da sociedade civil, através da formação de redes de organizações, reuniões e manifestações públicas, mas também a elaborações de leis que visam a disciplinar a utilização de terras para o plantio industrial de Eucalipto, refletindo diretamente a experiência já adquirida no Espírito Santo (PEDLOWSKI & FÖGER, 2004, p.137).

Essa mobilização contou inclusive com apoio de membros do governo municipal de Campos, tendo importante atuação e mobilização contra a vinda da Aracruz para o território fluminense, juntamente com os movimentos sociais organizados, os vereadores Nildo Cardoso e Dante Lucas Pinto, sendo este último líder do governo e ambos representantes dos interesses dos ceramistas, e o Vereador Renato Barbosa, este ligado aos trabalhadores da indústria petrolífera. Estes parlamentares voltaram de uma visita às instalações da Aracruz preocupados em impedir a ocorrência dos mesmos desmandos e danos ambientais ocorridos no Espírito Santo (Pedlowski & Föeger, 2004, p.138). Isso demonstra, pela experiência que vem ocorrendo no Espírito Santo e a fala dos parlamentares, o estágio de conflituosidade que se estabelece em área com plantio de eucalipto para fins industriais (Fanzeres, 2005).

A primeira vitória das forças sociais organizadas contrárias à aliança entre o governo estadual e a Aracruz foi a elaboração e aprovação em Campos da Lei Municipal nº 7282/2002, semelhante à do estado do Espírito Santo, atrelando o plantio de Eucalipto ao Zoneamento Ecológico-Econômico.

Após essa vitória a mobilização social continuou, sendo realizadas manifestações, palestras, seminários e outros, buscando especialmente a criação da *Rede Fluminense contra o Deserto Verde* e a aprovação da Lei do Zoneamento Ecológico-Econômico do estado Rio de Janeiro. Em contraposição, a Aracruz, com apoio da FIRJAN, também se articulava para que a lei favorecesse os seus interesses. Pedlowski e Föeger (2004, p.144-145) descrevem que a lei:

[...] pode ser caracterizada como um empate técnico entre a Rede Fluminense e os apoiadores da Aracruz no Rio de Janeiro. Por um lado a FIRJAN conseguiu diminuir o alcance da lei do zoneamento no que se refere à área a ser ocupada por plantios de essências florestais no Rio de Janeiro (pois as áreas de plantios menores que 100 hectares estarão isentas dos estudos de impactos ambientais). Já a Rede Fluminense acabou jogando um papel fundamental pra que a redação final da lei garantisse que o zoneamento não fosse transformado apenas num exercício meramente técnico (bem ao gosto dos defensores da modernização ecológica) e que a sociedade civil fosse colocada como parte integrante de processo de realização do zoneamento ambiental. Além disso, a lei aprovada também inclui dispositivos de proteção aos mananciais hídricos que poderão impedir as transgressões ambientais denunciadas pela Rede Alerta contra o Deserto Verde nos plantios da Aracruz no Espírito Santo e na Bahia.

Neste sentido, o produto final dessa luta entre RADV Fluminense e a aliança Governo do Estado/Aracruz Celulose/Firjan foi a lei nº. 4063/2003, que determinava a realização de Zoneamento Ecológico-Econômico do RJ, condicionando ainda a liberação do plantio das monoculturas ao licenciamento ambiental e ao plantio de espécies nativas em 30% da área cultivada, entre outros indicativos. A lei, de autoria do então deputado estadual Carlos Minc (PT), recebeu contribuições de duas outras propostas realizadas pelos Deputados Wolney Trindade e Pastor José Divino, ambos do PMDB.

Com a aprovação da lei nº. 4063/2003, a tentativa de implantação das florestas plantadas para fins industriais do estado do Rio de Janeiro ficou estagnada até o ano de 2007, quando houve uma nova tentativa de mudança da legislação vigente para facilitar os investimentos de empresas de papel e celulose e a implantação de grandes plantações comerciais de eucalipto. Neste sentido, novamente a empresa Aracruz Celulose, em parceria com o Estado — governado por Sérgio Cabral (PMDB) — e com apoio da FIRJAN, lançaram mão da mudança da lei 4063/2003, através do Projeto de Lei 383/2007, que visava à instalação do pólo de celulose nas regiões norte, noroeste e sul fluminense²².

Com o objetivo de implantar o projeto de silvicultura comercial, o governador Sérgio Cabral enviou para a ALERJ — Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro —, para ser tramitado em regime de urgência, o projeto de lei nº 383/2007, que visava a alterar a Lei Estadual 4063/2003.

Os movimentos sociais aglutinados na RADV — Rede Alerta contra o Deserto Verde — criticavam o novo projeto de lei, pois apontavam que a real intenção do governo era beneficiar exclusivamente silvicultura comercial. Outra crítica da RADV foi a pouca discussão realizada por parte do governo com a sociedade civil no entorno do projeto, ficando quase que restrita à realização de uma audiência pública ocorrida na ALERJ em 16/05/2007.

Um dos grandes defensores do desenvolvimento da eucaliptocultura no estado do Rio de Janeiro, o professor Hugo Barbosa Amorim do curso de Engenharia Florestal

²²Esta regionalização é utilizada pelo IBGE, sendo essa região composta pelos seguintes municípios: Angra dos Reis, Barra do Pirai, Barra Mansa, Itatiaia, Paraty, Pinheiral, Pirai, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro, Rio das Flores, Valença e Volta Redonda. Ou seja, trata-se da Região de Governo do Médio Paraíba mais os municípios de Angra dos Reis e Paraty, que compõem a Região de Governo da Baía da Ilha Grande (Costa Verde).

da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, na contramão das críticas dos movimentos sociais aglutinados na RADV, apontava em entrevista realizada em 2007 ao *site* www.querodiscutiromeuestado.rj.gov.br que a reformulação da legislação por parte do Estado era fundamental, entre outras razões, para motivar a vinda para o estado da Aracruz Celulose, promover novas formas de desenvolvimento do interior fluminense e também combater o processo de desertificação que vem assolando regiões fluminenses como norte e noroeste fluminense.

Estamos perdendo oportunidades por besteira. A Aracruz quer pôr dinheiro lá, quer investir no plantio de eucalipto, que é um reflorestamento, e na fruticultura. Mas existe um certo ambientalismo retrógrado, que inspirou a legislação atual e que não sabe o que é desenvolver uma região, o que é gerar empregos e aquecer uma economia. Existem outras culturas interessantes no norte e noroeste, como as seringueiras. Mas para isso é preciso que o governo se mexa, incentive, promova a legislação adequada (AMORIM, 2007).

Hugo Barbosa Amorim defende que o reflorestamento feito diretamente pelo poder público é uma solução cara e inefetiva. Com isso, aponta que o estado do Rio de Janeiro deve criar mecanismos que facilitem e incentive o reflorestamento privado.

O estado do Rio tem de 30 a 35% do território tomado por pastagens, a maior parte improdutivas. Se formos reflorestar, em 20 anos teremos ocupado 10% disso. É um processo lento, caro e ineficiente. São Paulo é um bom exemplo disso: só conseguiu reflorestar 3% do seu território. É uma saída ruim (AMORIM, 2007).

De acordo com o texto que estava escrito na mensagem de envio do novo projeto de lei nº. 383/2007, a alteração do código vigente representa significativas melhorias para a população do estado e para o desenvolvimento agroindustrial, tais como a preservação da mata atlântica e da agricultura familiar, garantindo o suprimento de madeira e o desenvolvimento regional, combatendo a desertificação e a degradação ambiental.

Ao contrário da mensagem do projeto de lei, Alentejano & Porto-Gonçalves (2007) alertavam que a alteração da legislação permitiria o plantio da monocultura de eucalipto no estado do Rio de Janeiro, ameaçando o meio ambiente e a sobrevivência de pequenos agricultores e transformando, ao longo dos anos, as áreas plantadas em desertos verdes, em função das características predatórias do plantio do eucalipto em larga escala.

Já segundo a Rede Alerta contra o Deserto Verde, a proposta do governo abre mão da recuperação efetiva das terras degradadas (por monoculturas) no norte e noroeste do estado, propondo, assim, recuperar as áreas com um terceiro ciclo de monocultura. Isso reduziria significativamente postos de trabalho no campo e ainda promoveria o ressecamento do solo.

O governo estadual apontava que a implementação do projeto da silvicultura comercial de larga escala no território fluminense era uma importante política de desenvolvimento econômico e social. Com isso, alguns integrantes do governo foram fundamentais para que se atingisse o objetivo de alterar a legislação. Tiveram atuação significativa os Secretários Júlio Bueno (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços), Christino Áureo (Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento) e Carlos Minc (Secretaria de Meio Ambiente), pois além de defenderem o projeto da silvicultura, os secretários ratificavam a importância das empresas de celulose e papel para o desenvolvimento do nosso estado²³, utilizando o argumento que esses novos empreendimentos possibilitariam que o estado pudesse concorrer neste mercado (produção de madeira) com os estados vizinhos (São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo), dando uma nova dinâmica ao “decadente” espaço agrário fluminense.

Cabe destacar que o então secretário Júlio Bueno, antes de ocupar este cargo, foi secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo do Espírito Santo. Já Carlos Minc foi autor da lei 4063/2003 que colaborou para impedir a implantação da monocultura do eucalipto anteriormente, ou seja, ao se tornar secretário de governo do Meio Ambiente defendeu alterações na legislação por ele criada a favor de atores sociais que ele mesmo anteriormente apontava como prejudiciais para o desenvolvimento regional sustentável do estado do Rio de Janeiro. Em entrevista ao *site* da ALERJ após a realização da audiência pública sobre o PL 383/2007, Carlos Minc (2007) afirmou que:

Devemos incentivar a silvicultura no estado por sua importância, além de ser um ganho econômico, social e ambiental. A silvicultura ajuda na redução de gás carbônico na atmosfera. O Rio tem 18 municípios onde o semi-árido avança (...). Aí temos agricultura morrendo, população migrando, aumentando o congestionamento e a violência na Região Metropolitana. É o Deserto Cinza. (...) Cabe

²³O Sr. Júlio Bueno defendeu e representou os interesses da Aracruz no estado, fato este evidenciado pelo seu discurso em defesa do projeto da silvicultura comercial e da Aracruz na audiência pública sobre a PL 383/2007 realizada na Assembleia Legislativa, quando procurou exaltar os novos empregos e o desenvolvimento regional que esta empresa poderia trazer para o estado.

também um movimento contra o Deserto Cinza, ou seja, deserto propriamente dito, que já é realidade em várias regiões.

A vitória do governo do estado e dos defensores do projeto da silvicultura comercial foi representada pela promulgação da Lei 5.067 de 09 de julho de 2007, que dispõe sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) e define critérios para a implantação da atividade de silvicultura econômica. Segundo a FIRJAN (2009), merece destaque nesta nova legislação o reconhecimento de que plantios em pequena escala não causam danos ambientais, estando assim autorizados a serem feitos mediante simples comunicação aos órgãos ambientais. Da mesma forma, plantios médios ficam sujeitos a procedimentos de licenciamento simplificado. Os critérios levarão em conta as regiões hidrográficas²⁴ onde o projeto de silvicultura comercial for instalado.

A Lei 5.067 foi regulamentada, no que se refere à silvicultura econômica, pelo Decreto 41.968 de 29 de julho de 2009. O referido decreto estabelece formas de comunicação dos plantios em pequena escala, sendo interessante observar que a referida comunicação pode ser feita por meio eletrônico em formulário disponível na página do Instituto do Ambiente (INEA) na internet, visando a facilitar o plantio de eucalipto por parte de pequenos produtores. Da mesma forma, são estabelecidos critérios para o licenciamento simplificado.

Em relação à lei anterior – Lei n.º 4.063/2003 –, a atual lei n.º 5067/2007 traz alterações e facilidades para a silvicultura comercial, dentre as quais, o ônus total para o estado na realização do zoneamento ecológico-econômico, ausência de EIA-RIMA²⁵ nas áreas com plantio de eucalipto em até 400 hectares nas regiões hidrográfica do Baixo Paraíba (IX) e Itabapoana (X) e a diminuição no percentual (de 30% para 20%) da área a ser plantada com espécies nativas (Alentejano e Porto-Gonçalves, 2007).

Dando continuidade às alterações da legislação, foi criado pela Câmara Setorial de Agronegócio do Fórum Permanente de Desenvolvimento Estratégico da Assembleia Legislativa do Rio (ALERJ) e pela Secretaria de Estado do Ambiente (SEA) um grupo de trabalho para discutir quais e como serão cultivadas as áreas de silvicultura indicadas pelo Zoneamento Econômico Ecológico no estado (ZEE-RJ). O grupo de trabalho conta com representantes das secretarias estaduais de Desenvolvimento Econômico,

²⁴ Para implantação do projeto da silvicultura comercial, a lei 5.067/2007 instituiu, para a realização do ZEE/RJ, que o estado fosse dividido em dez regiões hidrográficas instituídas de acordo com o Conselho Estadual de Recursos Hídricos onde, dependendo das suas características sociais e geográficas, terão critérios e normas diferenciadas para o plantio de eucalipto.

²⁵ EIA - Estudo de Impacto Ambiental e RIMA - Relatório de Impacto Ambiental.

Agricultura e do Ambiente, além de representantes do Fórum Florestal Fluminense e das entidades que compõem a Câmara de Agronegócio do Fórum, dentre elas a FIRJAN, a SNA, a FAERJ, o SEBRAE e a ACRJ.

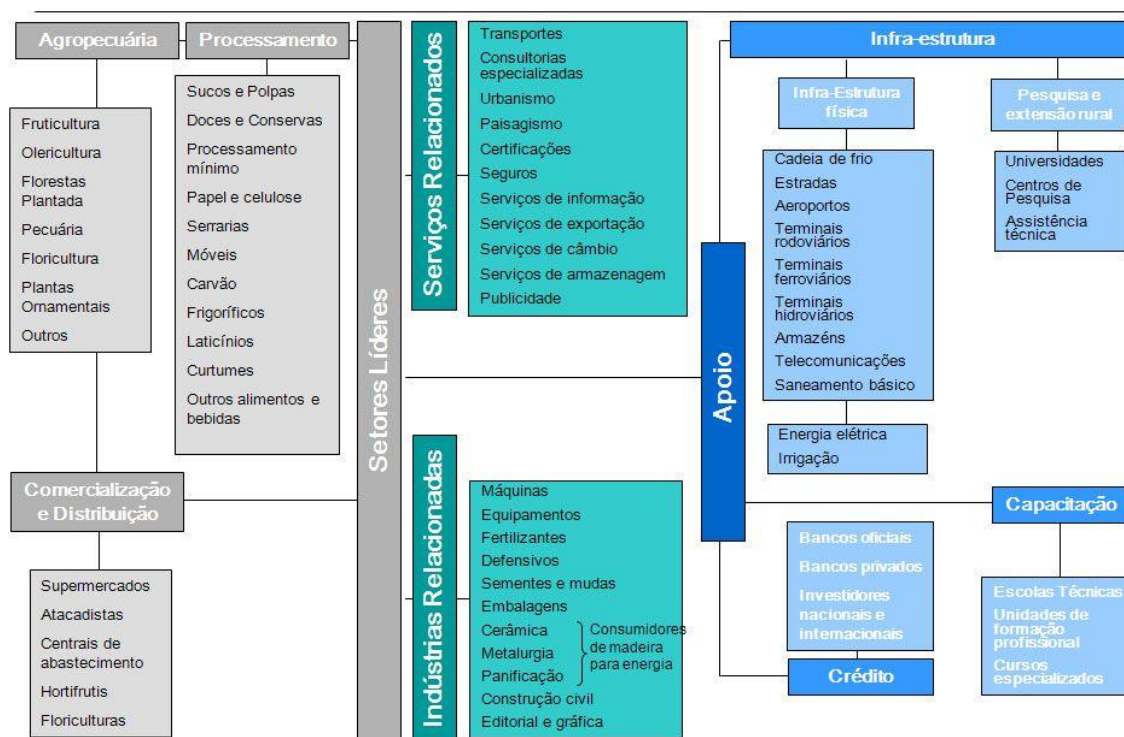
Em reunião realizada no dia 14 Abril de 2010, foi apresentado um mapa bioclimático do estado do Rio de Janeiro, criado a partir de dados disponibilizados pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que está encarregada de desenvolver o Zoneamento Econômico Ecológico do estado.

A participação da agricultura do Rio de Janeiro na produção agrícola das cadeias produtivas mais dinâmicas é bastante reduzida. A mudança na legislação, a realização do ZEE/RJ, novos investimentos industriais e o financiamento público e privado para a silvicultura comercial buscam inserir o estado na cadeia do agronegócio da madeira.

Segundo Antônio Salazar Brandão, coordenador do Grupo Executivo de Agroindústria (GEA) do Sistema FIRJAN e professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, o estado do Rio de Janeiro tem pouca participação no setor do agronegócio; entretanto, as regiões do estado apresentam uma diversidade e um enorme potencial a ser explorado, especialmente para a implantação da silvicultura comercial e indústrias de base florestal.

Ainda segundo Brandão (2009), estudos realizados pelo Sistema FIRJAN indicaram o potencial de crescimento da agroindústria em diversas regiões do estado. Além de seu potencial de crescimento, as cadeias produtivas agroindustriais – entendidas aqui como redes –, por meio da compra de insumos e da venda de seus produtos, mobilizam outras indústrias e serviços, tanto em espaços rurais e, sobretudo nos espaços urbanos. Com isso, favorecerem o desenvolvimento de diferentes setores da economia, conforme ilustra a figura abaixo.

Figura 6: A Rede (cadeia) Produtiva do Agronegócio



Fonte: Brandão, 2009.

Neste sentido, Brandão (2009) sugere que a cadeia (rede) do agronegócio da madeira pode e dever ser explorada em território fluminense, seja pela sua potencialidade econômica ou pela crescente demanda por produtos de origem florestal. Outro atrativo é a grande disponibilidade de áreas aptas ao cultivo de eucaliptos nas diferentes regiões do estado, em consonância com outras atividades econômicas, tais como a agropecuária.

Segundo a FIRJAN em seu *site*:

A expansão das cadeias produtivas agroindustriais é assim uma maneira efetiva de promover o desenvolvimento do interior do Estado do Rio de Janeiro. O Sistema FIRJAN, mantendo e expandindo parcerias com os setores públicos federal, estadual e municipal e com a iniciativa privada, continuará fomentando o desenvolvimento e modernização destas cadeias com os objetivos de diversificar a atividade produtiva, aumentar a renda e criar novos empregos.

Brandão (2009) afirma que a região do Médio Paraíba, recorte espacial onde está inserido o município de Valença, tem na pecuária, tanto leiteira quanto de corte, bem como as atividades florestais fortes possibilidades de reverter o quadro de estagnação do setor agroindustrial. A área ocupada com pastagens naturais, segundo o Censo

Agropecuário do IBGE de 1996, é de aproximadamente 160 mil hectares, indicando assim também um elevado potencial para a atividade florestal.

Dentre as vantagens adicionais da região estão a proximidade com unidades industriais de empresas do setor de papel e celulose e siderúrgicas, que estão ativamente buscando áreas para plantio próprio ou em contratos de arrendamento ou fomento florestal. A possibilidade de desenvolvimento do plantio de eucalipto em sistema agropastoril, ou seja, combinando área de pastagem para o gado com área de plantio de eucalipto, é um fator importante que pode estimular os pecuaristas a realizarem a silvicultura como um segundo investimento rural, especialmente aqueles que possuem condições de se capitalizar sozinhos, sem a necessidade, por exemplo, de fomento florestal privado.

3.2 - O zoneamento agrícola (ordenamento territorial) para o cultivo de eucalipto no estado do Rio de Janeiro

O mais novo instrumento jurídico-político que visa ao ordenamento territorial das plantações de eucalipto no estado do Rio de Janeiro foi a portaria de nº 204 de 8 de julho de 2010, emitida pelo ministério da Agricultura, que busca aprovar o zoneamento agrícola para a cultura do eucalipto na safra 2010, que tem seu período de plantio sugerido de 1 de outubro a 31 de março de 2011.

Segundo a portaria, o Brasil vem apresentando no geral um padrão de crescimento da demanda de produtos de origem florestal com grande potencial para o cultivo de florestas plantadas – com destaque para o gênero *Eucalyptus spp* – ocupando uma posição de liderança mundial na produção, produtividade e melhoramento genético, corroborando com o que apontamos no capítulo anterior.

Neste sentido, o estado do Rio de Janeiro pode contribuir para o aumento da área plantada com eucalipto, visando a atender principalmente a demanda de madeira (matéria-prima) para a indústria de papel e celulose, carvão vegetal para as siderúrgicas do estado, produção de compensados, laminas e painéis reconstituídos, entre outras.

O zoneamento agrícola objetivou identificar as áreas aptas e os períodos de plantio com menor risco climático para o cultivo de *Eucalyptus grandis* no estado do Rio de Janeiro. O aspecto climático (temperatura do ar, precipitação e deficiência hídrica) foi o principal elemento de identificação das áreas, associado às condições morfopedológicas do território, ou seja, como apontara Saquet (2007), não se podem

deixar de lado as características naturais (modificados ou não) do território, como fica evidenciado nesta proposta de ordenamento. Com isso, os critérios utilizados foram:

- Temperatura média anual entre 12° e 25°C;
- Precipitação total anual acima de 1000 mm/ano;
- Deficiência hídrica anual abaixo de 200 mm/ano.

A partir dos critérios expostos acima, a portaria sugere que o cultivo de eucalipto possa ser realizado em 88 municípios (95,6 %) dos 92 municípios de todo o estado²⁶. A região do Médio Paraíba teve todos os seus municípios indicados como aptos para o plantio.

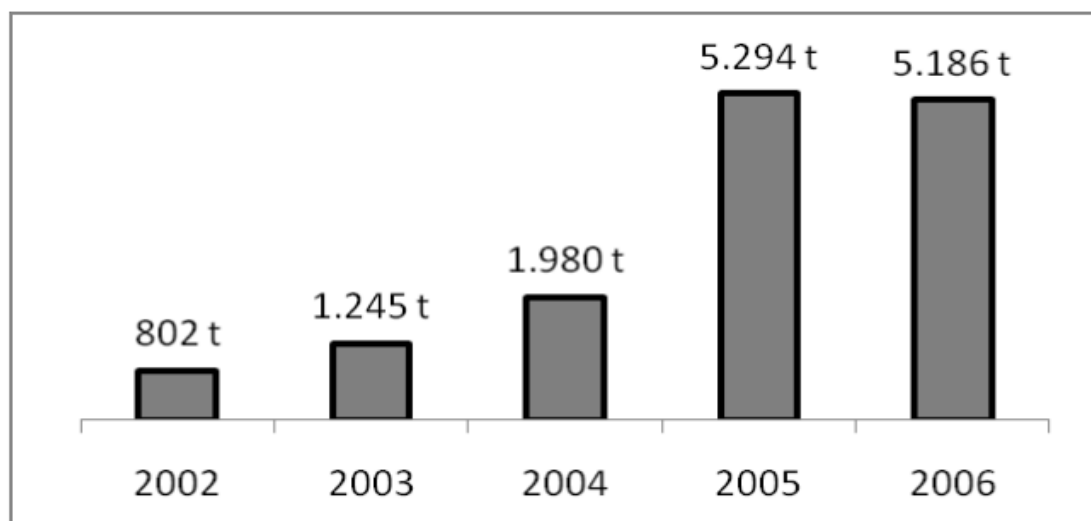
3.3 - Uma breve descrição da produção de madeira no estado do Rio de Janeiro

Primeiramente, deve-se apontar que a interpretação aqui realizada teve como base os dados disponibilizados pelo sistema SIDRA/IBGE. Como apontado anteriormente, o IBGE não dispõe de uma série histórica sobre a produção de madeira, o que impede a realização de uma análise mais sistemática que permitiria conclusões no que se refere ao impacto da produção da silvicultura no Rio de Janeiro, notadamente aquela praticada a partir do reflorestamento.

No que se refere à produção de madeira para carvão vegetal proveniente de reflorestamentos, houve um crescimento de mais de 55 % de 2002 a 2003, passando de 802 toneladas para 1.245 toneladas; de cerca de 59 % em 2004, com 1.980 toneladas; e para mais de 160 % para o ano de 2005, alcançando 5.294 toneladas. No ano de 2006 houve um pequeno declínio, ficando a produção do ano na marca de 5.186 toneladas, mostrando uma redução de cerca de 2 % (Gráfico 14). Vale lembrar, como já foi apontado neste trabalho, que no Brasil, apesar do crescimento da produção de carvão vegetal de reflorestamento, o uso de madeira nativa ainda é predominante.

²⁶ Os quatro municípios não citados na portaria são: Campos dos Goytacazes, Quissamã, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana. Os quatro municípios estão situados na região Norte Fluminense, que tem sido palco, juntamente com o Noroeste Fluminense, da maior ação por parte das grandes corporações consumidoras de madeira, do poder público estadual e de defensores da eucaliptocultura, visando implantar grandes plantações de eucalipto para fins industriais. Sobre este tema, sugerimos a leitura do Plano Básico para o Desenvolvimento da Silvicultura - regiões Norte e Noroeste Fluminense.

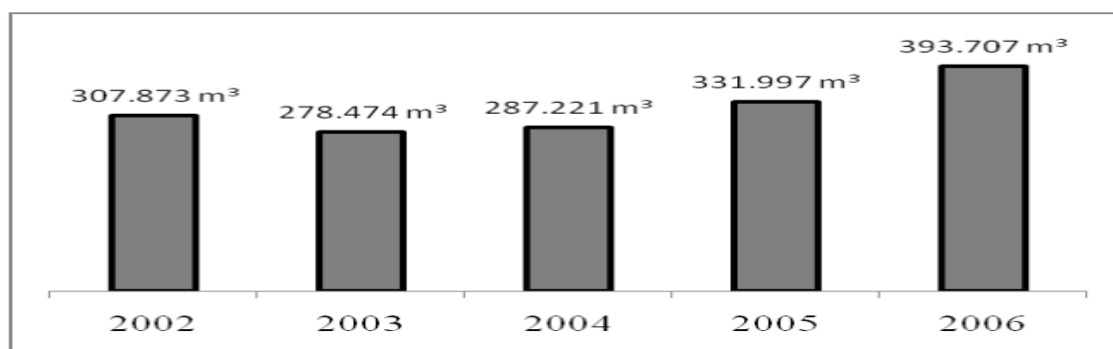
Gráfico 14: Produção de carvão vegetal de reflorestamentos, em toneladas, de 2002 a 2006 no estado do Rio de Janeiro



Fonte: SIDRA/IBGE – 2002 a 2006.

Outra modalidade importante no país é a produção de madeira para ser utilizada como lenha. Esta modalidade proveniente de reflorestamentos teve um decréscimo de cerca de 10 % de 2002 a 2003, passando de 307.873 metros cúbicos para 278.474 metros cúbicos e um pequeno acréscimo de 0,3 % na produção de 2004, ficando com 287.221 metros cúbicos. Em 2005 mostrou um crescimento de mais de 13 %, com 331.997 metros cúbicos, continuando a crescer em 2006 com cerca de 18 %. O ano de 2006 fechou com produção de 393.707 metros cúbicos (Gráfico 15).

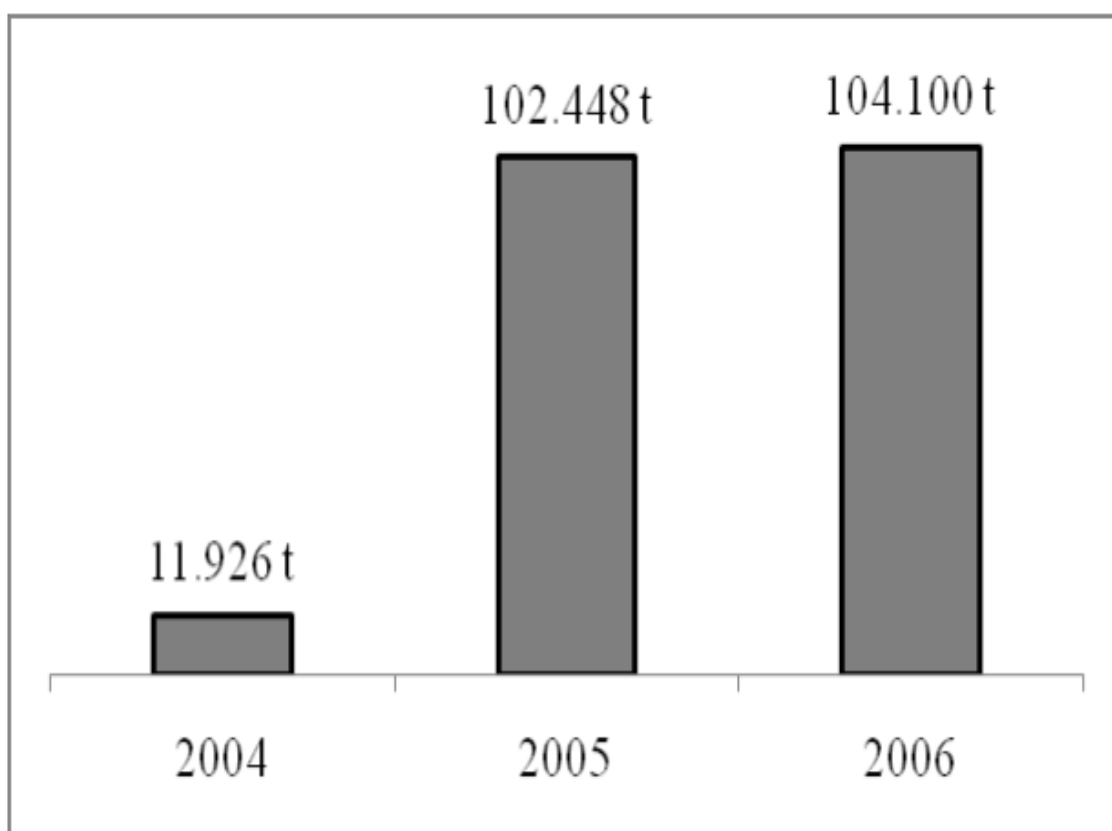
Gráfico 15: Produção de lenha de reflorestamentos, em m³, de 2002 a 2006 no estado do Rio de Janeiro



Fonte: SIDRA/IBGE – 2002 a 2006

A produção de madeira em toras para papel e celulose não apresentou registro de produção para os anos de 2002 e 2003. No ano de 2004 foi registrado o valor de 11.296 metros cúbicos produzidos. Há uma elevação expressiva de 2004 para 2005, passando para 102.448 metros cúbicos, mostrando uma elevação de mais de oito vezes. Do ano de 2005 a 2006 houve um pequeno acréscimo de cerca de 1,5 %, ficando a produção do ano na marca de 104.100 metros cúbicos (gráfico 16).

Gráfico 16: Produção de madeira em toras de reflorestamentos, para papel e celulose, em m³, de 2002 a 2006 no estado do Rio de Janeiro

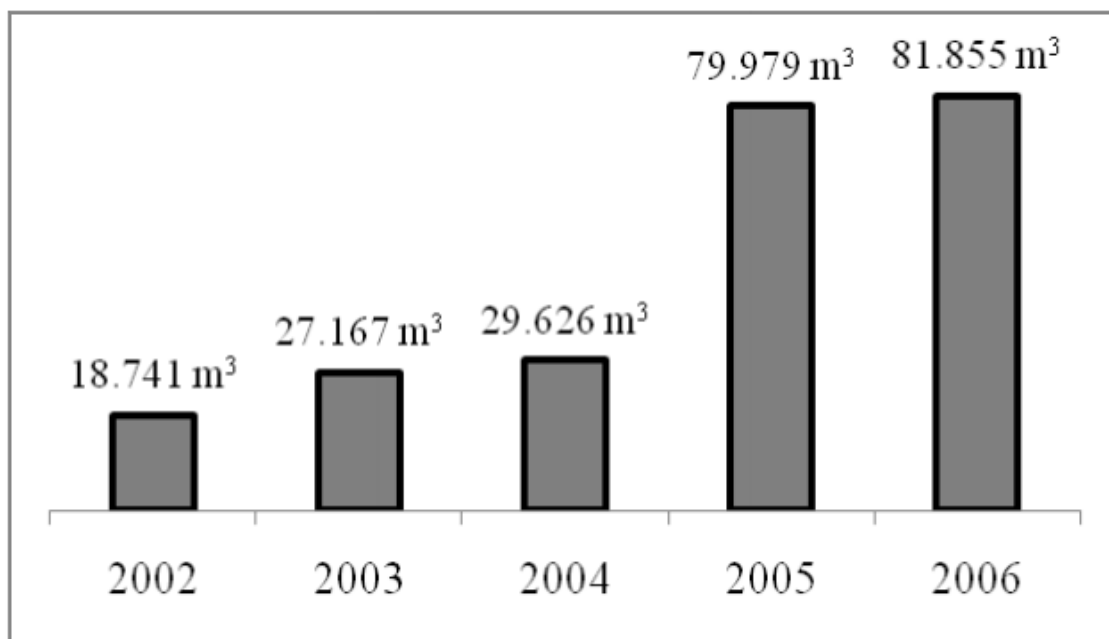


Fonte: SIDRA/IBGE – 2002 a 2006.

Além das três mais importantes modalidades de produção de madeira citadas acima, o IBGE registra a produção de madeira para o grupo “outras finalidades”, sendo também proveniente de reflorestamentos. Essa modalidade teve um crescimento de mais de 45 % de 2002 a 2003, passando de 18.741 metros cúbicos, para 27.167 metros cúbicos. Houve uma pequena variação de cerca de 7%, passando para 29.626 metros

cúbicos em 2004. Para o ano 2005 houve uma elevação muitíssimo expressiva de aproximadamente 270 %, empurrando a produção para 79.979. No ano de 2006 houve um pequeno acréscimo, ficando a produção do ano na marca de 81.855 metros cúbicos, mostrando uma elevação de cerca de 2,3 % (Gráfico 17).

Gráfico 17: Madeira em toras, de reflorestamentos, para outras finalidades, em m³, de 2002 a 2006 no estado do Rio de Janeiro



Fonte: SIDRA/IBGE – 2002 a 2006.

3.4 - A perspectiva de novos territórios para a expansão do cultivo de eucalipto no estado do Rio de Janeiro

Dando continuidade ao projeto de cultivo em larga escala do eucalipto no estado do Rio de Janeiro, o sistema FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – tem sido um dos principais atores no incentivo às ações de transformações jurídicas e políticas, a fim de fomentar o desenvolvimento, como a própria instituição afirma, da silvicultura econômica e da indústria de Base Florestal.

Com esse objetivo, a FIRJAN criou o Grupo Executivo de Agroindústria (GEA), que tem por objetivo apoiar a criação e implantação de projetos setoriais que promovam o desenvolvimento do interior do estado. Segundo informações publicizadas em seu *site*, as ações do grupo visam a atrair novos investimentos, disseminar informações tecnológicas e de mercado e promover a articulação entre os diversos agentes que atuam

num mesmo segmento, buscando parcerias entre os setores público e privado.

Os projetos em andamento do GEA/FIRJAN são:

- Fruticultura Irrigada,
- Floricultura,
- Indústria de Base Florestal .

No que se refere ao projeto de desenvolvimento da indústria de base florestal, que é o que interessa a este trabalho, a FIRJAN aponta que tal projeto pode contribuir de forma significativa para o crescimento da renda e para a geração de empregos no interior do estado, pois o mercado de madeira está em crescimento (Mendonça Filho, 2008) e oferece uma grande oportunidade para diversificação das fontes de renda dos produtores rurais.

Segundo Mendonça Filho (2008), as atividades ligadas ao setor de base florestal, especialmente o plantio de eucalipto para as indústrias, podem incorporar os pequenos, médios e grandes produtores rurais. Entende-se que o projeto de reflorestamento em curso visa a expandir o cultivo de eucalipto para fins comerciais, mas também possibilita a criação de uma rede territorial entre o rural e o urbano, que vai se configurar nas relações entre os consumidores e os produtores de madeira em diferentes pontos do território fluminense e com diferentes formas de conexões entre eles.

Entre os principais consumidores da madeira gerada nas novas plantações de eucaliptos há a indústria moveleira, de papel e celulose, siderúrgicas a carvão vegetal, serrarias e outras (Mendonça Filho, 2008). Com isso, o projeto tem por objetivo a implantação e expansão de atividades industriais que dependem da matéria-prima florestal. Corroborando com o que se apontou anteriormente, por se tratar de um processo ainda inicial no estado, a FIRJAN indica que o momento é de criação do ambiente institucional propício à produção de matéria-prima (madeira), com o apoio de empresas âncora e, principalmente, da alteração da legislação, com o intuito de facilitar a silvicultura comercial e atrair novos investimentos.

Até o momento, segundo o GEA/FIRJAN, o projeto de implantação da silvicultura econômica teve início nas regiões noroeste, norte e sul fluminense, e deverá se estender a outras áreas do estado do Rio de Janeiro no decorrer dos próximos anos

com o aumento da demanda de madeira pelo mercado.

As possibilidades e potencialidades do território fluminense para a expansão do cultivo do eucalipto em larga escala são apontadas no estudo sobre a Estimativa da Área Ocupada por Reflorestamentos no Estado do Rio de Janeiro. O estudo buscou não só realizar um levantamento da área ocupada com plantio de florestas e estimar a produção de madeira proveniente destes plantios, mas também projetar metas e possibilidades, ou seja, áreas onde poderá se realizar a expansão territorial do cultivo de eucalipto.

O estudo foi encomendado por uma parceria ente FIRJAN com o SEBRAE-RJ ao Departamento de Silvicultura do Instituto de Florestas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, sob a coordenação do Prof. Hugo Barbosa Amorim, contando com uma equipe de quatorze técnicos, sete Engenheiros Florestais, um Engenheiro Agrônomo, cinco Acadêmicos de Engenharia Florestal e um Auxiliar Técnico.

3.5 - Plantios florestais no estado do Rio de Janeiro e as potencialidades do território

O estudo analisado (Estimativa da Área Ocupada por Reflorestamentos no Estado do Rio de Janeiro), juntamente com a tese de doutorado²⁷ de Mendonça Filho (2008), defendem a necessidade de o estado do Rio de Janeiro investir na expansão da silvicultura comercial, especialmente o plantio de eucalipto, numa parceria entre o setor público e privado, pois tal atividade traria a possibilidade de concorrer neste segmento de mercado com outros estados da federação, em especial, com os que fazem divisas com o Rio de Janeiro, que apresentam significativas áreas plantadas com eucalipto, porém pouca possibilidade de uma expansão territorial mais significativa nos próximos anos.

Uma expansão da produção de madeira possibilitara a criação de fontes de suprimento de matéria-prima para produção de papel e celulose e para a indústria moveleira. Beneficiam-se também desta expansão a indústria siderúrgica, a construção civil, serrarias e também a indústria de cerâmica (Mendonça Filho, 2008). Outro aspecto positivo da expansão segundo o estudo é a possibilidade de diversificação da produção

²⁷ Submetida ao Curso de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e Florestais, ligado ao Instituto de Florestas da UFRRJ, como requisito parcial do grau de Doutor em Ciências.

agrícola e com isto a criação de uma fonte adicional de renda para as propriedades rurais, em especial pequenos e médios produtores que comumente acessam fontes de financiamento como, por exemplo, o fomento florestal.

Assim como na escala nacional, fazer um levantamento de dados estatísticos sobre a área plantada com reflorestamento é uma tarefa muito difícil (Fanzeres, 2005; Barcelos, 2010) devido à pouca informação sobre este tema; no caso no estado do Rio de Janeiro não é diferente, como aponta o estudo da FIRJAN.

De início é importante chamar a atenção para o fato de que os autores não encontraram nenhum cadastro de reflorestamentos no Estado do Rio de Janeiro. Em vista disto fizeram um mapeamento preliminar usando imagens disponíveis no *Google*. Com base nestas imagens foram realizados levantamentos de campo para obter *in loco* as informações sobre os plantios existentes nas diversas regiões. Durante os levantamentos de campo os autores fizeram contatos com profissionais que atuam no setor, proprietários rurais, empresas de reflorestamento e órgãos responsáveis pela área rural e ambiental dos municípios (FIRJAN, 2009, p. 4).

Segundo o levantamento feito pela UFRRJ para a pesquisa da FIRJAN, foi possível identificar 1.077 polígonos associados a reflorestamentos no estado, o que representa cerca de 18.000 hectares de florestas plantadas. Comparativamente a outros estados da Federação, este é um número inexpressivo. A título de ilustração, dados de 2009 da Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas (ABRAF) mostram que Minas Gerais tem cerca de 1,3 milhões de hectares, São Paulo tem cerca de 1,0 milhão hectares e o Espírito Santo tem cerca de 204 mil hectares plantados somente com eucalipto.

A tabela 5 mostra, a partir do levantamento realizado, a distribuição das áreas com reflorestamento pelas regiões administrativas do estado, permitindo conhecer um pouco a geografia do reflorestamento no território fluminense.

Tabela 5: Áreas com reflorestamento por região administrativa do estado do Rio de Janeiro

Região	Número de polígonos	Área em hectares
Médio Paraíba	291	8.587
Serrana	462	4.004
Baixadas Litorâneas	86	1.746
Centro-Sul Fluminense	82	1.567
Metropolitana	29	1.199
Norte Fluminense	54	593
Noroeste Fluminense	63	525
Costa Verde	10	206
Total	1.077	18.427

Fonte: Estimativa da Área Ocupada por Reflorestamentos no Estado do Rio de Janeiro, Outubro 2009.

Conforme pode ser observado na tabela 5, a região Serrana é a que apresenta a maior quantidade de polígonos associados a reflorestamento, seguida do Médio Paraíba. Juntas essas regiões representam cerca de 68% dos reflorestamentos.

Entende-se que a região Serrana é provavelmente a que tem mais tradição na realização de reflorestamento no estado do Rio de Janeiro, pois é uma região notadamente marcada pela presença de resquícios de mata atlântica. Já a região do Médio Paraíba possui a maior quantidade de áreas em ha (8.587) de reflorestamento, só que nesta região essa atividade está majoritariamente ligada ao plantio de eucalipto.

Segundo a pesquisa, isso poder ser explicado devido ao fato de essa região receber influência de uma grande empresa de papel e celulose localizada no estado de São Paulo (antiga VCP, hoje FIBRIA), o que seria um fato favorável para o aumento do cultivo de eucalipto na região (Tavares, 2009), e que pode ser ratificado pela presença de 322,50 ha com plantio de eucalipto em Barra Mansa e 3.089,87 ha em Resende, da referida empresa de papel e celulose.

Acrescentar-se-ia também o fato da região ser industrializada com empresas que utilizam, por exemplo, madeira (lenha/carvão vegetal) como fonte de energia, além de agropecuaristas e pessoas ligadas às atividades urbanas com capital disponível para

fazer novos investimentos de médio/longo prazo como um plantio de eucalipto.

Segundo a pesquisa, nas regiões das Baixadas Litorâneas, Centro-Sul Fluminense e Metropolitana, os plantios estão concentrados em poucos municípios e em empreendimentos empresariais. Cabe se destacar um caso emblemático não citado pela pesquisa que é representado pelo arrendamento de grandes extensões de terras da própria UFRRJ²⁸ para o plantio de eucalipto para Siderúrgica Barbará (atual Saint Gobain).

Já os plantios da região Noroeste são decorrentes, em sua grande maioria, de contratos de fomento com a antiga empresa Aracruz Celulose (atual FIBRIA). Estes plantios, ainda em pequena escala, têm, segundo a pesquisa, potencial de expansão pela grande disponibilidade de terras e interesse demonstrado pelos produtores e a empresa. Sendo assim, a concretização dessa expansão depende fundamentalmente da presença de empresas-âncora que realizem contratos de fomento florestal, contribuindo com tecnologia, assistência técnica e outros recursos.

A pesquisa não relata e nem aponta nenhuma forma de resistência ao plantio de eucalipto. Neste sentido, parece importante recordar que tanto o Noroeste quanto a região Norte apresentaram forte mobilização de diferentes atores sociais contrários ao plantio de eucalipto em larga escala (Pedlowski & Foeger, 2004). Com isso, acredita-se que tanto para essas duas regiões quanto para as demais, além das chamadas empresas-âncora e dos produtores, existem outros atores da sociedade civil organizada que podem ou não colaborar para essa possível expansão.

Além do eucalipto, o estado possui, como pode ser observado abaixo na tabela 6, áreas plantadas com outras espécies florestais, tais como: cedro australiano, pinus e seringueira. Segundo a pesquisa, ainda em proporções inferiores é possível encontrar, aroeira, cedrinho, guapuruvu, neem, palmeira real, pupunha, sabiá e teca.

²⁸ Segundo Mendonça Filho (2008), na década de 1990 foi firmado um convênio entre a Empresa Metalúrgica Bárbara (atual Saint Gobain), com a UFRRJ, para o plantio de eucaliptos em áreas subutilizadas da universidade, visando à produção de carvão vegetal. Estima-se que para aquele acordo universidade/empresa foram plantados mais de um milhão de árvores.

Tabela 6: Área com plantio de outras espécies florestais em hectares

MUNICÍPIO	Cedro australiano	Pinus	Seringueira	Total
Angra dos Reis		28,72		28,72
B. do Pirai		12,89		12,89
Campos dos Goytacazes			31,68	31,68
Itaperuna			5,84	5,84
Itaiaia		8,01		8,01
Mracema	0,2			0,20
Mangaratiba		3,9		3,90
Natividade			4,26	4,26
Nova Friburgo		20,36		20,36
Petrópolis		29,78		29,78
Resende	84,98	10,63		95,62
S. M. Madalena	16,05			16,05
São Sebastião do Alto			7,03	7,03
Silva Jardim			14,82	14,82
Teresópolis		34,43		34,43
Trajano de Moraes	12,01			12,01
Valença		7,99		7,99
TOTAL	113,24	158,71	63,64	333,59

Fonte: Estimativa da Área Ocupada por Reflorestamentos no Estado do Rio de Janeiro, Outubro 2009.

Como se apontou anteriormente, por se tratar de um fenômeno recente, as áreas plantadas são em geral pouco expressivas, porém isso não anula a relevância e a problemática do estudo da silvicultura comercial.

Pode-se notar a partir da tabela 6 um plantio de cedro australiano na região do Médio Paraíba, mais especificamente no Município de Resende. Esta espécie proporciona uma madeira que é de excelente qualidade tanto para serrarias quanto para a indústria moveleira. Outra atividade que vem despertando interesse no estado é o plantio de seringueira, que tem sua maior área plantada em Campos. É para esta pesquisa importante também o plantio de pinus no município de Valença, ainda que em uma área bem pequena.

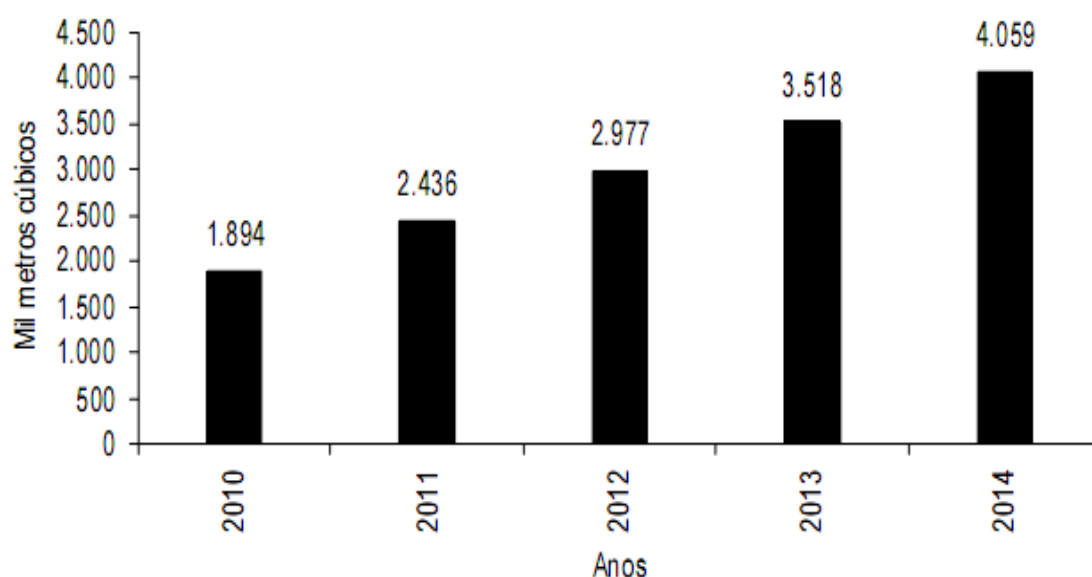
Outra importante contribuição do estudo da FIRJAN para esta pesquisa e para a

análise da silvicultura comercial no RJ é a criação de uma estimativa do estoque de madeira proveniente de plantações de eucalipto existentes no estado, além de uma previsão da disponibilidade de madeira para os próximos anos.

Para realizar tal levantamento, foi utilizado o mapeamento feito das áreas plantadas e informações obtidas na realização dos trabalhos de campo da equipe da pesquisa, levando em consideração o porte, homogeneidade e o estágio de exploração e o Incremento Médio Anual do plantio, que é obtido dividindo o volume total da madeira pela idade, tendo nas áreas mapeadas uma média de 30 metros cúbicos por hectares/ano.

A partir disso chegou-se a uma estimativa de que no ano de 2010, com os plantios mapeados, existiam pouco mais de 1,8 milhões de metros cúbicos e a previsão é que este quantitativo chegue, nos próximos cinco anos, a 4 milhões de metros cúbicos de madeira (ver gráfico14) disponível para as atividades de base florestal.

Gráfico 18: Estimativa da produção de madeira 2010-2014



Fonte: Estimativa da Área Ocupada por Reflorestamento no Estado do Rio de Janeiro. Outubro 2009.

A estimativa de produção de madeira no estado do Rio de Janeiro para 2010 exposta acima, se comparada à produção na nacional em 2008, segundo a Sociedade Brasileira de Silvicultura, representa pouco mais de 1% da produção nacional de toras. O total nacional da produção e do consumo chega a 155,6 milhões de metros cúbicos.

Segundo a pesquisa não existe uma estimativa de consumo para o estado do Rio

de Janeiro; porém, utilizando como referência o PIB do estado, que representa 12 % do total nacional, é evidente que o consumo estadual supera e muito o montante produzido de madeira. Sendo assim, as potencialidades apresentadas na pesquisa indicam que haverá um crescimento desta atividade, como fica evidenciado no trecho citado abaixo.

O consumo crescente de madeira, a elevada rentabilidade da silvicultura e a pequena produção estimada para nosso estado indicam que a atividade deverá se expandir nos próximos anos. Apesar de sua pequena dimensão, o Estado do Rio de Janeiro tem áreas propícias para o plantio de florestas e o seu cultivo pode se tornar um atrativo para a implantação de novas indústrias de base florestal e para a expansão das existentes. O plantio de florestas em dimensões adequadas aliado às vantagens logísticas do Estado serão um atrativo muito importante para indústrias do setor de papel e celulose. Este é um setor onde o Brasil tem liderança mundial e que vem expandindo sua produção através de parcerias com produtores, por meio dos diversos programas de fomento florestal (FIRJAN, 2009, p 9).

Dentre outros fatores que servem como possíveis atrativos para essa propalada expansão do cultivo de eucalipto, neste caso, para empresas de base florestal, destacam-se: as grandes corporações do setor de celulósico-papeleiro, como sugere o estudo – notadamente a FIBRIA, que já atua em territórios vizinhos; (futuros) proprietários rurais; a maior rentabilidade econômica da silvicultura apontada pela FIRJAN em relação à pecuária de corte; a grande quantidade de terras (sub)utilizadas com pastagens, que podem ser aproveitadas para desenvolver a silvicultura comercial, seja pelos financiamentos públicos e/ou privado.

Para estimar a rentabilidade, admite-se que são produzidos 300 metros cúbicos de madeira, equivalentes a 450 estéreos, por hectare durante o período de 7 anos. Com base em consultas feitas a empresários e técnicos do setor, adotou-se o preço de R\$ 30 para o estéreo de madeira, levando a um faturamento de R\$ 13.500,00 e a um resultado líquido de R\$ 8.500,00 reais em 7 anos, o que é equivalente a uma receita líquida de R\$ 1.214,00 por hectare por ano. Para efeitos de comparação considera-se a rentabilidade da pecuária de corte, atividade que se desenvolve de maneira extensiva e que ocupa grandes extensões de área que apresentam elevado estado de degradação ambiental. Admitindo que o preço da arroba do boi seja R\$ 73,00, considerando um ganho de peso máximo de 5 arrobas por ano e uma capacidade de suporte de uma Unidade Animal – U. A. por hectare, a rentabilidade bruta da pecuária de corte é de aproximadamente R\$ 365,00 por hectare por ano. Fica assim evidente o expressivo diferencial de rentabilidade na comparação das duas atividades no Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN, 2009, p.10-11).

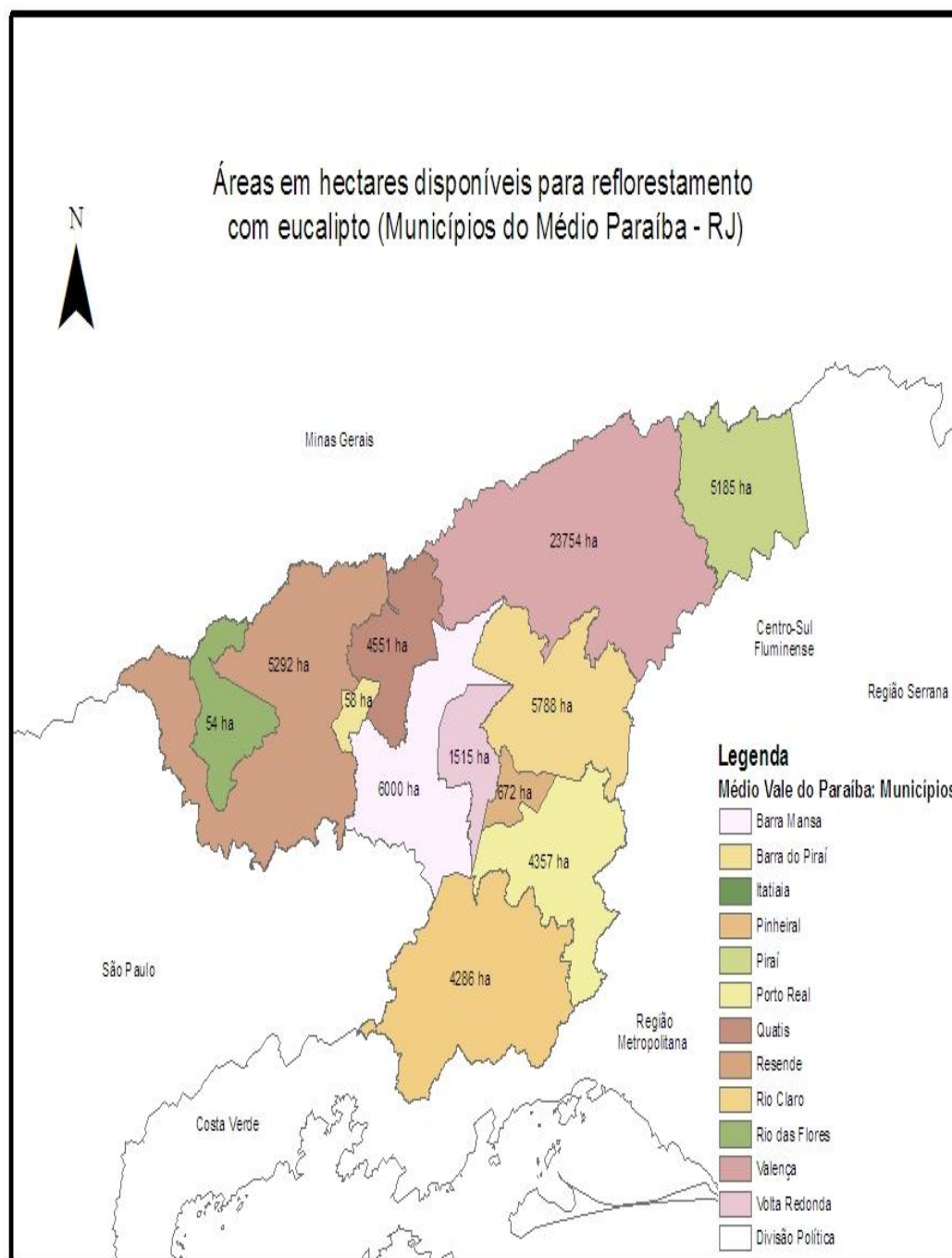
Tem-se observado neste campo de estudo que o segundo fator (rentabilidade econômica) tem estimulado pessoas que vivem na cidade (e de atividades do urbano) a investir parte de seu capital excedente adquirido em suas atividades mantenedoras no plantio de eucalipto como uma forma de investimento secundário em médio prazo, possibilitando que os mesmos não tenham a necessidade de se subordinar aos fomentos privados como comprador e preços já definidos, buscando no mercado outras possibilidades mais lucrativas de venda da madeira.

Com base no Censo Agropecuário de 2006, elaborado pelo IBGE, constata-se que existem no estado do Rio de Janeiro 694 mil hectares de áreas com “pastagens naturais” e “pastagens plantadas degradadas”. Essas áreas normalmente apresentam baixíssima produtividade²⁹; com isso, o estudo indica que uma parcela expressiva dessas áreas poderia ser usada para o plantio de eucalipto sem nenhum impacto expressivo sobre a produção pecuária (FIRJAN, 2009).

Neste sentido, Valença possui uma das maiores extensões territoriais do estado, sendo a agropecuária extensiva uma atividade importante do meio rural do município, aliada a solos bastante degradados e, conseqüentemente subutilizados. Com isso, é o que apresenta a maior percentagem de terras que poderiam ser utilizadas para reflorestamento (Mendonça Filho, 2008).

²⁹ Salienta-se que os trabalhos que apontam a viabilidade que o desenvolvimento do reflorestamento com base em eucaliptos utilizando as áreas de pastagem não sinalizam que estas áreas representam, além da grande inutilidade da terra, um reflexo da concentração intensa da terra em nosso Estado. Outro aspecto importante do espaço agrário fluminense que estes trabalhos apontam como relevante para o plantio de eucalipto é o grande número de pequenos produtores rurais que poderão ser incluídos através dos projetos de fomento. No entanto, estes mesmos produtores, apesar de serem numerosos, ocupam pequena área total no meio rural do estado. Para uma análise mais detalhada sobre as transformações do espaço agrário fluminense, ver ALENTEJANO (2005).

Figura 7: Mapa das áreas disponíveis para reflorestamento por município da Região do Médio Paraíba – 2006



Fonte: SEBRAE-RJ (2007); TCE-RJ (2006); CIDE/IQM-Verde (2000) *apud* Filho (2008).

Desta forma, no estudo da FIRJAN sugere-se que o Estado adote como meta o plantio de 100.000 hectares nos próximos cinco anos (2010-2014), correspondendo a pouco mais de 14% de suas “pastagens naturais” e “pastagens plantadas degradadas”. Esta área seria suficiente para permitir a implantação de uma empresa competitiva de papel e celulose (A FIBRIA?) sem reflexos negativos na produção agropecuária atual, que é uma atividade tradicional no estado. Pelo contrário, com a capitalização dos produtores rurais, com esta nova fonte de renda adicional, estes poderão investir na modernização das demais atividades exploradas em suas propriedades.

Parece que tal estudo, além de oferecer uma avaliação de viabilidade econômica para a silvicultura comercial, busca também fazer um levantamento inicial da produção, apresentando as características socioeconômicas e geográficas do território fluminense, demonstrando as potencialidades do território, em especial, para as grandes plantações homogêneas utilizadas pelas grandes corporações celulósico-papeleiras. Apesar de não constar de forma explícita no estudo da FIRJAN, acredita-se que, devido à construção de novas siderúrgicas, juntamente com as que já estão instaladas no estado, a demanda por carvão vegetal oriundo de florestas plantadas tende a aumentar.

Essa possibilidade é importante para esta pesquisa, pois das três grandes siderúrgicas situadas no Médio Paraíba, região onde está localizada geograficamente o município de Valença, duas delas, a Siderúrgica Barra Mansa e a Siderúrgica de Resende, utilizam carvão vegetal como fonte de energia no seu processo de produção, sendo essa matéria-prima vinda do cerrado mineiro, como aponta David Canassa, gerente de sustentabilidade do Grupo Votorantim em entrevista concedida ao jornal Valor Econômico em 18/06/2010.

O aquecimento do mercado interno, com reflexos na produção de aço, aumentará significativamente a siderurgia a carvão vegetal. Nós do Grupo Votorantim plantamos florestas para abastecer com carvão nossas siderúrgicas de Resende e Barra Mansa (RJ). A matéria-prima vem de uma fazenda mantida pela Votorantim Siderurgia no município de Vazante, no cerrado mineiro, com 82 mil hectares — metade de eucalipto. Na localidade, 72 fornos industriais são abastecidos anualmente por 225 mil metros cúbicos de madeira. A perspectiva para esse ano é de expansão dos plantios, com 6 mil hectares de terceirizados e mais 1,2 mil hectares com outras parcerias. É importante ressaltar também que a substituição de carvão mineral por vegetal é compromisso do governo brasileiro ao anunciar metas de redução de carbono em Copenhague.

Como as duas siderúrgicas são do grupo Votorantim, que controla a maior parte acionária da FIBRIA, é de se esperar que por desenvolver atividades siderúrgicas no Médio Paraíba Fluminense e de produção de papel e celulose no Vale do Paraíba Paulista, devido à proximidade e a boa logística das duas regiões, a expansão territorial do chamado corredor verde de São Paulo para o Rio de Janeiro se mostra como uma hipótese cada vez mais real.

Corroborando com tal possibilidade, grandes empresas da região têm começado a desenvolver projetos de reflorestamento com base no eucalipto³⁰. Já a antiga VCP estabelecia parcerias com Universidades com o intuito de que estas realizassem pesquisas que respaldassem o cultivo de eucalipto como forma de desenvolvimento territorial para a região. Tais estudos buscavam especialmente comprovar que o plantio de eucalipto não causa o ressecamento do solo (Lima, 1993), sendo mais indicado para evitar processos erosivos do que práticas tradicionais da região como a pecuária e as pastagens³¹.

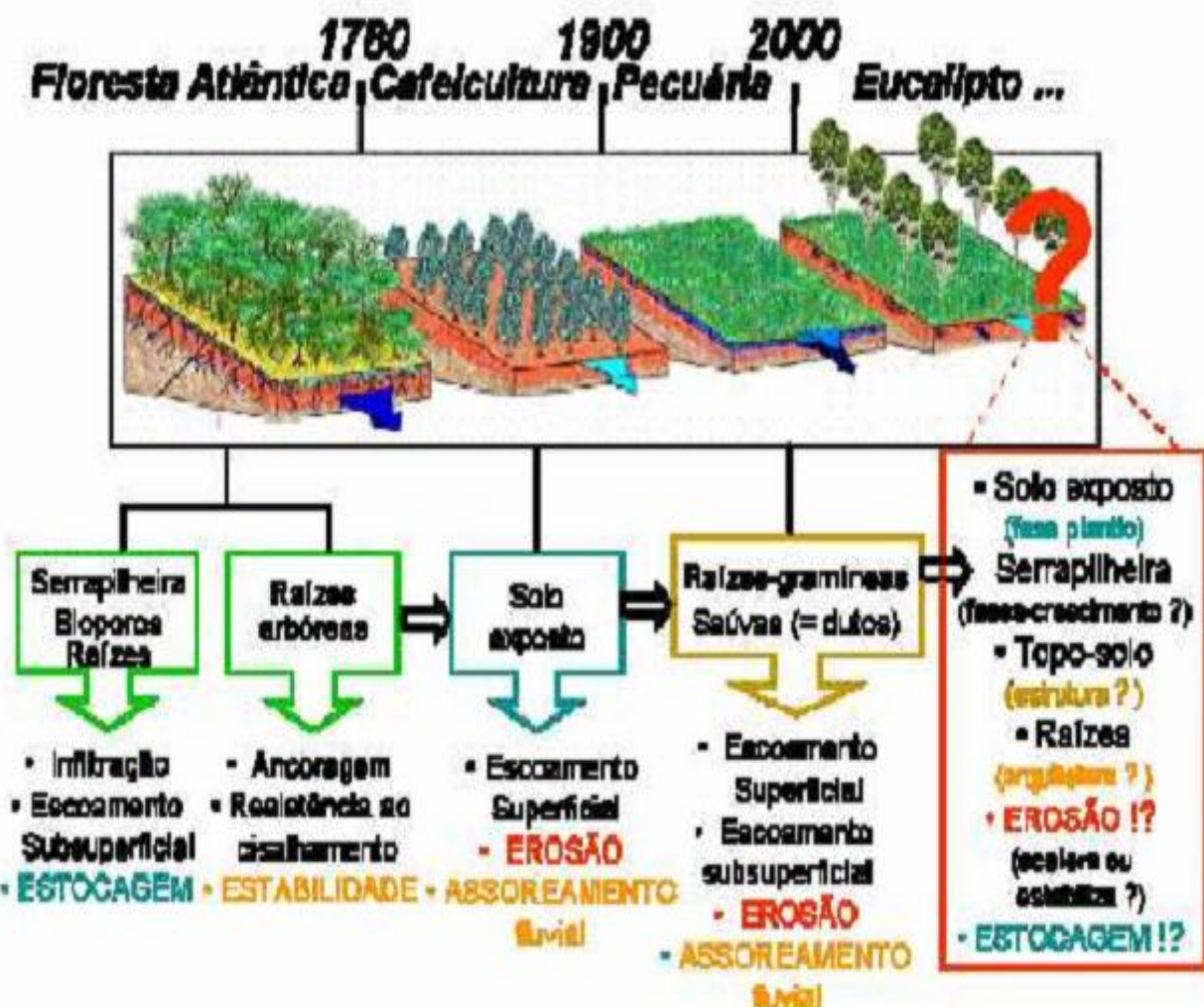
Neste sentido, as empresas também têm patrocinado seminários³², buscando ratificar a territorialização do reflorestamento com eucalipto nas áreas rurais do Vale do Paraíba. Segundo Sato (2008, p.18), atualmente vem ocorrendo uma mudança nas áreas rurais da região, até então degradadas sob o ponto de vista socioeconômico e ambiental, com o início de um novo ciclo econômico associado à implementação de plantios de eucalipto (figura 8) em vastas áreas.

³⁰ As empresas Cesbra e QuimVale, situadas no Médio Paraíba, ambas originadas do setor químico, têm desenvolvidos projetos de reflorestamento com eucalipto a fim de atender suas próprias demandas. A QuimVale, em especial, tem dedicado atenção e investimentos no desenvolvimento e crescimento da QuimVale Florestal.

³¹ Sobre a comparação hidrológica entre plantio eucalipto e pastagens no Médio Paraíba, consultar a dissertação de mestrado de Anderson Mululo Sato – *“Respostas geo-hidroecológicas à substituição de pastagens por plantações de eucalipto no Médio Vale do Paraíba do Sul: a interface biota-solo-água”* - pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFRJ .

³² Um evento emblemático foi o *I Seminário de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Paraíba do Sul: Eucalipto e o Ciclo Hidrológico*, realizado em 07 Novembro de 2007 na UNITAU, em Taubaté/SP.

Figura 8: Ciclos econômicos ao longo da História no Médio Vale do Rio Paraíba do Sul.



Fonte: Coelho Netto *et al.*, 2007.

Porém, fora do eixo da rodovia Presidente Dutra, que liga o Rio de Janeiro (Médio Paraíba) a São Paulo (Vale do Paraíba Paulista), municípios como Valença, onde as atividades ligadas ao espaço agrário marcam o território, são tradicionais e têm importância na composição da geração de renda nestes locais. Reafirma-se a hipótese de que, além dos chamados empresários do agronegócio da pecuária leiteira do município, os denominados neorrurais sejam atores que poderão impulsionar o aumento da área plantada com eucalipto em Valença.

No caso das siderúrgicas que utilizam carvão mineral como, por exemplo, a CSN em Volta Redonda, em virtude da mobilização e/ou fiscalização cada vez maior com relação aos danos ao meio ambiente e da poluição do ar emitida por essa fonte de energia, essas tendem ao longo dos próximos anos a modernizar seu maquinário ou readaptá-lo para o uso do carvão vegetal. Cabe ressaltar que, mesmo em indústrias que utilizam carvão vegetal, ainda é grande o uso de mata nativa e, devido aos problemas ambientais que pode provocar, em especial o desmatamento, essa modalidade tende a ser trocada pelo uso de carvão vegetal de plantações homogêneas, em geral de eucalipto (Abraf, 2010).

Esse cenário urbano-industrial da Região do Médio Paraíba, com empresas de grande porte e muitas outras que necessitam de madeira como fonte de energia ou matéria-prima, faz crer na hipótese de um crescimento da área plantada nos próximos anos em diferentes formas/conteúdos e em diferentes municípios da região, favorecido pelas transformações legais realizadas, visando a favorecer a atividade econômica da silvicultura comercial, representada especialmente pela Lei 5.067 e o Decreto 41.968. Todas essas mudanças em curso carecerão de estudos sistemáticos pelos diferentes campos da ciência.

No momento, dedica-se maior atenção a formas/conteúdos de expansão que se têm dado no município de Valença, mas atenta-se também às transformações na região como um todo e suas possíveis consequências ou relações com o campo de estudo aqui abordado.

Para finalizar, o estudo da FIRJAN aponta que, apesar dos avanços jurídicos de investimentos e de pesquisa das potencialidades do território fluminense para o desenvolvimento da silvicultura comercial, ainda existem desafios que os atores envolvidos na busca pelo fortalecimento das atividades de base florestal devem enfrentar nos próximos anos, são eles:

- diferenças na tributação do ICMS para madeira e outros produtos de natureza agropecuária, que necessitam de uma homogeneização das alíquotas, bem como o estabelecimento de procedimentos que permitam a utilização dos créditos tributários;
- atração de empresas-âncora que fomentem a atividade no estado do Rio de

Janeiro. Os esforços feitos pela Aracruz Celulose S.A, hoje denominada FIBRIA S.A., a partir de 2005, foram importantes para promover o plantio no noroeste fluminense. Com a aprovação das novas regras para a atividade, ampliam-se as possibilidades para esta e outras empresas (não só do setor de celulose) criarem programas de fomento com os produtores. Uma ação sistemática por parte do Governo do Estado e da iniciativa privada para divulgar o potencial do estado do Rio de Janeiro será um elemento importante para promover o plantio de florestas e criar condições para a expansão da indústria de base florestal;

- capacitação e direcionamento da assistência técnica do Estado para apoiar os produtores florestais;
- capacitação e direcionamento da pesquisa agropecuária do Estado para a atividade da silvicultura, dando prioridade aos problemas enfrentados pelos produtores locais;
- promoção do acesso ao crédito através da inclusão da silvicultura no Programa de Fomento Agropecuário e Tecnológico — PEFATE, da SEAPPA —, e do acesso aos programas de crédito existentes no âmbito do Governo Federal, como o Propflora — Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas —, através do diálogo com bancos comerciais e outros agentes que repassam os créditos federais para informar sobre a legislação fluminense e adequar os procedimentos destas instituições às peculiaridades da legislação.

Todos esses desafios expostos pelo estudo da FIRJAN também indicam a necessidade de outras pesquisas e do acompanhamento por diferentes segmentos da sociedade civil organizada das mudanças que estão em curso, assim como daquelas que ainda estão por vir. Assim, infere-se que este trabalho demonstra uma relevância acadêmica, pois busca compreender as transformações territoriais em curso realizadas pela implantação da silvicultura comercial no estado do Rio de Janeiro, tendo como foco as plantações de eucalipto e os diferentes atores sociais envolvidos nesta atividade em Valença.

Acredita-se também que este trabalho possua uma significativa relevância social,

pois pode contribuir para o estudo das características sociais, econômicas e geográficas do município de Valença, notadamente do seu espaço agrário que vem desenvolvendo o plantio de eucalipto.

3.6 - As bases para a construção do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) do estado do Rio de Janeiro e suas contribuições para o ordenamento do território e para o plantio de eucalipto em escala comercial

Como foi abordado anteriormente, a Lei Estadual nº. 5.067, aprovada em 09 de julho de 2007, regulamentou o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do Estado do Rio de Janeiro e conferiu competência à Secretaria de Estado do Ambiente para coordenação da elaboração e implementação do projeto, em conjunto com as Secretarias de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços, Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e Secretaria de Estado de Obras.

O Zoneamento Ecológico-Econômico é instrumento estratégico para o planejamento regional e a gestão do território, envolvendo estudos sobre o meio ambiente, os recursos naturais e as relações entre a sociedade e a natureza. Esses estudos servem como subsídio para pesquisas, políticas territoriais e negociações envolvendo órgãos governamentais, o setor privado e a sociedade civil sobre um conjunto de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento territorial regional.

A referida Lei estabeleceu que o mesmo deveria contemplar as dez regiões hidrográficas do estado (ver figura 9), como recorte espacial de análise. São elas:

Figura 9: Mapa das Regiões Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro



Fonte: www.sematur.rj.gov.br

Determinou, ainda, critérios para a implantação da atividade de silvicultura econômica no estado do Rio de Janeiro. Recentemente, como já se apontou, a Lei 5067 foi regulamentada sob a forma do decreto 41.968 de 29 de julho de 2009, no que tange às atividades de silvicultura consideradas de pequeno e médio porte, condicionando a regulamentação de atividades consideradas de grande impacto às indicações apresentadas pelo Zoneamento e a elaboração de EIA/ RIMA.

Neste sentido, buscaremos analisar como o Zoneamento Ecológico-Econômico pode contribuir para a implantação da silvicultura no estado. Por se tratar de um estudo bastante denso, dar-se-á uma atenção específica para a Região Hidrográfica Médio Vale do Paraíba do Sul (RH-III), onde Valença está inserida.

Cabe destacarmos que tanto na legislação quanto no estudo-base para o Zoneamento Ecológico econômico não se encontrou justificativa para a escolha das regiões hidrográficas como o recorte espacial. Tal opção metodológica deveria ser mais bem explicitada a fim de possibilitar uma melhor compreensão da abrangência e importância do zoneamento, tendo em vista que o Estado, através da Fundação CIDE (atual CEPERJ), utiliza como critério de regionalização oficial os aspectos político-administrativos do território fluminense.

Na 85ª Reunião Ordinária do FECAM — Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano —, realizada em julho de 2007, foram aprovados pelo seu Conselho Superior os recursos financeiros necessários à execução do projeto Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Rio de Janeiro e a aquisição das fotos aéreas (parceria com o IBGE) para o projeto da Base cartográfica escala 1:25.000 do estado do Rio de Janeiro. Por intermédio do Decreto Estadual 41.099, de 27 de dezembro de 2007, o Governador do Estado do Rio de Janeiro instituiu a Comissão Estadual do Zoneamento Ecológico-Econômico (CZEE-RJ) para avaliar e aprovar o projeto e articular-se com o Governo Federal por meio da Comissão Coordenadora do ZEE Nacional, para a compatibilização destes trabalhos com os executados em nível nacional, buscando unificar os dados e análises obtidas (SEA, 2007).

É importante destacar a rapidez com que o Estado aprovou a destinação dos recursos para a execução do projeto da ZEE, tendo em vista que a lei foi aprovada no mesmo mês. Tal fato pode ser explicado pela aliança entre o governo e os setores favoráveis à silvicultura comercial que necessitam dessa regulamentação para poderem desenvolver de forma mais intensa essa atividade econômica.

Para a construção do Zoneamento Ecológico-Econômico, a Comissão Estadual do Zoneamento Ecológico-Econômico (CZEE-RJ) contratou os serviços de consultoria junto ao Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, por intermédio da COPPETEC³³ — Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos — para a realização do estudo (diagnóstico) *Análise e Qualificação Sócio-Ambiental do Estado do Rio de Janeiro (escala 1:100.000) — subsídios ao Zoneamento Ecológico-Econômico*. O estudo teve como coordenadora geral a professora Ana Luiza Coelho Netto³⁴ e equipes compostas conforme critérios de execução — Equipe Sócio-econômica, Equipe Geobiofísica e Equipe Suplementar, responsável por todo o mapeamento do uso e cobertura do solo e bases temáticas. No relatório da etapa 1 (p. 31), e exposto o objetivo central da pesquisa, a saber:

[...] fornecer subsídios ao Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Rio de Janeiro, sob a responsabilidade da Secretaria Estadual do Ambiente, capazes de responder às diretrizes político-institucionais formuladas pela atual gestão do governo estadual. Assim, é necessário que o trabalho contemple as propostas contidas no Plano Estratégico Estadual bem como a legislação existente nos níveis estadual e federal (ex. SNUC, PDBG, Lei da Mata Atlântica, Lei de Recursos Hídricos).

O referido estudo, associado ao Estudo de Favorabilidade das Terras do Estado do Rio de Janeiro a Múltiplos Usos na escala de 1:100.000, dará o embasamento técnico às indicações do Zoneamento Ecológico-Econômico do território do estado do Rio de Janeiro previsto pela Lei 5067/07.

Tal estudo procura apontar potencialidades regionais para a silvicultura comercial, especialmente aquela desenvolvida a partir do plantio de eucalipto. De certa forma, o estudo é ambíguo em relação a esta atividade agrícola, pois ao mesmo tempo em que aponta que ela deve ser desenvolvida como forma de geração de renda e desenvolvimento, sinaliza também que se realizada de forma homogênea e em larga escala pode apresentar problemas socioambientais já registrados em outros territórios (Coelho Netto *et al.*, 2008).

³³ Segundo o seu próprio site, a COPPETEC é uma instituição de direito privado, sem fins lucrativos, destinada, a apoiar a realização de projetos de desenvolvimento tecnológico, de pesquisa, de ensino e de extensão, da COPPE e demais unidades da UFRJ. Seu público é composto por órgãos governamentais, privados, entidades multilaterais e empresas privadas nacionais e estrangeiras.

³⁴ Professora Titular do Departamento de Geografia da UFRJ e coordenadora do GEOHECO – Laboratório de Geo-Hidroecologia.

A partir da realização de trabalhos de campo, a equipe da pesquisa citada aponta que os cultivos florestais estão concentrados em municípios pertencentes a várias bacias hidrográficas, mas também em muitas localidades a atividade se apresenta de forma dispersa e não contínua. Ou seja, tornou-se uma fonte suplementar de renda sem forçar a expulsão da lavoura.

Um dos argumentos mais difundidos pelos críticos da silvicultura é que sua expansão provocaria a concentração de terras e a expulsão de produtores/proprietários das áreas rurais. É uma possibilidade. Mas os dados sobre área e número de estabelecimentos, e crescimento do número de estabelecimentos, entre 1996-2006 (IBGE) na região do Médio Vale do Rio Paraíba do Sul não confirmam a tese (COELHO NETTO *et al.*, 2008, p.428).

Buscando defender a tese de que os cultivos florestais não competem com a área de lavoura e nem expulsam proprietário/produtores das suas terras, a pesquisa aponta o seguinte exemplo:

São Fidelis, por exemplo, município dividido entre as bacias do rio do Colégio e do rio Dois Rios, registra um número elevado de estabelecimentos agropecuários e alto crescimento relativo do número de estabelecimentos (mais de 50%) embora seja um município com valores altos em cultivos florestais. Entre os municípios em situação semelhante estão Nova Friburgo e Bom Jardim na bacia do rio Dois Rios; Barra do Pirai, Volta Redonda, (Bacias do médio curso do rio Paraíba do Sul I), e Paty do Alferes (Bacia do médio curso do rio Paraíba do Sul II). Por outro lado, em Vassouras (Bacia do médio curso do rio Paraíba do Sul II) registram-se áreas irrelevantes de cultivos florestais, baixo crescimento do número de estabelecimentos e um processo de concentração de terras (IBGE 2006) semelhante ao que se passa em Teresópolis e São José do Rio Preto (Bacia do rio Piabanha) e Macuco (Bacia do rio Dois Rios). Não se pode atribuir somente à pecuária ou ao cultivo florestal, portanto, o uso ineficiente dos solos e a concentração de terras. A escolha de qual produto cultivar ou criar é uma decisão de risco e de análise das tendências, nem sempre reconhecida por produtores e mesmo governos. É a dinâmica de outros fatores que interfere na estrutura fundiária e produtiva — resistência e adaptação às flutuações dos preços de mercado, custo dos insumos, emigração de jovens das áreas rurais para as áreas urbanas, dificuldade de lidar com a competição, etc. (COELHO NETTO *et al.*, 2008, p. 429).

Tal afirmação vai de encontro à realidade que se tem visto no decorrer desta pesquisa empírica em Valença, pois os entrevistados, apesar de possuírem perfis diferenciados, afirmam que desenvolvem o cultivo de eucalipto como um investimento

(renda) complementar, seja em relação à pecuária ou a atividades de caráter urbano. Porém, a afirmação de que os cultivos florestais não representam diminuição da lavoura necessita de uma pesquisa mais ampla e detalhada, inclusive existe uma série de estudos em outros espaços geográficos que demonstram o contrário: uma diminuição, especialmente em áreas de pequenos e médios produtores.

Cabe destacar também que os dados utilizados referentes ao cultivo florestal são do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2006) e, como apontado neste mesmo capítulo, os cultivos florestais vêm apresentando expectativas de crescimento para os próximos anos (Mendonça Filho, 2008; Firjan, 2009), inclusive com cultivos florestais em larga escala para fins industriais, que no Espírito Santo, por exemplo, provocaram a expulsão das comunidades tradicionais de seus territórios e uma diminuição das lavouras nas áreas onde existe o cultivo de eucalipto em larga escala (Barcelos, 2010).

No caso do estado do Rio de Janeiro, até a mudança na legislação em 2007 não existiam efetivamente cultivos florestais em larga escala para fins comerciais, especialmente para atender grandes indústrias de papel e celulose ou siderúrgicas, entre outras. Isso pode sinalizar para o fato de que até o ano de 2006 os cultivos florestais não representassem uma ameaça à diminuição da área plantada com lavouras, assim como concentração da terra e/ou expulsão de proprietários/produtores rurais. No entanto, seria precipitado apontar que nos próximos anos, com o aumento da territorialização dos cultivos florestais, majoritariamente o de eucalipto, não haja um processo de desterritorialização de lavouras permanentes, da pecuária ou de outras atividades desenvolvidas no espaço agrário fluminense.

Apesar das contradições e das críticas ao plantio florestal em larga escala, a pesquisa aponta que:

[...] a silvicultura não pode ser descartada como solução parcial para a ocupação produtiva de solos cansados ou em declive, principalmente em propriedades com pecuária bovina de caráter extensivo (COELHO NETTO *et al.*, 2008, p.429)

Mesmo que desenvolvido em áreas de pastagens ou bastante degradadas, como sugerem o estudo da FIRJAN (2009) e o projeto *Análise e Qualificação Sócio-Ambiental do Estado do Rio de Janeiro (escala 1:100.000): subsídios ao ZEE — Zoneamento Ecológico Econômico*, cabe questionar se realmente o plantio de eucalipto seja a melhor opção para o processo de recuperação ambiental e/ou produtiva das áreas

propostas, ou mesmo, como forma mais rentável de geração de renda e promotora do desenvolvimento territorial regional sustentável.

3.7 – Potencialidades para o plantio de eucalipto e as características sócioterritoriais de Valença/RJ e região

O território da atual sede do município de Valença teve seu primeiro processo de ocupação dado no século XVIII pelos índios Coroados, que dominavam toda a área compreendida entre o rio Paraíba do Sul e o rio Preto. O município de Valença foi muito importante no final do século XIX devido aos extensos cafezais e à maior população escrava da província do Rio de Janeiro.

A região sofreu um grande impulso populacional com o desenvolvimento da atividade cafeeira. Somente entre 1856 e 1859, a província do Rio de Janeiro produziu 63.804.764 arrobas de café, enquanto as províncias de São Paulo e Minas Gerais juntas produziram apenas um quarto deste total. Com o grande crescimento econômico devido à cafeicultura, a então vila foi elevada a cidade em 29 de setembro de 1857. já por volta de 1859, a cidade tinha cerca de 5.000 habitantes na sua sede e ao todo o município chegou a ter 40.000 habitantes, sendo uma parcela significativa dessa população os escravos que trabalhavam nos latifúndios cafeeiros da região (PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA, 2010).

Na primeira metade do século XX, o mesmo padrão de desenvolvimento territorial do Médio Vale do Paraíba se repetiu em Valença, ou seja, a substituição dos cafezais pelas pastagens, para atender a criação de gado leiteiro e/ou de corte.

Valença foi menos afetada do que as outras cidades da região devido à ferrovia que cortava a cidade, o que proporcionou a criação de indústrias, especialmente do setor têxtil. Ao mesmo tempo, as fazendas locais foram erradicando os cafezais e gradativamente foram desenvolvendo atividades ligadas à agropecuária. Ao longo do tempo a pecuária leiteira foi prosperando e ganhando importância econômica e hegemonia no espaço agrário da região (PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA, 2010).

Ainda hoje, a pecuária tem relevância, ocupando 70% da área total dos estabelecimentos agropecuários, embora em decréscimo nos últimos anos, segundo dados do último Censo Agropecuário (IBGE, 2006).

O município de Valença (figura 10) possui hoje uma área territorial de 1308,1

km², constituindo-se no segundo município com maior território no estado. No que se refere à sua posição geográfica, este se encontra na regionalização oficial elaborada pela antiga fundação CIDE (hoje, CEPERJ) para fins de planejamento estatal, na região do Médio Paraíba. Valença possui cinco distritos, sendo eles: Conservatória, Barão de Juparanã, Parapeúna, Santa Isabel do Rio Preto e Pentagna.

Figura 10: O município de Valença/RJ – Região do Médio Paraíba



Fonte: CEPERJ, 2010 e IBGE, 2006.

Elaboração: SILVA, T. L. A da. & MAGALHÃES, S. 2011.

Atualmente, o município apresenta PIB (Produto Interno Bruto) total considerado mediano, tendo maior importância na composição do PIB os setores de serviços, administração pública e agropecuária. No que tange ao seu espaço rural, os estabelecimentos com menos de 50ha constituem 90% do número total de

estabelecimentos (IBGE, 2006). No entanto, isso não significa que o acesso à terra no município seja democratizado, muito pelo contrário, pois a presença de grandes latifúndios desde do período cafeeiro é uma marca desse território.

Associado à agropecuária, o município possui várias agroindústrias ligadas ao setor de laticínios (como já se apontou, o município é o maior produtor de leite do estado) que utilizam a produção leiteira local, além de abatedouros, fabricação de aguardente e processamento de produtos alimentícios, cerâmicas e indústrias de confecções, que já foram muito tradicionais no passado.

As serrarias já ocuparam um papel econômico importante no município, porém, devido ao aumento da fiscalização, muitas foram fechadas pelo IBAMA por utilizarem mata nativa de forma irregular. Apesar disso, um dos produtores rurais entrevistados na realização do trabalho de campo, assim como o técnico da EMATER em Valença, apontou que essa atividade deve se revigorar, tendo em vista o aumento do plantio do eucalipto em Valença e nos municípios da região. Como o transporte da madeira é caro, serão fundamentais para os produtores de eucalipto as serralherias, visando ao corte da madeira para facilitar o transporte e/ou um primeiro processo de acabamento da madeira.

Ainda que de forma secundária, o turismo (principalmente no distrito de Conservatória), a função de segunda residência e de centro universitário têm sido importantes para a cidade e seu setor de serviços.

No que se refere aos aspectos físicos do território, podemos encontrar no município um relevo montanhoso, presença de resquícios de mata atlântica como a área de proteção ambiental da Serra da Concórdia, com colinas e planícies fluviais e solos de baixo potencial e bastantes erodidos com processos de voçorocamento (Lamego, 1968). Segundo o estudo *Análise e Qualificação Sócio-Ambiental do Estado do Rio de Janeiro (escala 1:100.000) — subsídios ao Zoneamento Ecológico-Econômico*, o município de Valença apresenta em seu território características sócio-ambientais que possibilitam

o aproveitamento das planícies fluviais nos trechos mais largos dos vales para o gado bovino em consórcio com a lavoura que poderá reduzir a área atualmente ocupada por pastagem e permitir o reflorestamento das colinas e montanhas. A silvicultura poderá ter um papel importante no processo de reconversão das pastagens, contanto que não repita a “homogeneização” produtiva do espaço como ocorre no Mato Grosso e em outras regiões do país.

A pesquisa aponta que, segundo os trabalhos de campo realizados pela equipe do projeto, foi constatado que os municípios com maior valor de produção florestal são os do entorno de Resende, Barra Mansa, Barra do Pirai, Volta Redonda, Paty do Alferes, Nova Friburgo, Duas Barras e São Fidelis.

O cultivo florestal na região e no país se acomodou ao eucalipto, mas serão necessários mais estudos de viabilidade que pudessem explorar outras espécies, inclusive aquelas que, acopladas à apicultura, gerem uma cadeia produtiva mais diversificada. (COELHO NETTO *et al.*, p.430)

Com relação à localização espacial, nota-se também que a produção florestal está majoritariamente na Região Hidrográfica do Médio Paraíba do Sul (regionalização adotada pela pesquisa). Se for utilizada a regionalização político-administrativa do Estado, ver-se-á que, dos municípios citados, pelo menos a metade deles está na região do Médio Paraíba, sendo Barra do Pirai e Volta Redonda vizinhos de Valença.

Isso parece importante por abrir a possibilidade de haver um incentivo formal ou informal (ainda que apenas no imaginário) para os produtores do município de Valença que, devido ao aumento físico (territorial) dessas áreas plantadas, sejam estimulados a desenvolver outra atividade além da pecuária em terras subutilizadas, pois trata-se de uma atividade tradicional do município, que está arraigada na identidade territorial (Sack, 1986; Souza, 1995 e Haesbaert, 2004) dos produtores locais. Outra possibilidade é que haja um estímulo à criação de uma rede de produtores de eucalipto na região visando a desenvolver essa atividade, tendo em vista diminuir ou sanar entraves para o crescimento da atividade na região, tais como os apontados pelos entrevistados: a falta de serralherias na região, o transporte da madeira na época de corte e falta de assistência técnica e apoio financeiro por parte do poder público.

Segundo Coelho Netto *et al.*, (2008, p.429) os municípios de Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo são os que apresentam maior número de indústrias do setor madeireiro-moveleiro, importando a matéria-prima (madeira) de outros municípios fluminenses.

Outro atrativo desse segmento apontado pela supracitada pesquisa é o fato da abrangência e crescimento da movelaria, sendo as redes territoriais comerciais inter-regionais e não só intrarregionais, tendo uma maior intensidade dos fluxos inter-regionais se dando em direção aos municípios do sul de Minas Gerais, que possuem

uma proximidade espacial com o Médio Paraíba.

Cabe destacar também o papel dos estabelecimentos ligados ao setor florestal³⁵ na região do Médio Paraíba, em especial o número significativo de comércio de madeiras em Valença (ver tabela 7).

Tabela 7 - Número de estabelecimentos relacionado ao setor florestal por município da Região do Médio Paraíba

Município	Comércio	Móveis	Desdobro	Silvicultura
Barra do Pirai	75	9	0	2
Barra Mansa	196	0	0	1
Itatiaia	23	0	0	0
Pinheiral	23	0	0	0
Pirai	21	0	0	2
Porto Real	11	0	0	1
Quatis	12	0	0	0
Resende	99	0	0	3
Rio Claro	11	0	1	0
Rio das Flores	14	0	0	0
Valença	55	0	0	0
Volta Redonda	260	22	0	0
Total	800	31	1	9

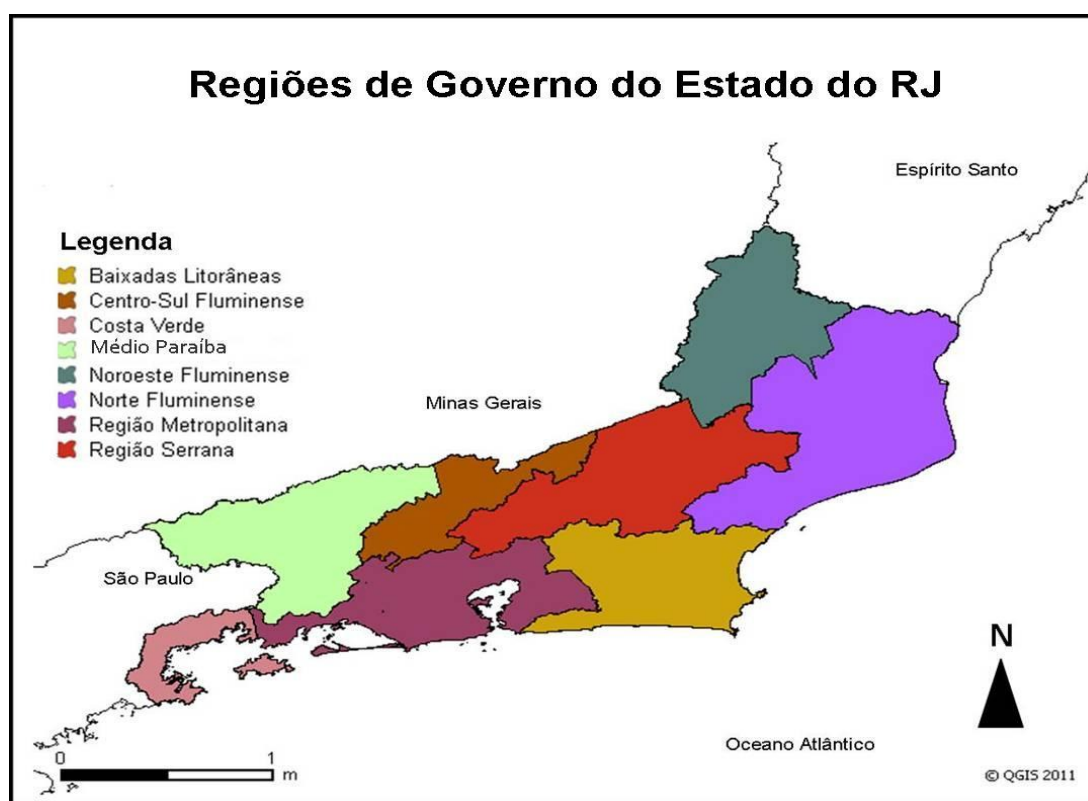
Fonte: SEBRAE-RJ (2007); TCE-RJ, (2006)

³⁵ Comércio de madeiras, indústrias (esquadrias e móveis), desdobro, silvicultura e outros.

3.8 - Região do Médio Paraíba

O estado do Rio de Janeiro é dividido, entre outras regionalizações, pelas Regiões de Governo (figura 11). Esta regionalização é considerada oficial e foi feita pela antiga fundação CIDE³⁶ – Centro de Informações e Dados Estatísticos –, órgão do Governo do Estado do Rio de Janeiro que era responsável por elaborar levantamentos estatísticos e estudos socioeconômicos e regionais, trabalho que se aproxima do realizado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –, órgão vinculado ao Governo Federal. É a partir dos estudos realizados pela fundação CIDE que o Governo Estadual elabora o planejamento de políticas públicas voltadas para as diferentes regiões do estado.

Figura 11: Mapa Estado do Rio de Janeiro - Regiões de Governo



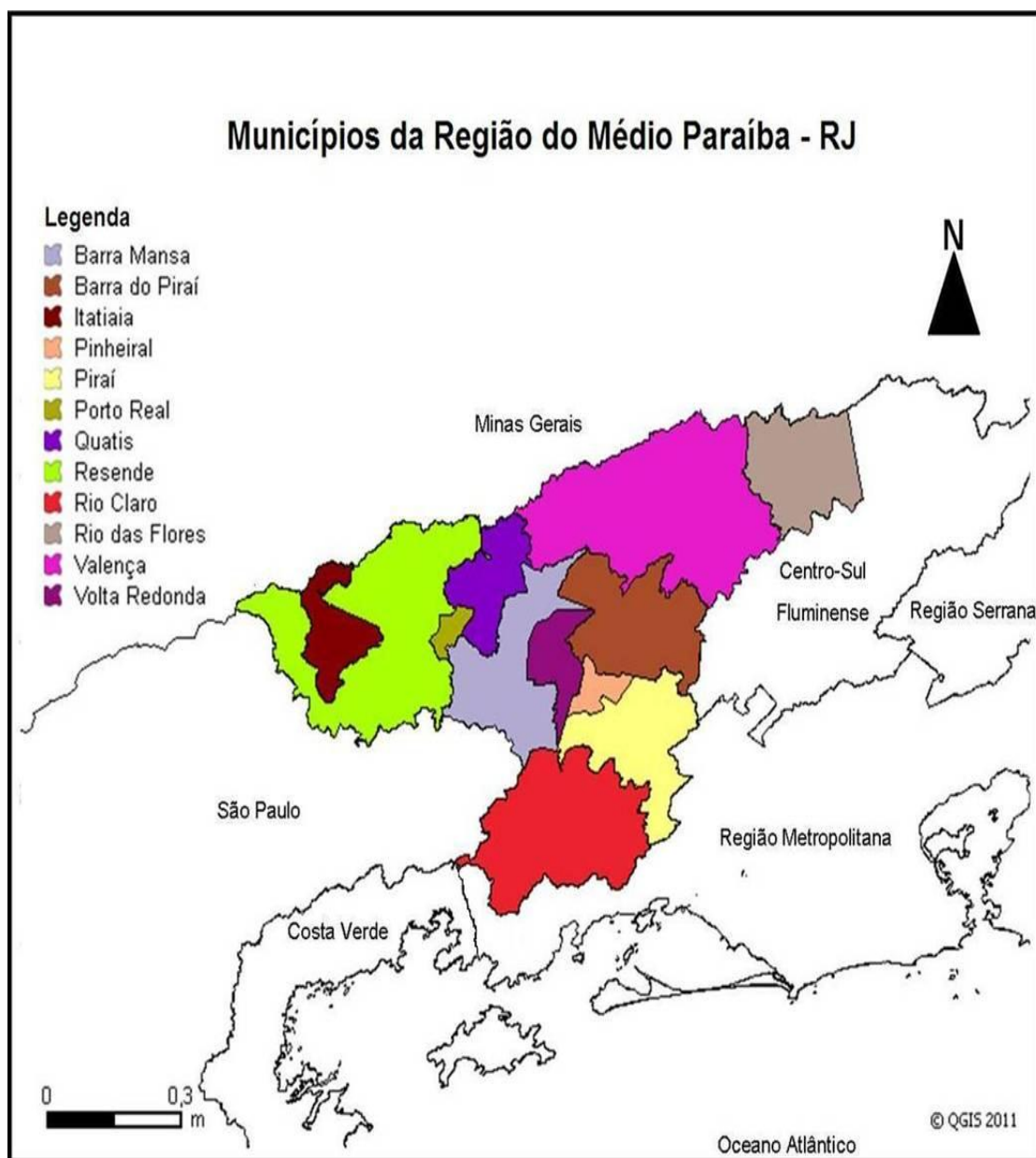
Fonte: www.ceperj.rj.gov.br

Elaboração: SILVA, T. L. A. da. & MAGALÃES, S. 2011.

³⁶ Desde a aprovação do projeto de lei 2.002/09, do Poder Executivo, a Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro (CIDE), foi incorporada à Fundação Escola de Serviço Público (FESP), dando à união o nome de Fundação Centro Estadual de Formação de Pessoal, Estatística e Políticas Públicas do Rio de Janeiro (CEPERJ). Este novo órgão passa a ter como objetivos, entre outros, a realização de pesquisas e levantamentos estatísticos sobre o território fluminense, assim como o desenvolvimento e gerenciamento de concursos públicos e cursos de capacitação para servidores públicos estaduais. Para maiores detalhes, consultar: www.ceperj.rj.gov.br.

A Região de Governo intitulada de Médio Paraíba (figura 12) é formada a partir de duas microrregiões geográficas do IBGE³⁷ e é formada pelos municípios de Barra Mansa, Itatiaia, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Resende, Rio Claro, Quatis, Volta Redonda, Barra do Piraí, Rio das Flores e Valença.

Figura 12 – Mapa da Região e dos Municípios do Médio Paraíba



Fonte: www.ceperj.rj.gov.br

Elaboração: SILVA, T.L.A da. & MAGALHÃES, S. 2011.

³⁷ Microrregião do Médio Vale do Paraíba, composta pelos municípios de Barra Mansa, Itatiaia, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Resende, Rio Claro, Quatis e Volta Redonda e pela Microrregião de Barra do Piraí, composta pelos municípios de Barra do Piraí, Rio das Flores e Valença.

Esta região de Governo passou por diferentes momentos históricos que deixaram suas marcas (*grafia*) no espaço geográfico. Dentre as funções exercidas por esta região podem-se apontar como principais as atividades ligadas ao café e à pecuária no âmbito do seu espaço agrário, assim como as atividades ligadas a indústrias alimentícias, automobilísticas e siderúrgicas no seu espaço urbano. Tendo em vista a divisão territorial do trabalho no qual o Brasil foi inserido, as atividades acima citadas passaram por momentos de auge e declínio, tendo em vista a dinâmica de acumulação do capital (Fusco, 2003).

Por muito tempo a monocultura do café foi o motor do desenvolvimento e do ordenamento do território na região; porém, na segunda metade do Século XIX, começou o declínio da produção cafeeira e a substituição pela pecuária, como apontado anteriormente.

Entretanto, tal cenário de declínio econômico teve no início do século XX mudanças, especialmente devido a um incipiente desenvolvimento industrial, relacionado à indústria têxtil e a alimentar, que visava a atender o mercado interno brasileiro. Esse desenvolvimento industrial teve início e foi incentivado, pois o mundo vivia uma grave crise devido as Guerras Mundiais. Com isso, o governo brasileiro procurou investir numa série de políticas visando ao desenvolvimento da indústria de bens de consumo. Esse período ficou conhecido como substituição de importações (Oliveira, 2003; Santos, 2003).

A Região do Médio Vale do Paraíba Fluminense foi um dos palcos das transformações produtivas ocorridas neste período. A instalação de indústrias nesta região se deu devido ao acúmulo de capital no período do café, à localização próxima aos principais centros urbanos do país (São Paulo e Rio de Janeiro), à Estrada de Ferro D. Pedro II, que era uma importante rede de transporte, e à geração de energia para tais indústrias, oriunda das barragens e represas da região.

Neste contexto, as primeiras indústrias a se desenvolverem na região tinham uma relação com o papel econômico exercido anteriormente, como as de alimentos vinculadas à pecuária da região e as ligadas à produção têxtil.

Porém, foi na década de 1930 que o processo de industrialização no Brasil — e consequentemente do Vale do Paraíba Fluminense — teve seu marco, com a construção da CSN – Companhia Siderúrgica Nacional – na cidade de Volta Redonda. Nesta fase, o

então governo do Presidente Vargas incentivou o desenvolvimento industrial brasileiro, especialmente as indústrias de base e a criação de grandes empresas estatais, período chamado por muitos estudiosos de nacional-desenvolvimentista (Oliveira, 2003).

A partir daí, as cidades da região tiveram novamente um crescimento urbano significativo, especialmente Volta Redonda e Barra Mansa, que se consolidaram como centros regionais. Posteriormente, com a criação da Rodovia Presidente Dutra na década de 1940, aproveitando em boa parte o trajeto da Estrada de Ferro D. Pedro II, que a rede de transporte (e comunicação) entre os principais centros urbanos brasileiros se consolidou. É importante que se destaque o papel central do Estado na elaboração e no desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o processo de industrialização da região.

A partir da década de 1990, esta região viveu importantes mudanças no seu conteúdo urbano-industrial. O governo brasileiro colocava em prática a política neoliberal, que tem entre outros princípios, a privatização das empresas públicas. Foi dentro desta lógica que a CSN, principal indústria da região, foi privatizada no ano de 1993, trazendo sérias consequências para a região, especialmente para as cidades de Volta Redonda e Barra Mansa.

Esse período, chamado de reestruturação produtiva (Harvey, 1998; Santos, 2003; Godinho, 2003), tem como elementos centrais: a tecnificação do território e a privatização das empresas estatais. Tais medidas geraram um surto de demissões tanto na CSN como em indústrias e setores de serviços ligados à CSN. Porém, este período trouxe importantes mudanças na configuração industrial da região. Neste sentido, Godinho (2003) e Batista (2006) apontam que a reestruturação da CSN, a partir da implantação de tecnologias informatizadas e a diversificação da produção de aço e seus subprodutos, especialmente aqueles ligados ao setor metal-mecânico, incentivaram a atração de indústrias automobilísticas para a região.

A Região do Médio Vale do Paraíba ocupa hoje um papel de relevância no cenário fluminense. Apesar do peso econômico exercido pelo Norte Fluminense, em função da atividade petrolífera (sobretudo nos municípios de Campos de Goytacazes e Macaé), o Médio Vale se constitui atualmente como a região mais dinâmica do Interior Fluminense (LIMONAD, 1996, p.95).

É inegável a importância do papel que os centros de formação de mão-de-obra da região têm na atração de novas indústrias. Uma rede (Dias, 1995; Moreira 1997) de

instituições de ensino, pesquisa e extensão está localizada do Médio Paraíba, tais como a UERJ, UFF, IFRJ, SENAI, FAETEC, CEDERJ e uma série de universidades particulares. Estes centros são de suma importância para formar os quadros pessoais das principais empresas da região.

3.9 – As breves características do espaço agrário do Médio Paraíba

No que se refere às características territoriais do espaço agrário regional, apesar da propalada urbanização, existem áreas da região (mesmo que pontuais) em que a agropecuária exerce um importante papel econômico. Neste sentido, para melhor se compreenderem as dinâmicas territoriais entre o rural e o urbano, uma abordagem dialética entre estes espaços pode dar conta das complexas relações socioterritoriais existentes na região.

Apesar de seu caráter urbano e todo o peso exercido pelos setores industrial e terciário, existem algumas áreas na região do Médio Paraíba em que a agropecuária exerce considerável relevância. Com isso, essa atividade é fundamental para o conhecimento do ordenamento do território regional.

A agricultura manifesta-se especialmente em alguns pontos da região, em municípios como Quatis e Rio Claro. Com a decadência cafeeira, causada pela perda de mercados externos e agravada pela crise de 1929, não houve uma reorganização nesse setor que visasse sua dinamização, tornando-a mais moderna e mecanizada. A região apresenta, de maneira geral, seus solos empobrecidos devido à atividade cafeeira, cultura esta que provoca um intenso desgaste dos nutrientes do solo, e a pecuária, cujo pisoteio do gado causa uma acentuação do processo erosivo, além de um relevo movimentado que dificulta a prática agrícola e, conseqüentemente, sua competitividade quando comparado a áreas que não possuam estas limitações geográficas (FUSCO, 2003, p. 74).

Nesse contexto, a pecuária passou a ser a atividade marcante na região, tendo nos municípios de Valença, Resende e Barra Mansa os principais constituintes da bacia leiteira do Médio Paraíba e sendo Valença o principal produtor de leite do estado do Rio de Janeiro. Sendo praticada de maneira extensiva, a pecuária de leite destaca-se com a produção de 93.098 mil litros, constituindo-se enquanto segunda maior produtora do estado, apesar de sua baixa produtividade, que responde pela média de 8 litros de leite por cabeça ao dia (IBGE, 2006).

Vale ressaltar que, quando se diz que a região possui baixa produtividade, faz-se referência à produção de leite por cabeça. Contudo, pelos valores absolutos, a produção é alta, devido ao espaço reservado para esta atividade na região, assim como pelo seu numeroso rebanho. Barra Mansa representa um nó central na rede (Souza, 1995; Haesbaert, 2004) da pecuária leiteira da região, na medida em que grande parte da produção regional tem como destino a cooperativa de leite localizada neste município, além da presença de uma grande corporação transnacional, a Nestlé, responsável pela organização de grande parte desta cadeia.

A cooperativa Agropecuária de Barra Mansa, situada na Região do Médio Vale do Paraíba Fluminense, é a maior de todo o estado, tendo aproximadamente 1.000 associados, dos quais 80% são pequenos produtores. Esta cooperativa repassa cerca de 5 a 10% de sua produção diária para a empresa Nestlé – atual Nestlé D.P.A. (Dairy Partners Américas), tendo portanto autonomia sobre o restante da mesma. Em termos de beneficiamento, a Cooperativa Agropecuária de Barra Mansa é a única cooperativa do estado que produz o leite Longa Vida. Isto ocorre em virtude desta possuir o aval da empresa monopolizadora deste tipo de embalagem: a Tetra Pak, ficando, portanto, condicionada a pagar os preços pela mesma conforme lhe foram impostos (MADANÊLO, 2008, p.12).

Segundo Fusco (2003), os espaços agropecuários existentes no Médio Paraíba estão localizados pontualmente e de modo geral fora do eixo urbanizado representado pela BR-116 – a Rodovia Presidente Dutra. Com isso, observa-se que estes municípios têm sido secundarizados em relação à instalação de grandes projetos industriais e de infraestrutura.

Contudo, o poder público vem tentando implementar atividades econômicas alternativas à pecuária (Castro, 2008; Silva, 2008), buscando tornar o espaço agrário regional mais dinâmico e produtivo. Neste sentido, vêm sendo desenvolvidas em alguns municípios da região outras atividades produtivas, tais como a piscicultura em Piraí, Rio Claro, Valença e Resende, a fabricação de produtos derivados de leite e de produtos voltados para o turismo, como conservas, doces e compotas. Quanto à pecuária, tanques de expansão para a produção leiteira vêm sendo financiados pelas Prefeituras, a fim de criar condições de competitividade para os produtores na medida em que estes possuem um alto custo para obtenção (Fusco, 2003).

Acrescentando-se às atividades econômicas citadas acima, se apontou em trabalho anterior (Silva, 2009) que a silvicultura comercial estava sendo desenvolvida

na região com perspectivas de crescimento devido à demanda de grandes indústrias, especialmente as siderúrgicas e as leiteiras — que utilizam carvão vegetal como fonte de energia —, ou mesmo empresas de papel e celulose, como uma instalada em Pirai.

Para finalizar a contextualização e o processo de ocupação do Médio Paraíba Fluminense, é importante destacar que essa região tem visualizado um aumento das ocupações de terras, especialmente realizadas pelo MST, a fim de questionar a presença marcante do latifúndio, propondo como alternativa de desenvolvimento para o meio rural regional uma agricultura de cunho familiar e agroecológica voltada para a produção de alimentos (Alentejano, 2004; Oliveira, 2008 e Silva 2009).

CAPÍTULO IV – NEORRURAIS, TERRITÓRIO E O SURGIMENTO DO AGRONEGÓCIO DO EUCALIPTO EM VALENÇA

Neste quarto capítulo apresentaremos de forma pormenorizada a nossa pesquisa de campo, atrelando as discussões teóricas estabelecidas até aqui, com os dados estatísticos e ilustrações que demonstram o crescimento do plantio comercial de eucalipto em Valença/RJ e as redes territoriais urbano-rurais estabelecidas entre os produtores neorrurais.

4.1 - Da base teórico-conceitual à pesquisa de campo: buscando uma tipologia para os produtores e a compreensão da formação do agronegócio do eucalipto em Valença

A partir do que já foi exposto em nossa base teórico conceitual, atrelado à nossa pesquisa de campo, buscaremos fazer uma reflexão tentando caracterizar os atores sociais por nós pesquisados, a fim de compreender como estes têm contribuído, a partir de diferentes redes territoriais entre o urbano e o rural, estabelecer a construção, ainda que inicial, do agronegócio do eucalipto em Valença.

Com isso, a discussão sobre território-rede, urbano-rural, neorrurais e agronegócio que estabelecemos como base teórica conceitual ainda no primeiro capítulo desta dissertação será fundamental para buscarmos uma interpretação das transformações em curso em Valença.

Neste sentido, temos como base o conceito de território, interpretado como um espaço apropriado/dominado por e a partir de relações de poder (Souza, 1995), sendo o poder não apenas político, mas também subjetivo, cultural e/ou simbólico (Sack, 1986; Haesbaerth, 2004).

A partir disto nos defrontamos em nossa pesquisa no município de Valença com um território que vem passando por diferentes transformações de ordem política, num sentido mais tradicional, que pode ser em nosso recorte espacial representado, por

exemplo, pela disputa pela prefeitura municipal³⁸, que vem se desdobrando desde a última eleição por redes políticas através de diferentes escalas geográficas³⁹ de disputas, visando ao controle político em Valença.

No campo econômico e simbólico-cultural do território, entendemos que a introdução do plantio comercial de eucalipto pode representar não só uma mudança econômica no espaço agrário valenciano, tendo em vista que este é notadamente territorializado pela pecuária leiteira e pelas áreas de pastagens. A territorialização desta atividade também acarreta uma mudança simbólico-cultural, tendo em vista a transformação da paisagem até a “inovação” de alguns empresários urbanos que passam a investir numa atividade no campo, abrindo a possibilidade e podendo servir como estímulo para que outros atores sociais locais/regionais possam se inserir neste novo mercado.

Com isso, acreditamos que nos defrontamos com uma realidade singular no debate do plantio comercial de eucaliptos, especialmente no estado do Rio de Janeiro, onde ainda de forma incipiente o desenvolvimento do “reflorestamento comercial com eucalipto” tem se dado marcadamente nas regiões Noroeste e Norte Fluminense. Porém, assim como em outros estados brasileiros, a forma/conteúdo da expansão do plantio de eucalipto tem seguido um padrão global/nacional, onde a atuação de grandes corporações do setor de celulose e papel tem comandado o processo de territorialização através de compra direta de terras, arrendamento e/ou fomento florestal⁴⁰.

No entanto, em Valença encontramos de forma majoritária a presença de empresários de origem urbana como produtores de eucalipto para fins comerciais. Para realizar uma interpretação sócio-geográfica desse fenômeno em curso, a definição conceitual mais próxima desses atores sociais encontrados em nossa pesquisa de campo seria a de neorrurais (Giuliani, 1990; Teixeira 1998; Carneiro, 1999).

³⁸ V. G. (PSC) foi eleito prefeito de Valença/RJ em 2009. No entanto, foi cassado pelo TSE - Tribunal Superior Eleitoral em 2010, assumindo novamente o cargo de prefeito em Fevereiro de 2011 após decisão do Ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Gilmar Mendes.

³⁹ A disputa em torno do mandato de prefeito de Valença extrapolou os limites locais, tendo como espaços de disputas políticas outras esferas de poder como os Tribunais Estaduais e Federais. Com a possibilidade de novas eleições, as redes políticas locais e regionais novamente afloraram na cidade, demonstradas explicitamente pelas propagandas políticas visualizadas em nossa pesquisa de campo em diferentes pontos do município, onde mais do que ressaltar características pessoais ou políticas dos candidatos, os mesmos procuravam demonstrar as redes políticas através das propagandas e slogans, tais como: “o candidato do governador S.C”, “o candidato do prefeito votado pelo povo”, entre outros.

⁴⁰ Podendo ser privado (através de empresas particulares) ou público (através de financiamento concedido por bancos públicos).

Giuliani (1990), em uma pesquisa realizada nos municípios de Nova Friburgo e Teresópolis (RJ), identificou como neorrurais pessoas oriundas da classe média urbana que valorizam a natureza e a vida no campo e reproduzem nesse espaço o modelo de produção capitalista. No entanto, alertou que as dimensões e características desse “neorruralismo” no Brasil são bastante desconhecidas. Já na interpretação de Carneiro (1999) os neorrurais poderiam ser identificados como agricultores familiares que desenvolvem atividades produtivas (não) agrícolas caracterizam-se pela pouca ou nenhuma experiência assentada na atividade agrícola, pelo caráter essencialmente mercantil da exploração econômica da propriedade da terra e pelo recurso à mão-de-obra assalariada, assumindo o proprietário a posição de mero administrador da produção.

Entendemos que as duas definições de neorrurais são complementares, porém nossos atores sociais envolvidos no plantio comercial de eucaliptos em Valença, apesar de apresentarem similaridades com estas definições conceituais, apresentam algumas diferenças que devem ser expostas. No caso dos neorrurais do agronegócio do eucalipto valenciano, os produtores não apresentaram em seus relatos valorizarem a natureza (podendo ser considerado como exceções o produtor I.B e a empresa Q.V. Florestal que mencionam este tema nas entrevistadas) e muito menos a vida no campo, se mantendo como cidadãos, para quem a atividade econômica exercida no espaço agrário serve como uma estratégia para acumular mais capital, visando fortalecer suas atividades urbanas e/ou adquirir novos bens. Outro diferencial seria o fato de que nenhum dos nossos entrevistados podem ser caracterizados como agricultores familiares, mas sim administradores (Carneiro, 1999) da produção de eucalipto.

Aliado a isso, temos ainda o fato dos empresários⁴¹ neorrurais estarem se inserindo na rede do agronegócio do eucalipto (madeira) de forma diferenciada em relação à produção de eucalipto em outros territórios onde essa atividade vem sendo

⁴¹O trabalho de Zanotti *et al.*, (Re)construindo (antigas) parcerias? a proposta de reflorestamento da VCP no Rio Grande do Sul, apresentado no VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural, Porto de Galinhas/PE, Brasil, 2010, aponta o papel de integrados/empresários (não-agrícolas) na composição do projeto de fomento florestal realizado pela VCP em Ganguçu/RS. É, contudo, diferente da pesquisa por nós realizada, tendo em vista que em nosso recorte espacial não há a realização de nenhum tipo de projeto de fomento florestal. Tal pesquisa é por nós encarada como a que mais se aproxima de nosso estudo, por causa do papel de “empresários não-agrícolas”, denominados por nós em nosso trabalho, com base em Giuliani (1990), como neorrurais, no desenvolvimento do plantio de eucaliptos para fins comerciais. Ambos os trabalhos demonstram não só a relevância de estudos que busquem compreender melhor o papel destes novos atores sociais no espaço agrário, mas também a originalidade com a qual nos detemos em nossa pesquisa de mestrado.

desenvolvida para fins comerciais, pois desenvolvem seus plantios de forma autônoma, ou seja, através de capital excedente próprio, e não através de financiamento, público ou privado.

Entendemos que estes atores sociais acabam por desenvolver uma série de relações sociais entre o urbano e o rural. No entanto, esta configuração é contrária ao que propõem alguns pesquisadores, que apontam que vivenciamos uma sucessiva subordinação ou mesmo supressão do campo pela cidade, (Lefebvre, 2001; Graziano da Silva, 1996 e Rua, 2002), apresentando uma visão dicotômica da realidade social. Nossa interpretação sócio-geográfica caminha em consonância com aqueles (Carneiro, 1998; Alentejano 1997; Wanderley, 2001 e Sauer, 2003) que apontam que, apesar de estarmos no mundo cada vez mais globalizado onde visualizamos um processo de urbanização intenso, os estudos entre as relações rural-urbano devem levar em conta as várias relações sociais e econômicas que se estabelecem entre esses dois espaços, que os tornam muitas vezes “unidos”. Por isso, buscamos compreendê-los como complementares e dialéticos, sem descartar o comando que o urbano tem tido no mundo atual e que o rural vem sofrendo transformações, ainda sim, não descartamos as particularidades desses dois espaços.

Para isso, a ideia de redes territoriais (ou territórios-rede como sugere Haesbaert, 2004) nos permitiu interpretar o plantio de eucalipto para fins comerciais realizado por empresários neorrurais de Valença, como um exemplo, de como o rural e o urbano podem estar articulados de forma complementar e dialética, levando em consideração que em determinados momentos essas redes (Musso, 2004; Marques, 2007) territoriais entre o rural e o urbano, podem se confrontar ou se fortalecer mutuamente, expressando assim uma forma de organização do território (Moreira, 1997).

Ainda no que se refere ao debate sobre o rural e o urbano, em nossa pesquisa de campo encontramos dois casos em que o plantio de eucaliptos para fins comerciais está sendo realizado em áreas inseridas dentro do perímetro urbano, sendo uma no distrito de Conservatória e outra no bairro de Chacrinha, na entrada da cidade de Valença. Essas áreas são dois dos vários exemplos empíricos em diferentes espaços que expressam a complexidade entre o rural e o urbano, especialmente da definição que estes têm

ganhado por parte dos órgãos públicos que muitas vezes acabam por sucumbir a interesses fiscais⁴² (Veiga, 2002).

No que se refere ao agronegócio do eucalipto em Valença, fica evidente que este ainda está em fase de formação. Porém, já vem apresentando uma gama de inter-relações entre o urbano e o rural, territorializando-se em espaços outrora apropriados especialmente pelas pastagens utilizadas para a pecuária leiteira ou para a especulação fundiária por produtores rurais de Valença. O agronegócio do eucalipto vem sendo gestado e vem utilizando o discurso ambiental como um dos seus diferenciais “positivos” em relação à pecuária leiteira, por exemplo.

A situação é contrária à de outros estados ou mesmo das Regiões Norte e Noroeste Fluminense, onde o desenvolvimento do plantio de eucaliptos para fins comerciais está atrelado à demanda do mercado da celulose e do papel, sendo a produção destas duas regiões, assim como as grandes plantações comerciais dos estados vizinhos de São Paulo e do Espírito Santo⁴³. Já em Valença não encontramos nenhum produtor que tenha algum acordo com empresas de celulose e papel ou de outro ramo, tal situação, parece-nos, que incide no fato do município não ter grandes extensões de terras plantadas com eucalipto. A ausência de grandes corporações do setor de celulose e papel no município abre, segundo nossos entrevistados, há possibilidade dos produtores neorrurais obterem maior lucro com a venda do plantio, já que possuem um mercado crescente na região, onde a madeira tem sido utilizada de diferentes formas.

Quanto à relação entre produtores de eucalipto e indústria, esta se dá a princípio pela oferta e pela procura; no entanto, a utilização do eucalipto como lenha, segundo os relatos obtidos em nosso campo, parece ser a forma mais utilizada na região. Ainda com relação aos produtores de eucalipto e as indústrias da região, a nova lei de incentivos fiscais do município de Valença tem atraído novas empresas⁴⁴ para esse território,

⁴² Em geral, nas áreas urbanas paga-se o IPTU, que é um imposto coletado pelas Prefeituras; já nas áreas definidas como rurais, o imposto cobrado é o ITR, que é ainda de forma majoritária, coletado pelo Governo Federal, no entanto, existem prefeituras que vem municipalizando esse imposto.

⁴³ Nestes dois estados as empresas FIBRIA e NOBRECEL têm papel de destaque tanto no tamanho das suas áreas próprias plantadas, assim como são as grandes consumidoras dos eucaliptos plantados.

⁴⁴ Dentre as empresas que já se instalaram no município estão: Euro Vale (coberturas metálicas), Precisa (painéis elétricos), Chinezinho (alimentos), Kymia (embalagens e telas plásticas), Salinas (biquínis), SFK (Confeção), Metalúrgica Valença (do Grupo Metalúrgica Barra do Pirai), DFV (lentes e microscópios), ATS (confeção) e De Millus (confeção), Richards (Confeção masculina), Aurantis (medicamentos), Incoflandres (embalagens metálicas), Indústria de Plásticos Valença (embalagens plásticas), Dova, Carboox e Boechat (metalúrgicas) e a Nobre Embalagens (embalagens). Para obter informações sobre o processo de instalação de novas indústrias em Valença, consulte o site: www.novasempresasvalenca.com.br

podendo, com isso, aumentar a demanda de eucalipto para ser utilizado como combustível em caldeiras e fornos.

De acordo com Muller (1982), a interdependência dos setores agrícolas e urbano provoca mudanças significativas em relação ao uso da terra, que passa cada vez mais a se transformar em mercadoria e em objeto de controle e poder econômico por parte de atores sociais ligados ao espaço urbano (capital urbano-industrial). Em nossa pesquisa, fica evidenciado que os empresários neorrurais “enxergam” a terra como mercadoria (investimento), ou seja, uma atividade econômica desenvolvida no espaço agrário que tem como objetivo central, gerar mais capital excedente, que poderá ser reinvestido em sua(s) atividade(s) urbana(s) e /ou servir para aumentar a atividade secundária (plantio de eucaliptos) para gerar novamente mais capital excedente.

Kageyama *et al.*, (1987) aponta que a modernização da agricultura deve ser entendida como um processo histórico que tem como principal característica a mudança na base técnica, a partir da introdução de novas ferramentas junto à produção. Neste sentido, o espaço agrário valenciano vem se defrontando com um processo de modernização de sua pecuária leiteira, com a introdução de gado de raça, que produz mais leite e consome mais ração. Essa transformação, ainda que de forma indireta, pode abrir ainda mais espaço para a introdução do plantio de eucalipto, pois se o município de Valença é hoje aquele que apresenta as maiores extensões de terras “aptas” (terras degradadas ou pastagens) para silvicultura comercial (FIRJAN, 2009) no Médio Paraíba, poderá ter ainda mais território para sua expansão, já que os “gados de raça” tendem a utilizar menos área de pastagens, aumentando assim as áreas aptas ao agronegócio do eucalipto.

O agronegócio do eucalipto assim como a própria agricultura brasileira também sofreu um processo de industrialização (Kageyama *et al.*, 1987), não apenas porque parte significativa da produção de madeira oriunda dos eucaliptos serve para atender à demanda das indústrias, mas também porque parte dos insumos necessários para a própria produção dos eucaliptos vem das indústrias.

Um caso emblemático de insumo oriundo de uma indústria e necessário para o agronegócio (Kageyama *et al.*, 1987) do eucalipto em Valença, que encontramos em nossa pesquisa de campo, foi as mudas clonadas, compradas por alguns produtores (ou intermediários) na NOBRECEL S.A. Celulose e Papel. Cabe destacar que esta empresa que vende mudas clonadas para os produtores, apesar de possuir área com florestas

plantadas para autoconsumo é também consumidora do eucalipto clonado plantado por outros produtores (individuais).

As mudas clonadas são utilizadas por todos os produtores de eucalipto entrevistados em Valença. Segundo os mesmos, as mudas clonadas, além de possuírem uma maior rentabilidade por metro cúbico, possuem uma maior adaptabilidade tanto ao solo quanto ao clima da região, possibilitando ao produtor adquirir mudas específicas voltadas para atender determinados mercados da madeira de eucalipto. As transformações ocasionadas pelo capital buscando adaptar cada vez mais a agricultura ao modo de produção industrial têm no tempo da natureza o grande desafio a ser superado pelo capital. Neste sentido, as mudas clonadas representariam, nas palavras de Goodman, Sorj e Wilkinson (1990), uma forma de apropriação, ou seja, uma reestruturação do processo de produção rural.

De acordo com Araújo *et al.*, (1990) o agronegócio se apresenta como um conjunto de atividades que se desenvolvem antes, durante e após a produção agropecuária, sendo estas atividades também associadas ao beneficiamento destes produtos e sua crescente mecanização, o que revela seu caráter mais complexo quanto à articulação de atores e instituições que o envolvem e, de certa forma, lhe conferem maior visibilidade e representatividade. Tal conceituação nos dá respaldo para sinalizar que está em curso em Valença o desenvolvimento do agronegócio do eucalipto, que apresenta diferentes atores sociais envolvidos no seu conjunto de atividades, desde o plantio até a (futura) venda da madeira, inter-relações entre o urbano-rural e disputas territoriais.

Numa outra interpretação do agronegócio (BRUNO, 1997), este segmento econômico pode estar vinculado a uma rede complexa de estruturas que articula práticas modernas de produção (como o uso de mudas clonadas pelos produtores de eucalipto de Valença), por outro lado, mantém a manutenção de arcaicas/atrasadas formas de vida e produção no campo brasileiro, em nosso trabalho de campo, tal situação foi constatada a partir dos baixos salários (em alguns casos, menos que um salário mínimo), pagos pelos empresários do agronegócio do eucalipto aos seus funcionários (pessoas responsáveis por cuidar dos seus plantios).

A força do chamado agronegócio em seus diferentes campos de atuação não se dá apenas na economia, se dá na escala nacional. É notória a atuação de uma rede parlamentar, conhecida como bancada ruralista, que tem como grande objetivo defender

os mais diversos interesses do agronegócio, em especial, a propriedade privada da terra.

Em Valença, os produtores que fazem parte do agronegócio do eucalipto também possuem suas ramificações políticas, seja no sindicato rural ou na associação comercial, ou mesmo na Assembleia Legislativa do Estado do RJ, que conta com um deputado estadual oriundo de Valença, o qual inclusive mediu uma tentativa dos produtores de eucaliptos do município em estabelecer uma parceria visando a fornecer eucalipto para ser utilizado no alto-forno de uma importante siderúrgica localizada em Resende.

4.2 - A metodologia da pesquisa de campo

A proposta deste capítulo é apresentar os resultados de nossa pesquisa de campo realizada com produtores de eucalipto em Valença/RJ. No entanto, iremos de forma breve apresentar os instrumentos e referenciais metodológicos utilizados..

Esta opção nos parece importante por compreendermos que a metodologia é uma forma de conhecimento crítico dos caminhos a serem realizados no decorrer de uma pesquisa científica (Demo, 1989).

Segundo Weber (1986) é por meio dos procedimentos metodológicos fornecidos pela ciência que o pesquisador torna-se capaz de interpretar a realidade. Todavia, os resultados alcançados por alguns pesquisadores nem sempre coincidem com os resultados obtidos por outros ao estudarem o mesmo assunto. De acordo com o autor, tal variação deve-se ao fato de o conhecimento ser historicamente demarcado e também em função dos métodos, teorias ou recortes empregados. Isto demonstra a existência de diversas possibilidades que podem ser utilizadas no estudo de um determinado assunto, mas também a importância de apresentar os caminhos metodológicos utilizados por um pesquisador a fim de que os leitores possam ter uma maior compreensão do desenvolvimento e dos resultados da própria pesquisa.

Deste modo, fazemos coro a Becker (1994, p.53) ao afirmar que:

Por mais simples que possam ser as aspirações do pesquisador acerca de qualquer estudo da realidade social, além de fundamentar-se em um arcabouço teórico, é importante que o mesmo aponte os motivos correlacionados à escolha do objeto bem como os caminhos teóricos e práticos percorridos na realização da pesquisa.

A principal ferramenta metodológica utilizada por nós na realização de nossa pesquisa foi o trabalho de campo. Neste sentido, apresentaremos os resultados (relatos) de nossa pesquisa de campo, na qual a relação entre pesquisador e pesquisado foi norteadora para conduzirmos este trabalho. No entanto, como alerta Martins (2004), é importante reconhecermos que na pesquisa sociológica (e geográfica) não é possível ignorar a influência da posição, da história biográfica, da educação, interesses e pré-conceitos do pesquisador e do pesquisado. A diversidade fundada nos múltiplos relacionamentos existentes no trabalho de campo deve ser encarada não como obstáculo, mas como base para a compreensão dos conteúdos, estratégias e relatos produzidos (Menezes, 2002).

Assim, pesquisar pressupõe, sobretudo, um esforço intelectual para a elaboração do que Geertz (1989) denomina “descrição densa” que, por sua vez, entendemos que não signifique apenas observar e recolher dados, mas sim percebê-los e interpretá-los, considerando o significado das ações humanas e como as pessoas interpretam seus atos.

Destacamos ainda que temos ciência de que os relatos e interpretações que aqui serão expostos, por se tratarem de um recorte da realidade, podem e devem ser relativizados. No entanto, isto não desvaloriza o trabalho, posto que o mesmo coloca no debate sobre o cultivo comercial de eucaliptos atores que anteriormente não faziam parte deste cenário ou que não tinham ainda sido analisados como parte de um problema sociológico, já que não encontramos registros bibliográficos sobre a presença de pessoas do meio urbano sem vinculação/prática anterior com a terra investindo numa atividade comercial (plantio de eucaliptos para fins comerciais) praticada majoritariamente no espaço agrário e sobretudo de forma autônoma.

Para a realização de nossa pesquisa utilizamos um levantamento bibliográfico e documental buscando não só referenciais teóricos e metodológicos, mas também consultas de diversas bases de dados, como bibliotecas, periódicos publicados na internet, dados do IBGE, EMATER, Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca, Pecuária e Meio Ambiente de Valença/RJ, CEPERJ (antigo Centro de Informação de Dados do Rio de Janeiro), entrevistas e outros.

Destacamos que no caso da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca, Pecuária e Meio Ambiente de Valença, não existe nenhum registro sobre o plantio de eucalipto para fins comerciais. Neste sentido, ouvimos do próprio secretário que a Prefeitura de

Valença representada por tal secretaria gostaria de ter acesso aos dados conseguidos em nossa pesquisa de campo após a finalização de nossa dissertação.

Durante a realização dos trabalhos de campo, a utilização de entrevistas⁴⁵ tornou-se pertinente. Segundo Minayo (1993), tal estratégia auxilia o pesquisador a obter informações detalhadas sobre determinado tema, por intermédio da visão dos próprios entrevistados. Para Boni e Quaresma (2005), as entrevistas têm como vantagem a sua elasticidade quanto à duração. Proporcionam também uma cobertura mais profunda sobre o assunto em voga e a interação direta entre entrevistado e entrevistador.

Neste sentido, há uma diversidade de modalidades de entrevistas, contudo aqui foram privilegiadas as entrevistas semi-estruturadas. Este tipo de entrevista é composta por uma combinação de perguntas abertas e fechadas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre um assunto. Para tanto, é preciso que o pesquisador elabore um conjunto de questões a fim de orientar a entrevista; todavia a mesma ocorre de forma similar a uma conversa informal (Boni e Quaresma, 2005). Cabe também ao pesquisador a destreza para dirigir a discussão, sempre fazendo perguntas adicionais para que o assunto principal não seja desviado.

No que se refere ao número ideal de entrevistas a serem realizadas, Duarte (2002) afirma que em uma metodologia de base qualitativa, dificilmente o número de entrevistados pode ser definido a priori. Para o autor, a melhor estratégia é estabelecer a quantia necessária de entrevistados a partir das informações iniciais colhidas nas primeiras entrevistas. Com isso, o número de entrevistas por nós realizadas não é apenas o resultado do levantamento do número de produtos de eucalipto do município, mas um quantitativo que acreditamos ser plenamente satisfatório para darmos conta da explicação do nosso objetivo de pesquisa.

Assim, este capítulo representa um esforço de reunir e analisar os relatos extraídos a partir das entrevistas realizadas, bem como as informações colhidas através do trabalho de campo, tendo em vista as discussões teóricas aqui travadas.

⁴⁵As entrevistas foram gravadas com o auxílio de um gravador disponibilizado pela secretaria do CPDA/UFRRJ e, por precaução, também foram feitos registros escritos no caderno de campo, no momento em que foram realizadas as entrevistas. Posteriormente as entrevistas foram transcritas.

4.3 – Apresentando os atores sociais da pesquisa: os neorrurais do agronegócio do eucalipto em Valença

Buscaremos neste tópico apresentar de forma pormenorizada os atores sociais de nossa pesquisa de campo. Tal escolha nos parece relevante porque em nossos primeiros trabalhos de campo de caráter exploratório realizados com dois produtores rurais do município e apresentados em nosso projeto de pesquisa, acreditávamos que estávamos nos defrontando com um caso bastante particular na forma/conteúdo do plantio de eucalipto para fins comerciais, que carecia de uma análise teórico-metodológica mais apurada a fim de compreendermos tal dinâmica social.

Nossa proposição foi acolhida pela banca de qualificação⁴⁶ que acreditou ser pertinente e bastante original a realização do estudo proposto. Ainda que num processo embrionário, o agronegócio do eucalipto em Valença nos aponta sinais bastante significativos da relevância do nosso estudo, assim como apresenta possibilidades para que novas(os) pesquisas/pesquisadores possam se debruçar a compreender o processo de constituição do agronegócio do eucalipto que está em curso.

4.4 Os neorrurais do agronegócio do eucalipto em Valença e região

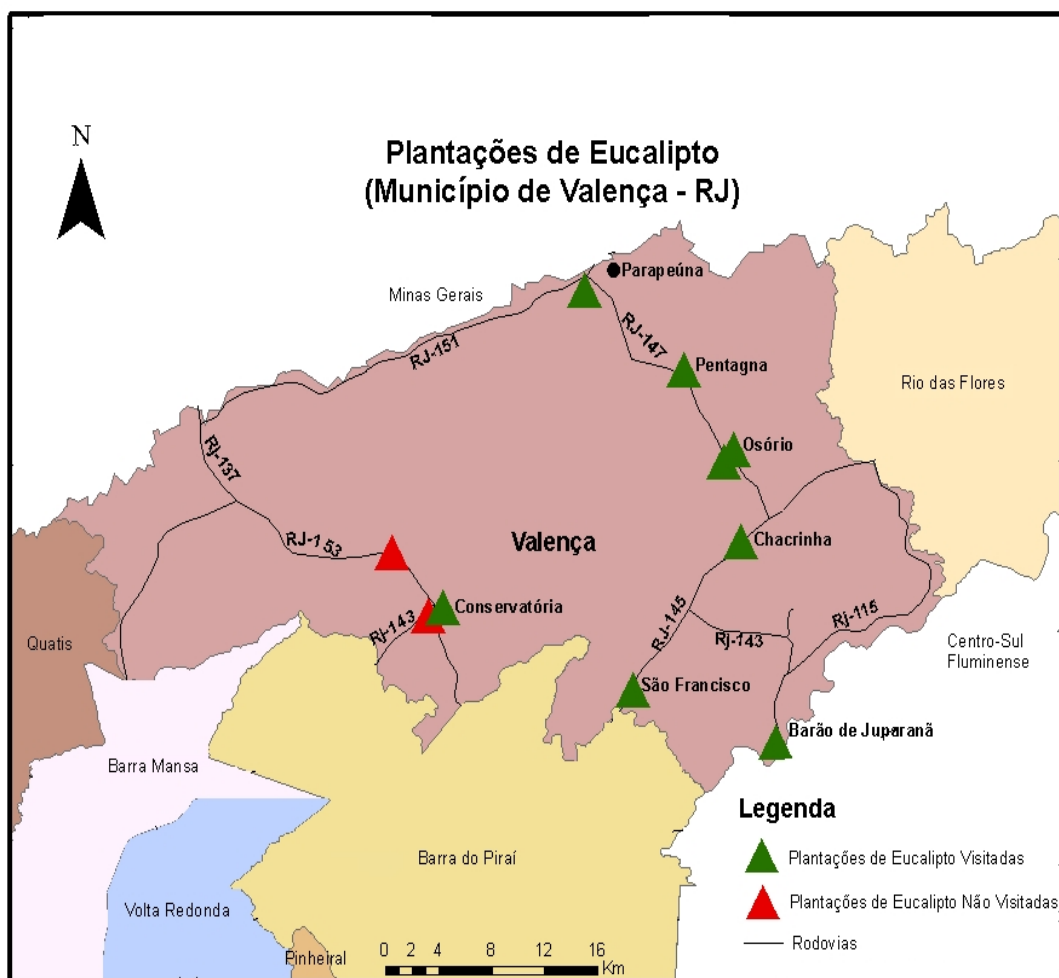
A pesquisa de campo que ilustra este capítulo foi realizada durante o segundo semestre de 2010 e Janeiro de 2011, junto a produtores de eucalipto para fins comerciais no município de Valença, situado na Região do Médio Paraíba. Utilizamos nesta pesquisa como instrumentos metodológicos entrevistas semi-estruturadas, levantamento de dados em fontes secundárias e mapeamento das áreas estudadas.

Durante a pesquisa de campo, em Valença/RJ, entrevistamos sete produtores de eucalipto em diferentes pontos do território valenciano (figura 13) e dois representantes de empresas que atuam como consumidoras e produtoras de eucalipto na região⁴⁷ estudada.

⁴⁶ A Banca de Qualificação do projeto de Mestrado foi composta pelo Prof. Dr. Paulo Alentejano (DGEO/UERJ-FFP e EPSJV/Fiocruz) e pela Prof(a). Claudia Schmitt (CPDA/UFRRJ).

⁴⁷ Uma das empresas tem sede em Valença, assim como o seu plantio de eucalipto para fins comerciais, representado no mapa como um dos triângulos verdes, próximo a Osório/Valença. A outra tem sede em Barra do Piraí e não possui plantio em Valença.

Figura 13: Mapa da territorialização dos plantios de eucalipto em Valença⁴⁸ - 2011.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Elaboração: SILVA, T .L. A da. & MAGALHÃES. S. 2011.

⁴⁸ As áreas representadas em vermelho são aquelas onde encontramos plantio de eucaliptos, obtivemos informações sobre os proprietários; no entanto, apesar da procura não conseguimos êxito em conversar com os produtores. Porém, ainda assim, conseguimos informações que uma das áreas possuía apenas 1,5ha e que o proprietário é também dono de um posto de gasolina no distrito de Conservatória. Já a outra área que possui plantio de eucalipto é um pouco mais afastada da área central do distrito de Conservatória, ficando próxima à localidade conhecida como Pedro Carlos. Esse plantio pertence ao proprietário de um importante hotel-fazenda de Conservatória, sendo uma de suas três filhas responsáveis pela fazenda onde está o plantio comercial dos eucaliptos.

A partir da ilustração da territorialização dos plantios comerciais de eucaliptos em Valença, é notório que esta atividade econômica está presente em parte significativa do município. Com isso, apresentamos abaixo os perfis dos produtores de eucalipto a partir dos relatos obtidos na pesquisa de campo:

a-) Produtor de eucalipto J.L.

Nunca vivi ou desenvolvi trabalhos onde eu tivesse contato direto com a terra (J.L.)

J.L. foi o primeiro produtor de eucalipto entrevistado em nossa pesquisa. O contato entre pesquisador e pesquisado se deu através da filha do mesmo, com quem trabalhei na rede municipal de educação em Valença/RJ no ano de 2008. Após apresentar o *Documentário Cruzando o Deserto Verde* na semana de Meio Ambiente da Escola Municipal Maria da Glória Giffoni, a filha do nosso pesquisado relatou que seu pai estava plantando eucalipto, assim como alguns amigos. Como muitos dos alunos viviam em áreas rurais, eles também relataram que conheciam áreas no município onde estavam sendo plantados eucaliptos.

No primeiro semestre de 2010 procuramos J.L. para realizarmos nosso primeiro trabalho de campo exploratório. Realizamos também outra visita em Janeiro de 2011. J.L. nos relatou que nunca viveu numa área rural nem mesmo trabalhou diretamente com a terra, tendo sido nascido e criado na cidade de Valença, onde hoje reside e é proprietário de um estabelecimento comercial – a *distribuidora de produtos frios J.L.* Antes de se tornar proprietário do seu próprio negócio, J.L. que é formado em Administração de empresas, exerceu durante muitos anos a gerência logística de um importante laticínio do município.

Esta atividade profissional, segundo J.L., possibilitou que o mesmo conhecesse e tivesse uma relação profissional e, sobretudo de amizade com “importantes pecuaristas” e “empresários do ramo do laticínio” no município. Com o crescimento do seu próprio negócio, J.L., quis investir parte do seu capital excedente gerado com a distribuidora de produtos frios.

Para isso, resolveu investir na compra de uma propriedade rural de 50ha localizada em Pentagna, distrito de Valença/RJ que estava sendo utilizada anteriormente como área de pastagens. Hoje, J.L., possui 100.000 pés de eucaliptos plantados (figura 14).

Figura 14 - Vista parcial do plantio de eucalipto do J.L., Valença/RJ



Fonte: Arquivo pessoal do autor. 2010.

Segundo J.L., a escolha pelo plantio de eucalipto se deu especialmente por três fatores:

1-) A grande quantidade de empreendimentos industriais na região e a nova onda de instalações de indústrias no município de Valença/RJ. Muitas das indústrias já instaladas na região, assim como aquelas que estão se instalando na cidade, demandarão madeira para serem utilizadas, por exemplo, como fonte de energia, que é menos dispendiosa que o gás natural.

Aqui em Valença temos laticínios que sei que utilizam madeira como lenha em suas caldeiras. Inclusive o laticínio que trabalhei utilizava (J.L.).

2-) O fato de outras pessoas no município estarem plantando eucalipto.

O meu amigo I.B., conhece bem o meio rural da região, é uma pessoa bem sucedida e também planta eucalipto. Isso para mim foi importante, pois ele me apresentou esse novo negócio, a rentabilidade que eu poderia ter, assim como me indicou um viveiro em Juiz de Fora, onde adquiri as mudas e assistência técnica inicial (J.L.).

3-) O baixo investimento com a contratação de mão-de-obra e o pouco tempo necessário para cuidar do plantio.

Vou apenas uma vez por semana lá no plantio, pois tenho uma pessoa que deixei morando lá na fazenda e acaba por cuidar do eucalipto. Pago um salário mínimo por mês para o meu sitiante, ou seja, para mim que vivo e trabalho na cidade, investir num negócio rentável, que me demanda pouco gasto financeiro e pouco tempo de dedicação a atividade, era o que eu precisava.

Mesmo não sendo uma pessoa do campo, num ramo que não tinha experiência, não encontrei dificuldades com esse novo negócio. O plantio dos eucaliptos foi realizado pelo técnico do viveiro, o meu sitiante apenas cuida para que as formigas não destruam o plantio, o grande perigo para o negócio são as intempéries, ou seja, mesmo para quem não tem experiência com o campo, o plantio de eucalipto é uma atividade fácil de lidar (J.L.).

Como o plantio tem apenas dois anos, nosso pesquisado acredita que não terá problema para vender a produção e ainda apontou que pretende vender a madeira a princípio para serrarias das cidades vizinhas, como Barra do Piraí, Vassouras e Volta Redonda, pois obterá maior lucro com a venda⁴⁹. J.L. nos apresentou um projeto de investimento (ver anexo) que ressalta a rentabilidade que uma pessoa pode ter se investir no plantio de eucalipto, tendo como base a venda da madeira como lenha, que é a forma mais barata⁵⁰, ou seja, de menor rentabilidade, porém de maior demanda na região.

⁴⁹ Cabe destacar que a hipótese da futura venda, exposta pelo nosso pesquisado, tem por base os preços da venda da madeira de eucalipto no mercado atual.

⁵⁰ Segundo J.L., o metro cúbico da madeira de eucalipto vendida para ser utilizada como lenha estava em 2010, em média, R\$ 50,00.

Neste sentido, J.L., apontou que, além das serrarias⁵¹, existe a possibilidade de venda para diferentes indústrias da região, para os comércios locais como pizzarias e restaurantes⁵², fazendas, laticínios, hotéis-fazendas e outros.

Quanto ao desenvolvimento e a consolidação do plantio de eucalipto como uma atividade significativa para o espaço agrário valenciano, J.L., relatou que os produtores de eucalipto de Valença estão produzindo de forma autônoma, ou seja, não possuem nenhum apoio de órgãos governamentais como a EMATER/RJ e a Secretaria de Agricultura do município. Não houve também nenhum tipo de financiamento, seja público ou privado.

Quanto ao lucro que poderá ter com o plantio dos eucaliptos, esse lucro deverá ser (re)investimento no fortalecimento da atividade profissional principal, em novos investimentos e também no próprio plantio, inclusive com o aumento do número de pés plantados e aquisição de novas áreas.

Em relação aos demais produtores de eucalipto, a atividade também tem ocorrido de forma autônoma. Não existe nenhuma organização de produtores de eucalipto no município, apenas produtores que possuem relações profissionais ou de amizade entre si, acabam conversando a respeito do mercado de eucalipto, sobre seus plantios e negócios, embora nada feito de forma sistemática ou formal, visando criar uma organização que represente o agronegócio do eucalipto de Valença. Dentro desta lógica, o nosso entrevistado possui no seu círculo de amizade e de relações profissionais duas outras pessoas, I.B. e M.R.C., que também plantam eucalipto, estabelecendo entre eles uma rede.

Utilizando como base o referencial teórico exposto anteriormente nesta pesquisa, após apresentadas as características do produtor de eucalipto J.L., podemos caracterizá-lo como um empresário neorrural (Gulianni, 1990) do agronegócio do eucalipto. A sua

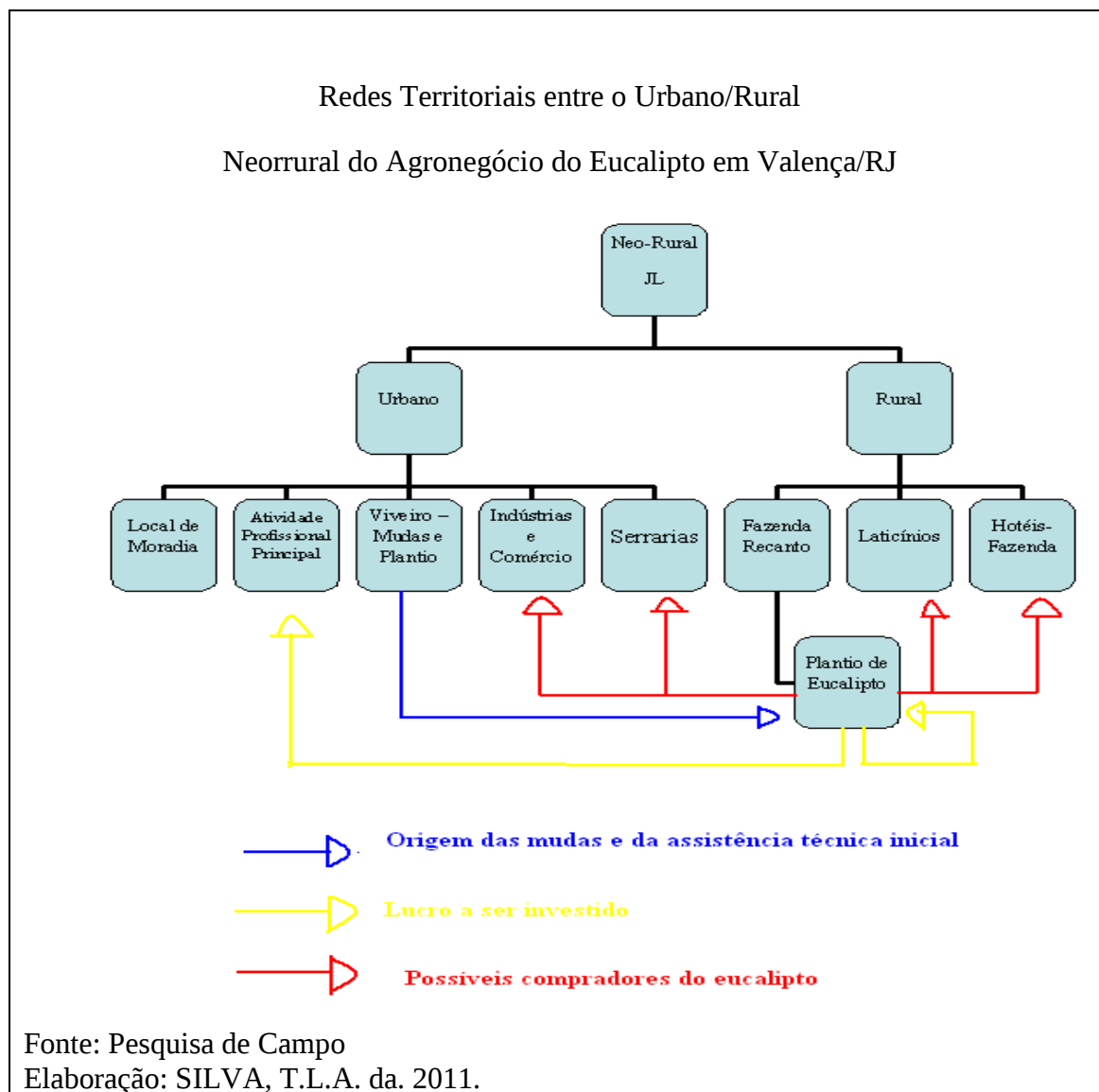
⁵¹ Segundo J.L., e os nossos outros entrevistados, as principais serrarias da região encontram-se na área urbana, tendo algumas fazendas que possuem serrarias, porém sendo de menor porte e que suprem apenas demandas das próprias fazendas. Com isso, iremos tratar daqui em diante, de forma generalista, as serrarias como atividades desenvolvidas no espaço urbano da região, especialmente nos organogramas que iremos apresentar mais adiante para ilustrar as redes territoriais entre o urbano e o rural que estão inseridos aqueles que vêm desenvolvendo o plantio de eucalipto em Valença/RJ.

⁵² Convém lembrar que o município de Valença/RJ faz limite com o município mineiro de São José do Vale do Rio Preto/MG, além de possuir uma significativa rede de fluxos comerciais e sociais com a cidade de Juiz de Fora, notadamente no que se refere aos estabelecimentos de ensino superior instalados em ambos os municípios, ao grande número de moradores que migraram para ambas as cidades e à utilização da rede de assistência médica de Juiz de Fora, que é muito utilizada pelos valencianos. No que tange aos aspectos culturais, por ter em seu território muitos moradores que têm origem no estado de Minas Gerais, é comum entre os valencianos o “sotaque” e, sobretudo, o gosto pela culinária mineira, que tem no preparo dos alimentos no fogão a lenha uma de suas marcas principais.

inserção no plantio de eucalipto com fins comerciais possibilitou a introdução de J.L., numa rede territorial entre o urbano e o rural, como tentamos ilustrar no organograma abaixo.

Organograma 1 – Redes Territoriais entre o Urbano e o Rural

Neorrural J.L.



A partir das relações desenvolvidas por J.L., ao se inserir no denominado agronegócio do eucalipto, fica evidente que se ampliam as redes territoriais, ou seja, J.L. passa a interagir e imergir em relações que perpassam e interligam o meio rural e o urbano, através de redes econômicas, sociais e simbólicas.

b-) Produtor de Eucalipto I.B.

Após a realização da primeira entrevista e visita à área com plantio de J.L., o mesmo nos apresentou I.B., seu amigo e importante produtor de eucalipto em Valença. Assim como nosso primeiro entrevistado, I.B. também reside na cidade de Valença e sua principal atividade econômica é o trabalho como dentista num consultório no centro comercial da cidade. Além desta atividade, é proprietário de um armazém rural e sócio juntamente com outros três irmãos do laticínio C.L.

I.B. nos relatou que se considera uma pessoa do urbano, pois mesmo tendo seu pai que foi um importante pecuarista em Valença e fundador do Laticínio C.L., a sua moradia e a maior parte da sua vida sempre se deram no espaço urbano.

Quanto ao plantio de eucalipto, I.B. apontou que foi um dos pioneiros em Valença/RJ e hoje acredita ser um dos maiores produtores⁵³, tendo quase 500.000 mil pés de eucaliptos (figura 15) plantados numa área de 300ha⁵⁴.

Figura 15 – Vista parcial do plantio de eucaliptos do I.B., Valença/RJ



Fonte: Arquivo pessoal do autor. 2010.

⁵³ Segundo I.B. o maior produtor de Valença seria o Sr. N.L., proprietário do Laticínio G.I, que possivelmente teria 1 milhão de pés plantados. É importante destacar que tentamos contato com o Sr. N.L. na sede do Laticínio G.I, por telefone e por e-mail, mas o mesmo em diferentes momentos alegou estar em reunião e não pode nos atender.

⁵⁴ Sendo 200ha em uma propriedade que o pesquisado já tinha, fruto de uma herança. Outros 100ha foram comprados da fazenda vizinha à sua, que estava sendo utilizada como área de pastagens.

Segundo o nosso entrevistado, ele resolveu investir no plantio, pois acredita que o mercado da madeira deverá crescer muito nos próximos anos devido ao crescimento industrial de Valença e da Região do Médio Paraíba. O fato do eucalipto possuir muitas utilidades no mercado facilitaria a sua comercialização e com isso poderá ser uma atividade econômica bastante rentável para quem está investindo.

Outro atrativo para quem quer desenvolver essa atividade são as características do território de Valença. Segundo I.B., o município, apesar de ter na pecuária leiteira uma atividade tradicional e significativa, pois é um dos municípios com maior produção de leite do estado, tem clima e áreas subutilizadas e/ou degradadas que podem ser absorvidas pela silvicultura comercial, ampliando as formas de utilização da terra e diversificação de renda para os produtores rurais valencianos. Mesmo os tradicionais pecuaristas podem investir nos sistemas agrosilvopastoril, combinando a pecuária com o plantio comercial de eucalipto. O entrevistado chega a apontar o “caráter ambiental” do plantio de eucalipto, pois os produtores estariam contribuindo para “limpar a atmosfera” e no futuro poderão pensar em vender crédito no “mercado do carbono”.

Com relação à venda futura do eucalipto, o pesquisado relatou que o objetivo é vender a madeira (eucalipto) para a produção de móveis, pois é a modalidade que melhor paga o metro cúbico. Entretanto, também apontou a lenha como a opção mais fácil de comercialização devido à demanda cada vez maior das indústrias e as restrições socioambientais em relação ao uso de mata nativa.

De acordo com I.B., não há nenhum produtor do município que esteja plantando eucalipto associado a alguma grande empresa. O mesmo acredita que a criação de novas serrarias em Valença/RJ poderá facilitar e incentivar novos produtores, pois assim poderiam dentro do mesmo território (Valença) plantar e realizar o corte da madeira (madeira serrada), facilitando assim o transporte e agregando valor à madeira.

I.B. assinala que não há nenhuma participação do poder público no desenvolvimento da silvicultura comercial em Valença/RJ. Para ele, a EMATER deveria participar e estimular os produtores rurais, não existindo nenhuma assistência técnica por parte da EMATER e da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca, Pecuária e Meio Ambiente. Com isso, nosso entrevistado teve que pesquisar na internet informações sobre o cultivo de eucalipto e comprar mudas num viveiro em Juiz de Fora/MG, de onde também contratou o técnico responsável por realizar o plantio das

mudas e a adubação. De acordo com I.B., este cenário poderia mudar, pois o então prefeito de Valença, Vicente Guedes, realizou um trabalho de doação de mudas nativas e de eucalipto quando era prefeito de Rio das Flores/RJ.

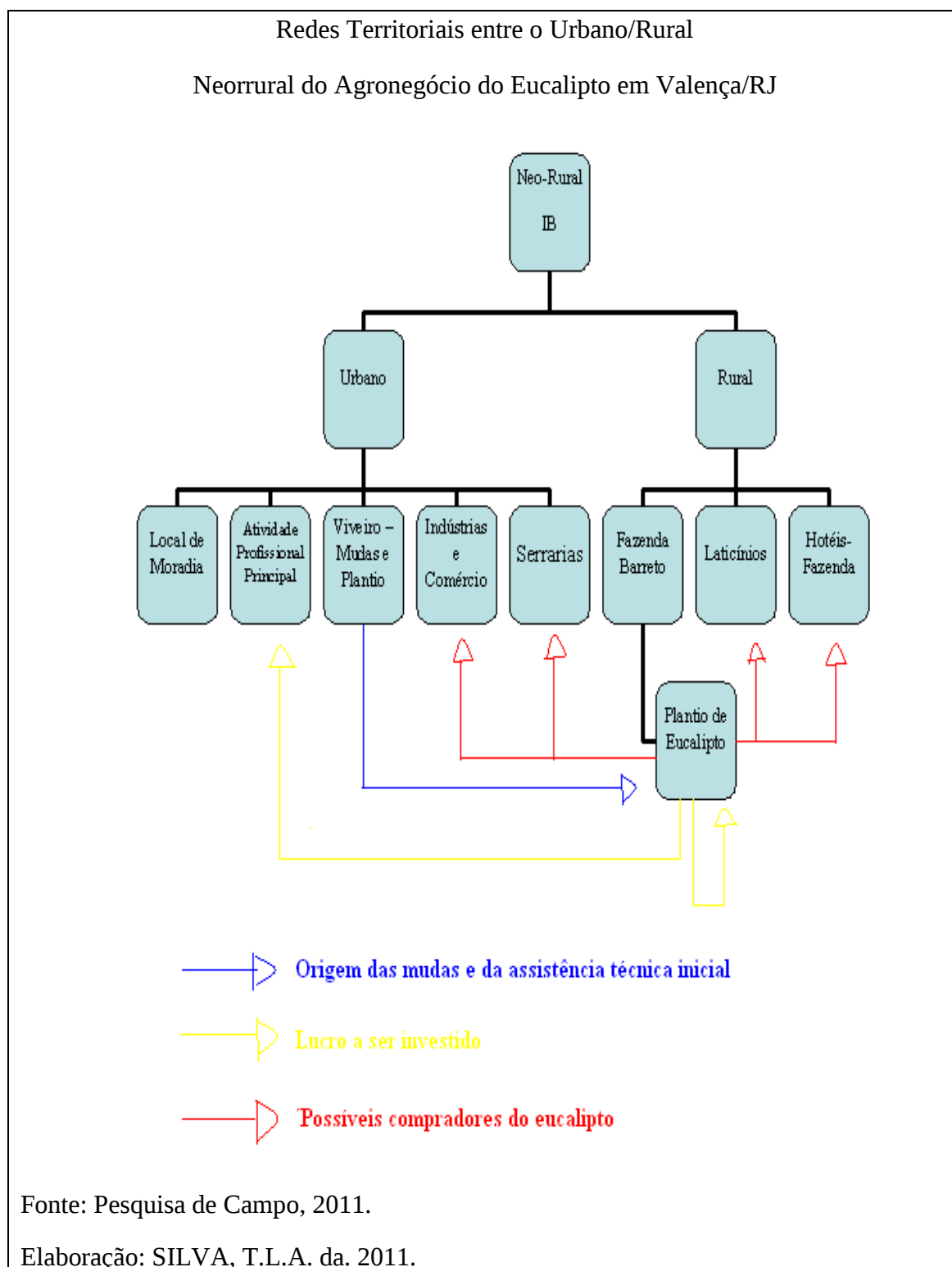
Quanto ao mercado para a madeira oriunda das plantações de eucalipto em Valença, I.B. apontou que acredita que aqueles que investirem neste negócio terão muito sucesso, ou seja, terão lucros significativos, pois tanto Valença quanto a região como um todo tem uma série de indústrias, serrarias, comércios e hotéis-fazendas que utilizam o eucalipto com diversos fins, sem falar das próprias fazendas que utilizam o eucalipto como postes e cercas. Ainda de acordo com I.B., um caso emblemático seria o próprio laticínio C.L.,⁵⁵ de que I.B. é um dos proprietários, pois a empresa consome lenha que é utilizada em suas caldeiras vinda de municípios mineiros. Assim, se existir a produção de madeira através da silvicultura comercial em Valença, as empresas demandantes poderão absorver essa produção local, pois sairá mais barato do que comprar de outras regiões.

No que se refere ao possível lucro que I.B. poderá ter com o plantio dos eucaliptos, o pesquisado apontou que deve (re)investir na sua atividade profissional principal e também no próprio plantio, especialmente no aumento do número de pés plantados e aquisição de novas áreas para plantio, já que o eucalipto não precisa ser replantado. Vejamos o organograma abaixo das redes territoriais do neorrural I.B.

⁵⁵ De acordo com I.B. e os demais pesquisados, assim como o laticínio C.L., os principais laticínios de Valença estão instalados na área rural. Com isso, para fins didáticos e ilustrativos utilizaremos na confecção dos organogramas os laticínios como atividades ligadas ao espaço agrário, tendo em vista as informações obtidas na nossa pesquisa de campo.

Organograma 2 – Redes Territoriais entre o Urbano e o Rural

Neorrural I.B.



c-) Produtor Rural M.R.C.

Nosso terceiro pesquisado também nos foi apresentado por J.L., que possui vínculos de amizade e relações profissionais com o mesmo. Tal fato também se dá entre M.R.C. e I.B.

Essa trajetória de apresentação das experiências e relatos obtidos na pesquisa de campo não é uma mera opção de organização das informações, mas sim a trajetória inicial da pesquisa de campo, que culmina em nosso entender com uma rede entre estes três produtores, ainda que não seja uma rede referente especificamente ao agronegócio do eucalipto. Tal tema é parte integrante das relações sociais e econômicas entre estes três indivíduos, ou seja, é (mais) um elemento nas relações sociais e de identidade entre eles. Retornaremos a esse assunto mais adiante, buscando neste momento apresentar as principais características de M.R.C. enquanto produtor de eucalipto e as relações que este estabelece em diferentes espaços.

M.R.C. é mais um produtor de origem urbana, sem experiência anterior com o desenvolvimento de atividades produtivas ligadas ao espaço agrário. Além de exercer a advocacia, sua principal atividade profissional, ele possui imóveis alugados⁵⁶ com objetivo de obter uma renda extra.

Com esse mesmo intuito, M.R.C. resolveu plantar eucalipto, pois o investimento que tem feito em imóveis na cidade de Valença, apesar da renda mensal obtida, tem lhe causado, segundo o mesmo, alguns “aborrecimentos” em virtude da falta de pagamento de alguns inquilinos. Com isso, adquiriu no início de 2009 através de uma imobiliária local, por 55 mil reais, uma área (hoje, Fazenda Recanto) em Barão de Juparanã (Distrito de Valença) de 30ha (5 alqueires) que estava praticamente parada pois, segundo o antigo proprietário, por ter um solo bastante degradado, estava difícil até o cultivo de braquiária.

De acordo com M.R.C., devido às fortes relações profissionais e de amizade que tem com importantes empreendedores do ramo da pecuária leiteira e de laticínios em Valença, pessoas, segundo nosso entrevistado, “bem sucedidas”, o estimularam a fazer um investimento no campo.

⁵⁶ É importante apontar que Valença, juntamente com Vassouras, forma um centro universitário que atrai jovens de municípios vizinhos, tanto das regiões do Médio Paraíba e Centro - Sul Fluminense, quanto de municípios mineiros, como Santa Rita de Jacutinga, São José do Vale do Rio Preto e Juiz de Fora. Com isso, a demanda por imóveis para aluguel nas duas cidades é grande.

Após realizar conversas frequentes durante meses, I.B, que já plantava eucaliptos, convenceu M.R.C. a investir na silvicultura comercial, que acredita que terá a médio prazo um lucro significativo, tendo em vista o investimento realizado. Outro fator que despertou o interesse de M.R.C. foi a demanda das empresas da região por madeira para diferentes fins, assim como de estabelecimentos comerciais da cidade, além de laticínios que estão em expansão⁵⁷ e fazendas locais.

O amigo e também produtor de eucalipto J.L. ficou encarregado de realizar um projeto de investimento referente ao plantio de M.R.C., em que apresentava os gastos necessários durante sete anos e os possíveis lucros⁵⁸ a serem obtidos com a venda dos eucaliptos. Atualmente M.R.C., tem plantado 70 mil pés de eucalipto (figura 16) e pretende agora em 2011 plantar mais 30 mil mudas. As mudas foram adquiridas no mesmo viveiro de Juiz de Fora que I.B e J. L. adquiriram as suas.

Figura 16 – Vista parcial do plantio de eucalipto do M.R.C., Valença/RJ



Fonte: Arquivo pessoal do autor. 2011.

⁵⁷ O caso mais emblemático é de um importante laticínio local, sediado no distrito de Parapeúna/Valença, que recentemente conseguiu – devido à Lei nº 5636, de 06 de janeiro de 2010, que dispõe sobre política de recuperação industrial regionalizada (conhecida em Valença como “Lei André Corrêa”) – um financiamento de R\$ 16 milhões através do *Invest Rio* para sua ampliação. Retornaremos a esse assunto mais adiante.

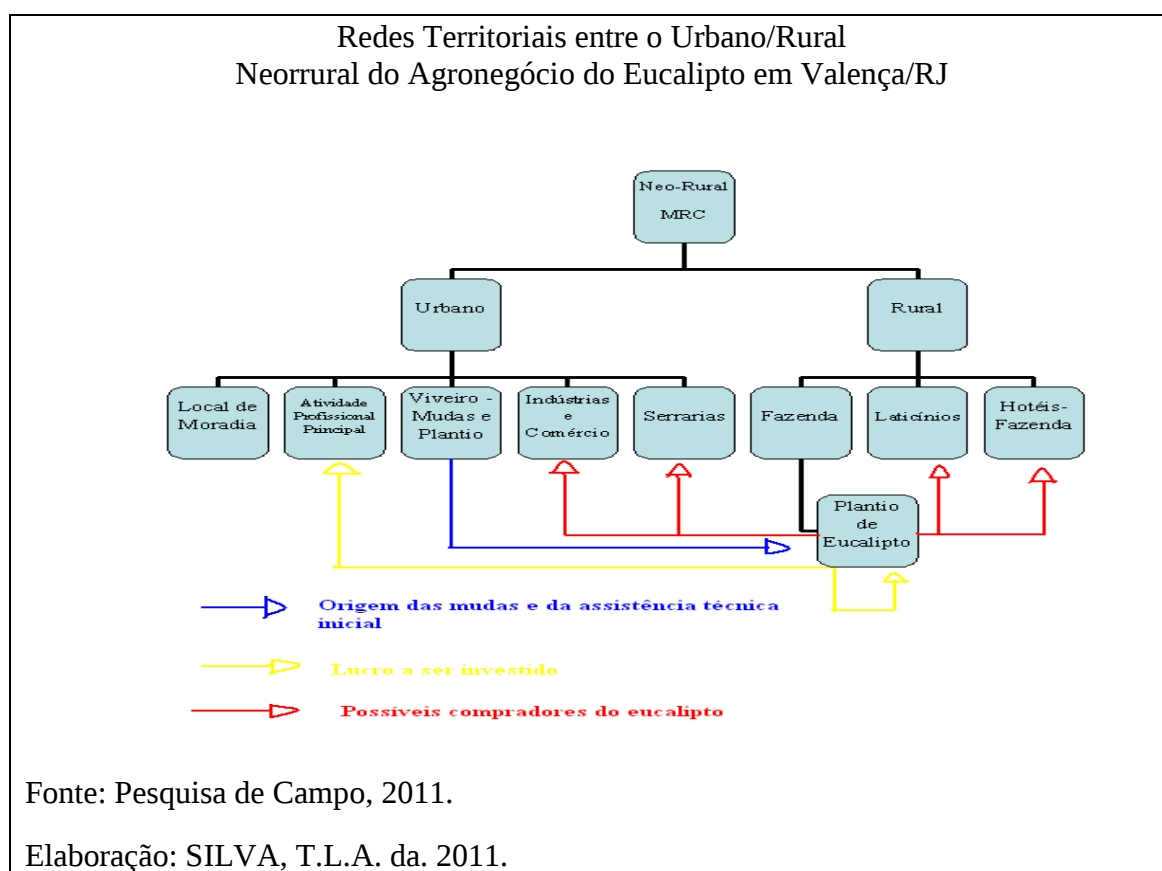
⁵⁸ Segundo M.R.C., os futuros lucros variam de acordo com o preço que será vendido a madeira. Com isso, o “plano de investimento” feito para M.R.C levou em conta valores do mercado da madeira em 2010.

Além de vender as mudas, este viveiro possui técnicos especializados que realizam o plantio. Segundo M.R.C., tal fato é importante especialmente para os produtores de origem urbana como ele, que não possuem experiência com (atividades ligadas) a terra.

Conforme relatou M.R.C., a atividade do eucalipto demanda pouco tempo do mesmo. Isso seria importante para quem tem outras atividades profissionais, especialmente na cidade, ou seja, distante das áreas de plantio. No seu caso, há uma pessoa contratada por um salário mínimo mensal⁵⁹ que mora perto da sua propriedade e fica responsável por cuidar do plantio, ou seja, ele tem basicamente como tarefas realizar as adubações de três em três meses e principalmente impedir que as formigas (que seriam as maiores inimigas do eucalipto) destruam a plantação.

Após a descrição do perfil e das relações territoriais urbano-rurais estabelecidas por M.R.C., vejamos a ilustração dessa dinâmica no organograma abaixo.

Organograma 3 – Redes Territoriais entre o Urbano e o Rural Neorrural M.R.C.



⁵⁹ Segundo M.R.C., este salário é inferior ao pago ao *office-boy* do seu escritório de advocacia.

d) Produtor Rural W.R.

Através do técnico agrícola da EMATER, conseguimos estabelecer contato com o produtor rural W.R., que é proprietário de uma administradora de cartões e atual presidente da Associação Comercial e Industrial de Valença – ACIVA. W.R é valenciano e no momento reside na área central da cidade de Valença, no bairro do Jardim de Baixo, considerado um dos mais caros da cidade.

Devido às atividades profissionais do pesquisado, a entrevista com o mesmo foi realizada em seu escritório, localizado no centro comercial de Valença. Cabe ressaltar que posteriormente estivemos em sua propriedade, acompanhado da pessoa que é responsável por cuidar da área.

O nosso entrevistado se define como uma pessoa empreendedora, que tem através do trabalho realizado na ACIVA, um “conhecimento profundo” do desenvolvimento econômico e social de Valença. Com isso, ele nos apontou que tem analisado a economia local e regional nos últimos anos e a demanda de madeira, especialmente para fins industriais, que segundo W.R., tem se tornado cada vez maior, com isso, o plantio de eucalipto poderá torna-se uma atividade econômica de destaque no município.

Ainda de acordo com W.R., o território de Valença teria “condições ótimas” para o desenvolvimento do plantio comercial de eucaliptos, pois teria um grande estoque de terras, representadas pelas áreas de pastagens disponíveis, mais aquelas que poderão ser incorporadas devido ao processo de modernização que a pecuária leiteira, principal atividade agrária do município, que tem introduzido gado de raça como a Giroland, que produz mais leite com menor necessidade de pastagens e uso mais intenso de rações, fazendo com isso que a área utilizada para pastagens possa diminuir, dando espaço, entre outros, para o plantio comercial de eucalipto.

Em outras palavras, de acordo com o relato do nosso pesquisado, pode ocorrer um processo de desterritorialização do cultivo ou uso de pastagens para uma territorialização do plantio de eucalipto, sem interferir na democratização da posse da terra ou mesmo da diversificação da produção rural do município.

Tendo em vista essas características do espaço agrário valenciano, W.R. relatou que tem interesse em organizar e mobilizar os produtores rurais locais para fomentar o agronegócio do eucalipto em Valença. Neste sentido, apontou que houve uma tentativa

através da ACIVA e do Sindicato dos Produtores Rurais de Valença, mediada pelo Deputado Estadual A.C. (PPS) de estabelecer uma parceria com a Siderúrgica de Resende (pertencente ao grupo Votorantim) para que os produtores rurais locais de eucalipto abastecessem a siderúrgica que utiliza eucalipto como fonte de energia em seu alto-forno. No entanto, após estudos realizados pelos técnicos da empresa acerca das condições “naturais” e de logística do território valenciano, optou por não realizar uma parceria com os produtores locais.

Ainda segundo nosso pesquisado, outro entrave para alavancar um projeto de plantios comerciais em larga escala de eucalipto no município é:

...a total falta de apoio por parte da EMATER e da Prefeitura Municipal de Valença. Se os produtores de eucalipto de Valença tivessem um apoio por parte dos órgãos públicos no fornecimento de mudas, máquinas para fazer as covas, formicidas, apoio técnico e outras iniciativas de estímulo à produção, teríamos mais pessoas plantando e fazendo o agronegócio do eucalipto crescer em Valença (W.R.).

Para realizar o seu plantio e a primeira adubação, W.R. contratou o serviço de um engenheiro florestal, que comprou as mudas na NOBRECEL S.A Celulose e Papel. W.R. ressaltou que mesmo sem qualquer financiamento público ou de empresas privadas, existem hoje em Valença pessoas que possuem capital excedente para investir, estão buscando no plantio de eucalipto uma ótima forma de investimento e lucro a médio prazo. Esses empreendedores, como são denominados por W.R., sabem que mesmo sem ter ocorrido um acordo com Votorantim, existem no município e na região várias indústrias que utilizam madeira em seus processos produtivos, assim como restaurantes, serrarias, (hotéis) fazendas e laticínios, que certamente irão comprar o eucalipto que tem sido plantado em Valença.

No entanto, não existe ainda uma organização dos produtores de eucalipto em Valença, o que existe é o sindicato dos produtores rurais do município, que tem estreitas relações com a ACIVA⁶⁰. Com isso, é no sindicato onde são discutidas e planejadas ações para o desenvolvimento do meio rural valenciano, sendo também neste espaço político que aconteceram algumas discussões em torno do plantio de eucalipto,

⁶⁰ Não por acaso esta relação é bastante próxima, pois importantes empresários do ramo industrial de Valença, notadamente os proprietários de laticínios, são também importantes pecuaristas.

especialmente no período quando houve a tentativa de projeto de fornecimento de eucalipto para a Siderúrgica Resende, como foi apontado anteriormente.

Com intuito de investir no mercado da madeira, W.R., comprou uma área de 40ha, onde tem 46.000 mil pés de eucalipto plantados (figura 17). A área hoje utilizada para o plantio dos eucaliptos era anteriormente ocupada por pastagens.

Figura 17: Vista parcial do plantio de eucaliptos de W.R., Valença/RJ



Fonte: Arquivo pessoal do autor. 2011.

Na visita à propriedade de nosso pesquisado, denominada de Fazenda Monteiro, foi importante notar que a área onde se encontra o plantio dos eucaliptos está situada dentro do perímetro urbano (figura 18), mais exatamente no bairro de Chacrinha, logo na entrada do centro do município de Valença, podendo ser avistada da RJ 145 (Barra do Piraí – Valença).

Figura 18: Imagem orbital do plantio de eucalipto do produtor Neorrural W.R., Valença/RJ



Fonte: *Google Earth*. 2010.

Por estar numa área considerada urbana⁶¹, o plantio está rodeado por residências (figura 19) e pequenos estabelecimentos comerciais. Cabe lembrar que o relevo da região é marcado pela presença de colinas (Lamego, 1967), onde o processo de ocupação humana se dá nas próprias encostas ou nas áreas mais planas entre os morros, como é o caso do bairro de Chacrinha.

⁶¹ Cabe lembrar que dentro do perímetro urbano é o poder público municipal responsável por determinar o parcelamento do solo, conseqüente, nesta área cobra-se o IPTU – Imposto Territorial Urbano.

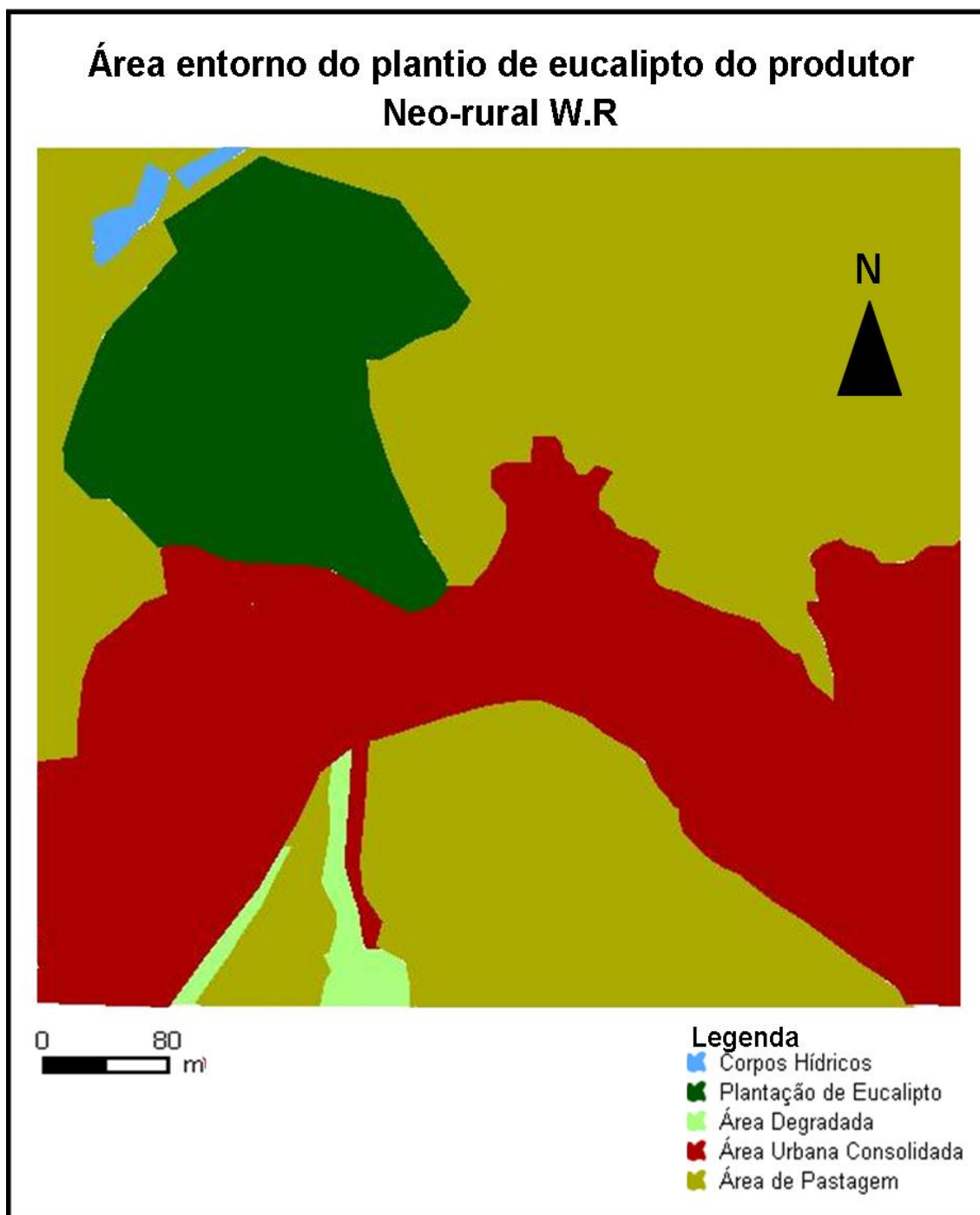
**Figura 19 – Plantio de eucalipto próximo a residências no Bairro de Chacrinha.
Valença/RJ**



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2011.

Ao construirmos um mapa de uso e cobertura do solo (figura 20) a partir de imagens orbitais disponibilizadas pelo *Google Earth*, fica ainda mais visível a proximidade do plantio dos eucaliptos do produtor neorrural W.R. com espaços considerados urbanos. É possível notar ao analisar o mapa, a grande área utilizada como pastagens no entorno do plantio, que pode fazer parte de um processo de especulação imobiliária urbana, mas que agora pode também ser incorporada por uma possível expansão do plantio do referido produtor.

Figura 20 – Mapa de uso e cobertura do solo do entorno do plantio de eucaliptos do produtor Neorrural W.R., Valença/RJ



Fonte: Pesquisa Campo, 2011.

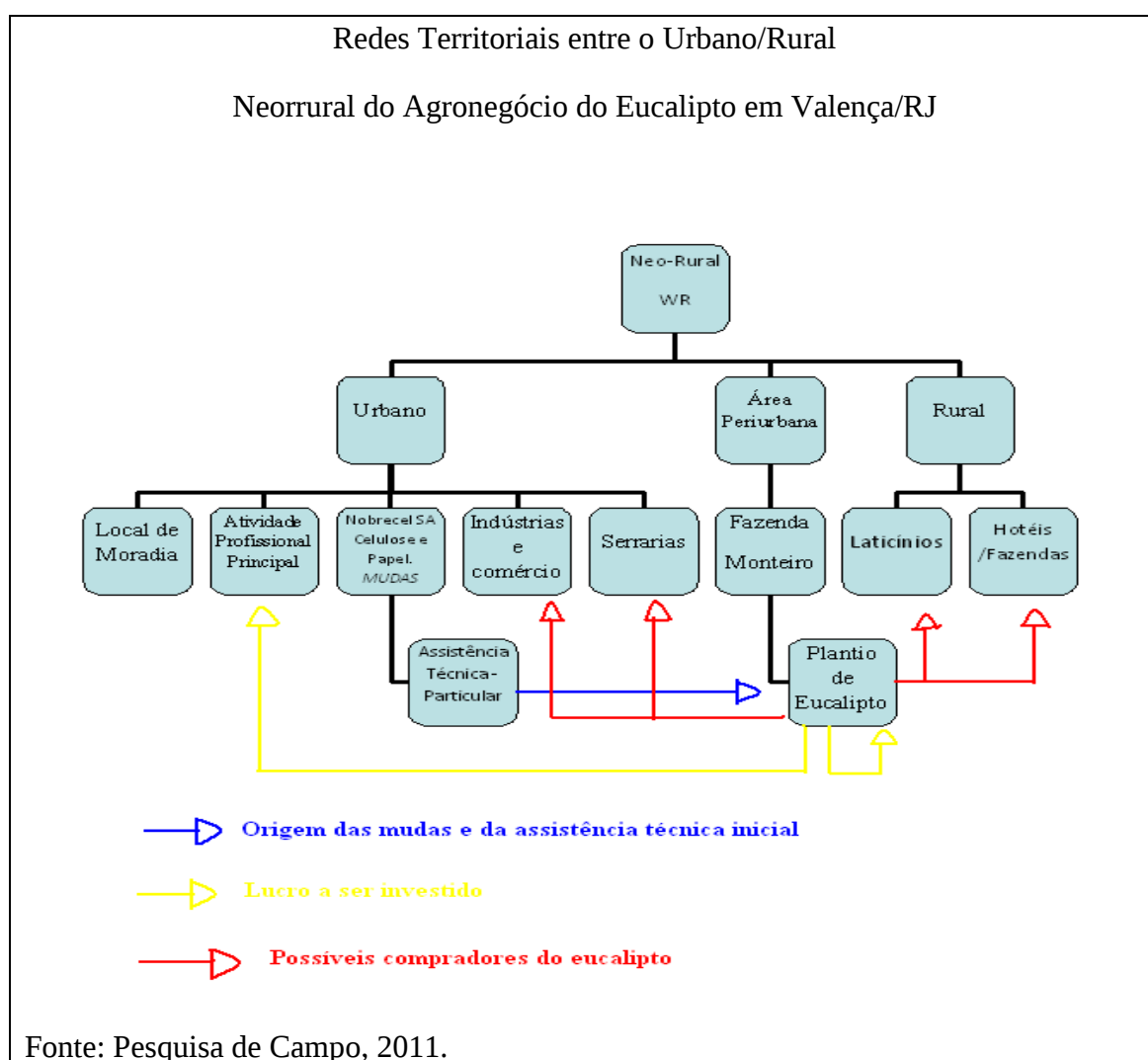
Elaboração: SILVA, T.L.A. da & MAGALHÃES, S. 2011.

O plantio do produtor W.R. tem 3 anos e a perspectiva é que o corte do primeiro talhão ocorra com 6 ou 7 anos. Obtendo lucro com tal atividade, o entrevistado apontou que parte significativa da renda obtida deverá ser investida em seu negócio principal e novos investimentos a serem estudados (se fosse hoje, possivelmente seria a compra de imóveis ou terrenos para aluguel residencial ou de empresas), além da aquisição de novas áreas para a expansão do plantio dos eucaliptos.

Depois de apontadas as principais características e as relações territoriais em rede desenvolvidas por W.R. entre o espaço urbano e o espaço agrário valenciano, buscaremos ilustrar tais relações a partir do organograma abaixo.

Organograma 4 – Redes Territoriais entre o Urbano e o Rural

Neorrural W.R.



e) Produtor Rural M.R.

Outro produtor pesquisado a partir do diálogo com o Técnico da EMATER foi o senhor M.R., que é nascido e residente em Valença, que sempre trabalhou com comércio associado a atividades rurais, foi no passado proprietário de um armazém rural, e hoje possui uma loja de máquinas agrícolas. Todas as atividades desenvolveram-se no centro comercial de Valença.

Quanto às atividades econômicas ligadas ao mundo rural, ele nos relatou que antes de plantar eucalipto chegou a ter uma fazenda com 200ha, onde tentou desenvolver a pecuária leiteira. No entanto, tal atividade demandava muitos recursos e principalmente tempo e a presença do mesmo na propriedade. Segundo o entrevistado, por sempre ter morado na cidade de Valença e ter comércio na cidade, foi difícil conciliar as duas atividades, com isso, acabou optando pelo comércio, pois sempre conseguiu auferir uma renda maior, tendo a possibilidade de ter mais tempo para dedicar-se à sua família, assim como, por ser uma atividade já desenvolvida pelo seu pai no passado.

De acordo com M.R., devido ao trabalho no seu estabelecimento comercial, ele sempre manteve contato com grande parcela dos produtores rurais do município. Com isso, nos últimos anos tem acompanhado o crescimento da utilização de madeira no mercado local e regional. Segundo o entrevistado, as indústrias da região têm utilizado a madeira (lenha) como fonte de energia, seja pela economia, pois seria mais barato que outras fontes, seja pela preocupação ambiental de alguns empresários ou mesmo pela importância que a questão ambiental e a fiscalização tem tido nos últimos anos, já que madeiras utilizadas como lenha nessas indústrias e em estabelecimentos comerciais da cidade eram na grande maioria das vezes de origem irregular, ou seja, de árvores que não poderiam ter sido cortadas para a venda.

No que se refere ao contexto local, M.R. apontou que a pecuária leiteira é a principal atividade do espaço agrário valenciano. Associados a essa atividade existem os laticínios, que possuem caldeiras que precisam de uma fonte de energia. Nosso entrevistado confirmou ter conhecimento de pelo menos dois importantes laticínios de Valença que utilizam o eucalipto como lenha em suas caldeiras. Com isso, eles estão investindo no reflorestamento comercial, ou seja, plantando eucaliptos no município.

Já nos municípios vizinhos a Valença (Rio das Flores, Vassouras e Barra do Piraí) existem serrarias que poderão demandar eucalipto, pois a utilização do mesmo como madeira serrada tem crescido nas residências e nas próprias fazendas da região, onde a madeira do eucalipto serve para fazer cercas, postes e suportes para telhados.

Observando essas demandas de eucalipto no mercado, M.R. realizou várias conversas com amigos que já plantavam eucalipto. W.R., o estimulou a investir no plantio devido à rentabilidade e o pouco tempo necessário de dedicação a esta atividade. Neste sentido, acabou por indicar o mesmo engenheiro florestal que realizou seu plantio. Tal engenheiro florestal ficou responsável por comprar as mudas⁶², realizar o plantio e uma adubação com três meses.

Com isso, adquiriu com recursos próprios uma área com 60ha (denominada hoje de Fazenda Santa Luiza) que eram anteriormente dedicados a pastagens. Hoje 40ha estão plantados com 52 mil pés de eucaliptos (figura 21) os outros vinte serão utilizados posteriormente para aumentar o plantio.

Figura 21: Vista parcial do plantio de eucaliptos de M.R., Valença/RJ

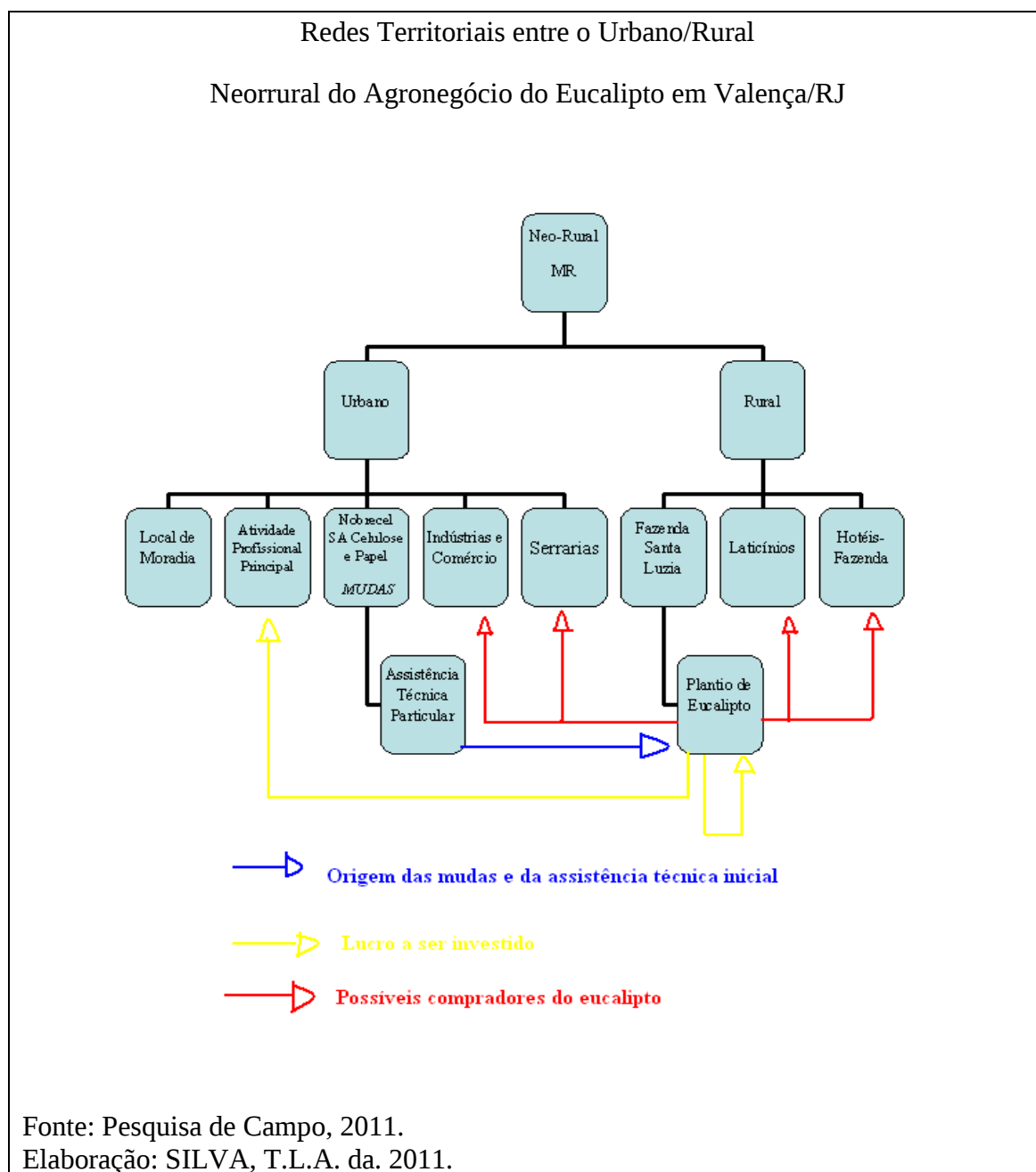


Fonte: Arquivo pessoal do autor. 2011.

⁶² Segundo informação obtida com o próprio Engenheiro Florestal, as mudas de eucalipto clonado foram adquiridas junto à empresa NOBRECEL S.A. Celulose e Papel, que tem sede em Pindamonhangaba-SP.

A fazenda fica numa área rural logo depois do bairro de São Francisco, próximo do limite com Barra do Piraí. Na área, M.R. possui uma pessoa que cuida do plantio dos eucaliptos e da fazenda. Quanto à futura venda, o entrevistado indicou que nunca foi procurado por nenhuma empresa e, que pretende vender o eucalipto para a atividade que oferece a melhor oferta, independente do uso que será dado à madeira. Vejamos abaixo o organograma ilustrativo das redes estabelecidas entre urbano e rural pelo produtor.

Organograma 5 – Redes Territoriais entre o Urbano e o Rural - Neorrural M.R.



Com as características e as relações urbano-rurais desenvolvidas em rede pelo produtor rural M.R., acreditamos que esse produtor também possa ser conceituado com um neorrural do agronegócio do eucalipto de Valença.

f) Produtor Rural G.C.

Assim como o produtor W.R., com quem estabelecemos contato por intermédio do técnico agrícola da EMATER em Valença, com o produtor rural G.C., além da indicação do nome da fazenda e da sua localização no município, uma pesquisa feita na internet possibilitou conseguirmos o contato (telefone) e o nome da pessoa responsável pelo plantio de eucalipto da Fazenda S.F.

Fomos recebidos na sede da propriedade (figura 21) por G.C., que é um dos proprietários da fazenda S.F. Após relatarmos em linhas gerais a proposta de nossa pesquisa, C.G. nos levou às principais instalações da fazenda e contou o histórico da fazenda⁶³, que já foi uma das que mais produziu café em Valença.

Figura 21: Sede da fazenda S.F., Distrito de Parapeúna – Valença/RJ



Fonte: Arquivo pessoal do autor. 2011.

⁶³ Para saber mais sobre a história da Fazenda S.F. e de outras fazendas históricas do Vale do Paraíba, consultar o site do Instituto Cultural Cidade Viva (<http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios>) pois está disponível o inventário da fazenda S.F., assim como de outras fazendas da região.

A fazenda S.F. atualmente pertence a três irmãos, sendo G.C responsável pelo plantio dos eucaliptos na fazenda. Tanto G.C quanto seus dois irmãos não possuem outras fazendas em Valença ou na região. No momento, G.C. trabalha e vive na própria fazenda.

G.C nos relatou que seu pai no ano de 2000 investiu todo o capital que possuía para comprar a fazenda, tendo como objetivo desenvolver o turismo rural. No entanto, ele veio a falecer em 2001. Com isso, um tio de G.C. acabou por assumir a tarefa de gerenciar a fazenda. Entretanto, devido à má administração da fazenda, G.C. e seus irmãos entraram na justiça para reaver a posse da fazenda, conseguida em 2005.

Até este período G.C (e seus irmãos) viviam na Barra da Tijuca, um dos bairros mais caros da cidade do Rio de Janeiro, e nunca tinham trabalhado na terra ou mesmo trabalhado em algum emprego que tivesse alguma relação com o mundo rural. Contudo, devido ao fato da fazenda S.F. ter passado a ser não só o principal “patrimônio” da família, como também uma forma de garantir a reprodução social da família, G.C e seus irmãos resolveram administrar a fazenda herdada.

Com isso, nosso entrevistado aproveitou sua formação em Administração e resolveu morar na fazenda, desenvolvendo juntamente com seus irmãos o turismo rural - sonho do pai. Cabe destacar que dos dois irmãos de G.C., um ficou responsável pela contabilidade da fazenda e o outro pela divulgação e pela venda dos produtos fabricados na fazenda.

O principal acesso à fazenda S.F., se dá pela rodovia RJ 151, sendo 17 km de estrada de terra do distrito de Parapeúna (Valença) até a fazenda. O Rio Preto margeia o percurso, fazendo a divisa entre RJ (Valença) e MG (São José do Vale do Rio Preto). A fazenda está localizada em uma área rural, numa localidade chamada Coronel Cardoso, onde até os dias atuais é possível observar a antiga estação de trem utilizada no período do café. Na fazenda existe uma vila com moradores que trabalham na fazenda (na administração, no laticínio, no mercadinho, etc.), Segundo o entrevistado trabalham na fazenda cerca de 150 pessoas nas diferentes atividades.

Essa vila é um diferencial na paisagem, que é marcada apenas pelas fazendas e seus casarões, porém na fazenda S.F., além de um pequeno aglomerado de casas, existe um pequeno posto de saúde e uma escola pública. A fazenda possui atualmente 2000ha, sendo apenas 50ha utilizados para o plantio de eucalipto, com 65.000 mil pés plantados

(figura 22). A área hoje utilizada pelo eucalipto era anteriormente ocupada por pastagens.

Figura 22: Plantio de eucalipto da fazenda S.F., Distrito de Parapéuna – Valença/RJ



Fonte: Arquivo pessoal do autor. 2011.

Além do reflorestamento comercial com eucalipto, na fazenda existe ainda um laticínio, que é a principal atividade da fazenda, criação de gado leiteiro, fabricação de mel, uma venda e turismo rural/histórico (figura 23).

Figura 23: Atividades desenvolvidas na fazenda S.F., Distrito de Parapeúna – Valença/RJ



Fonte: Arquivo pessoal do autor. 2011.

Segundo G.C., quando seu pai comprou a fazenda já existiam alguns eucaliptos plantados. Como a principal atividade da fazenda é laticínio, que demanda madeira (lenha) para ser utilizada na caldeira, e associado a outras necessidades da fazenda, os proprietários resolveram investir no plantio de eucalipto tanto para suprir a demanda da própria fazenda como também para servir como um investimento extra, já que parte do plantio será destinado à venda no mercado local/regional.

As mudas do plantio de eucalipto já realizado por G.C. foram adquiridas num viveiro em Juiz de Fora. Apesar de ser o mesmo viveiro que outros produtores de eucalipto de Valença compraram suas mudas, nosso pesquisado relatou que não houve indicação de nenhum outro produtor da região, mas sim uma pesquisa própria, na qual constatou que era o estabelecimento comercial específico mais perto de Valença e com melhores preços. Ao contrário dos demais produtores, C.G. não contratou o assistente técnico do viveiro para realizar o plantio e a primeira adubação, utilizando os próprios trabalhadores da fazenda para realizar tal atividade.

A falta de assistência técnica por parte de órgãos públicos como a EMATER e a Prefeitura são os principais problemas para quem planta eucalipto em Valença. De acordo com G.C., por não ter contratado assistência técnica privada acabou plantando os

eucaliptos em 4ha de forma errônea, o chamado plantio “morro abaixo”, o que contribuiu para desencadear um processo erosivo no solo conhecido como voçoroca⁶⁴ (figura 24).

Figura 24: Plantio de eucalipto e vista parcial da voçoroca. Fazenda S.F., Distrito de Parapeúna – Valença/RJ



Fonte: Arquivo pessoal do autor. 2011.

De acordo com G.C. a formação de um grupo de produtores, que trocassem experiências sobre seus plantios e o mercado para a madeira de eucalipto, poderia facilitar e aumentar a área plantada no município, já que muitos produtores têm receio de desenvolver o plantio de eucalipto por falta de informação sobre o cultivo.

Conforme relatou G.C., a única tentativa de que ele tenha conhecimento da formação de um grupo de produtores de eucalipto em Valença se deu quando o

⁶⁴Esta erosão acontece quando o solo é exposto em função de práticas agrícolas ou práticas de ocupação urbana inadequadas. Dentre as práticas inadequadas estão: Desmatamento indevido do solo, principalmente em estações chuvosas; acúmulo de água das chuvas em filetes, devido à falta de terraceamento, formando enxurradas que iniciam o “escavamento” do solo; aração, gradeamento e plantio não respeitando as curvas de nível, facilitando o acúmulo da água com velocidades crescentes etc. Sobre este tema, ver entre outros, Cunha & Guerra, 2003.

sindicato rural local, intermediado pelo Deputado Estadual A.C. (PPS), procurou a empresa Votorantim em Resende na tentativa de estabelecer uma parceria entre os produtores locais de eucalipto e a empresa.

Entretanto, após estudos dos técnicos da empresa, foi alegado que o território valenciano, por ter uma topografia bastante ondulada⁶⁵, não facilitaria a mecanização, assim como o município estaria fora do eixo logístico da empresa, tendo ainda muitas áreas com estradas não pavimentadas. Essas características inviabilizaram o interesse da empresa em investir no município.

Com isso, o atual plantio da fazenda S.F. visará a atender a demanda de lenha para o laticínio da própria fazenda e o excedente será vendido de acordo com a demanda do mercado. Ainda sim, G.C apontou que a fazenda pode disponibilizar 600ha para o plantio de eucalipto caso haja alguma parceria com empresas interessadas em arrendar terras ou comprar uma possível produção de eucalipto.

Segundo nosso entrevistado, empresas da região de Valença e Juiz de Fora demandam bastante eucalipto, para serrarias, restaurantes, hotéis-fazendas e especialmente empresas que possuem caldeiras, tais como as empresas químicas, metalúrgicas e os laticínios. Cabe destacar que a fazenda é próxima de um importante laticínio da região, que outros produtores de eucalipto da região apontaram como uma das empresas que utiliza muito eucalipto em suas caldeiras e, tende a aumentar a demanda pois vai criar uma fábrica de secagem de soro. Outros demandantes seriam as próprias fazendas da região que utilizam muito o eucalipto para fazer mourões, estruturas para telhados, móveis e postes.

O lucro gerado com a venda do excedente do plantio de eucalipto será utilizado para reativar a cachaçaria da fazenda e, posteriormente, tentar reabrir a serraria histórica⁶⁶ que existe dentro da própria fazenda (figura 25). Atualmente a madeira

⁶⁵ Segundo Aziz Ab'Saber (2003) o “Domínio Morfoclimático dos Mares de Morros” se caracteriza pela grande extensão de morros com formas residuais e curtos em sua convexidade, se estendendo por boa parte do litoral brasileiro, sendo um importante domínio morfoclimático nas duas cidades mais importantes do país, São Paulo e Rio de Janeiro. Cabe destacar que esta forma de relevo é predominante no Vale do Paraíba Fluminense e Paulista.

⁶⁶ Conforme relatado por G.C. foi realizado um projeto em conjunto com o Instituto do Patrimônio Histórico e Cultural – IPHAN - para reativar a serraria da fazenda, que é uma das mais antigas do Brasil. No entanto, a parceria fracassou e a serraria foi fechada. Quando for reaberta será para fins de turismo histórico da fazenda, já que a serraria não comporta uma grande demanda de madeira devido ao seu maquinário, por conseguinte, também não realiza os cortes no perfil (nas medidas) atual exigido pelo mercado.

utilizada no laticínio vem de um fornecedor do município de Bom Jardim, situado na região serrana do RJ.

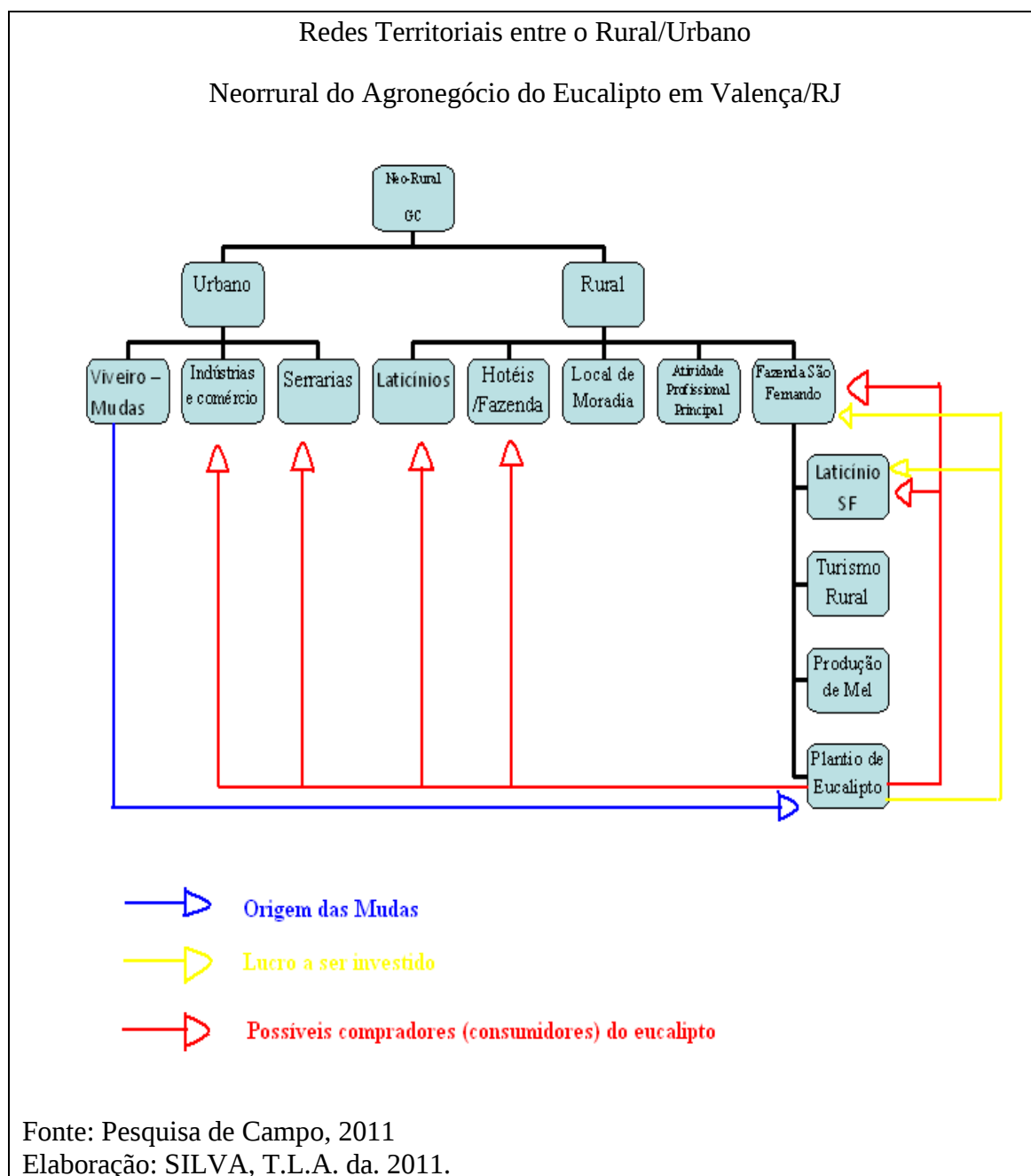
Figura 25 – Serraria histórica da fazenda S.F., Distrito de Parapeúna – Valença/RJ



Fonte: Arquivo pessoal do autor. 2011.

Vejamos agora de forma ilustrada no organograma as redes territoriais entre o rural e o urbano do produtor de eucalipto G.C.

Organograma 6 – Redes Territoriais entre o Rural e o Urbano Neorrural G.C.



Tendo em vista os produtores de origem urbana (neorrurais) apresentados até aqui, entendemos que G.C. também seja um neorrural devido à sua trajetória de vida, porém as redes em que o mesmo está inserido com o plantio comercial de eucaliptos são mais intensas em torno do mundo rural do que dos demais produtores vistos até aqui. Tal fato pode ter relação com o processo de reestruturação que a Fazenda S.F está

vivendo. Com isso, diferentemente dos demais produtores, não há um capital excedente que permita explorar de forma mais ampliada a produção de eucaliptos.

g) Produtor Rural J.B.

Para começarmos a descrever o perfil desse produtor de eucalipto, nos parece importante fazer alguns apontamentos, a saber: i) Conseguimos realizar contato com este produtor devido à indicação do técnico da EMATER, que relatou que em Conservatória, o Hotel V.L. estava dedicando parte da sua fazenda ao plantio comercial de eucaliptos. Com isso, realizamos um primeiro contato por telefone e agendamos uma visita até o hotel; ii) O plantio de eucalipto é pertencente ao proprietário do hotel V.L. No entanto, fomos recebidos para realizar uma visita à fazenda e ao plantio pelo técnico agrícola do hotel. Cabe destacar que este mesmo técnico é responsável por todas as atividades desenvolvidas na fazenda V.L., sendo o proprietário um empresário que detém negócios em Valença e na região das Baixadas Litorâneas. Com isso, ele mantém um intenso fluxo entre Conservatória - Rio de Janeiro - Rio das Ostras.

Estivemos por três vezes em Conservatória e em nenhuma das ocasiões conseguimos encontrar o senhor J.B. no Hotel V.L., assim como, não foi nos fornecido nenhum contato pessoal do mesmo.

De acordo com o técnico agrícola do hotel, o produtor de eucalipto J.B., antes de atuar no setor de serviços, trabalhou em serrarias e na construção civil, atividades que foram desenvolvidas em Valença, que é sua cidade de origem e, em cidades da região do Médio Paraíba. Ao começar a desenvolver e se tornar bem sucedido no ramo do serviço de hotelaria e de turismo rural, o empresário começou a desenvolver também a pecuária leiteira, ambas as atividades em Conservatória - distrito de Valença.

A atualmente J.B. possui dois hotéis-fazendas em Conservatória, um hotel de praia em Rio das Ostras e lojas de materiais de construção nas regiões Norte Fluminense⁶⁷ e Baixadas Litorâneas⁶⁸.

⁶⁷ Mais exatamente em Campos e Macaé. Cabe destacar que um dos subinvestimentos relacionados à rede V.L. é o patrocínio ao time de futebol Macaé Esporte Futebol Clube, que atualmente disputa a primeira divisão do futebol carioca. Tal investimento é relevante tendo em vista que o time de futebol do Macaé realizará jogos contra os principais clubes da capital, tendo assim, a possibilidade de ter a marca da rede V.L., que está estampada na camisa do clube, sendo divulgada em rede nacional e internacional através da transmissão de jogos do campeonato carioca, que é realizado pelo principal grupo midiático brasileiro.

⁶⁸ Mais exatamente em Cabo Frio e Rio das Ostras.

Devido às suas atividades comerciais estarem localizadas em pontos diferentes do território fluminense, J.B. passa a maior parte do tempo (e atual local de moradia) na cidade do Rio de Janeiro, mas possui residências na cidade de Valença, no Distrito de Conservatória e também em Rio das Ostras.

No espaço agrário, a principal atividade econômica de J.B. é sem dúvida a hotelaria, associada ao turismo rural. No entanto, o pesquisado também atua na pecuária leiteira, que já chegou a ser uma atividade desenvolvida de forma bastante significativa pelo empresário, chegando a produzir na fazenda V.L., cerca de 3500 litros por dia, sendo uma das fazendas com maior produção de leite de Valença. Boa parte desse leite era comercializada com os laticínios da região, em especial, o Laticínio G.I.

Hoje a pecuária leiteira perdeu espaço para diversificação produtiva da fazenda, visando proporcionar aos turistas “diferentes paisagens a serem consumidas” através do turismo rural. A fazenda V.L., tem hoje uma produção de 700 litros por dia, sendo utilizado para consumo do próprio hotel fazenda. Os queijos e outros derivados do leite são fornecidos pelo Laticínio G.I.

Ainda referente à pecuária, o empresário J.B., vem desenvolvendo no hotel, pelo menos duas vezes por ano, leilões de gado leiteiro e de reprodução. Assim, ele possui gado das raças Giroland e Gir. Apenas uma de suas várias vacas, que é ganhadora de prêmios nacionais, está avaliada em 1 milhão de reais, preço que está muito próximo do valor avaliado do principal gado reprodutor da fazenda, também ganhador de prêmios.

Com o intuito de diversificar seus investimentos comerciais e potencializar a utilização da área da fazenda V.L., J.B. tem investido no plantio de eucalipto (figura 26) que, segundo o técnico agrícola, tem sido realizado apenas em áreas que não puderam ser aproveitadas para uso da pecuária leiteira e/ou agricultura convencional. O técnico aponta que tal atividade pode e deve crescer na região, pois possibilita a combinação com a pecuária. Neste sentido, J.B. possui hoje 53,8 hectares com plantio de eucalipto, tendo algo próximo a 69.000 pés de eucalipto plantados.

Figura 26 – Plantio de Eucaliptos na fazenda V.L., Distrito de Conservatória – Valença/RJ



Fonte: Arquivo pessoal do autor. 2011.

Nestes 53,8ha estavam tentando desenvolver anteriormente áreas de pastagem, com predominância de braquiária, brizanta e decumbes. Segundo o técnico em alguns pontos da fazenda o solo é tão ruim que mesmo com o uso de adubo químico estava sendo inviável o cultivo da braquiária, o que incentivou ainda mais a utilização dessa área da fazenda para o plantio dos eucaliptos.

O plantio está sendo feito por etapas. O primeiro talhão tem 03 anos, e o mais novo está com 06 meses, não tendo sido realizado pelo produtor nenhum corte ainda. A expectativa é que isso ocorra quando o eucalipto esteja com 05 anos, pois das variedades utilizadas (Eucalipto Urograndes Rosa, UrograndesBeg e o Cesita – 149) foram selecionados por terem um melhor rendimento para a produção de madeira ou celulose utilizada em indústrias, além do bom desenvolvimento das árvores tendo em vista as condições do solo e do clima da região.

Além da questão financeira, ou seja, o objetivo de vender o eucalipto para o mercado, o técnico agrícola apontou que o plantio, por estar na área que faz parte do circuito de visita dos turistas que ficam hospedados no hotel-fazenda V.L., acabou sendo utilizado também como uma forma de proporcionar uma nova paisagem, “mais bonita” e “diferente” aos hóspedes, que anteriormente só observavam na mesma área a braquiária e dos morros desmatados. Ou seja, o reflorestamento com eucaliptos passa a ser utilizado como discurso de responsabilidade ambiental por parte do hotel aos hóspedes que são majoritariamente do meio urbano.

O plantio não foi feito de forma contínua como costumeiramente observamos em outros territórios. Os 53,8ha de eucalipto estão fragmentados (figura 27) em seis áreas que possuem a seguinte divisão: 23ha, 14ha, 5,8ha, 5,1ha, 2,4ha e 3.5ha.

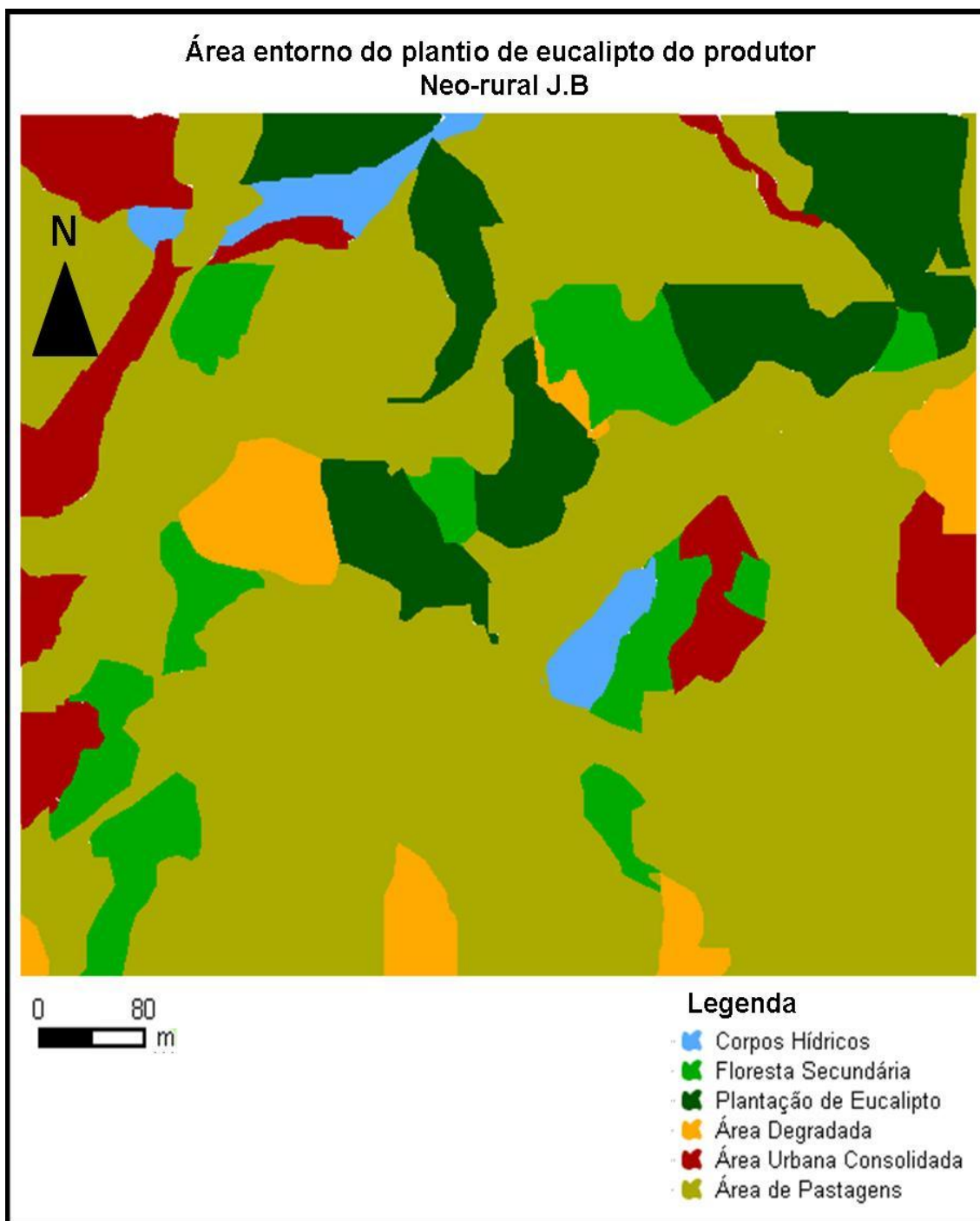
Figura 27: Imagem orbital dos fragmentos do plantio dos eucaliptos do J.B., Distrito de Conservatória – Valença/RJ



Fonte: Google Earth. 2010

Ainda segundo o técnico, a maior parte do plantio dos eucaliptos, assim como, o próprio hotel-fazenda, encontram-se em uma área periurbana (figura 28).

Figura 28 – Mapa de uso e cobertura do solo – Fazenda V.L., plantio de eucaliptos do Neorrural J.B., Distrito de Conservatória – Valença/RJ



Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Elaboração: SILVA, T.L.A. da & MAGALHAES, S. 2011.

Cabe destacar, que a compra e o plantio dos eucaliptos de J.B. foi terceirizado pela empresa P.B., que está situada em Volta Redonda/RJ. Essa empresa foi contratada para desenvolver todo o processo inicial do plantio, com isso, fez todo o levantamento topográfico e ambiental (autorizações de órgãos competentes e estudo ambiental da área da Fazenda V.L.), realizou a escolha da variedade do eucalipto e comprou as mudas⁶⁹, assim como realizou o plantio, ficando responsável por cuidar durante 09 meses e realizar três adubações. Após esse período, fica a cargo do proprietário toda responsabilidade pelo cuidado com a plantação.

Em alguns pontos da fazenda onde está sendo realizado o plantio de eucaliptos, o mesmo tem sido feito, segundo o técnico agrícola, em consonância com áreas de preservação permanente (APP) e/ou com o cultivo de cana-de-açúcar (a mais nova atividade desenvolvida na área), para abastecer a cachaçaria do hotel-fazenda.

Com relação à futura comercialização dos eucaliptos, de acordo com o nosso entrevistado, o proprietário ainda não definiu como venderá a produção por se tratar de um investimento secundário (ou suplementar). Não existe por parte do J.B. nenhum interesse de realizar já um contrato de compra e venda, nem definir a modalidade que será vendida (lenha, fabricação de papel/celulose e outras) o eucalipto, buscando assim, uma valorização da venda da madeira.

Segundo o técnico, até o momento existem apenas sondagens de duas empresas, uma do ramo químico situada em Barra do Piraí/RJ e o laticínio que fornece queijos e derivados de leite para o hotel-fazenda V.L. Ambas as empresas utilizam o eucalipto como fonte de energia para as caldeiras.

Outro ponto que converge com os trabalhos de campo já realizados é o fato de a produção ter sido realizada com investimentos próprios do produtor, não tendo nenhum tipo de fomento público ou privado. Neste sentido, mais uma vez foi apontado que a EMATER não tem colaborado para o desenvolvimento e o acompanhamento da produção, tendo apenas indicado a empresa P.B. para o produtor interessado em desenvolver a silvicultura comercial na região.

Quanto ao cenário local/regional para o mercado da madeira, o técnico apontou que o proprietário está bastante otimista e pretende investir ainda mais no plantio de eucalipto, com expectativa de comprar novas áreas para desenvolver a silvicultura

⁶⁹ As mudas segundo informações do técnico agrícola foram adquiridas na empresa NOBRECCEL S.A. Celulose e Papel, já citado anteriormente.

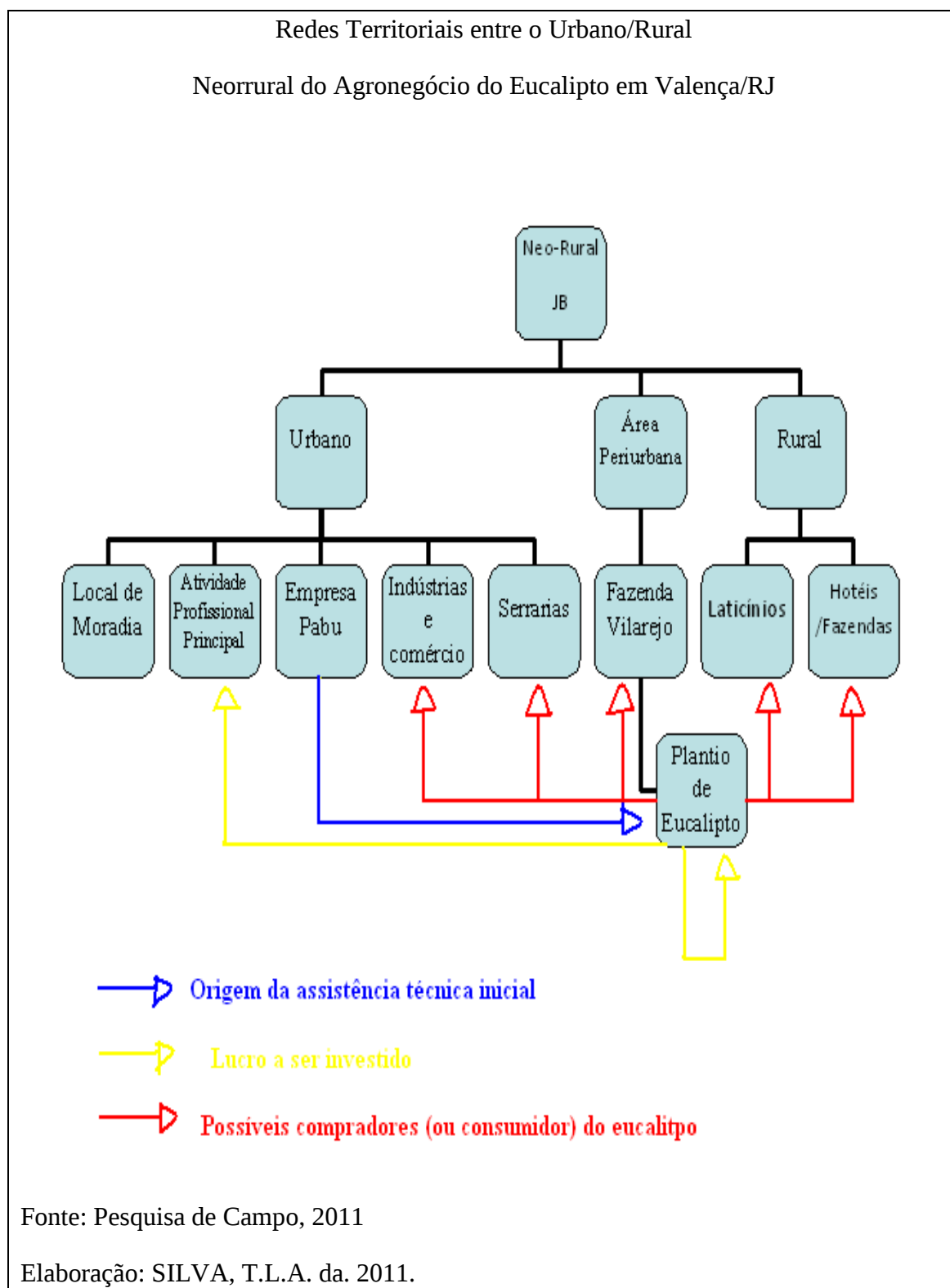
comercial. Segundo o técnico, a região possui empresas e comércios que demandam madeira em grande quantidade para serem utilizados em fornos de olarias e caldeiras. No meio rural, o eucalipto também é utilizado nas fazendas e hotéis-fazendas, como postes, suporte para telhados e outras finalidades.

Conforme o relato do técnico agrícola do hotel V.L., responsável pelo plantio dos eucaliptos do senhor J.B., o laticínio situado em Valença que fornece para o hotel-fazenda estaria montando em Parapeúna (distrito de Valença) uma fábrica de secagem de soro, que seria a primeira no Brasil. Esta nova fábrica demandará, segundo o entrevistado, muita lenha para o aquecimento das caldeiras, o que poderá incentivar novos produtores a investir no plantio de eucalipto no município.

Com relação aos demais produtores de eucalipto do município, o técnico agrícola apontou que J.B. tem feito tudo de forma individualizada, não havendo nenhum tipo de contato, incentivo ou formação de uma associação/grupo ou rede de produtores locais de eucalipto. Mas acredita que devido à demanda do mercado, juntamente com o fato de empresários importantes da região estarem plantando eucalipto, mesmo que de forma indireta, isso possa fazer não só com que haja uma diálogo (formal/informal) entre os produtores de eucalipto, mas também incentive outros empresários ou pecuaristas a plantarem eucaliptos em Valença.

Vejamos agora a partir do organograma abaixo as redes territoriais entre o urbano e o rural estabelecidas pelo produtor J.B devido ao plantio de eucalipto.

Organograma 7 – Redes Territoriais entre o Urbano e o Rural Neorrural J.B.



h) Laticínio C.L.

Todos os produtores de eucalipto entrevistados em Valença foram unânimes em apontar três importantes empresas, dois laticínios situados em Valença e uma empresa química de Barra de Piraí, como aqueles que eles tinham certeza que consumiam eucalipto como lenha em suas caldeiras e poderiam ser no futuro possíveis compradoras do eucalipto plantado no município.

Neste sentido procuramos o laticínio C.L. para pesquisar informações referentes à produção de eucaliptos da empresa, a finalidade da produção, os atuais fornecedores de madeira e a possibilidade de compra do plantio dos produtores de eucalipto de Valença.

O laticínio está localizado numa área rural (figura 28) logo depois do bairro de Osório, em Valença. Na visita à empresa, fomos recebidos pelo gerente comercial da empresa, que relatou que o laticínio C.L. possui uma fazenda com 35 hectares plantados com eucaliptos, totalizando aproximadamente 75.000 mil pés de eucaliptos⁷⁰. Esse plantio foi realizado como uma forma de investimento do próprio laticínio, com isso, até o momento não há uma definição de como será explorado, a princípio é que produção seja vendida no mercado local/regional.

Figura 29 – Imagem orbital do laticínio C.L., Valença/RJ



⁷⁰ Dependendo do objetivo do plantio, o espaçamento entre as fileiras dos eucaliptos pode ser maior ou menor, incidindo no número total de pés de eucaliptos.

Fonte: Google Earth. 2006.

A demanda por madeira na região tem crescido bastante devido ao aumento da instalação de novas indústrias que utilizam lenha como fonte de energia. De acordo com empresários locais essa fonte de energia tem saído mais barata do que o uso de óleo combustível ou de gás natural. De forma menor, os hotéis-fazendas, as fazendas e o comércio da cidade de Valença têm necessitado de madeira. Com isso, o lucro gerado com a possível venda do eucalipto será utilizado nas atividades ligadas ao próprio laticínio, em novos investimentos e na ampliação do próprio plantio de eucaliptos.

As mudas foram adquiridas no mesmo viveiro em Juiz de Fora/MG que outros produtores de eucalipto de Valença adquiriram as suas, assim como a assistência técnica para plantio inicial. Quando se faz necessário, por exemplo, a realização de adubação, o técnico do viveiro é contratado para realizar o trabalho.

Questionado sobre a possibilidade de o próprio laticínio absorver a sua produção de eucaliptos, o gerente comercial nos informou que realmente eles utilizam madeira serrada e cavaco como lenha nas caldeiras. Segundo o gerente comercial, para que isso ocorra será necessária a abertura de alguma serraria no município ou mesmo de uma que seja do próprio laticínio⁷¹. Atualmente o laticínio compra lenha para a caldeira de fornecedores localizados em Itamonte e São Jose do Rio Preto em Minas Gerais.

Quanto a absorver a produção de eucaliptos dos produtores locais, de acordo com o gerente comercial dependerá da própria demanda de lenha do laticínio e a possibilidade de o eucalipto ser serrado. O fato de o eucalipto estar sendo plantado em Valença sem dúvida é positivo também para a empresa, pois poderá existir a possibilidade da empresa diminuir custo com a compra mais barata⁷² de lenha para sua caldeira.

Vejamos agora a partir do organograma abaixo as redes territoriais entre o urbano e o rural estabelecidas pelo laticínio C.L. associadas ao seu plantio comercial de eucaliptos.

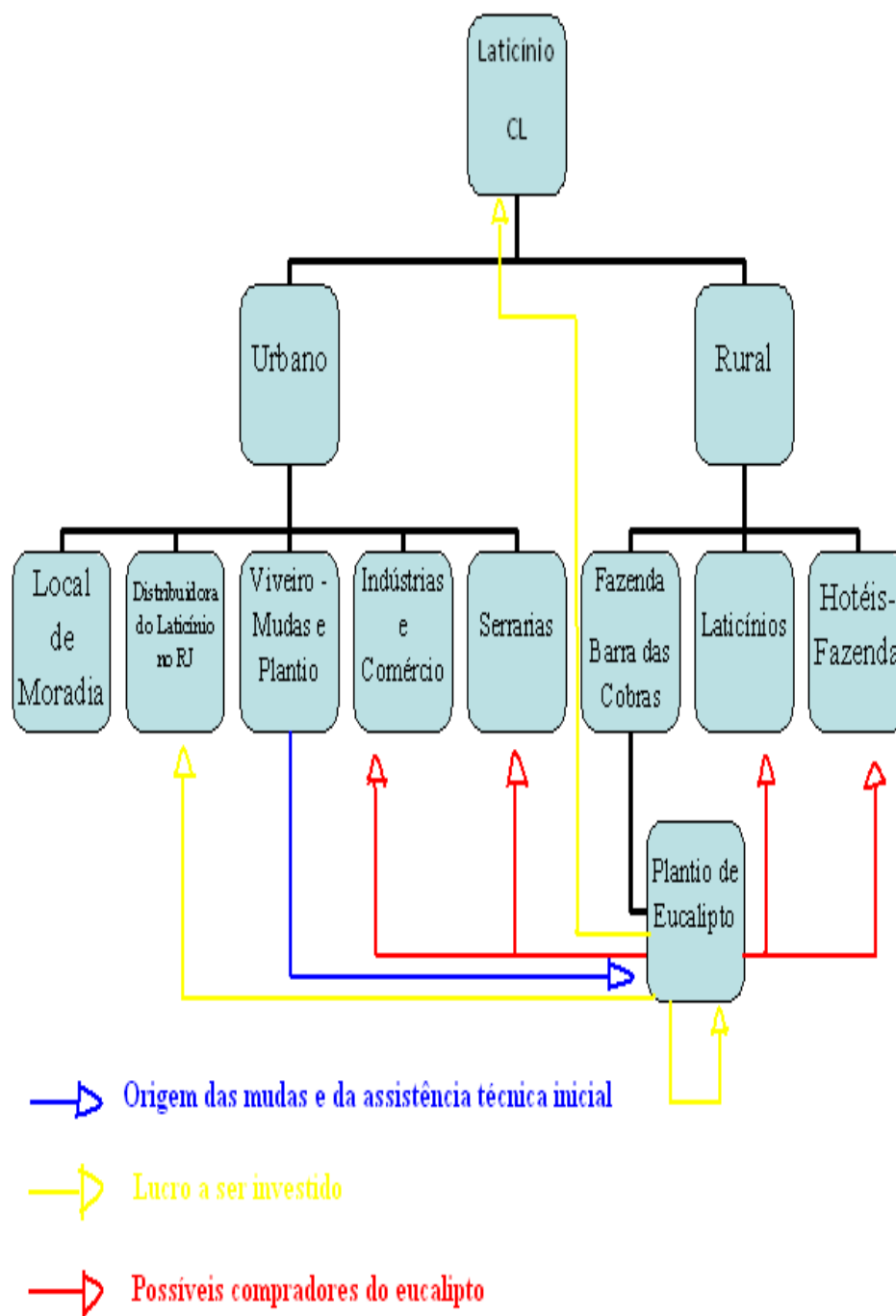
⁷¹ Segundo o gerente comercial está sendo estudada a viabilidade da empresa em investir na abertura de uma serraria. Neste caso, seria outro investimento extra do laticínio, mas que poderia contribuir para integrar os investimentos da empresa: laticínio – plantio de eucalipto – serraria – eucalipto serrado - lenha para a caldeira do laticínio.

⁷² A hipótese do custo menor, segundo o gerente comercial do laticínio é em virtude do menor custo com o frete e a distância entre a área produtora da madeira e as empresas consumidoras.

Organograma 7 – Redes Territoriais entre o Urbano e o Rural Laticínio C.L.

Redes Territoriais entre o Urbano/Rural

Agronegócio do Eucalipto em Valença/RJ



Fonte: Pesquisa de Campo, 2011

i) Empresa Q.V.F.

A nossa segunda empresa pesquisada a partir das indicações feitas nos trabalhos de campo foi a indústria química Q.V., localizada em Barra do Piraí (figura 30). Esta empresa produz Carbonato de Cálcio Precipitado, que é utilizado na fabricação de tubos e conexões, plásticos, laminados, PVC, borracha, tintas, papel, creme dental, cosméticos, remédios e produtos alimentícios.

Figura 30 – Imagem orbital da empresa Q.V., Barra do Piraí/RJ



Fonte: Google Earth. 2009

Estivemos na fábrica da Q.V., onde fomos recebidos pelo diretor da Q.V. Florestal, o senhor F.L.M., que além de nos apresentar toda a linha de produção do carbonato de cálcio precipitado (figura 31), nos mostrou também como o eucalipto é inserido na produção da empresa, tendo a Q.V. uma serraria própria.

Figura 31: Produção do Carbonato de Cálcio Precipitado na Q.V., Barra do Piraí/RJ



Fonte: Arquivo pessoal do autor. 2011.

Visando a atender a sua própria demanda de lenha, a Q.V criou em 1984 a Q.V Florestal, com o objetivo de produzir madeira para ser utilizada como combustível nas caldeiras da própria Q.V. Neste sentido, a empresa adquiriu 1.800 hectares de terras na região do Médio Paraíba/RJ, sendo três fazendas em Piraí (na beira da rodovia 145 entre Passa Três – Piraí) e uma em Barra do Piraí (Próximo da Rodovia RJ - 393 e da BR Metals, antiga Thyssenkrupp). Possui atualmente em suas quatro fazendas aproximadamente 1.100 hectares com plantio de eucalipto e outros 700 hectares com mata nativa.

Segundo F.L.M., desde o ano de 2003 a Q.V. substituiu completamente o uso do combustível das caldeiras (figura 32), que tinham sido a óleo e depois a gás natural, para lenha. Essa substituição na fonte do combustível das caldeiras proporcionou,

conforme relatou F.L.M. uma significativa redução de CO₂ emitido pela empresa na atmosfera.

Figura 32: Caldeira a lenha da Q.V., Barra do Pirai/RJ



Fonte: Arquivo pessoal do autor. 2011.

Segundo F.L.M, devido à redução significativa da emissão de CO₂ na atmosfera, principal agente causador do efeito estufa e a utilização de madeira de florestas plantadas, a Q.V. teve seu projeto energético reconhecido pela ONU (Organização das Nações Unidas), tornando-se a segunda do estado do Rio de Janeiro a obter esse reconhecimento internacional, pois atendia a todos os regulamentos do Protocolo de Kyoto. Hoje a empresa é uma das poucas no estado que já vendeu crédito de carbono.

De acordo com o seu diretor, a Q.V. Florestal está caminhando para ser autossuficiente na demanda de madeira da Q.V., pois devido ao crescimento do mercado da madeira, a empresa florestal atende, dentro de suas possibilidades de produção de eucalipto, outras empresas com quem mantém relações de parcerias comerciais, tais como a NOBRECEL, de quem adquiriram as mudas clonadas para suas

florestas plantadas e a Saint Gobain Canalizações⁷³ que apesar de também possuir florestas plantadas na região (uma fazenda em Volta Redonda com 2.370ha – maior parte utilizada com plantio de eucalipto), costuma necessitar de madeira para suas caldeiras e solicita à Q.V. Florestal esporadicamente.

Buscando aumentar a produtividade da área plantada com eucalipto, a Q.V. Florestal tem priorizado o replantio com novas mudas clonadas em suas áreas onde já houve corte. As caldeiras da Q.V. utilizam madeira serrada/cavaco (figura 33).

Figura 33: Eucalipto serrado na Q.V., Barra do Piraí/RJ



⁷³ A Saint Gobain Canalizações – antiga Metalúrgica Barbará - possui uma fábrica em Barra Mansa/RJ, e cinco fazendas com plantio de eucalipto no estado do Rio de Janeiro. Cabe lembrar que a empresa possui um acordo com a UFRRJ, segundo o qual a mesma cedeu 700ha para o plantio de eucaliptos, sendo 420ha destinados à Saint Gobain e outros 280ha (40%) a UFRRJ tem o direito de vender ou não a produção para a empresa. A receita gerada com exploração da área e venda da produção é revertida para o Instituto Florestal a fim de equipar os laboratórios, bibliotecas e outros espaços do curso de graduação e pós-graduação do Instituto. Outro fato relevante é que o material lenhoso (eucalipto) é carbonizado em fornos de alvenaria instalados próximos das áreas de plantios, transformados em carvão vegetal, são transportados até a fábrica em Barra Mansa.

Fonte: Arquivo pessoal do autor. 2011.

Com isso, quando há necessidade de suprir a demanda, a Q.V. Florestal busca principalmente em diferentes serrarias (localizadas espacialmente no Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Barra do Piraí, Vassouras, Bananal/SP, Pindamonhangaba/SP e outras) a madeira já serrada.

Questionado quanto à possibilidade de adquirir, por exemplo, o eucalipto de produtores independentes, como os que vêm plantando eucalipto em Valença, F.L.M sinalizou que por possuírem sua própria serraria, é possível incorporar esses produtores como fornecedores, no entanto, reiterou que o objetivo da Q.V. Florestal é atingir a autossuficiência.

Ainda segundo o nosso entrevistado, ao contrário de estados vizinhos como o Espírito Santo e São Paulo, onde as empresas de celulose possuem significativas áreas com florestas plantadas, no estado do Rio de Janeiro, especialmente no mercado regional do Médio Paraíba, a principal utilização da madeira (eucalipto) tem sido como lenha, para atender empresas que a utilizam como combustível para caldeiras e altos-fornos.

Segundo o diretor da Q.V. Florestal, a utilização da madeira é mais rentável, mesmo com todo o maquinário utilizado na serraria industrial (figura 34) da empresa, do que o gás natural ou óleo combustível que utilizavam anteriormente. Quanto ao mercado regional, existem muitas atividades urbanas ou rurais que podem se apropriar da produção local; neste caso, F.L.M. acredita que a abertura de novas serrarias estimulará o aumento do plantio de eucalipto.

Figura 34: Serraria industrial da Q.V., Barra do Piraí/RJ



Fonte: Arquivo pessoal do autor. 2011.

Ainda de acordo com F.L.M, o maior problema para o crescimento do setor de florestas plantadas e do agronegócio do eucalipto na região seria a falta de mão-de-obra qualificada. Pois nem a Engenharia Florestal da UFRRJ nem o Colégio Agrícola de Pinheiral (hoje IFRJ) formam profissionais voltados para este setor.

Estamos há meses procurando técnicos com ensino médio para trabalhar em nossa serraria, recebendo R\$ 2.000,00 por mês, o que não pode ser considerado um salário baixo no mercado, mas não tem profissional com o perfil na região (F.L.M.).

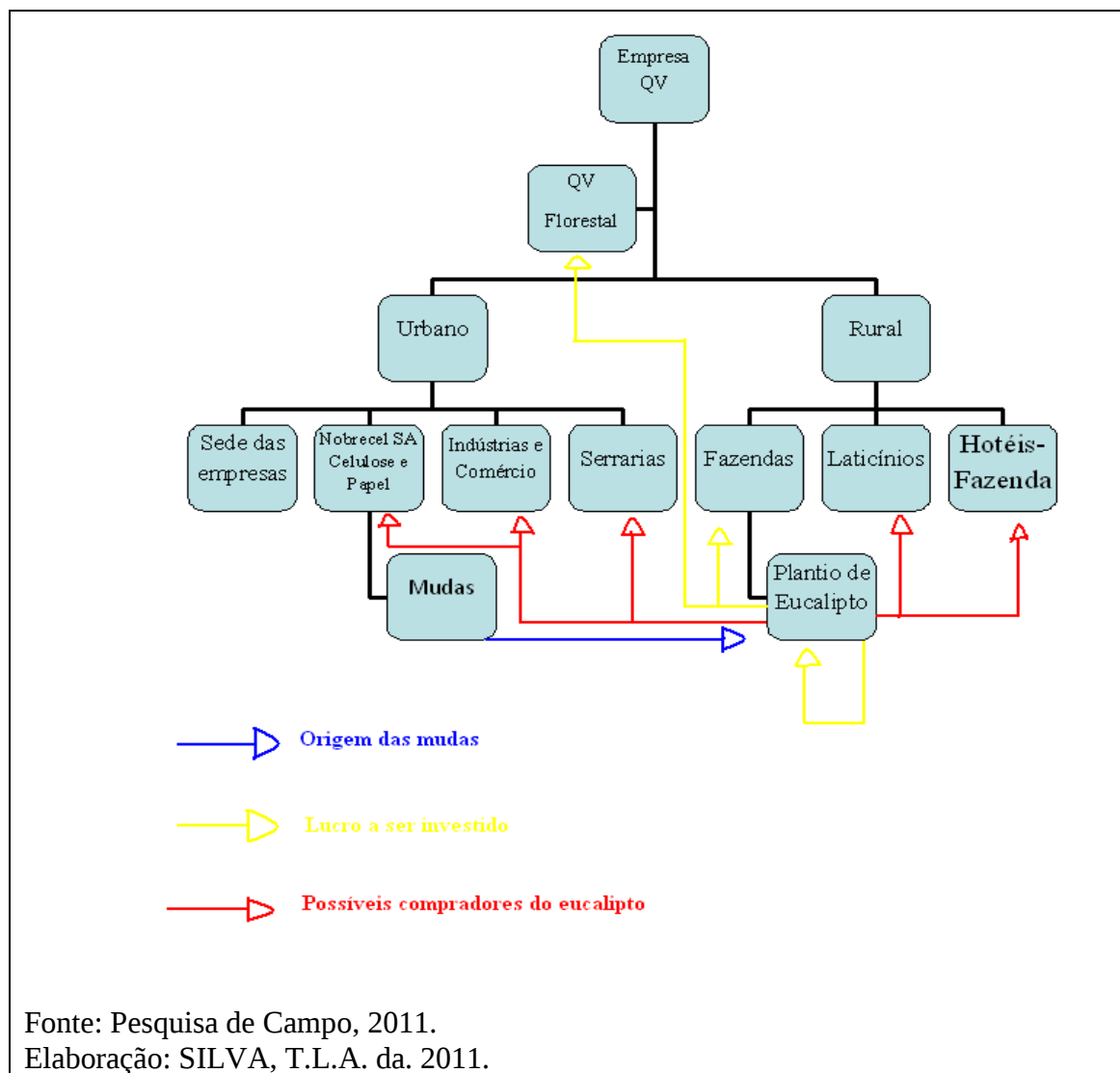
F.L.M. relatou ainda que procurou as instituições citadas e colocou a empresa à disposição para a realização de visitas às áreas com plantio de eucalipto, assim como a serraria, buscando contribuir para a formação de quadro profissional para o setor; no entanto, não houve nenhuma procura por parte de nenhuma das duas instituições.

Outro problema para o setor, apresentado por F.L.M. seria a demora na concessão das licenças ambientais para a realização do plantio. Mesmo com a mudança na legislação em 2007, pouco tem-se avançado na expansão das florestas plantadas com eucalipto no estado. Para finalizar, ele relatou que é formado em Medicina Veterinária pela UFRRJ e vem participando das discussões e encaminhamentos sobre a silvicultura econômica no Rio de Janeiro a partir do Grupo Executivo de Agronegócio da FIRJAN.

Vejamos abaixo as redes territoriais entre o urbano e o rural estabelecidas pela empresa Q.V.

Organograma 8 – Redes Territoriais entre o Urbano e o Rural
Empresa Q.V.

Redes Territoriais entre o Urbano/Rural
Agronegócio do Eucalipto



Assim como os produtores neorrurais do agronegócio do eucalipto em Valença, a empresa Q.V. Florestal estabelece uma rede territorial entre o urbano e o rural devido a diferentes atividades envolvendo o plantio, a comercialização e o consumo interno (pela Q.V.) da produção dos eucaliptos.

4.5 - Redes territoriais urbano-rurais entre os produtores neorrurais do agronegócio de eucalipto em Valença e região

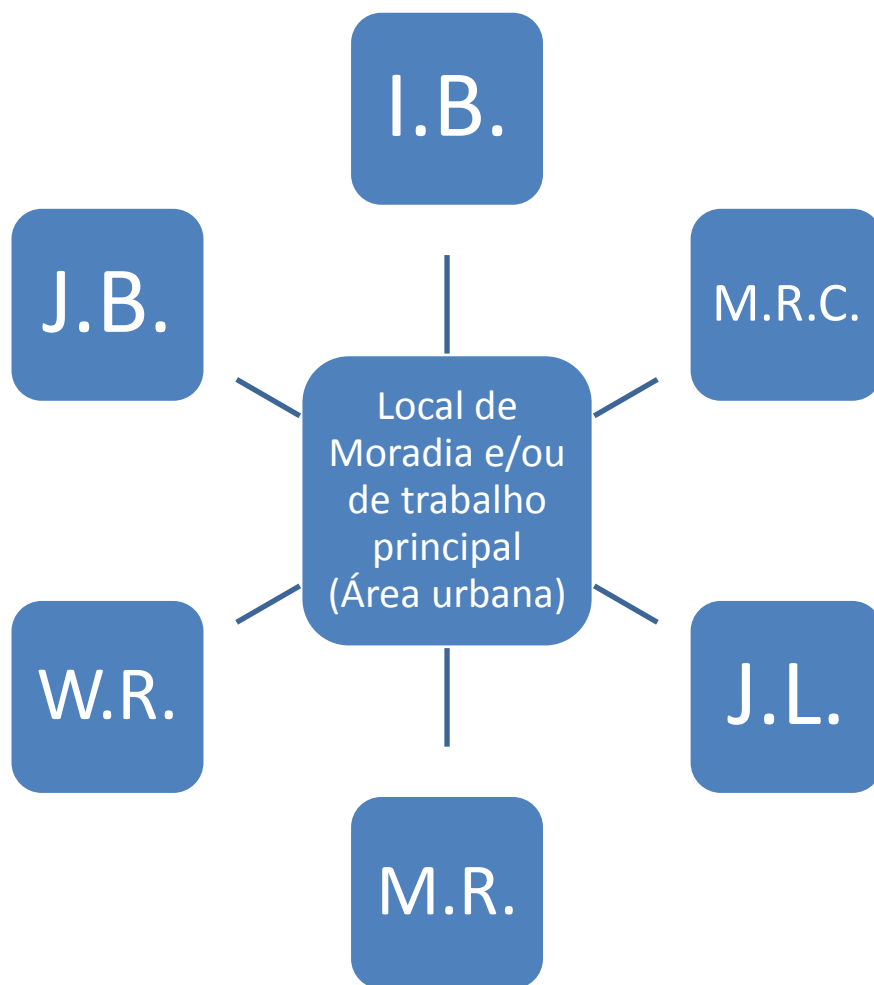
Após descrevermos de forma minuciosa os relatos dos produtores de eucalipto de Valença e região, tal empreitada nos permite confirmar nossas duas hipóteses de trabalho, a saber: i) alguns produtores de eucalipto de Valença e região constituem um setor do agronegócio neorrural (urbano-rural) da produção de eucalipto, territorializado em redes de pequena e média escala para atender à demanda de outros setores do agronegócio ou do empresariado urbano por consumo de madeira e/ou para utilização dessa madeira em suas próprias atividades empresárias; ii) alguns destes neorrurais se relacionam entre si, formando um conjunto de redes territoriais urbano-rurais integradas.

Nossa primeira hipótese de trabalho é comprovada, pois em nossa pesquisa de campo pudemos constatar que o agronegócio do eucalipto em Valença é formado majoritariamente produtores de origem urbana sem experiência anterior com atividades agrárias, que são denominados a partir de nossa reflexão teórica como neorrurais.

Em nossa pesquisa de campo realizamos nove entrevistas, sendo sete produtores com perfis, (ainda que diferenciado entre si) de neorrurais (Giuliani, 1990; Teixeira 1998; Carneiro, 1999). Outros dois casos tratavam-se de empresas que consomem eucalipto, sendo uma (Q.V.F.) produtora de eucalipto para consumo interno e esporadicamente vende parte da produção para outros demandantes do espaço urbano. A outra empresa (Laticínio C.L.) resolveu investir no plantio comercial de eucalipto como uma forma de investimento, existindo a possibilidade de servir para consumo próprio.

Entendemos que o agronegócio neorrural do eucalipto em Valença e na região estabelece uma série de relações sociais e econômicas em rede (Musso, 2004; Marques, 2007) entre o urbano-rural. Tal proposição é evidenciada ao analisarmos o perfil dos produtores, que possuem um forte componente urbano, representado entre outros, pelo fato de morarem na cidade e desenvolverem sua atividade profissional principal também neste espaço (organograma 9), alguns nunca tendo anteriormente desenvolvido atividades produtivas ligadas ao espaço agrário.

Organograma 9 – Local de moradia ou de trabalho principal dos produtores neorrurais de eucalipto de Valença/RJ



Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.
Elaboração: SILVA, T.L.A. da. 2011.

O único produtor que mantém sua residência e tem o seu local de trabalho principal no espaço agrário é o produtor G.C. No entanto, cabe recordamos, como foi apontado no item anterior no qual descrevemos o relato de nossa pesquisa de campo, que este produtor vivia no espaço urbano, mais especificamente num bairro de classe média alta (Barra da Tijuca) da cidade do Rio de Janeiro e por uma questão de cunho pessoal se viu obrigado a residir e desenvolver uma nova atividade profissional, que acabou se tornando a sua principal, sendo esta praticada e administrada (Carneiro, 1999) no meio rural.

Diferentemente dos demais produtores, este caso específico apresenta algumas particularidades que podem nos ser relevantes. Dos produtores de eucalipto entrevistados, C.G., é o que demonstra ser menos capitalizado devido às dívidas acumuladas em sua fazenda. Outro fator relevante é o tamanho da propriedade que é de

2.000ha, bem maior do que dos demais produtores neorrurais entrevistados. O terceiro e último fator é que as demais atividades herdadas por seu pai estão na própria fazenda, em especial o laticínio que tem gerado a maior renda para família. Tais fatores nos parecem significativos para que o produtor G.C., ainda que seja de origem urbana, esteja neste momento estabelecido e desenvolvendo suas atividades no meio rural.

Como apontamos anteriormente, as mudas são adquiridas pelos produtores neorrurais no espaço urbano e utilizadas (plantadas), na maioria dos casos estudados, no meio rural, mostrando como esse tipo de agronegócio tem estreitas relações rurais-urbanas (Carneiro, 1998; Alentejano 1997; Wanderley, 2001 e Sauer, 2003). O mesmo podemos apontar para a futura venda do eucalipto, pois segundo os relatos dos produtores entrevistados, a tendência de venda da produção é para atender o empresariado urbano valenciano e regional, ou seja, para estabelecimentos urbano-industriais, tais como: siderúrgicas, restaurantes, empresas químicas, serrarias etc.

No entanto, a produção do agronegócio do eucalipto de Valença e região poderá atender também à demanda de atividades produtivas desenvolvidas no meio rural, notadamente do próprio agronegócio que está estabelecido na região como o da pecuária leiteira, e atividades como os laticínios e hotéis-fazendas, assim como, para o consumo de algumas fazendas, através do uso do eucalipto como estacas, mourões, suporte para telhados, postes e outros.

No caso de nossa segunda hipótese de trabalho (alguns produtores neorrurais se relacionam entre si, formando um conjunto de redes territoriais urbano-rurais), nossa pesquisa de campo num momento inicial nos apontava para a possibilidade de encontramos no agronegócio do eucalipto em Valença e região produtores que possuem relações entre si, formando assim conjunto de redes territoriais urbano-rurais. No entanto, no decorrer da pesquisa visualizamos que não podemos apontar que os produtores neorrurais de eucalipto estejam todos inseridos numa mesma rede em torno da territorialização (Haesbaert, 2004) da produção de eucaliptos.

A tentativa dos produtores de eucalipto de realizar um contrato de fornecimento de eucalipto para a siderúrgica de Resende, mediada por um deputado estadual e a associação comercial/sindicato rural local, pode ser encarado como o único momento no qual esses produtores neorrurais constituíram uma rede, a partir de interesses em comum.

Por se aglutinarem apenas num determinado período e em busca de um interesse que ao mesmo tempo era coletivo e individual, tal situação demonstra muito bem a flexibilidade e volatilidade que algumas redes podem se constituir.

Ainda que não se tenha constituído uma rede na qual a maior parte dos produtores estejam inseridos, podemos apontar que alguns produtores neorrurais relacionam entre si, constituem redes territoriais entre o urbano e o rural.

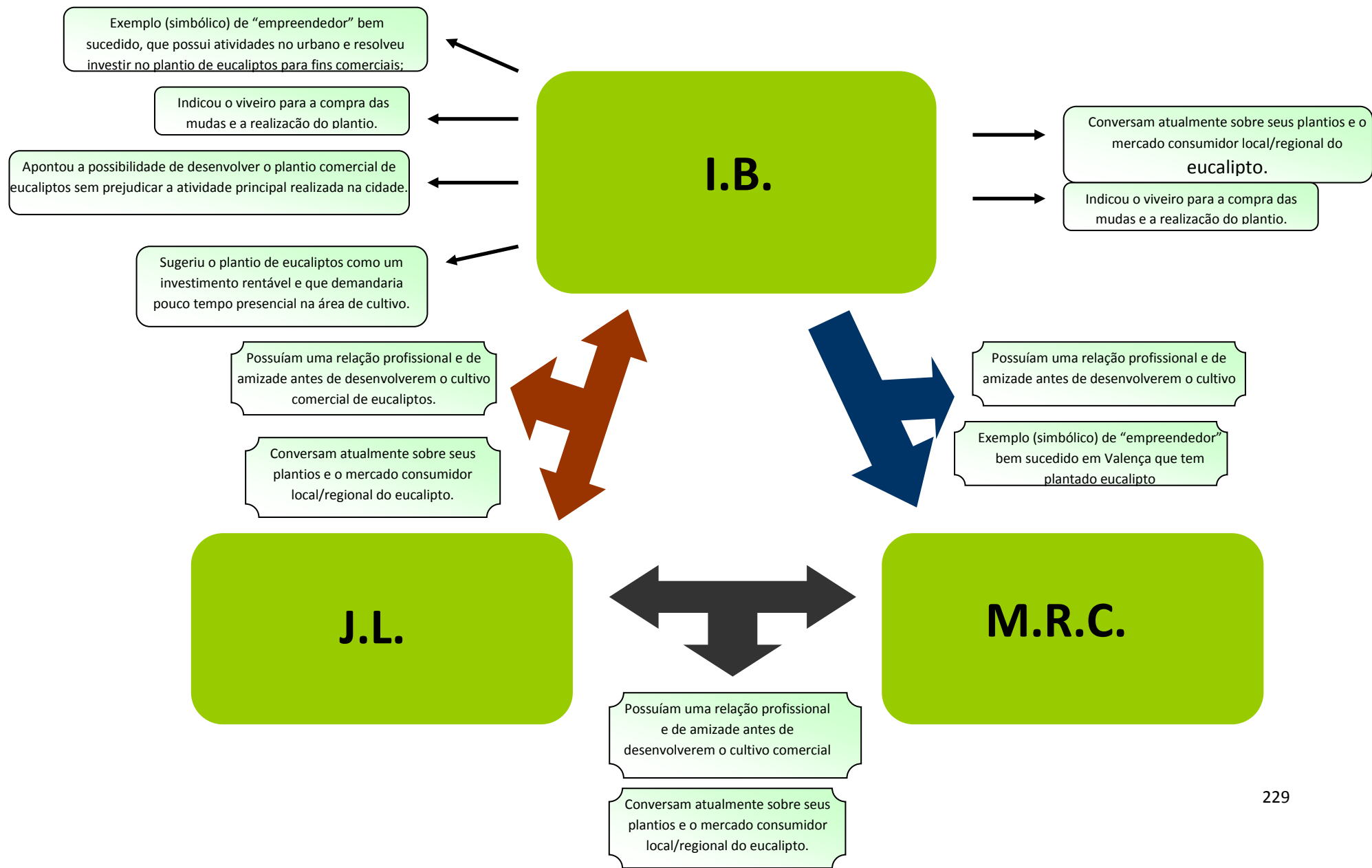
Dentre os produtores neorrurais que formariam essa rede territorial, constituída por relações profissionais, de amizade e de interesse em torno do agronegócio do eucalipto, temos os produtores I.B., J.L., e M.R.C.

Como apontamos no item anterior, estes produtores antes de começarem a plantar eucaliptos com fins comerciais, possuíam relações profissionais entre eles, já que M.R.C., por ser advogado, presta serviços tanto para I.B. quanto para J.L. Poderíamos incluir, ainda, na rede entre estes três produtores, o laticínio C.L., já que os produtores possuem ou já possuíram algum tipo de relação com a empresa. Vejamos os casos: I.B., atualmente é um dos proprietários do laticínio, devido à herança deixada por seu pai; J.L. trabalhou anos como gerente do laticínio e neste emprego conheceu tanto M.R.C., quanto I.B.; já M.R.C. ainda hoje é advogado do laticínio C.L. e também dos dois produtores citados.

Essa relação profissional entre os três produtores no decorrer dos anos acabou por se transformar também numa relação de amizade e confiança. Essa relação simbólica foi fundamental para que tanto J.L. quanto M.R.C. resolvessem plantar eucaliptos, pois ambos não possuíam uma experiência prática com atividades desenvolvidas, sobretudo, no espaço agrário. Com isso, o fato de I.B. ter plantado eucalipto, mesmo possuindo outras atividades profissionais, especialmente urbanas, aliado à confiança e ao reconhecimento que I.B. tem como uma pessoa “bem sucedida” nos negócios foi fundamental para que J.L., e M.R.C. se lançassem nesta nova atividade comercial, com incentivo e orientações iniciais de I.B., que, por exemplo, indicou para os dois produtores o viveiro onde eles adquiriram as mudas (o mesmo de I.B) e a assistência técnica para realizar o plantio, assim como apresentou um panorama das potencialidades de venda da madeira de eucalipto em Valença e região.

Vejamos no organograma abaixo a ilustração das relações (rede) entre os três produtores citado acima.

**Organograma 10 – Rede territorial entre os produtores neorrurais I.B., J.L. e
M.R.C.**



Cabe destacar que a rede territorial entre os três produtores neorrurais perpassa tanto o espaço urbano quanto o rural. Os três produtores residem e possuem suas atividades principais no espaço urbano. No entanto, o desenvolvimento do plantio para fins comerciais de eucaliptos são desenvolvidos no espaço agrário valenciano. Segundo o relato dos três produtores, a perspectiva de investimento do futuro lucro a ser obtido com a venda da produção deve ser (re)investido em suas atividades profissionais principais, novos investimentos urbanos e no próprio plantio dos eucaliptos, através, por exemplo, do aumento do número de pés de eucaliptos plantados ou mesmo aquisição de novas áreas.

Neste sentido, a trajetória de apresentação das experiências e relatos obtidos na pesquisa de campo apontadas no item anterior não foi uma mera opção de organização das informações, mas sim reflexo da constituição de uma rede territorial urbano-rural de pequena escala em torno de três produtores neorrurais de eucalipto de Valença, ainda que esta rede não seja referente somente ao agronegócio do eucalipto, mas esta faça parte integrante das relações sociais e econômicas desses estes três indivíduos entre si, ou seja, é (mais) um elemento nas relações sociais e de identidade entre eles.

Com isso não pode ser descartado a formação (formal) de uma rede entre os produtores, como ficou evidenciado na tentativa dos produtores locais de eucalipto de se organizarem buscando uma parceria com a siderúrgica de Resende, com o objetivo de fornecer eucalipto para o alto-forno da empresa. Não será supressa para nós se no período do corte dos eucaliptos estes três produtores (e outros) se organizarem em busca de novos compradores, tanto na escala local quanto regional, visando uma melhor forma de venda, corte e transporte dos eucaliptos. É importante recordarmos que em relação ao mercado consumidor local/regional da madeira oriunda de eucaliptos, os três produtores apontaram basicamente as mesmas empresas ou setores econômicos como possíveis compradores.

Em relação aos demais produtores, ainda que não mantenham contato entre si referente aos seus plantios comerciais de eucaliptos, encontramos em nossa pesquisa de campo algumas semelhanças entre eles e, sobretudo, pontos (nós) que interligam estes produtores ainda que de forma indireta. Um desses nós entre os produtores de eucalipto de Valença e região se dá na origem das mudas clonadas que adquiriram para realizar seus plantios.

As mudas clonadas (Goodman, Sorj e Wilkinson, 1990) foram compradas em apenas duas empresas, que possuem localização espacial e finalidades diferenciadas. Parte dos produtores adquiriram as mudas num viveiro próximo a Juiz de Fora em Minas Gerais, já outra parte possui mudas que foram compradas na empresa NOBRECCEL SA Celulose e Papel, situada em Pindamonhangaba/SP. Tal situação é importante, pois demonstrar que o agronegócio neorrural do eucalipto em Valença desenvolvido, sobretudo, por produtores neorrurais está para além da escala local, ou seja, perpassa diferentes escalas geográficas, diferentes relações sociais e econômicas e espaços urbanos e rurais.

No caso da empresa Q.V.F., situada em Barra do Piraí, essa relação é emblemática, pois essa empresa adquiriu as mudas da NOBRECCEL SA Celulose e Papel, no entanto essas mudas são plantadas nos municípios de Piraí e Barra do Piraí, na região do Médio Paraíba, interior do Estado do Rio de Janeiro. O plantio de eucalipto desenvolvido pela empresa Q.V.F., é utilizado como lenha nas caldeiras da Q.V., em Barra do Piraí. Contudo, segundo o relato do gerente da Q.V.F., acontece da empresa Q.V.F. vender parte da sua produção de eucaliptos para a própria NOBRECCEL (Muller, 1982; Kageyama *et al.*, 1987), de quem adquiriu as mudas que utiliza o eucalipto na fabricação de papel-cartão e papel para imprimir e escrever (Bracelpa, 2009).

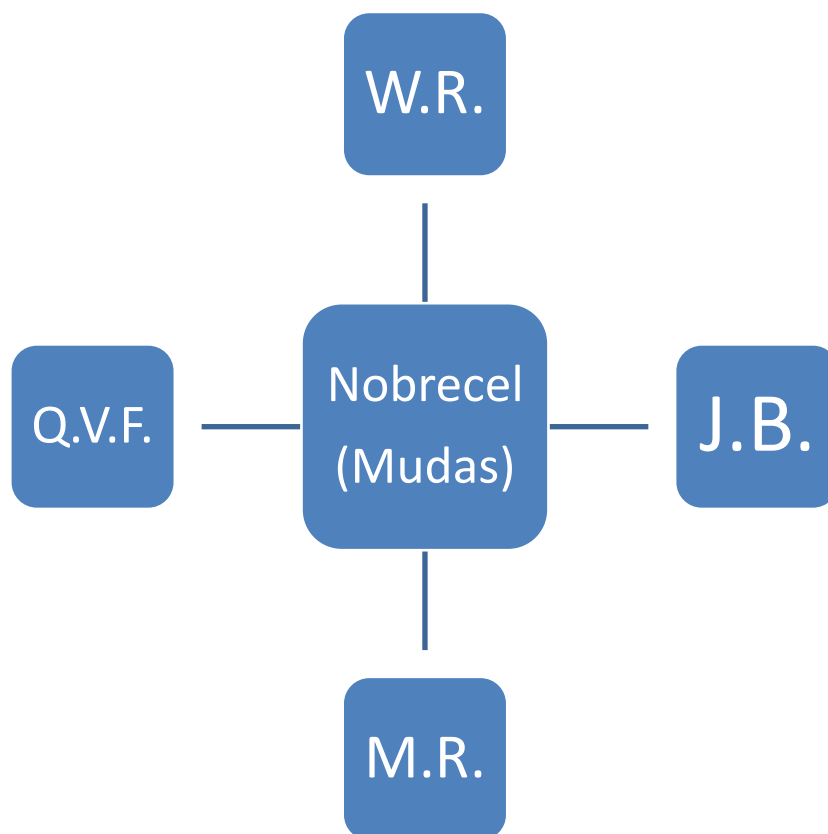
Organograma 11 – Rede territorial urbano-rural entre a Q.V.F. e a NOBRECCEL SA Celulose e Papel



Fonte: Pesquisa de Campo, 2011
 Elaboração: SILVA, T.L.A. da. 2011.

Ainda no que se refere à utilização de mudas clonadas originadas da NOBRECEL, temos ainda os produtores, J.B., M.R., e W.R., que têm em seus plantios mudas da mesma origem.

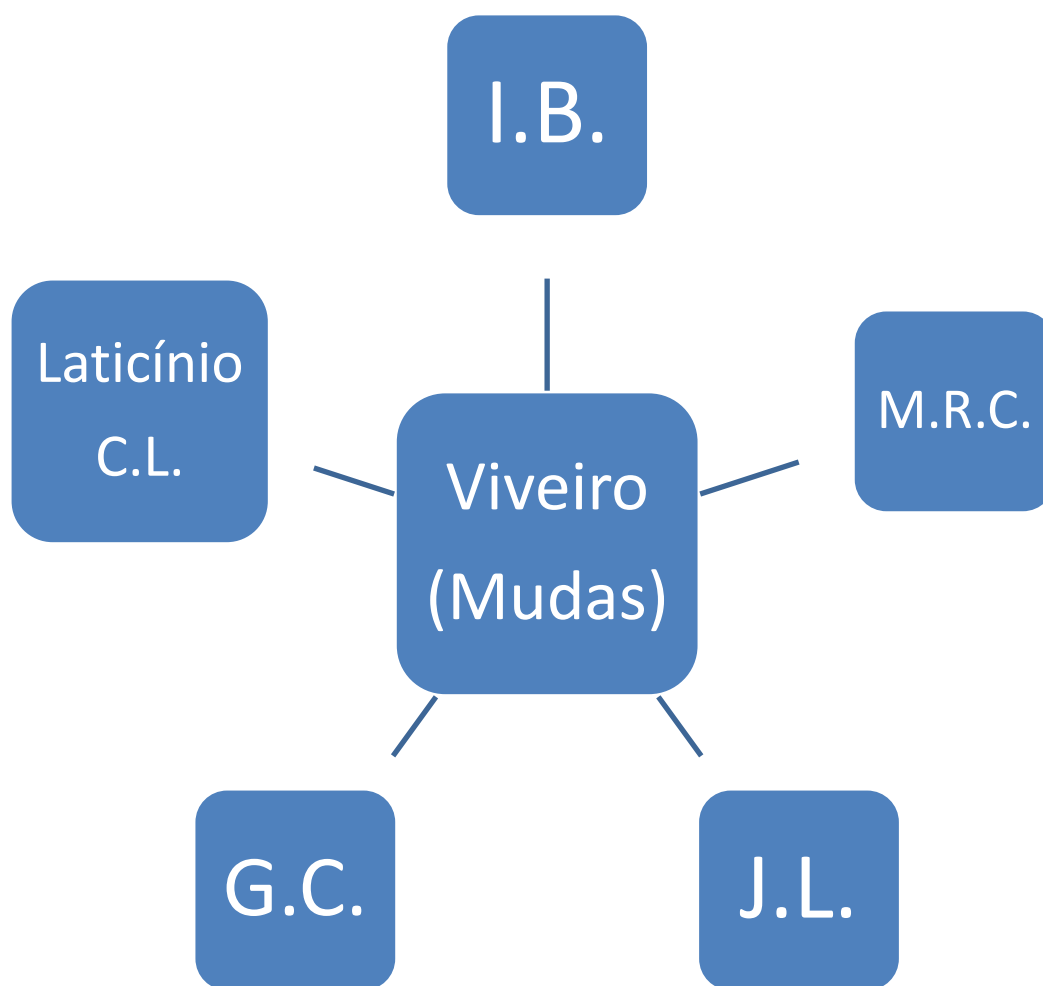
Organograma 12 – Produtores de eucalipto de Valença e região que utilizaram mudas da NOBRECEL



Fonte: Pesquisa de Campo, 2011
Elaboração: SILVA, T.L.A. da. 2011.

Já em relação às mudas clonadas adquiridas no viveiro de Juiz de Fora, a escolha de três produtores (I.B., J.L., e M.R.C.) e do laticínio C.L. se explica pela rede constituída por esses produtores (descrita acima), que tem em I.B. o pioneiro da atividade comercial. Cabe destacar que o produtor G.C., apesar de não compor a rede territorial dos produtores citados acima, também adquiriu suas mudas no mesmo viveiro, porém este fato, segundo nosso entrevistado (G.C.), se deu devido a uma pesquisa pessoal e a proximidade do estabelecimento com a fazenda.

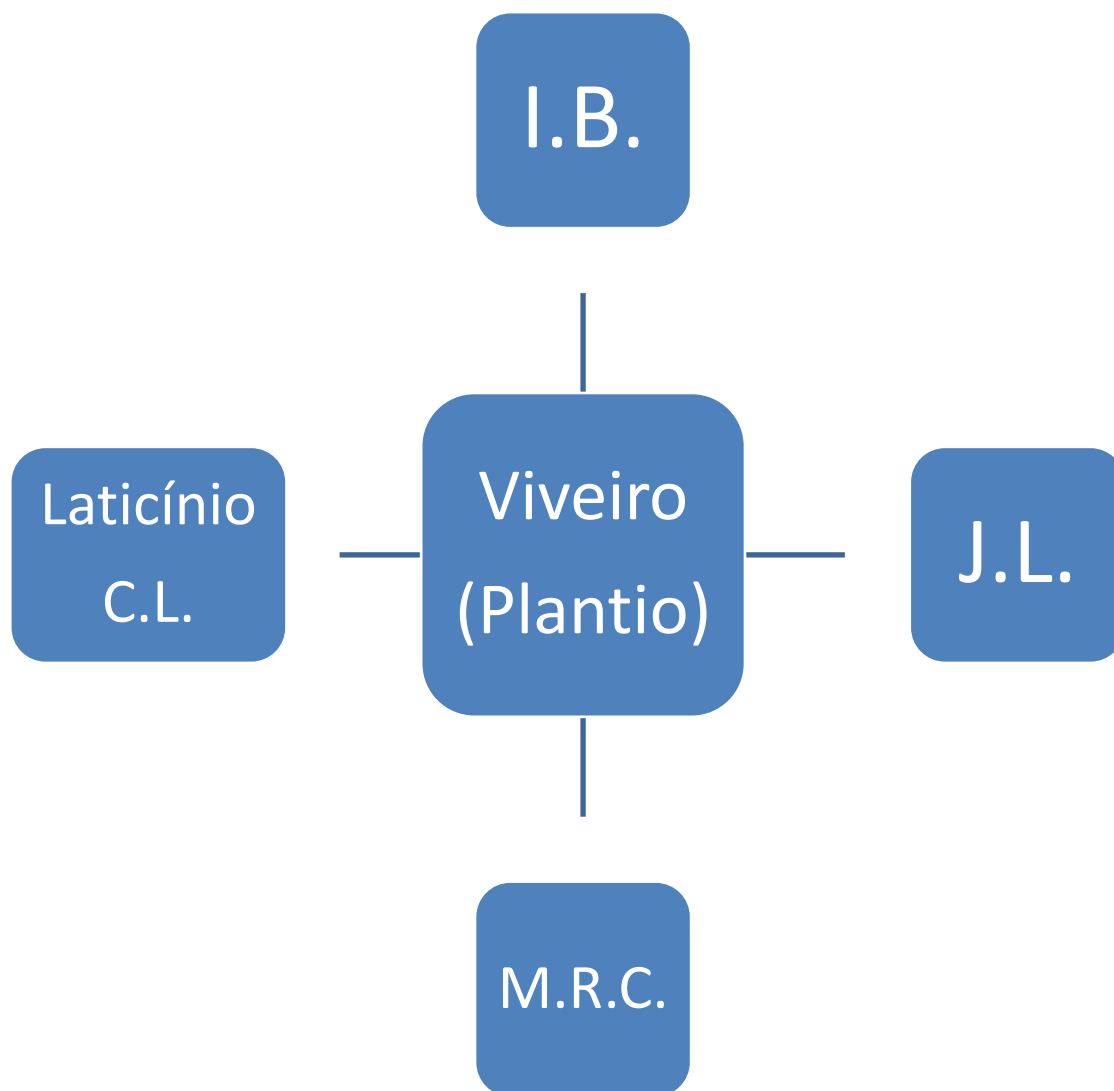
**Organograma 13 – Origem das mudas (viveiro) e produtores de eucalipto em
Valença e região**



Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.
Elaboração: SILVA, T.L.A. da. 2011.

No que tange à assistência técnica, todos os entrevistados relataram não possuir nenhuma colaboração por parte da EMATER; com isso, buscaram na assistência privada uma alternativa. Sendo assim, pode-se constatar a partir da pesquisa de campo que, dos produtores de eucalipto que obtiveram suas mudas no viveiro em Juiz de Fora, apenas o produtor G.C. não contratou a assistência técnica da empresa, fazendo juntamente com os funcionários da Fazenda S.F. a etapa do plantio dos eucaliptos. Os demais (I.B., J.L., M.R.C., e Laticínio C.L.) compraram as mudas e contrataram a assistência técnica do viveiro para a realização do plantio e da adubação.

Organograma 14 – Origem da assistência técnica (viveiro) e produtores de eucalipto de Valença e região



Fonte: Pesquisa de Campo, 2011
Elaboração: SILVA, T.L.A. da. 2011.

Já os produtores W.R., e M.R., contrataram uma assistência técnica autônoma, ou seja, um engenheiro florestal ficou encarregado de realizar o plantio e a adubação, além de comprar as mudas, que foram adquiridas na NOBRECEL.

Organograma 15 – Origem da assistência técnica (Engenheiro Florestal) e produtores de eucalipto de Valença e região



Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Elaboração: SILVA, T.L.A. da. 2011.

O produtor J.B. terceirizou a etapa inicial da sua produção, contratando uma empresa especializada em serviços florestais denominada de P.B., que ficou encarregada de comprar as mudas (que foram adquiridas na NOBRECCEL), realizar o plantio e a adubação, entregando o plantio para o proprietário com nove meses, tendo sido realizadas três adubações e uma poda.

Já a empresa Q.V.F., por desenvolver o reflorestamento com fins comerciais, possui funcionários e maquinário próprios; com isso, não necessita contratar assistência técnica. No momento, a empresa ainda não possui seu próprio viveiro de mudas. O produtor G.C também não contratou assistência técnica, realizando o plantio juntamente com os funcionários da fazenda S.F.

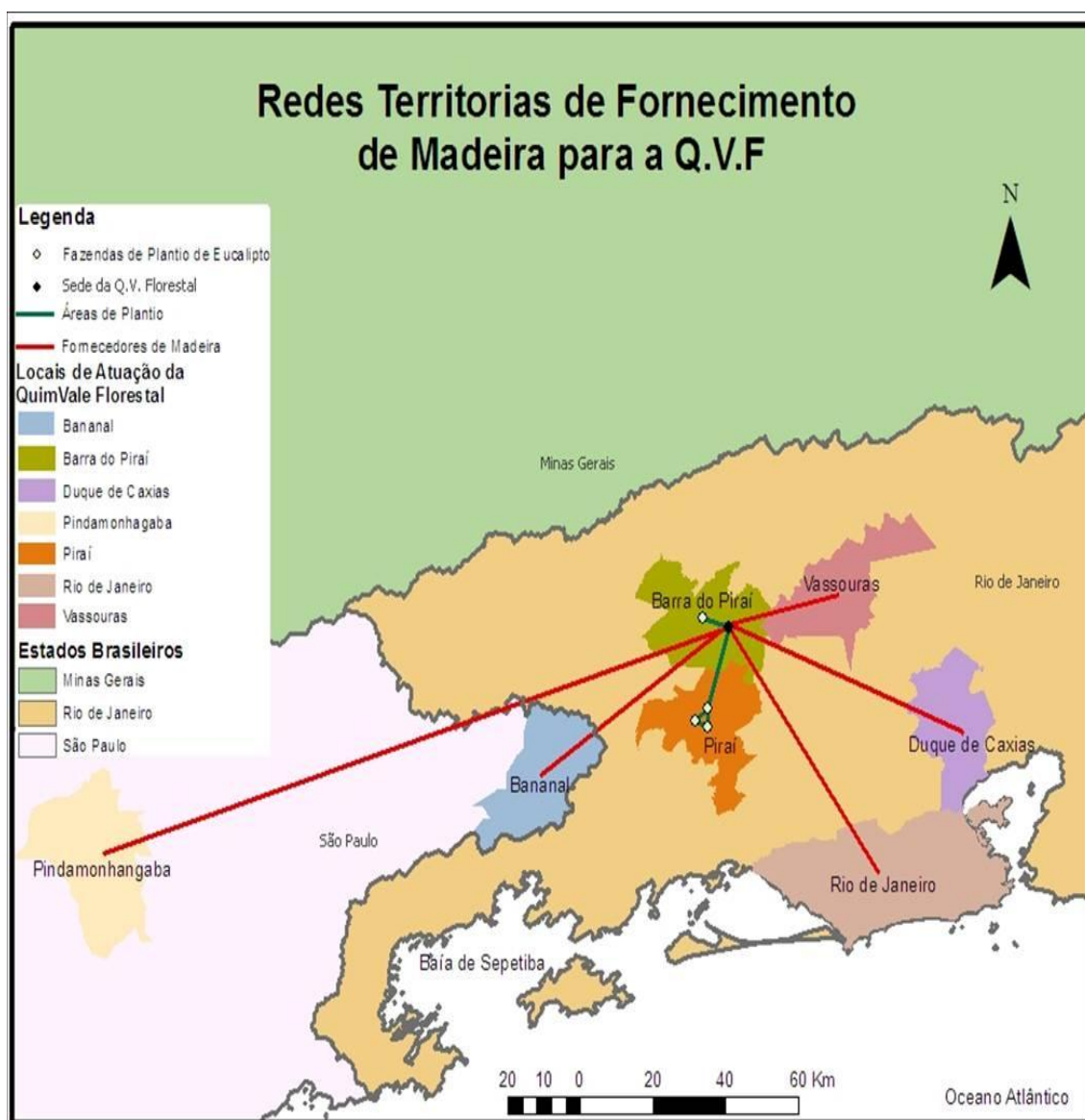
Organograma 16 – Produtores de eucalipto que realizaram o plantio de forma autônoma



Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.
Elaboração: SILVA, T.L.A. da. 2011.

Cabe destacar que, mesmo tendo sua própria produção de eucaliptos, a Q.V. Florestal necessita esporadicamente de madeira, que é adquirida a partir de uma rede territorial de fornecedores (figura 35), sobretudo serrarias, que estão territorializadas em municípios do estado de São Paulo e do Rio de Janeiro, evidenciando assim, uma rede mais complexa se comparada à dos produtores neorrurais valencianos, estando essa rede relacionada ao agronegócio empresarial do eucalipto.

Figura 35 – Mapa das redes territoriais de fornecimento de madeira para a empresa Q.V. Florestal



Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Elaboração: SILVA, T.L.A. & MAGALHÃES, S. 2011.

Visto o exposto acima, entendemos que o agronegócio do eucalipto em Valença e região, está se formando sobretudo impulsionado pela participação de produtores neorrurais que estabelecem individualmente e entre si um conjunto de redes territoriais urbano-rurais em torno da produção.

Conclusão

Esta dissertação concentrou-se em analisar o crescimento do plantio comercial de eucaliptos em Valença/RJ, bem como as redes territoriais estabelecidas pelos produtores entre o urbano e o rural. Para tanto, buscou-se durante a pesquisa de campo conhecer o perfil desses produtores a fim de caracterizá-los e compreender-se como tem se estabelecido não só o agronegócio do eucalipto, mas as relações entre produtores e possíveis consumidores da produção de madeira local.

O recorte espacial local/regional vem apresentando nas últimas décadas tanto no espaço urbano quanto no espaço agrário um dinamismo econômico. A região do Médio Paraíba é hoje a segunda mais industrializada do estado do Rio de Janeiro e vem desde a década de 1990 sofrendo um processo de reestruturação produtiva (Godinho, 2003). Valença não acompanhou o ritmo de industrialização de outros municípios da região, que se transformou num importante polo metal-mecânico.

A indústria têxtil por muitas décadas teve um papel significativo no contexto industrial valenciano. Hoje este território vem apresentando não só um crescimento industrial com a instalação de novas indústrias — atraídas pela nova lei de incentivos fiscais que reduziu o ICMS de 19% para 2% — mas também a diversificação, pois além de empresas têxtil e o fortalecimento dos laticínios, indústrias de diferentes setores, como farmacêutico, metalúrgico e alimentício têm se instalado em Valença.

A importância dos laticínios tanto em Valença quanto nos demais municípios da região está atrelada à importante pecuária leiteira, atividade que domina o espaço agrário valenciano e regional, sendo o município aqui estudado o maior produtor de leite do estado. Neste sentido, as agroindústrias ligadas ao setor de laticínios utilizam parte da produção leiteira do local e são significativas para sua economia. Além da pecuária leiteira, o turismo rural/histórico tem sido uma atividade que tem conquistado território tanto na região quanto em Valença, tendo em vista a herança deixada pelo auge da atividade cafeeira na região, representada entre outros pelos grandes casarões dos antigos “Barões do Café”, que hoje foram reapropriados e ressignificados pela atividade do turismo.

Com as características urbano-industriais e agrárias apresentadas ainda que de forma sucinta, tanto no nível regional quanto local, encontrou-se um território que apresenta condições socioeconômicas e “ambientais” que “favoreceriam” o cultivo de

eucalipto (em larga escala) para fins comerciais. No entanto, se nos estados vizinhos ao Rio de Janeiro o plantio comercial em larga escala de eucaliptos está atrelado e impulsionado por grandes corporações ligadas ao setor de papel e celulose ou a siderurgia, a região e, sobretudo, o município de Valença, por não ter a atuação de nenhuma grande empresa de papel e celulose que necessite ou cultive eucaliptos em larga escala, encontra-se num processo de formação desse agronegócio do eucalipto.

Mas, o que o diferencia de outros territórios é o caráter autônomo com o qual os produtores locais têm investido nesta atividade, não possuindo nenhum tipo de financiamento público ou privado ou mesmo contrato de compra da produção por alguma empresa, como demonstrado na pesquisa de campo.

Outra característica marcante e bastante peculiar que se encontrou neste objeto de estudo foi com relação aos atores sociais envolvidos na produção de eucaliptos para fins comerciais, sobretudo pessoas de origem urbana com pouca ou nenhuma experiência anterior com atividades produtivas ligadas ou desenvolvidas majoritariamente no rural. Com isso, apoiando-se em referenciais teóricos, tais atores foram denominados neorrurais (Giuliani, 1990; Teixeira, 1998 e Carneiro 1999).

O fato de os neorrurais do agronegócio do eucalipto de Valença possuírem outras atividades comerciais, que possibilitam aos mesmos suprir suas necessidades de reprodução social e também obter um capital excedente para novos investimentos, parece primordial para que estes atores, como apontado em seus relatos obtidos no trabalho de campo, não vislumbrem num acordo de compra e venda com empresas urbano-industriais um “bom negócio”, tendo em vista, segundo os próprios produtores, a baixa lucratividade desta modalidade de venda da produção.

Neste sentido, por desenvolverem outras atividades econômicas, sobretudo de caráter urbano-industrial, os neorrurais buscam acompanhar o contexto político e o desenvolvimento econômico local/regional. Com isso, a instalação de novas empresas e o fortalecimento os laticínios é apontado pelos produtores como positivos para quem planta (ou pretende plantar) eucalipto em Valença, tendo em vista a possibilidade do aumento da demanda por madeira, ou seja, um aumento da procura e diversificação do mercado para venda do eucalipto.

Buscando compreender a dinâmica socioespacial em curso em Valença, buscou-se no decorrer desta dissertação comprovar as hipóteses de trabalho apresentadas ao longo do trabalho. Neste sentido, ao longo dos quatro capítulos aqui desenvolvidos, foi

apresentado e comprovado de forma teórica e empírica que produtores neorrurais de eucalipto de Valença e região constituem um setor do agronegócio do eucalipto que está territorializado através de relações entre o urbano e o rural, visando a atender a demanda de outros setores do agronegócio ou do empresariado urbano por consumo de madeira e/ou para utilização dessa madeira em suas próprias atividades empresarias; assim como o fato de alguns dos produtores neorrurais se relacionarem entre si, formando um conjunto de redes territoriais urbano-rurais integradas.

Para isso, no primeiro capítulo, intitulado “A relação entre território, redes (urbano-rurais) e os neorrurais do agronegócio do eucalipto em Valença e região”, expôs-se a base teórico-conceitual. Assim, o capítulo apresenta de forma esmiuçada e correlacionada os conceitos de território, rede, rural-urbano, agronegócio e neorrural.

A partir de tais conceitos, analisou-se a dinâmica de territorialização (Haesbaert, 2004) do agronegócio do eucalipto em Valença (RJ) e região, tendo como foco o papel que os produtores neorrurais valencianos têm no cultivo para fins comerciais do eucalipto. A partir da concepção de território-rede (ou redes territoriais), identificou-se uma rede social e econômica entre alguns produtores e relações territoriais vinculadas ao rural e ao urbano associadas ao agronegócio do eucalipto e aos demandantes de madeira.

Neste sentido, após realizar-se a pesquisa de campo, na qual se entrevistaram dois empresários urbano-industriais que possuem empresas que plantam eucaliptos para fins comerciais e sete produtores de origem urbana — os neorrurais —, ficou evidente que estes atores sociais são predominantes e significativos no atual desenvolvimento do agronegócio do eucalipto em Valença.

Neste sentido, a territorialização do agronegócio do eucalipto faz parte de relações sociais e econômicas cada vez mais complexas, em que o urbano e o rural acabam em muitos momentos por estar interligados e integrados (em redes), não podendo ser analisados como espaços duais e dicotômicos, ou mesmo tendo o urbano como centro de comando, subordinação e em uma expansão inexorável que levará ao desaparecimento do rural (Lefebvre, 2001; Graziano da Silva, 1996 e Rua, 2002).

No segundo capítulo, “Das florestas nativas de coníferas ao agronegócio do eucalipto no Brasil”, abordou-se a constituição da silvicultura comercial no Brasil, tendo como foco as plantações de eucalipto para fins comerciais, sobretudo das empresas de papel e celulose.

Tal esforço de análise foi primordial pois, ao se reconstruir o debate da implantação da silvicultura comercial na escala nacional e visualizar-se o atual processo de territorialização de plantações homogêneas de eucalipto em larga escala para fins industriais, possibilitou-se compreender que o fato de grandes corporações, sobretudo do setor papel e celulose, não atuarem diretamente no processo de expansão territorial das plantações comerciais de eucaliptos em Valença, associando a demanda crescente de indústrias locais/regionais de diferentes setores da economia e do próprio agronegócio local, resultando num mercado consumidor crescente, acabou por incentivar e possibilitar a atuação dos neorrurais como atores sociais significativos para a formação do agronegócio do eucalipto em Valença e região.

O agronegócio do eucalipto em Valença e região não tem seguido os ditames das grandes redes nacionais/globais ligadas às grandes corporações da cadeia produtiva do agronegócio do eucalipto e de grandes empresas urbano-industriais consumidoras dessa madeira. No entanto, no que pese a comparação, existem na cadeia do agronegócio do eucalipto estudada algumas semelhanças com os processos globais, tendo em vista que, segundo os relatos dos produtores entrevistados, os principais demandantes (em grande escala) de madeira da região seriam empresas urbano-industriais, assim como se viu que acontece no Brasil no decorrer do segundo capítulo.

Buscou-se dar um caráter mais geográfico, ilustrativo, mas, sobretudo, tentando explicitar e ratificar como as grandes corporações nacionais e transnacionais exercem um papel de comando na territorialização em larga escala do plantio de eucaliptos com fins comerciais no Brasil. Lançou-se mão de uma série de gráficos, tabelas e mapas, nos quais foi apresentado, a partir de dados primários, esse controle e comando das grandes empresas neste setor da economia, marcado por redes territoriais entre o urbano e o rural, e que acontece em diferentes escalas geográficas.

Neste sentido, no decorrer do terceiro capítulo foi abordada a tentativa (jurídico-política) de (re)construção de um projeto de silvicultura comercial de larga escala no estado do Rio de Janeiro (Pedlowski e Foeger, 2004). Para isso, a análise da nova legislação, lei 5.067/2007, abre a possibilidade do desenvolvimento da silvicultura comercial no Rio de Janeiro, e a portaria nº. 204, de 8 de julho de 2007, sugere que o cultivo de eucalipto possa ser realizado em 88 (95,6 %) dos 92 municípios do estado, tendo toda a região do Médio Paraíba, o recorte espacial regional desta pesquisa, sido indicada como apta para o desenvolvimento dessa atividade comercial.

Neste sentido, antes de se abordar de forma mais pormenorizada a análise socioespacial de Valença, foi necessário realizar uma caracterização da região do Médio Paraíba, apresentando principalmente as características rural-urbanas e as possíveis potencialidades desses territórios (regional/local) para o desenvolvimento do plantio comercial de eucaliptos.

A relevância do recorte regional/local foi ratificada, entre outros, pela análise que se realizou no terceiro capítulo do estudo setorial, denominado “*Estimativa da Área Ocupada por Reflorestamentos no Estado do Rio de Janeiro*”, realizado pela FIRJAN, uma das entidades mais importantes no estado do Rio de Janeiro e que tem procurado articular produtores e empresas demandantes de madeira, sobretudo as de papel e celulose, com o intuito de promover o plantio comercial de larga escala e a indústria de base florestal no estado (FIRJAN 2009).

Tal estudo, além de buscar construir uma estimativa das áreas ocupadas por reflorestamentos, faz um levantamento das áreas passíveis de serem ocupadas por novos reflorestamentos, sobretudo com eucaliptos para fins comerciais visando a desenvolver a silvicultura comercial e as indústrias de base florestal. Os dados estatísticos apresentados por tal pesquisa e retrabalhados aqui permitiram visualizar a atual territorialização das florestas plantadas com eucalipto no estado do Rio de Janeiro. Neste sentido, segundo a pesquisa da FIRJAN (2009), o estado possui 18.427 hectares de florestas plantadas, sendo a região do Médio Paraíba, onde está inserida Valença, aquela com maior área regional plantada com eucaliptos (8.587 hectares) no estado.

Este estudo, juntamente com outros trabalhos que buscam apontar a possibilidade de implantação da silvicultura comercial no estado do Rio de Janeiro, indica que tal atividade, para se desenvolver sem causar prejuízo a outras atividades produtivas tais como a pecuária leiteira, poderá utilizar o grande estoque de terras mal utilizadas (áreas de pastagens) ou degradadas existentes nas áreas rurais do estado.

Com isso, buscaram-se nos dados disponibilizados pelo Censo Agropecuário de 2006 do IBGE o levantamento dessas áreas, cuja parte poderia ser passível de ser reapropriada pelo plantio comercial de eucalipto. Sendo assim, o estado possui 694 mil hectares de áreas com pastagens plantadas ou degradadas (IBGE, 2006). A FIRJAN propõe que, através da parceria entre poder público e investidores privados, a silvicultura comercial ocupe até 2014 pelo menos 100 mil hectares dessa área disponível.

Visando a atualizar os dados sobre o uso do solo e a potencialidade regional do estado para o plantio comercial de eucalipto, ficou regulamentada, a partir da Lei Estadual n. 5.067, aprovada em 09 de julho de 2007, a construção do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do Estado do Rio de Janeiro, que apresentaria as áreas prioritárias para o desenvolvimento da silvicultura comercial.

No entanto, destacou-se nesta pesquisa que, além de estar inserida numa região onde o plantio comercial de eucaliptos já vem se desenvolvendo, Valença possui uma das maiores extensões territoriais do estado, sendo a pecuária extensiva a atividade econômica mais importante no espaço agrário do município, aliada a solos degradados tanto pela pecuária leiteira quanto pela monocultura do café, no passado. Com isso, o município apresenta grande quantidade de terras subutilizadas, 23.753,60 hectares, ou seja, 38% do território valenciano poderiam ser utilizados para reflorestamento comercial com eucaliptos (Filho, 2008) se for considerada a sugestão da FIRJAN para o desenvolvimento dessa atividade econômica.

Já com um desenho regional/local da potencialidade para o desenvolvimento do plantio comercial de eucaliptos e apoiado em referenciais teóricos, buscou-se no quarto capítulo esmiuçar o trabalho de campo (Alentejano & Rocha-Leão, 2006), a fim de contatar e compreender os atores sociais desta pesquisa, os denominados produtores neorrurais e os empresários urbanos do agronegócio do eucalipto em Valença e região. Neste sentido, utilizando sobretudo entrevistas semiabertas (Minayo, 1993; Boni e Quaresma, 2005), nas quais o diálogo com os produtores e os empresários urbano-industriais girou em torno do perfil dos produtores, da realização do plantio e da perspectiva de venda, do contexto regional/local do mercado da madeira e das possíveis relações (redes) entre os produtores de eucaliptos.

A realização da pesquisa de campo foi fundamental para se justificar e, sobretudo, confirmar as hipóteses de trabalho aqui apresentadas. Encontrou-se no recorte espacial o desenvolvimento do plantio comercial de eucaliptos sendo realizado majoritariamente por produtores neorrurais (sete de nove entrevistados) que vislumbram nesta atividade uma forma de investimento secundário da qual poderão obter mais capital excedente, que tende, segundo os próprios entrevistados, a ser reinvestido na atividade profissional principal e mantenedora da reprodução social do produtor e de sua família. No entanto, os produtores apontaram ainda que novos investimentos, assim

como a ampliação da produção de eucaliptos também deverão ser realizados caso o investimento proporcione o retorno de lucratividade esperado.

Com relação ao mercado consumidor da madeira, as empresas urbano-industriais da região foram citadas pelos entrevistados como possíveis compradoras da madeira, pois atualmente estas empresas vêm utilizando eucalipto de diversas formas, mas em especial, como fonte de energia para caldeiras, tendo em vista que o uso de lenha tem sido mais barato que a utilização de outras fontes de energia como o gás natural, que é bastante utilizado na região, segundo os empresários urbano-industriais do agronegócio do eucalipto. O próprio agronegócio local poderá também se apropriar dessa produção de eucaliptos, pois, de acordo com os entrevistados, por ter diferentes funcionalidades, o eucalipto pode ser utilizado em cercas, como postes ou suporte para telhados, e mesmo utilizado nas agroindústrias, como lenha, notadamente nos laticínios locais e regionais.

Com relação às redes territoriais urbano-rurais, as relações estabelecidas pelos produtores de eucaliptos em Valença e região demonstram que desde a compra das mudas clonadas obtidas no urbano (viveiro em Juiz de Fora/MG e na NOBRECCEL S.A. Celulose e Papel em São Paulo), até a futura venda da produção, que pode ter como destino tanto o urbano quanto o próprio rural, a cadeia (rede) do agronegócio do eucalipto é permeada por relações nas quais há constantemente uma complementaridade e/ou integração entre estes espaços.

Ainda que não se tenha encontrado uma rede entre todos os produtores neorrurais do agronegócio do eucalipto em Valença e região, notou-se na pesquisa de campo que pelo menos três produtores (I.B., J.L., e M.R.C.), que já teriam estabelecido entre si relações sociais e econômicas, tiveram a rede entre eles ampliada em virtude do fato de plantarem eucaliptos. Com isso, trocaram experiências entre eles para desenvolver os plantios e comumente conversam sobre o mercado regional/local para a madeira do eucalipto e seus respectivos plantios.

Já os demais produtores, ainda que não formem propriamente uma rede em torno do agronegócio do eucalipto, possuem entre si, pontos (nós) que os interligam. Neste caso, identificam-se como pontos entre eles a origem das mudas clonadas e a assistências técnica inicial para a realização do plantio.

Para finalizar, tendo em vista o que foi exposto e desenvolvido nesta dissertação de mestrado, percebe-se que está em curso em Valença e região a formação do agronegócio do eucalipto, que vem apresentando em sua cadeia produtiva inter-relações

entre o urbano e o rural. No caso específico do recorte espacial ora contemplado, a atuação (em rede) de neorrurais como produtores de eucalipto, sendo atores sociais significativos nesta atividade econômica em Valença, faz deste objeto e da pesquisa um estudo bastante singular, tendo em vista que não se encontraram trabalhos similares durante o levantamento bibliográfico.

Por se tratar de um fenômeno empírico recente, o nosso objeto de estudo, nos proporcionou desenvolver hipóteses de trabalho de caráter descritivas. No entanto, apoiados em outros estudos e, sobretudo em nossa pesquisa de campo, podemos apontar que há uma tendência de uma parcela significativa dos produtores neorrurais de Valença/RJ de se manterem autônomos em relação a possíveis parcerias com grandes corporações consumidoras de madeira ligadas as cadeias produtivas mais amplas do mercado, como por exemplo: a de papel e celulose ou carvão vegetal para siderúrgicas.

Ainda que no futuro haja interesse por parte dos produtores neorrurais em se conectarem as redes nacionais/globais do mercado do eucalipto, acreditamos que esses produtores, venha a se tornar importantes mediadores em uma possível conexão entre os produtores e grandes corporações.

O fato dos produtores neorrurais possuírem outras atividades econômicas, sendo o plantio comercial de eucalipto um investimento secundário que tem combinado com atividades locais realizadas pelos neorrurais, como o turismo rural (hotéis-fazendas), o comércio e a indústria, aliado as condições geomorfológicas locais, que não favoreceria a um plantio de larga escala mecanizado e o diversificado mercado consumidor regional/local da madeira, tem possibilitado a criação de um “ambiente” favorável para o surgimento de um caso de plantio comercial de eucalipto bastante singular.

Neste sentido, nossa pesquisa acabar por chamar a atenção para as múltiplas possibilidades para o mercado da madeira a nível regional e/ou local, demonstrando assim, que o plantio comercial (de larga escala) de eucalipto pode ir além da predominante relação: plantio de eucalipto – setor de papel e celulose – exportação.

A relação entre o plantio de eucalipto e a paisagem rural nos pareceu controversa, pois alguns neorrurais relacionaram o plantio de eucalipto há uma revalorização da paisagem rural local, marcada pelo desmatamento e pelo vazio demográfico. No entanto, em nossa pesquisa de campo, observamos que este mesmo plantio comercial de eucalipto, ainda que não seja realizado por grandes corporações,

não tem contribuído para diminuir o vazio demográfico do espaço rural valenciano, evidenciado pela pouca mão de obra utilizada nas áreas com o plantio de eucalipto.

Ressaltamos que ainda que não tenhamos explorado de forma significativa o caráter conservador das relações sociais que sustentam a produção de eucalipto em Valença/RJ, assim como, em áreas de atuação de grandes corporações do setor de celulose e papel, foi possível observar em nossa pesquisa, por exemplo, a ocorrência de plantio de eucalipto em propriedade com processo de desapropriação em andamento e denúncia de trabalho escravo; trabalhadores rurais responsáveis por cuidar do plantio de eucalipto de neorrurais recebendo salários inferiores ao mínimo.

Outro ponto a ser destacado é o fato de o plantio comercial (em larga escala) de eucaliptos ser ainda uma atividade econômica recente no território fluminense; com isso, existem poucos estudos sobre este tema, os quais dedicaram, em geral, maior atenção ao fomento florestal desenvolvido pela antiga empresa Aracruz Celulose, hoje FIBRIA, nas regiões do Norte e Noroeste Fluminense.

Com isso, esta pesquisa aponta uma nova região onde se espera que novos estudos possam e devam ser realizados, tendo em vista que tanto o município de Valença quanto a região do Médio Paraíba possuem atualmente um forte componente urbano-industrial, associado a grande disponibilidade de terras “subutilizadas” e um agronegócio (do leite) já consolidado, podendo transformar essa região numa importante área para a territorialização do plantio comercial de eucaliptos no estado do Rio de Janeiro.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. Campinas: UNICAMP, 1992.

_____. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999 (Texto para Discussão, n.702)

AB' SABER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil – potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ACIOLI, Sônia. Redes sociais e teoria social: revendo os fundamentos do conceito. **Informação & Informação**. PR, v. 12, número. especial, 2007. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/viewFile/1784/1520>. Acesso em 01 out 2010.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. **Reforma agrária e pluriatividade no Rio de Janeiro: repensando a dicotomia rural-urbano nos assentamentos rurais**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 1997.

_____. As relações campo-cidade no Brasil do Século XXI. In: **Terra Livre**, São Paulo, n.º 21, p. 25-39, 2003.

_____. Assentamentos rurais e conflitos ambientais no Estado do Rio de Janeiro. In: HENRI ACSELRAD (org.) **Conflito social e meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro**. 1 ed. Rio de Janeiro : Relumé Dumará, 2004, p.151 – 177.

_____. A evolução do espaço Agrário Fluminense. In: **Geographia**, Niterói, v. 13, p. 49-70, 2005.

_____ & ROCHA-LEÃO, Otavio Miguez. Trabalho de campo: uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado? **Boletim Paulista**, nº 84, AGB, São Paulo, 2006.

_____ & PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Cabral e o Deserto Verde**. Rio de Janeiro: mimeo, 2007.

AMORIM, Hugo Barbosa. **Desertificação do Noroeste fluminense: um processo a ser revertido**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em <http://www.querodiscutiromeuestado.rj.gov.br/>. Acessado em 05 Nov. 2010.

ANUÁRIO Exame. **Anuário Exame – Agronegócio 2007/2008**. São Paulo: Editora Abril, Abril de 2008, p. 148.

ARACRUZ CELULOSE. **Revista do Produtor Florestal**. Espírito Santo, 2007

ARAÚJO, N. B.; WEDEKIN, I.; PINAZZA, L.A. **Complexo Agroindustrial: o agribusiness brasileiro**. São Paulo: Agrocere, 1990.

ASSEMBLEIA Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. **Lei n.º 4.063/2003**. Rio de Janeiro: 2003.

_____. **Lei n.º 5.067/2007**. Rio de Janeiro: 2007.

BADIE. B. **O fim dos territórios**: Ensaio sobre a desordem internacional e sobre a utilidade social do respeito. Portugal/Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

BANDYOPADHYAY, J. & SHIVA, Vandana. **Inventário Ecológico sobre o Cultivo do Eucalipto**. Tradução: Ana Lúcia da Costa Pereira. Belo Horizonte/MG: Comissão Pastoral da Terra de Minas Gerais, 1991.

BARCELOS, Eduardo Álvares da Silva. **A espacialidade das plantações arbóreas e a integração agroindustrial** - O Programa Produtor Florestal e seus (im)pactos na agricultura Capixaba. Dissertação (Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

_____. & BERRIEL, Maycon Cardoso. Práticas institucionais e grupos de interesse: a geograficidade da bancada ruralista e as estratégias hegemônicas no parlamento brasileiro. **XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária - ENGA**, São Paulo, 2009, p. 1-32.

BECKER, Howard S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

BRACELPA. Setor de Papel e Celulose. Associação Brasileira de Celulose e Papel. **Relatório Estatístico 2007-2008**. São Paulo, 2008.

_____. Setor de Papel e Celulose. Associação Brasileira de Celulose e Papel. **Relatório Estatístico 2008-2009**. São Paulo, 2009.

_____. Setor de Papel e Celulose. Associação Brasileira de Celulose e Papel. **Relatório Estatístico 2009-2010**. São Paulo, 2010.

Batista, Ivone Lopes. **Redes produtivas e novas territorialidades no Sul Fluminense/Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado no Programa de Pós-graduação em Geografia) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. 282p.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Rev. Elet. dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Vol. 2 n.º. 1. jan./jul., 2005, p. 68-80.

BRANDÃO. Antônio Salazar. **Agroindústria e o desenvolvimento regional do estado do RJ**. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em <http://www.querodiscutiromeuestado.rj.gov.br/>. Acessado em 05 Nov. 2010.

BRUNO, R. A. L. A dominação patronal no campo. **Cadernos do Cedi**, Rio de Janeiro, v. 21, 1991, p. 77-91.

_____. **Senhores da Terra, Senhores da Guerra**: a nova face política das elites agroindustriais. Rio de Janeiro: Forense Universitária; UFRRJ, 1997.

CARNEIRO, M. J. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: COSTA, Luiz F. de C.; MOREIRA, Roberto J.; BRUNO, Regina. (Org.) **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 325-344.

CARRERE, Ricardo (Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais). **Informativo Campanha Plantações**: Dez respostas a dez Mentiras. Montevidéu/Uruguai: Secretariado Internacional Maldonado, 2003.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

CASTRO, Demian Garcia. Patrimônio histórico-arquitetônico como marca de qualificação da paisagem: um olhar sobre as fazendas cafeeiras e açucareiras do interior fluminense. In: MARAFON, G. J. & RIBEIRO, M. F (orgs.). **Revisitando o Território Fluminense II**. Rio de Janeiro: Gramma, 2008. p.133-149.

COELHO NETTO, A L.; FERNANDES, M. C., SATO, A.M. e VIANNA, L.G.G. Fronteira de expansão dos plantios de eucalipto no geoecossistema do médio vale do rio Paraíba do Sul (SP/RJ). **Anais I Seminário de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Paraíba do Sul**: o Eucalipto e o Ciclo Hidrológico, IPABHi, Taubaté, 07-09 novembro 2007, p. 367-369.

COELHO NETTO, Ana Luiza et al. **Estudo de Favorabilidade das Terras do Estado do Rio de Janeiro a Múltiplos Usos na escala de 1:100.000**. Rio de Janeiro: Fundação COPPETEC/UFRJ, 2008.

COSTA, Sylvio. Bancada ruralista mantém força. **Congresso em foco**. 2006. Disponível em <<http://congressoemfoco.ig.com.br/Noticia.aspx?id=10691>>. Acessado em 7 de novembro de 2010.

CUNHA, Sandra Baptista da., e GUERRA, Antonio José Teixeira. **Geomorfologia do Brasil**, 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2003.

CURRIEN, N. e GENSOLLEN, M. Réseaux de télécommunications et aménagement de l'espace. **Revue Géographique de L'est**. n° 1, 1985, p.47-56.

DALCOMUNI, S. M. **A implantação da Aracruz Celulose no Espírito Santo** – principais interesses em jogo. Dissertação (Mestrado em Economia), Seropédica, UFRRJ, 1990.

DAVIS, J.H. e GOLDBERG, R. **A concept of agribusiness**. Boston: Harvard Graduate School of Business Administration, 1957.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DELGADO, Guilherme. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. 1a. ed. Campinas: Ícone/Ed.Unicamp, 1985.

_____. **O agronegócio**: realidade e fantasia rondando o país. Brasília: mimeo, 2004.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e informação qualitativa**. 2.ed. Campinas: Papirus, 2001

DIAS, C. R. da S. **Geografia Histórica Ambiental**: uma geografia das matas brasileiras. Tese (Doutorado em Geografia). Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2008. 181p.

DIAS, L. C. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, I. E. de et al. (Orgs). **Geografia**: Conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 141-162.

ABRAF. Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas. **Anuário estatístico da Abraf: ano base 2009**. Brasília: Abraf, , 2010.

_____. Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas. **Anuário estatístico da Abraf: ano base 2008**. Abraf, Brasília, 2009.

DORES, A. M. B.; CHAGAS, F. B.; MATTOS, R. L. G.; GONÇALVES R. M. **Panorama Setorial**: Setor Florestal, Celulose e Papel. Rio de Janeiro, Estudos Setoriais Papel e Celulose BNDES, 2005, p. 107-134.

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. In: **Cadernos de Pesquisa**. no. 115, mar. 2002, p. 139-154.

FANZERES, A. (org.). Temas Conflituosos Relacionados à Expansão da Base Florestal Plantada e Definição de Estratégias para Minimização dos conflitos Identificados. **Relatório para o Programa Nacional de Florestas**. Brasília, Ministério do Meio Ambiente/FAO, 2005. 260p.

FAO. Banco de dados ForeSTAT. FAOSTAT/ONU, 2010.

FAO. **Situación de los bosques del mundo 2009**. Roma, 2009. 158p. Disponível em: <http://www.fao.org/forestry> >. Acesso em 29 Nov. 2010.

FAO. **Global planted forests thematic study**: results and analysis. Roma, 2006. Disponível em <<http://www.fao.org/forestry/site/10368/en>>. Acesso em 29 Nov. 2010.

FIBRIA. **Relatório de Sustentabilidade 2009**. São Paulo, 2010.

FIRJAN. **Estimativa da área ocupada por reflorestamento no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2009.

FONTES, B (org.). **Redes sociais e saúde**: novos desafios teóricos. Recife: Editora da UFPE, 2004.

FUSCO, Fabrício M. O planejamento territorial como instrumento de desenvolvimento local: O Médio Vale do Paraíba Fluminense-RJ. In: MARAFON, Gláucio José e RIBEIRO, Miguel A. (org.). **Revisitando o Território Fluminense**. Rio de Janeiro: NEGEF, 2003, p. 61-84.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara. 1989.

GIULIANI, G. M. **Neo-ruralismo**: O novo estilo dos velhos modelos. RBCS/Anpocs, no. 14, ano 5, out. 1990

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Atlas da questão agrária brasileira**. Presidente Prudente: NERA, 2009. Disponível em <http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas/>. Acesso em 29 Agosto de 2010.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1996.

GOODMAN, D., SORJ, B., WILKINSON, J. **Da Lavoura às Biotecnologias**: Agricultura e Indústria no Sistema Internacional. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **A Crise Agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Complexos agroindustriais e outros complexos**. Revista Reforma Agrária 21(3): 5-34, 1991.

_____. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Editora Unicamp, 1996.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão Agrária e Ecologia**: crítica da moderna agricultura. São Paulo: Brasiliense, 1982.

HAESBAERT, R. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E. de et al..(Orgs). **Geografia**: Conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p.165-205.

_____. Da desterritorialização a multiterritorialidade. In **Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR**, Rio de Janeiro, 2001.

_____. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: Território, Territórios. Niterói: PPGEU-UFF/AGB, 2002, p.17 – 38.

_____. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Beltrand Brasil, 2004.

_____.; LIMONAD, Esther. O território em tempos de globalização. **Etc, espaço, tempo e crítica**, Niterói, v. 1, n. 2, abr./jun. 2007, p. 39-52.

_____. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: HEIDRICH, Álvaro Luiz. et al. **A emergência da multiterritorialidade**: a ressignificação da relação do humano com o espaço. Canoas: Ed. ULBRA; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, pp. 17-29

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo, Ed. Loyola, 12ª Ed., 2003.

_____. O novo imperialismo: acumulação por espoliação. In: **Socialist Register 2004**: o novo desafio imperial. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

HILGEMBERG E. M.; BACHA C. J. C. A evolução da indústria brasileira de celulose e sua atuação no mercado mundial. **Revista Análise Econômica**, n. 19, 2001, p. 145-164.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário de 1995/1996**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 08 de Agosto de 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário de 2006**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 8 de Agosto de 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Sistema de Dados de Recuperação Automática**. SIDRA/IBG, 2010.

JORNAL VALOR ECONOMICO. **Demanda Aquecida Estimula Uso de Carvão Vegetal**. São Paulo, 18 de Junho de 2010. Disponível em http://www.ciflorestas.com.br/conteudo.php?tit=demanda_aquecida_estimula_uso_de_carvao_vegetal&id=3046. Acessado em 27 de Outubro de 2010.

JUVENAL, T. L., MATTOS, R. L. G. **O Setor Florestal no Brasil e a importância do reflorestamento**. Rio de Janeiro, BNDES Setorial, n. 16, set. 2002, p. 3-30.

KAGEYAMA, Angela, *et.al.* **O novo padrão agrícola brasileiro**: do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais. Mimeo, Campinas : UNICAMP, 1987

LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O homem e a serra**. Rio de Janeiro: IBGE, 1968.

LANG, C. **Plantations, poverty and power**: Europe's role in the expansion of the pulp industry in the South. Estados Unidos/Califórnia, 2008, 151p. Disponível em: http://www.wrm.org.uy/publications/Plantations_Poverty_Power.pdf. Acessado em 01 de Outubro de 2010.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LÉVY, P. **As tecnologias da Inteligência**: o futuro do pensamento da informática. Tradução Carlos Irineu da Costa. **Rio de Janeiro**: Ed. 34, 1993.

LIMA, Walter de Paula. **Impactos do eucalipto**. São Paulo: Edusp, 1993.

LIMA DA SILVEIRA, Rogério Leandro. Redes e território: uma breve contribuição ao debate sobre a relação sociedade e tecnologia. **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciências Sociales** - Universidade de Barcelona, Vol. VIII, nº 451, 15 de Junho de 2003,

LIMONAD, Ester. **Os lugares da urbanização** – ocaso do interior fluminense. Tese de Doutorado (FAU/USP). São Paulo: USP, 1996.

MADANÊLO, Daniela H.V.L. O complexo agroindustrial da pecuária de leite no estado do Rio de Janeiro. In: MARAFON, Gláucio José e RIBEIRO, Miguel A.(org.). **Revisitando o Território Fluminense II**. Rio de Janeiro: NEGEF, 2008.

MARAFON, Gláucio J. et al. **Regiões de Governo do Estado do Rio de Janeiro**: uma contribuição geográfica. Rio de Janeiro: NEGEF, 2005.

MARTINI, Augusto J. **O plantador de eucaliptos**: A questão da preservação florestal no Brasil e o resgate documental do legado de Edmundo Navarro de Andrade. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em Historia Social, Universidade de São Paulo, 2004, p.332.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. **Metodologia qualitativa de pesquisa**. São Paulo, v. 30, n. 2. 2004. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext Acesso em: 27 Nov. 2010.

MARQUES, Eduardo. Os mecanismos relacionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, n. 64, jun. 2007, p. 157-161.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. In: **Revista Terra Livre**. São Paulo: Terra Livre, v.18, nº 19, 2002. pp.95-112.

MENDES, J.B. **Estratégias e Mecanismos Financeiros para Florestas Plantadas**. FAO/PNF/MMA, Curitiba, 2005. 68p.

MENDONÇA FILHO, Wilson Ferreira. Diagnóstico e potencial sócio econômico do setor de base florestal do estado do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais e Florestais). Seropédica, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2008, p.141.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**: Teoria, Método e Criatividade. 4ª Ed. Petrópolis: Vozes. 1993.

NADAI, Alacir de.; OVERBEEK, Windfridus.; SOARES, Luiz A. **Plantações de Eucalipto e Produção de Celulose**: promessas de emprego e destruição de trabalho - O caso da Aracruz Celulose no Brasil. Espírito Santo: Fase, 2005.

MINC, Carlos. **É preciso combater o deserto cinza**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em <http://www.ruralnoticias.com>. Acessado em 07 de Setembro de 2010.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia - Pequena História Crítica**. São Paulo, Ed. HUCITEC, 1983.

MOREIRA, Ruy. **O Que é Geografia?** Rio de Janeiro: Brasiliense, 1985.

_____. Da Região à Rede e ao Lugar (A nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo). In: **Revista Ciência Geográfica**, AGB-Bauru, nº.6, abril/1997, p. 1-11

_____. **Pensar e Ser em Geografia**. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. **O pensamento geográfico brasileiro: as matrizes clássicas originárias**. São Paulo: Contexto, 2008.

MULLER, Geraldo. Agricultura e industrialização no campo. **Revista de Economia Política**. 1982.

MUSSO, Pierre. A filosofia da rede. IN: PARENTE, André. **Tramas da rede: Novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação**. Porto Alegre: Sulina, 2004, p. 17-37.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1996.

OLIVEIRA, Danielle Barbosa da Silva de. Reforma agrária e assentamentos rurais no Estado do Rio de Janeiro: uma análise comparativa da política governamental. In: MARAFON, G. J. & RIBEIRO, M. F (orgs.). **A metrópole e o interior fluminense: simetrias e assimetrias geográficas**. Rio de Janeiro: Gramma, 2008.p. 227-264.

OFFNER, J-M. e PUMAIN, D. **Réseaux et territoires: Significations croisées**. Paris: Ed. de l'Aube, 1996.

OFFNER, J-M. "Territorial deregulation": Local authorities at risk from technical networks. **International Journal of Urban and Regional Research**, vol. 24, nº 1, march, 2000, p.165-182.

OLIVEIRA, Floriano J. G. de. **Reestruturação produtiva e regionalização da economia no território fluminense**. Tese de Doutorado em Geografia Humana. São Paulo, FFLCH/Departamento de Geografia/USP, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Jelson. A cara-de-pau da silvicultura: destruição ambiental e violação aos direitos humanos. In: **Direitos humanos no Brasil 2007: Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos**. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2007.

PEDLOWSKI, Marcos A. & FOEGER, Tarcisio J. Transgredindo escalas e estabelecendo parcerias inusitadas na luta pela justiça ambiental: o caso da

mobilização contra a monocultura de eucalipto no Rio de Janeiro. In: ACSELRAD, Henri (org.). **Conflito social e meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

PINHEIRO, Sebastião. **Cartilha do Eucalipto**. Porto Alegre: Fundação Juquira Candiru, 2006, 96p.

PLOEG, J. D. van der. Parmalat: um exemplo europeu de um império alimentar. In: PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p. 107-132.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **Nova onda de violência e devastação no campo brasileiro vista a partir da Geografia**. América Latina en Movimiento, 2008. Disponível em <<http://alainet.org/active/23787>&=es>. Acesso em 5 de Novembro de 2010.

PORTUGAL, Sílvia. **Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica**. Oficina do CES, nº 271. Março de 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA/RJ. **A História de Valença em quadrinhos**. Valença/RJ: Editora Valenciana, 2010.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ed. Ática, SP. 1993.

RANDOLPH, R. **Comunicação, Redes e Novas Espacialidades**. Rio de Janeiro: Workshop Internacional: Comunicação, Espaço e Novas Formas de Trabalho. IPPUR/UFRJ e CFCH/UFRJ, 1996.

RIBEIRO, Miguel A. Considerações sobre o espaço fluminense: estrutura e transformações. In: MARAFON, G. J. & RIBEIRO, M. F (orgs.). **Estudos de Geografia Fluminense**. Rio de Janeiro: UERJ, 2002, p. 13-26.

_____. (org.). **Revisitando o Território Fluminense**. Rio de Janeiro: NEGEF, 2003.

RODRIGUEZ, Maria Elena. & SILVESTRE, Daniel. **Eucalipto/Aracruz Celulose e violação dos direitos humanos**. Rio de Janeiro: FASE/PAD, 2007.

RUA, João. Urbanidades e novas ruralidades no Estado do Rio de Janeiro: algumas considerações teóricas. In MARAFON, Gláucio José & RIBEIRO, Marta Foeppe (orgs.). **Estudos de Geografia Fluminense**. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Infobook Ltda, 2002.

SACK, Robert. **Human Territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: tempo e técnica, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 1996.

_____. O retorno do território. In: SANTOS, Milton et. al. (Orgs.). **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Editora Hucitec: ANPUR, 1997.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. **O Brasil: Território e Sociedade no início do século XX**. São Paulo, Record, 2003.

SATO, Anderson Mululo. **Respostas geo-hidroecológicas à substituição de pastagens por plantações de eucalipto no Médio Vale do Rio Paraíba do Sul: a interface biota-solo-água**. Dissertação (Mestrado do Programa de Pós Graduação em Geografia) Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

SAQUET, M. A. abordagem territorial: considerações sobre a dialética do pensamento e do território. **Anais do I Seminário Nacional sobre Múltiplas Territorialidades**, ULBRA/UFRGS, Canoas, 2004.

_____. **Abordagens e Concepções de Território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAUER, Sérgio. A luta pela terra e a reinvenção do rural. **XI Congresso brasileiro de Sociologia**. Campinas, set. 2003. Disponível em: www.nead.org.br/download.php?form=.doc&id+266. Acesso em: 25 de Agosto de 2010.

SCHNEIDER, Sérgio. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. 253p.

SCOLFORO, José Roberto Soares. **O mundo Eucalipto: os fatos e mitos de sua cultura**. Lavras: UFLA , 2008. 69 p.

SEBRAE. **Informações socioeconômicas dos municípios do Estado do Rio de Janeiro**. 2007. Disponível em: <http://www.sebrae-rj.com.br>. Acessado: em 05 de set. de 2010.

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA. **Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE)**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em http://www.ambiente.rj.gov.br/pages/outros_projetos/outrosproj_pdbsepetiba_zoneamento.html. Acessado em 07 de Novembro de 2010.

SEYFERTH, Giralda. Camponeses ou operários? O Significado da categoria colono numa situação de mudança. **Revista do Museu Paulista**, dezembro, 1983, p. 73-96.

SCARIM, Paulo C. **Territorialidades em Conflito na Construção do Espaço Agrário Capixaba**. Tese (Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia), Niterói, UFF, 2006.

SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola-Centro, 1996.

SILVA, João Luiz de Figueiredo. Questionando o desenvolvimento no pólo metal-mecânico do Médio Vale do Paraíba e na Bacia de Campos: qual é a importância do território?. In: MARAFON, G. J. & RIBEIRO, M. F (orgs.). **Revisitando o Território Fluminense II**. Rio de Janeiro: Gramma, 2008, p.151-178.

SILVA, Thiago Lucas Alves da. **A comunidade Terra Livre: formação, territorialização e interações espaciais no Médio Vale do Paraíba Fluminense**. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Geografia), Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de et al.(Orgs). **Geografia: Conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, RJ. 1995, p.77-116.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SUZANO PAPEL E CELULOSE. **Eucaliptocultura e desenvolvimento socioambiental**. 2º ed. São Paulo, junho 2008.

TAVARES, Patrícia Dias. **Análise da Contribuição da Metodologia do Processo de Planejamento e Organização dos Assentamentos (PPOA) na construção de novas estratégias de desenvolvimento rural em áreas de reforma agrária**. Monografia (Graduação em Engenharia Florestal), Serópedica: Instituto de Florestas/UFRRJ, 2009.

TEIXEIRA, Vanessa Lopes. **Pluriatividade e Agricultura Familiar na região Serrana do Estado do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade CPDA/UFRRJ). Rio de Janeiro, 1998. 185p. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br>>. Acesso em: 12 de julho de 2004.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Estudos Socioeconômicos dos Municípios Fluminenses**. Secretaria de Planejamento, 2006. Disponível em: <http://www.tce.rj.gov.br>>. Acessado em 27 de Out. de 2010.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores Associados, 2002.

VIA CAMPESINA. **O latifúndio dos eucaliptos: informações básicas sobre as monoculturas de árvores e as indústrias de papel**. Rio Grande do Sul: 2007.

VIGNA, Edécio. **Bancada Ruralista: o maior grupo de interesse no Congresso Nacional**. Argumento, nº 12. Brasília, INESC, 2007.

ZANOTTI et al.,. **(Re)construindo (antigas) parcerias? a proposta de reflorestamento da VCP no Rio Grande do Sul**. Trabalho apresentado em forma de

pôster no VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural: Brasil, Porto de Galinhas, 2010.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, Norma. (Comp.). **Una nueva ruralidad em América Latina?** Buenos Aires: CLACSO/ASDI, 2001, p. 31-44.

WEBER, Max. A Objetividade do Conhecimento nas Ciências Sociais. In GABRIL, Cohn (org.). **Weber - Coleção Grandes Cientistas Sociais**. São Paulo: Ática, 1986.

WRM. **El papel del Sur. Plantaciones forestales en la estrategia papelera internacional**. Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais, Montevideu, Uruguai, 1997, 253p.

Sites Consultados:

www.novasempresasvalenca.com.br

www.querodiscutiromeuestado.rj.gov.br/

www.odia.com.br

www.avozdacidade.com.br

www.ceperj.gov.br

www.diariodovale.com.br

www.ibge.gov.br

www.vcp.com.br

www.ovale.com.br

www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/

www.saint-gobain.com.br

www.nobrecel.com.br/

ANEXO
PROJETO DE INVESTIMENTO
Estudo econômico para a realização do plantio de eucaliptos

Previsão: plantar 5 mil mudas ano.

Avaliação de custo

Custo unitário “**MUDAS CLONADAS**” retirada no viveiro R\$ 0,35. (entre Humaitá e Lima Duarte - BR 267 - saindo de Juiz de Fora/MG)

Custo por cova aberta: R\$ 0,45

Custo pó cova Plantada: R\$ 0,25

Custo por cova adubada após 30 dias de plantada. R\$ 0,20

Adubagem:

180 grama de **fosfato natural reativo** por pé. Custo saco de 30 kg R\$ 39,50.

150 grama por pé **adubo 6x30x6** custo saco 50 kg atacado R\$ 49,70

Custo da capina “Coroamento por pé” após 180 dias. R\$ 0,22

Custo por cova adubada cobertura após 180 dias de plantada. R\$ 0,20

Adubagem:

150 grama por pé **adubo cobertura 25x20** custo saco 50 kg atacado R\$ 61,00

Controle de praga (principalmente formiga) antes do plantio e acompanhamento por um ano.

Mão de obra/ ano: $500 \times 12 = \text{R\$ } 6.000,00$

Formicida (estimativa) difícil calcular sem ver a terra: R\$ 1.200,00/ ano

Espaçamento de plantio sugerido de 2 x 3 metros.

Previsão: em um ano os pés já tenham 2,5 metros de altura. Começa então outros manejos que são: a limpeza dos pés, retirada dos galhos excedentes das laterais das plantas para melhorar o enobrecimento das mesmas.

Mão-de-obra: Manter um trabalhador em média para cada 10 mil pés, após um ano.

CUSTO DO PRIMEIRO ANO:

**PLANTAÇÃO
EUCALIPTO**
Pequena análise.

DE

	custo unitário	quantidade	R\$
Covar	0,45	5000	2.250,00
Plantar	0,25	5000	1.250,00
Adubar	0,20	5000	1.000,00
fosfato natural reativo saco 30 kg	39,50	30	1.185,00
adubo 6x30x6 saco 50kg	49,70	15	745,50
coroamento apos 180 dias c/ adubagem	0,20	5000	1.000,00
adubo de cobertura 60x20 saco 50kg	61,00	15	915,00
controle de praga 1 homem/mês	500,00	12	6.000,00
formicidas em geral	100,00	12	1.200,00
			-
custo da terra 1/2 alqueire	5.000,00	1	5.000,00

Obs: em 1/2 alqueire ou 3ha pode-se plantar 10 mil pés ou mais depende da topografia.

Obs2: quanto maior o plantio menor o custo

custo anual:		20.545,50
custo anual: 2º ANO		6.000,00
custo anual: 3º ANO		3.000,00
custo anual: 4º ANO		3.000,00
custo anual: 5º ANO		3.000,00
custo anual: 6º ANO		1.500,00
custo anual: 7º ANO		1.500,00

CUSTO total	APÓS	38.545,50
ARVORES ADULTA:		

APÓS 7ANOS DE IDADE	custo unitário	quantidade	R\$
PIOR APURAÇÃO (LENHA)			
m³	50,00	5000	250.000,00

Consideração Final: Para o estudo foi considerado ½ alqueire, quando na realidade, é muito pouco provável alguém que queria investir nesse negócio comprar só está quantidade de terra. Quanto ao preço da terra existe uma oportunidade de adquirir 5 alqueires, *que estão sendo vendidos pela credora pelo preço de 55 mil reais a vista.*